

Bakunine

CONCEITO
DE
LIBERDADE

título original
LA LIBERTÉ

Tradução de: Jorge Dessa

Edições RÉS limitada
Rua Lima Júnior, 64 / Porto / Portugal

3

coleção substância
edições RÉS limitada

PRIMEIRA PARTE

OS HOMENS E A LIBERDADE

1.

**O homem conquista a sua humanidade ao afirmar
e ao realizar a sua liberdade no mundo**

Tudo o que vive... tende a realizar-se na plenitude do seu ser. O homem, simultâneamente ser vivo e pensante, para se realizar tem primeiro de se conhecer. (Obras, I, 104, 67) ⁽¹⁾.

Qual é pois esta curiosidade imperiosa que impele o homem a conhecer o mundo que o cerca, a perseguir com infatigável paixão os segredos desta natureza, da qual ele, nesta terra, é a última e a mais perfeita criação?... Não hesito em dizer que, de todas as necessidades que constituem a natureza do homem, é a mais humana, e que o homem só se distingue efectivamente dos animais das outras espécies por esta necessidade inextinguível de saber, de modo que ele só se torna completamente homem pelo despertar e pela satisfação progressiva desta imensa necessidade de saber. Para se realizar na plenitude do seu ser, o homem tem de se conhecer, e nunca se conhecerá de um modo real e completo, enquanto não conhecer a natureza que o cerca e da qual ele é produto. A não ser que queira renunciar à sua humanidade, o homem tem de *saber*, tem de penetrar com o seu pensamento o mundo real e, sem esperar atingir o fundo, tem de aprofundar sempre, cada vez mais, a coordenação e as leis, pois a sua humanidade só se atinge por este preço... para que ele

⁽¹⁾ Estas referências são analisadas nas «fontes» no fim da obra. O último número, em itálico, representa o ano em que o texto foi escrito.

possa compreender a sua própria natureza e a sua missão neste mundo, sua pátria e seu teatro único; para que neste mundo de cega fatalidade, ele possa inaugurar o seu mundo humano, o mundo da liberdade.

Tal é a tarefa do homem: é inesgotável e infinita, e suficiente para satisfazer os espíritos e os corações mais arrogantes e ambiciosos. Ser efêmero e imperceptível, perdido do meio do oceano sem margens da transformação universal, com uma eternidade que o precede e uma eternidade imensa à sua frente, o homem pensante, o homem consciente do seu papel, fica calmo e orgulhoso com o sentimento da sua liberdade, que conquista emancipando-se pelo trabalho, pela ciência, e emancipando, revoltando se necessário, todos os homens, seus semelhantes, seus irmãos, à sua volta. (Obras, III, 227-228, 70).

.

Por muito limitado que seja em comparação com o universo, o nosso globo é ainda um mundo infinito. A este respeito, podemos dizer que o nosso mundo, e no sentido mais restrito da palavra, a nossa terra, é igualmente inacessível, isto é, inesgotável. Nunca a ciência chegará até ao fim, nem dirá a última palavra. Deverá isto desesperar-nos? Pelo contrário, se a tarefa fosse limitada, depressa resfriaria o espírito do homem que, diga-se o que se disser, nunca se sente tão feliz como quando pode destruir e transpor um limite. (Obras, III, 368, 70).

... armado com a sua formidável capacidade de abstracção, ele não conhece e nunca conhecerá nenhum limite para a sua curiosidade imperiosa, apaixonada, ávida de tudo saber e de tudo abraçar. Chega dizer-lhe: «Tu não passarás além de», para que, com toda a força desta curiosidade irritada pelo obstáculo, ele queira lançar-se «além de». A este respeito, o Bom Deus da Bíblia mostrou-se muito mais clarividente do que o Sr. Auguste Comte

e os seus discípulos positivistas; querendo sem dúvida que o homem comesse o fruto proibido, impediram-no de o comer. Este excesso, esta desobediência, esta revolta do espírito humano contra todo o limite imposto, quer em nome do Bom Deus, quer em nome da ciência, constituem a sua honra, o segredo da sua força e da sua liberdade. E, procurando o impossível que o homem sempre realizou e conheceu o possível, e os que se limitaram *sabiamente* ao que lhes parecia o possível, nunca avançaram um único passo. (Obras, III, 325 — 326, 70).

.

...a realização desta tarefa não é só uma obra intelectual e moral; é antes de mais, tanto à escala do tempo como do ponto de vista do nosso desenvolvimento racional, uma obra de *emancipação material*. O homem só se torna verdadeiramente homem, só conquista a possibilidade da sua emancipação interior, quando conseguir romper as cadeias da escravatura que a natureza exterior faz pesar sobre todos os seres vivos. (Obras, II, 278-279, 70).

Mas [a actividade, que constitui o trabalho] ⁽¹⁾ só começa a constituir o *trabalho propriamente humano* quando for dirigida pela inteligência humana e pela sua vontade reflectida, deixando de servir unicamente a satisfação das necessidades fixas e fatalmente circunscritas da vida exclusivamente animal, mas também as do *ser pensante, que conquista a sua humanidade ao afirmar-se e realizar-se no mundo*. (Obras, I, 110, 67).

Graças a esta capacidade de abstracção... o homem desdobra-se, por assim dizer e, ao separar-se

(1) As palavras entre parentesis rectos pertencem ao texto de Bakunine, excepto algumas, muito raras, com as letras em itálico, as quais foram utilizadas para evitar algumas repetições fastidiosas. F.M.

cada parte, ele eleva-se de qualquer modo acima dos seus próprios movimentos interiores, acima das sensações que experimenta, dos instintos, dos apetites, dos desejos que despertam nele e também das tendências afectivas que ele sente; o que lhe dá a possibilidade de os comparar entre si, do mesmo modo que compara os objectos e os movimentos exteriores, e de *tomar partido* por uns ou por outros, segundo o ideal de justiça e de bem, ou segundo a paixão dominante, que a influência da sociedade e as circunstâncias particulares desenvolveram e fortaleceram nele.

Esta capacidade de tomar partido a favor de um ou de vários impulsos que agem nele num sentido determinado, contra outros impulsos igualmente interiores e determinados, chama-se *vontade*.

Assim explicado e compreendido, o espírito do homem e a sua vontade deixam de se apresentar como capacidades absolutamente autónomas, independentemente do mundo material e, capazes, ao criar, um os pensamentos, outro os actos espontâneos, de romper o encadeamento fatal dos efeitos e das causas que constituem a solidariedade universal dos mundos... E sendo assim, nós temos de rejeitar a possibilidade do que os metafísicos chamam as ideias espontâneas da vontade, o *livre arbitrio* e a responsabilidade moral do homem, no *sentido teológico, metafísico e jurídico desta palavra*. (Obras, III, 243 a 245, 70).

O indivíduo humano, real, é tanto um ser universal e abstracto como cada um de nós. Desde o momento que se forma nas entranhas da mãe, já está determinado e particularizado por uma multiplicidade de causas e acções. (Obras, I, 289, 71).

A vontade, como a inteligência, não é... uma irradiação mística, imortal e divina, caída miraculosamente do céu para a terra, para dar vida a pedaços de carne humana, a cadáveres. É o produto da nossa carne organizada e viva, o produto do organismo animal. (Obras, II, 249, 70).

2.

Raízes e liberdade do indivíduo na sociedade

...cada indivíduo tem, ao nascer, em graus diferentes, não ideias e sentimentos inatos como pretendem os idealistas, mas a capacidade material e formal de sentir, de pensar, de falar e de querer. Só traz consigo a faculdade de formar e desenvolver ideias e, como acabo de dizer, uma capacidade de actividade formal, sem nenhum conteúdo. Quem lhe dá o seu primeiro conteúdo? A sociedade. (Obras, I, 289-290, 71).

Cada nova geração depara, no seu berço, com um mundo de ideias, de sentimentos e de imaginação, que ela recebe como uma herança dos séculos passados. Este mundo não se apresenta logo ao recém-nascido sob a forma ideal, como sistema de representações e de ideias, como religião, como doutrina; a criança seria incapaz de o receber, nem de o conceber, nesta forma; mas ele impõe-se a ela como um mundo de factos encarnado e realizado tanto nas pessoas como em todas as coisas que as cercam, falando aos seus sentidos por tudo que ela compreende e vê desde o primeiro dia de vida. Porque as ideias e as representações humanas, começam por ser unicamente o produto dos factos reais, tanto naturais como sociais, na medida em que são a sua reflexão ou repercussão no cérebro humano e a sua reprodução, por assim dizer, ideal e mais ou menos judiciousa..., adquirem mais tarde, depois de se terem estabelecido bem... na consciência colectiva de uma sociedade qualquer, a capacidade de se tornarem, por sua vez, as causas que produzem factos novos, não propriamente naturais, mas sociais. Elas acabam por modificar e transformar, muito lentamente é verdade, a existência, os hábitos e as instituições humanas, numa palavra, todas as relações dos homens na sociedade e, pela sua encarnação nas coisas

mais banais da vida de cada um, elas tornam-se sensíveis, palpáveis para todos, mesmo para as crianças. De modo que, cada nova geração, modelada desde a mais tenra infância, quando chega à idade adulta, em que começa propriamente o trabalho do seu pensamento, necessariamente acompanhado de uma nova crítica, encontra nela e na sociedade que a cerca, todo um conjunto de pensamentos e representações estabelecidas, que lhe servem de ponto de partida e que lhe dão, de qualquer modo, o primeiro material ou a base para o seu trabalho intelectual e moral. (Obras, I, 291 a 293, 71).

Todas as ideias, que ele encontra incarnadas nas coisas e nos homens, desde o seu nascimento, e que se imprimem no seu espírito pela educação e pela instrução que o indivíduo recebe, antes mesmo de se conhecer a si próprio, vai encontrá-las mais tarde consagradas, explicadas e comentadas, por teorias que exprimem a consciência universal ou o juízo colectivo e por todas as instituições religiosas, políticas e económicas, da sociedade de que faz parte. E, ele próprio, está de tal modo impregnado com elas, quer esteja ou não pessoalmente interessado em as defender, que reage involuntariamente, devido a todos os hábitos materiais, intelectuais e morais, que o tornam cúmplice.

Não é de espantar que a acção toda poderosa destas ideias, que exprimem a consciência colectiva da sociedade, se exerça sobre a massa humana; mas pelo contrário, que se encontre nesta massa, indivíduos com o pensamento, a vontade e a coragem para as combater. Pois a pressão da sociedade sobre o indivíduo é imensa. (Obras, I, 294-295, 71).

.

O homem não criou a sociedade, nasceu nela. Não nasceu livre, mas acorrentado, produto de um meio social particular criado por uma longa série de influências passadas, por desenvolvimentos e

factos históricos. Está marcado pela região, o clima, o tipo étnico, a classe a que pertence, as condições económicas e políticas da vida social e, finalmente, pelo local, cidade ou aldeia, pela casa, pela família e vizinhança, em que nasceu.

Tudo isto determina o seu carácter e a sua natureza, dá-lhe uma linguagem definida e impõe-lhe, sem que ele possa resistir, um mundo constituído por ideias, costumes, sentimentos, perspectivas mentais, e o lugar, antes do despertar da sua consciência, numa relação rigorosamente determinada pelo parentesco com o meio social que o cerca. Torna-se organicamente membro de uma sociedade, acorrentado a ela interior e exteriormente, impregnado, até ao fim dos seus dias, pelas suas crenças, juízos, paixões e costumes. (Maximoff, 159, 70).

...a pressão social sobre o indivíduo é imensa, e não há carácter tão forte, nem inteligência tão poderosa, que esteja ao abrigo dos golpes desta influência tão despótica como irresistível.

Nada prova [*tanto*] o carácter social do homem como esta influência. Poder-se-ia dizer que a consciência colectiva de qualquer sociedade, incarnada tanto nas grandes instituições públicas como em todos os detalhes da vida privada e servindo de base a todas as suas teorias, forma uma espécie de meio ambiente, uma espécie de meio intelectual e moral, prejudicial mas necessário à existência de todos os seus membros. Ela domina-os e sustenta-os ao mesmo tempo, ligando-os pelos mesmos costumes que ela própria determina; inspirando a cada um segurança, confiança e constituindo para todos a condição suprema da existência do grande número, a banalidade, o vulgar, a rotina.

A maior parte dos homens, não só nas massas populares mas também nas classes privilegiadas e esclarecidas, tanto e até mais do que nas massas, só se sentem tranquilos e em paz consigo próprios quando, nos seus pensamentos e em todos os actos

da sua vida, seguem, com fidelidade e cegueira, a tradição e a rotina. (Obras, I, 295-296, 71).

A maior parte dos indivíduos... só quer e pensa o que toda a gente que os rodeia quer e pensa; eles acreditam, sem dúvida, querer e pensar eles próprios, mas só fazem reaparecer servilmente, rotineiramente, com modificações quase imperceptíveis ou nulas, os pensamentos e as vontades dos outros. Este servilismo, esta rotina, fontes inesgotáveis do indivíduo vulgar, esta ausência de revolta na vontade e de iniciativa no pensamento dos indivíduos são as principais causas da lentidão desoladora do desenvolvimento histórico da humanidade. Para nós, materialistas ou realistas, que não acreditamos nem na imortalidade da alma nem no livre arbítrio, esta lentidão, por muito exasperante que seja, aparece-nos como um facto natural. Partindo do nível do gorila, o homem só com muita dificuldade atinge a consciência da sua humanidade e a realização da sua liberdade. De início, ele não pode ter nem esta consciência, nem esta liberdade; ele nasce um animal feroz e escravo, e só se humaniza e emancipa progressivamente no seio de uma sociedade, que é necessariamente anterior ao nascimento do pensamento, da palavra e da vontade; e só o pode fazer através dos esforços colectivos de todos os membros, passados e presentes, desta sociedade, que é, por isso, a base e o ponto de partida natural da sua existência humana. Disto resulta que o homem só realiza a sua liberdade individual e a sua personalidade completando-se com os indivíduos que o cercam, e só graças ao trabalho e à força colectiva da sociedade... a sociedade, longe de diminuir e de limitar, cria pelo contrário a liberdade dos indivíduos. (Obras, I, 274-275, 71).

A revolta contra esta influência natural da sociedade oficialmente organizada, contra o Estado, ainda que muitas vezes ela seja tão inevitável como esta última. A tirania social, muitas vezes esmagadora e funesta, não apresenta este carácter de violência

imperativa, de despotismo legalizado e formal que caracteriza a autoridade do Estado. Ela não se impõe como uma lei à qual qualquer indivíduo é forçado a submeter-se sob pena de se expor a uma punição jurídica. A sua acção é mais suave, mais insinuante, mais imperceptível, mas ainda mais poderosa... para se revoltar contra esta influência que a sociedade exerce naturalmente sobre ele, o homem tem de se revoltar, pelo menos em parte, contra ele próprio, pois com todas as suas tendências e aspirações maternais, intelectuais e morais, ele não é senão o produto da sociedade. (Obras, I, 283-284, 71).

Uma revolta radical contra a sociedade seria... tão impossível para o homem como a revolta contra a natureza. (Obras, I, 286, 71).

É-nos... tão pouco possível interrogar se a sociedade é um bem ou um mal, como se a natureza, o ser universal, material, único, real, supremo, absoluto, é um bem ou um mal; é mais que tudo isto; é um imenso facto positivo e primitivo, anterior a toda a apreciação intelectual e moral, é a própria base, é o mundo no qual, fatalmente e mais tarde, se desenvolve por nós o que chamamos o bem e o mal.

Não se passa o mesmo com o Estado; e não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado como o será, mais tarde ou mais cedo, a sua extinção completa, tão necessário como foram a bestialidade primitiva e as divagações teológicas dos homens. O Estado nada tem a ver com a sociedade, ele não é senão uma forma histórica tão brutal como abstracta. Ele nasceu, historicamente, em todos os países em que coexistiam a violência, a rapinagem, a pilhagem, numa palavra, da guerra e da conquista, com os Deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações. (Obras, I, 287, 71).

O Estado é uma instituição histórica, transitória, é uma forma passageira da sociedade. (Obras, I, 285, 71).

É muito mais fácil a revolta contra o Estado, porque há na própria natureza do Estado qualquer coisa que provoca a revolta. O Estado é a autoridade, a força, a ostentação e a presunção da força. Ele não se insinua, não procura converter: sempre que se intromete, fá-lo com muito mau gosto, pois o seu hábito nunca é de persuadir, mas de se impor, de forçar. Qualquer justificação que se dê, é para dissimular esta natureza como violadora legal da vontade dos homens, como a negação permanente da sua liberdade. Então, mesmo que ele imponha o bem, deteriora-o e corrompe-o, precisamente porque ele o impõe, e toda a ordem provoca e suscita a revolta legítima da liberdade; e como o bem, desde o momento em que é imposto, segundo a verdadeira moral, a moral humana, não a divina certamente, segundo o respeito humano e a liberdade, torna-se o mal. A liberdade, a moralidade e a dignidade do homem consistem precisamente em ele praticar o bem, não por ser a isso obrigado, mas por ele o conceber, o querer e o amar.

A sociedade não se impõe formalmente, oficialmente, autoritariamente, mas naturalmente, e é por causa disso mesmo que a sua acção sobre o indivíduo é incomparavelmente mais poderosa do que a do Estado. Ela cria e forma todos os indivíduos que nascem e que se desenvolvem no seu seio. Ela transmite-lhes lentamente, desde o primeiro dia de vida até à sua morte, toda a sua natureza material e moral; ela individualiza-se, por assim dizer, em cada um. (Obras, I, 288-289, 71).

.

... a influência natural que os homens exercem uns sobre os outros ... é a própria base, material, intelectual e moral, da solidariedade humana. O indivíduo, produto da solidariedade, isto é, da sociedade, submetido às suas leis naturais, pode bem, sob a influência de sentimentos vindos de fora, e principalmente de uma sociedade estrangeira, reagir contra

ela até um certo grau, mas ele não saberia desligar-se dela sem se unir a um outro meio solidário e sem receber aí novas influências. Pois, para o homem, a vida afastada da sociedade e de todas as influências humanas, o isolamento absoluto, é a morte intelectual, moral e até material. A solidariedade não é o produto, mas a mãe da individualidade, e a personalidade humana não pode nascer e desenvolver-se senão na sociedade humana. (Obras, V, 159, 69).

A lei da solidariedade social é a primeira lei humana; a liberdade é a segunda lei. Estas duas leis interpenetram-se e, sendo inseparáveis, constituem a essência da humanidade. Assim, a liberdade não é a negação da solidariedade; pelo contrário, ela é o seu desenvolvimento e, por assim dizer, a sua humanização. (Maximoff, 156, 71).

A quem pretender [que a acção natural ... sobre as massas] ainda é um atentado à liberdade das massas, uma tentativa para criar uma nova força autoritária, nós responderemos que ele ou é um sofista ou um tolo. Tanto pior para os que ignoram a lei natural e social da solidariedade humana, ao ponto de imaginarem que a independência mútua absoluta dos indivíduos e das massas seja uma coisa possível ou mesmo desejável. Desejá-la, é querer a destruição da própria sociedade, pois toda a vida social não é outra coisa senão esta dependência mútua e incessante dos indivíduos e das massas. Todos os indivíduos, mesmo os mais inteligentes, os mais fortes, e sobretudo os inteligentes e os fortes, são, em qualquer momento da sua vida, os produtores e os produtos da vontade e da acção das massas. A liberdade de cada indivíduo é a resultante, sempre reproduzida de novo, desta série de influências materiais, intelectuais e morais que todos os indivíduos que o cercam, que a sociedade no meio da qual ele nasce, se desenvolve e morre, exerce nele. Querer escapar a esta influência, em nome de uma liberdade transcendente, divina, absolutamente egoísta e auto-suficiente, é condenar-se ao não-ser;

querer renunciar a exercê-la sobre os outros, é renunciar a toda a acção social, mesmo à expressão do seu pensamento e dos seus sentimentos, leva ainda ao não-ser...

Tanto na natureza como na sociedade humana, que não é ainda outra coisa senão esta mesma natureza, tudo o que vive só vive com a condição suprema de intervir da maneira mais positiva, tão fortemente quanto a sua natureza o permita, na vida dos outros. A abolição desta influência mútua seria pois a morte. E quando reivindicamos a liberdade das massas, não pretendemos de modo algum abolir qualquer uma das influências naturais de qualquer indivíduo e de qualquer grupo de indivíduos que exercem a sua acção sobre elas. O que nós queremos, é a abolição das influências artificiais, privilegiadas, legais, oficiais. Se a Igreja e o Estado pudessem ser instituições privadas, nós seríamos sem dúvida seus adversários, mas não protestaríamos contra o seu direito de existir. Mas nós protestamos contra eles porque, sendo sem dúvida instituições privadas, devido a só existirem efectivamente para o interesse particular das classes privilegiadas, eles não se servem menos da força colectiva das massas organizadas para este fim, para se imporem autoritariamente, oficialmente, violentamente às massas. (Obras, VI, 87 a 89, 71).

Tudo o que existe verdadeiramente só fica sem uma completa manifestação de si mesmo quando isolado, tanto no que respeita aos homens como em relação às coisas mais inertes e menos demonstrativas. É a história do barbeiro do rei Midas: não ousando dizer o seu terrível segredo a ninguém, confiou-o à terra, mas a terra divulgou-o, e foi assim que se soube que o rei Midas tinha orelhas de burro. Existir realmente, tanto para os homens como para tudo o que existe, não significa outra coisa senão manifestar-se. (Obras, III, 388, 70).

Peguem num metal ou numa pedra: haverá, aparentemente, qualquer coisa mais inerte e menos

comunicativa? E contudo, isso move-se, age, espalha-se, manifesta-se sem cessar, e só existe ao fazê-lo. A pedra e o metal têm todas as propriedades físicas e, enquanto corpos químicos, simples ou compostos, estão incluídos num processo, por vezes muito lento, mas incessante, de composição e decomposição molecular. Essas propriedades ... são uma multiplicidade de modos de acção e de manifestação em relação ao exterior. Mas tirem as suas propriedades à pedra, ao metal, e que ficará? A abstracção de uma coisa, nada. (Obras, III, 391, 70).

Qualquer coisa não é senão o que ela faz ... Ela não pode conter nada no que chamamos o seu *interior*, que não se manifeste no seu *exterior*: numa palavra, a sua *acção* e o seu *ser* são uma *unidade*. (Obras, III, 384, 70).

É uma verdade universal que não admite nenhuma excepção ... O homem tem unicamente no seu interior o que manifesta de qualquer modo no seu exterior. Esses supostos génios desconhecidos, esses espíritos vãos e amando-se a si próprios, que se lamentam eternamente por nunca conseguirem pôr à luz do dia os tesouros que dizem transportar, são sempre, efectivamente, os indivíduos mais miseráveis em relação ao seu *ser íntimo*: eles não têm em si mesmo nada. (Obras, III, 385, 70).

A única autoridade grande e toda-poderosa e ao mesmo tempo natural e racional, a única que nós podemos respeitar, será a do espírito colectivo e público duma sociedade fundada na igualdade e na solidariedade, assim como na liberdade e no respeito humano e mútuo de todos os seus membros. Sim, eis uma autoridade nada divina, totalmente humana, mas diante da qual nós nos inclinaremos com todo o coração, com a certeza de que, longe de escravizar, ela emancipará os homens. Ela será mil vezes mais poderosa, estejam certos, do que todas as vossas autoridades divinas, teológicas, metafísicas, políticas e jurídicas, instituídas pela Igreja e pelo Estado,

mais poderosa do que os vossos códigos criminais e do que os vossos carcereiros e carrascos.

A força do sentimento colectivo ou do espírito público é já hoje poderosa. Os homens mais capazes de cometer crimes raramente ousam desafiá-la, afrontá-la abertamente. Eles podem tentar iludi-la, mas evitarão tratá-la com aspereza, a não ser que nem sequer tenham o apoio de uma minoria qualquer. Nenhum homem, por muito forte que se julgue, jamais será capaz de suportar o desprezo unânime da sociedade, ninguém seria capaz de viver sem se sentir amparado pela compreensão e estima pelo menos duma parte desta sociedade. É necessário que um homem seja impellido por uma imensa e sincera convicção, para que tenha coragem para manter uma opinião lutando contra todos, e nunca um homem egoísta, depravado e indolente, terá essa coragem.

Nada prova melhor a solidariedade natural e fatal do que esta lei da sociabilidade que liga todos os homens e que qualquer um de nós pode constatar todos os dias, tanto nele como em todos os homens que conheça. Mas se esta força social existe, porque é que ela não foi suficiente, até aos nossos dias, para moralizar e humanizar os homens? Para esta questão a resposta é muito simples: porque, até aos nossos dias, ela própria nunca foi humanizada porque a vida social da qual ela é sempre a expressão mais fiel baseia-se, como se sabe, no culto divino e não no respeito humano; na autoridade e não na liberdade; no privilégio e não na igualdade; na exploração e não na fraternidade dos homens, na corrupção e na mentira e não na justiça e na verdade. Consequentemente, a sua acção real, sempre em contradição com as teorias humanitárias que professa, exerceu sempre uma influência funesta e pervertida, não moral. Ela não reprime os vícios e os crimes, ela cria-os. A sua autoridade é, por isso, uma autoridade divina, anti-humana; a sua influência é nefasta e funesta. Querem torná-las benéficas e humanas? Façam a Revolução social. Façam com que todas as

necessidades se tornem realmente solidárias, que os interesses materiais e sociais de cada um se tornem conformes às obrigações humanas de cada um. E, para isso, só há uma solução: destruam todas as instituições de desigualdade; fundem a igualdade económica e social para todos, e nesta base erguer-se-á a liberdade, a moralidade e a humanidade solidária de toda a gente. (Obras, III, 69 a 72, 71).

... a lei da solidariedade social é inexorável, de modo que para moralizar os indivíduos é necessário ocupar-se não só da sua consciência como da natureza da sua existência social. (Nettlau, 230, 64-67).

... é necessário moralizar, primeiro de tudo, a própria sociedade. (Obras, V, 160, 69).

3.

**A liberdade é, antes de mais, um facto social
A liberdade dos outros aumenta a minha
até ao infinito.**

Importa-me muito o que os outros homens são, porque por muito independente que me julgue ou que pareça pela minha posição social, mesmo que eu fosse Papa, Czar, Imperador ou até primeiro ministro, não deixaria de ser o produto dos últimos de entre eles; se eles são ignorantes, miseráveis, escravos, a minha existência é determinada pela sua ignorância, pela sua miséria e escravidão. Eu, um homem esclarecido e inteligente, por exemplo — se for o caso — sou tolo pelas suas tolices; se bravo, sou escravo da sua escravatura; se rico, tremo com a sua miséria; se privilegiado, empalideço diante da sua justiça. Mesmo que eu queira ser livre, não posso, porque à minha volta ainda nenhum homem quer ser livre e não o querendo, eles transformam-se contra mim, em instrumentos de opressão.

Não é imaginação, é uma realidade da qual toda a gente faz hoje uma triste experiência. Porque é que depois de tantos esforços sobre-humanos, depois de tantas revoluções vitoriosas, depois de tantos sacrifícios dolorosos e tantos combates pela liberdade, a Europa continua escrava? Porque em todos os países da Europa há ainda uma massa imóvel, pelo menos aparentemente, e que esteve até aqui inacessível à propaganda das ideias de emancipação, de humanidade e de justiça — a massa dos camponeses. É ela que constitui hoje a força, o último apoio e o último refúgio dos déspotas, uma autêntica maça nas suas mãos para nos esmagar, e enquanto nós não conseguirmos incutir-lhe as nossas aspirações, as nossas paixões, as nossas ideias, não deixaremos de ser escravos. Temos de emancipá-la, para nos emanciparmos. (Mazzini, 91-92, 71).

Em quase todo o mundo as mulheres são escravas; enquanto elas não estiverem completamente emancipadas, a nossa liberdade será impossível. (Kornilov, 291).

... e nenhum povo conseguiria ser completo e solidariamente livre no sentido humano desta palavra, enquanto toda a humanidade não o estiver. (Mazzini, 110-111, 71).

Só serei verdadeiramente* livre quando todos os seres humanos que me cercam, homens e mulheres, forem igualmente livres... de modo que quanto mais numerosos forem os homens livres que me rodeiam e quanto mais profunda e maior for a sua liberdade, tanto mais vasta, mais profunda e maior será a minha liberdade ... eu só posso considerar-me completamente livre quando a minha liberdade ou, o que é a mesma coisa quando a minha dignidade de homem, o meu direito humano ... reflectidos pela consciência igualmente livre de todos, me forem confirmados pelo assentimento de toda a gente. A mi-

nha liberdade pessoal, assim confirmada pela liberdade de todos, estende-se até ao infinito. (Obras, I, 281, 71).

.

A liberdade dos indivíduos não é um facto individual, é um facto, um produto, colectivo. Nenhum homem conseguiria ser livre isolado e sem a contribuição de toda a sociedade humana. Os individualistas, ou os falsos amigos que combatemos em todos os congressos de trabalhadores, afirmaram, com os moralistas e os economistas burgueses, que o homem podia ser livre, que podia ser homem, afastado da sociedade, dizendo que a sociedade tinha sido fundada por um contrato de homens anteriormente livres.

Esta teoria, desenvolvida por J.-J. Rousseau, o escritor mais nefasto do século passado, o sofista que inspirou todos os revolucionários burgueses, esta teoria denota uma ignorância completa tanto da natureza como da história... Imaginem o homem, dotado pela natureza com as faculdades mais geniais, afastado desde tenra infância da sociedade humana, num deserto. Se ele não percesse miseravelmente, o que seria o mais provável, ficaria um bruto, um macaco privado da palavra e do pensamento, — pois o pensamento é inseparável da palavra: ninguém consegue pensar sem linguagem... Mas o que é a palavra? É a comunicação, é a conversação dum indivíduo com outros indivíduos. O homem animal só se transforma em ser humano, isto é pensante, por esta conversação, só nesta conversação. A sua individualidade humana, a sua liberdade, é pois o produto da colectividade.

O homem só se emancipa da pressão tirânica exercida sobre ele pela natureza exterior com o trabalho colectivo; pois o trabalho individual, impotente e estéril, nunca saberia vencer a natureza. (Obras, V, 318 a 320, 71).

Tudo o que é humano no homem, e a liberdade mais do que qualquer outra coisa, é o produto de um trabalho social, colectivo. Ser livre no isolamento absoluto é um absurdo inventado pelos teólogos e metafísicos. (Obras, V, 321, 71).

... O homem só se torna verdadeiramente homem quando respeita e ama a humanidade e a liberdade de todos, e quando a sua humanidade e liberdade são respeitadas, amadas, suscitadas e criadas por toda a gente. (Obras, I, 280-281, 71).

4.

Estado e liberdade

O que é o Estado? É, respondem os metafísicos e os doutores em direito, a coisa pública; os interesses, o bem colectivo e o direito de todos, em oposição à acção dissolvente dos interesses e das paixões egoístas de cada um. É a justiça e a realização da moral e da virtude sobre a terra. Por isso, o acto mais sublime e o maior dever dos indivíduos é devotar-se e sacrificar-se, e se for preciso morrer pelo triunfo e pelo poder do Estado.

Eis em poucas palavras toda a teologia do Estado. Vejamos agora se esta teologia política, do mesmo modo que a teologia religiosa, não esconde sob belas e poéticas aparências, realidades muito comuns e muito sujas. (Obras, I, 222-223, 69).

.

Foi um grande erro da parte de J.-J. Rousseau ter pensado que a sociedade primitiva se tinha estabelecido por um contrato livre, elaborado pelos selvagens. A maior parte dos juristas e dos publicistas modernos, da escola de Kant ou de qualquer outra

escola individualista e liberal, que não admitem nem a sociedade fundada sobre o direito divino dos teólogos, nem a sociedade determinada pela escola hegeliana, como a realização mais ou menos rústica da Moral objectiva, nem a sociedade primitivamente animal dos naturalistas, tomam *volens volens*, e por falta de outro fundamento, o *contrato tácito* como ponto de partida. Um contrato tácito! Isto é, um contrato sem palavras e, por isso, sem pensamento e sem vontade — uma revoltante falta de juízo! Uma absurda ficção, e ainda mais, uma maléfica ficção! Uma indigna fraude! Pois ele supõe que não estava em estado de querer, nem de pensar, nem de falar — porque me deixei explorar sem protestar e consenti, para mim e para toda a minha descendência, numa escravatura eterna!

As consequências do *contrato social* são, efectivamente, funestas, porque elas conduzem ao domínio absoluto do Estado. E, portanto, o princípio, tomado como ponto de partida, parece excessivamente liberal. Os indivíduos, antes de fazerem este contrato, gozavam de completa liberdade, pois segundo esta teoria, o homem selvagem é o único que é completamente livre. Nós já dissemos o que pensamos desta liberdade natural, que não é senão a dependência absoluta do homem-gorila frente à perseguição permanente do mundo exterior...

Eis aqui os homens primitivos, absolutamente livres, em si e para si próprios, e que só desfrutam desta liberdade ilimitada enquanto não se encontram, enquanto permanecem mergulhados num isolamento individual. A liberdade de um não necessita da liberdade do outro, pelo contrário, cada uma das suas liberdades individuais bastam-se a si próprias e existem para si próprias, a liberdade de cada um aparece necessariamente como a negação da dos outros, e todas estas liberdades, ao encontrarem-se, têm de se limitar e de se diminuir mutuamente, de se contradizer, de se destruir...

Para não se destruírem até ao fim, elas formam entre si *um contrato*. (Obras, I, 139 a 141, 67).

Então, tudo o que se considerou como constituindo o interesse comum, foi proclamado o bem, e tudo o que lhe era contrário, o mal. Os membros contratantes, tornados cidadãos, tendo-se ligado por um compromisso mais ou menos solene, assumiram um dever: o de subordinar os seus interesses privados à salvação comum, ao inseparável interesse de todos, e os seus direitos separados [ao] direito público, cujo representante único, o Estado, foi por isso mesmo investido do poder de reprimir todas as revoltas do egoísmo individual. (Obras, I, 146-147, 67).

.

Pois, segundo este sistema, a sociedade humana só começa com a conclusão do contrato. Mas o que é, então, esta sociedade? É a realização pura e lógica do contrato, com todas as suas disposições e consequências legislativas e práticas, — é o Estado.

Examinemo-lo de mais perto. O que é que representa? A soma da negação das liberdades individuais de todos os seus membros; ou melhor, a dos sacrifícios que fazem todos os seus membros, ao renunciarem a uma parte da sua liberdade em proveito do bem comum ... Pois, lá onde começa o Estado, cessa a liberdade individual e vice-versa.

Responder-se-á que o Estado, representante da salvação pública ou do interesse comum, só suprime uma parte da liberdade de cada um, para lhe assegurar todo o resto. Mas este resto, é a segurança, se quiserem, mas nunca será a liberdade. A liberdade é indivisível: não se lhe pode suprimir uma parte sem a destruir por inteiro. Esta pequena parte que suprimem, é a própria essência da minha liberdade, é o todo. Por um movimento natural, necessário e irresistível, toda a minha liberdade se concentra precisamente nessa parte, por pequena que seja, que

suprimem. É a história da mulher do Barba-Azul, que tinha um palácio à sua disposição, com toda a liberdade de entrar em todo o lado, de ver e de tocar em tudo, excepto um maléfico quartinho, que a vontade soberana do seu terrível marido lhe tinha proibido de abrir, sob pena de morte. Pois bem, tendo-se fartado de todas as maravilhas do palácio, o seu espírito concentrou-se inteiramente neste quartinho: ela abriu-o e fez bem em o abrir, pois foi um acto necessário à sua liberdade, enquanto que a proibição de aí entrar era uma violação flagrante desta mesma liberdade. É ainda a história do pecado de Adão e Eva: a proibição de provar o fruto da árvore da ciência, sem outra razão a não ser a vontade do Senhor, era da parte do Bom Deus um acto de terrível despotismo; e se os nossos primeiros pais tivessem obedecido, toda a raça humana teria mergulhado na mais humilhante escravatura. A sua desobediência, pelo contrário, emancipou-nos e salvou-nos. Este foi, falando misticamente, o primeiro acto de liberdade humana.

Mas o Estado, dir-se-á, o Estado democrático, baseado no sufrágio livre de todos os cidadãos, não poderia ser a negação da liberdade destes? E porque não? Isso dependerá absolutamente da missão e do poder que os cidadãos delegarem ao Estado. Um Estado republicano, baseado no sufrágio universal, poderá ser muito despótico, mesmo mais despótico do que o Estado monárquico, logo que sob o pretexto de representar a vontade de toda a gente, ele esmague a vontade e o movimento livre de cada um dos seus membros, com todo o peso do seu poder colectivo. (Obras, I, 143 a 145, 67).

É em nome desta ficção a que se chama, tantas vezes, interesse colectivo, direito colectivo ou vontade e liberdade colectivas, que os absolutistas jacobinos, os revolucionários da escola de J.-J. Rousseau e de Robespierre, proclamam a terrível e desumana teoria do direito absoluto do Estado. (Obras, I, 263, 71).

... a doutrina sentimentalmente terrorista, isto

é, religiosa, de J.-J. Rousseau, que se repercutiu como uma nota discordante na bela harmonia humanitária do século dezoito, tendo sido sustentada, por outro lado, pelo deísmo inconsequente, frívolo e burguês, de Voltaire, que pensava que a religião era absolutamente necessária para a *canalha* — ... esta doutrina, legou à revolução o culto duma divindade abstracta com o culto abstracto do Estado. Estes dois cultos, personificados na sombria figura de Robespierre — o Calvino da revolução — mataram a revolução. (Nettlau, 258, 68).

[J.-J. Rousseau] representa o típico da estreiteza e da mesquinhez desconfiada, da exaltação sem outro objecto senão a sua própria pessoa, do entusiasmo frio e da hipocrisia simultaneamente sentimental e implacável, da mentira forçada do idealismo moderno. Podemos considerá-lo o criador da reacção moderna. Aparentemente o escritor mais democrático do século XVIII, esconde nele o despotismo implacável do homem de Estado. Ele foi o profeta do Estado doutrinário, assim como Robespierre, seu digno e fiel discípulo, tentou tornar-se seu sumo-sacerdote. (Obras, III, 121, 71).

.

Mas o Estado, dir-se-á ainda, só restringe a liberdade dos seus membros quando ela se dirige à injustiça, para o mal. Ele impede-os de se matarem uns aos outros, de se saquearem e de se ofenderem mutuamente e, de um modo geral, de fazerem o mal, dizendo-lhes, plena liberdade para o bem. É sempre a mesma história, do Barba-Azul ou do fruto proibido: o que é o mal, o que é o bem? (Obras, I, 145, 67).

.

Toda a teoria consequente e sincera do Estado baseia-se essencialmente no princípio da *autoridade*,

isto é, nesta ideia eminentemente teológica, metafísica, política, segundo a qual as massas, *sempre* incapazes de se governarem, deverão sofrer o jugo benfeitor duma sabedoria e duma justiça que, de uma maneira ou de outra, lhes serão impostas de cima. (Obras, I, 171, 67).

O Estado é o governo, de cima para baixo, duma grande quantidade de homens muito diversos no que respeita ao grau de cultura, à natureza do país ou localidade em que habitam, à sua posição, à sua ocupação, aos seus interesses e aspirações, por uma minoria qualquer; esta minoria, mesmo que fosse eleita mil vezes por sufrágio universal e controlada nos seus actos por instituições populares, a não ser que seja dotada de omnisciência, de omnipresença e toda-poderosa, como os teólogos dizem ser o seu Deus, é impossível que ela possa conhecer e prever as necessidades, nem satisfazer com igual justiça, os interesses mais legítimos e mais prementes de toda a gente. (Obras, IV, 475-476, 72).

... a vida colectiva não está na multidão popular; esta multidão, segundo Mazzini, não sendo senão um agregado mecânico de indivíduos; a colectividade só existe na autoridade, e só pode ser representada por ela. Estamos sempre nesta maldita função do Estado, que absorve e concentra, destruindo-a, a colectividade natural do povo, e que provavelmente por causa disso mesmo, é tido por representá-la, como Saturno representava os seus filhos, à medida que os devorava. (Obras, VI, 322, 71).

.

O Estado foi sempre o património de uma classe privilegiada qualquer: classe sacerdotal, classe nobiliária, classe burguesa; — classe burocrática e por fim, quando todas as outras classes estão enfraquecidas, o Estado cai ou eleva-se, como se quizer, como uma máquina. (Obras, I, 226-227, 69).

O Estado é a autoridade, a dominação e o poder organizado das classes possuidoras e supostamente esclarecidas, sobre as massas. (Obras, VI, 86, 71).

Ele garante sempre o que encontra: a uns a sua riqueza, a outros a sua pobreza; a uns a liberdade baseada na propriedade, a outros a escravatura, consequência fatal da sua miséria. (Obras, III, 160, 71).

.

... todos os Estados, desde a sua existência sobre a terra, estão condenados a uma luta perpétua: luta contra as suas populações que oprimem e arruinam, luta contra todos os Estados estrangeiros, só se tornando forte, cada um deles, se o outro se tornar fraco; e como só se conservam nesta luta aumentando, todos os dias, o seu poder, tanto no interior, contra os seus súbditos, como no exterior, contra o poderio dos seus vizinhos, — disto resulta que, a lei suprema do Estado é o aumento do seu poder em detrimento da liberdade interior e da justiça exterior. (Obras, II, 61-62, 70).

Enfim, por muito perfeita que seja, sob o ponto de vista de conservação do Estado, a organização da educação e da instrução popular, da censura e da polícia, o Estado só está seguro da sua existência enquanto tiver, para o defender contra os *inimigos do interior*, contra o descontentamento da população, uma força armada. (Obras, IV, 475, 72).

A educação destes homens, desde a do simples soldado até aos mais altos graus da hierarquia militar, é de tal ordem, que eles têm necessidade de tornar-se inimigos da sociedade civil e do povo. O próprio uniforme que eles trazem e que lembra tanto a criadagem, todos esses ornamentos distintivos e ridículas bugigangas que distinguem os regimentos e as graduações, todas essas patéticas de criança que ocupam grande parte da sua existência, fê-los-ia muito cómicos se não fosse o seu ar ameaçador — tudo isto os separa, mais profundamente do que se

pensa, da sociedade. Esta engraçada farpela e as mil cerimónias pueris no meio das quais se passa a sua vida, somadas aos seus exercícios quotidianos, cujo único objectivo é a arte da matança e da destruição, seriam profundamente humilhantes para homens que não tivessem perdido o sentimento da dignidade humana. Eles morreriam de vergonha se, por uma sistemática perversão das ideias, não acabassem por se tornar vaidosos. Para não se desprezarem a eles próprios, eles necessitam de desprezar todos os que não empunham um sabre, nem usam farda. Acrescentem ainda, a morte de todo o pensamento original, no meio desta existência artificial e rotineira e destas ocupações monótonas, uniformes, maquinais, o esmagamento da vontade individual por uma disciplina implacável. Deixam de ser homens para se tornarem soldados, são autómatos arregimentados, numerados e possuídos por uma vontade que lhes é estranha. A obediência passiva é a maior virtude, e um devotamento cego ao chefe, de quem eles são os autómatos e os escravos, constitui toda a sua honra. É o cúmulo da infâmia.

Dominados por um regulamento despótico, eles acabam por ter horror a tudo o que sente, tudo o que quer, tudo o que se move livremente. Todo o pensador é um anarquista aos seus olhos, as exigências de liberdade são uma revolta, e naturalmente, querem impor a toda a sociedade as regras de ferro, a disciplina brutal e a ordem estúpida, da qual eles próprios são vítimas.

A Deus não agrada que haja entre os militares de profissão alguns homens inteligentes, instruídos, e até por vezes, apesar de muito raramente, homens sinceramente liberais. Mas já o disse, estas só podem ser excepções, anomalias como se encontram em todos os meios possíveis e que, como diz o provérbio, só confirmam a regra. Um militar inteligente, que não se contenta com as ideias que lhe dão a ciência e a moral da guerra, gosta de pensar livremente sobre todas as coisas e sufoca no círculo estreito da rotina

e das ocupações militares. Se ama verdadeiramente a liberdade, tem de detestar a disciplina que faz dele um escravo; se está cioso da sua dignidade humana, deve desprezar o que chamam honra e que eu chamaria o ponto de honra. Enfim, se ele é sinceramente amigo do seu povo e se é inteligente, esclarecido e honesto consigo próprio, tem de compreender que, pela sua posição, é o mais perigoso, o mais opressivo e o mais ruinoso inimigo de si mesmo; sentimentos, pensamentos e tendências, isso só faz dele um péssimo militar. Pois, para exercer bem a sua profissão é preciso respeitá-la e amá-la, e não se poderia gostar do serviço militar sem detestar o povo. (Nettlau, 10-11, 67 ou 68).

... hoje assentamos na *absoluta necessidade de destruir os Estados* ou, se se quiser, na sua completa e radical transformação, querendo dizer com isto que, deixando de ser forças centralizadas e organizadas de cima para baixo, tanto pela violência como pela autoridade dum princípio qualquer, eles reorganizam-se, — com liberdade absoluta para todas as partes. (Obras, I, 155-156, 67).

... é necessário reconhecer que, depois das lutas sangrentas da Idade média, o jugo do Estado prevaleceu contra todas as revoltas populares, e que com excepção da Holanda e da Suíça, ele estabeleceu-se triunfante em todos os países do continente da Europa...

Mas as massas? É preciso reconhecê-lo, deixaram-se desmoralizar profundamente, enervar, já para não dizer castrar, pela acção deletéria da civilização do Estado. Esmagadas, humilhadas, contraíram o hábito fatal da obediência e da resignação cega, tendo-se transformado, por isso, em imensos reba-

nhos separados e encerrados artificialmente, para maior comodidade dos seus exploradores.

Sei muito bem que os sociólogos da escola do Sr. Marx, como o Sr. Engels, ainda vivo, como o Sr. Lassalle, por exemplo, me objectarão que o Estado nunca foi a causa desta miséria, desta degradação e deste servilismo das massas; que a situação miserável das massas e o poder despótico do Estado foram, pelo contrário, tanto uma como outra, os efeitos de uma causa mais geral, os produtos duma fase inevitável do desenvolvimento económico da sociedade, duma fase que, do ponto de vista histórico, constitui um verdadeiro progresso, um grande passo em direcção ao que eles chamam a revolução social. Lassalle vai ao ponto de declarar bem alto que a derrota da formidável revolta dos camponeses no século XVI, na Alemanha, — derrota deplorável, se o foi, e da qual data a escravatura secular dos Alemães —, e o triunfo do Estado despótico e centralizado que foi a sua consequência necessária, constituíram um verdadeiro triunfo para esta revolução; porque os camponeses, dizem os marxistas, são os representantes naturais da reacção, enquanto que o Estado militar e burocrático moderno — produto e acompanhante obrigatório da revolução social que, a partir da segunda metade do século XVI, começou a transformação lenta, mas sempre progressiva, da antiga economia feudal e terrestre em produção de riquezas, ou, o que quer dizer a mesma coisa, em exploração do trabalho popular pelo capital — foi uma condição essencial desta revolução.

Parece que o Sr. Engels, impellido pela mesma lógica, disse, numa carta enviada, este ano, a um dos nossos amigos (1), sem a menor ironia, e pelo

(1) Carlo Cafiero (Nota do tradutor francês).

contrário muito a sério, que tanto Bismark como o rei Victor Manuel prestaram grandes serviços à revolução, tendo criado, cada um deles, a grande centralização política dos seus respectivos países...

Materialistas e deterministas, assim como o próprio Sr. Marx, também conhecemos o encadeamento fatal dos factos económicos e políticos na história. Conhecemos bem a necessidade, o carácter inevitável de todos os acontecimentos, mas não nos inclinamos indiferentemente diante deles, e sobretudo não os admiramos e aplaudimos quando eles se mostram em opposição flagrante com o fim supremo da história, com o ideal essencialmente humano que se encontra, sob formas mais ou menos manifestas, nos instintos, nas aspirações populares e sob os símbolos religiosos de todas as épocas, porque é inerente à raça humana, a mais sociável de todas as raças animais. Este fim, este ideal, nunca tão bem conhecido como hoje, pode-se resumir nestas palavras: *é o triunfo da humanidade, é a conquista e a execução completa da liberdade e do pleno desenvolvimento material, intelectual e moral de cada um, pela organização absolutamente espontânea e livre da solidariedade económica e social, o mais completa possível, entre todos os seres humanos que vivem na terra.*

Tudo o que, na história, estiver de acordo com este fim, do ponto de vista humano — e não podemos ter outro, — é bom; tudo o que lhe for contrário, é mau. Sabemos muito bem que, o que nós chamamos bem, e mal, são sempre, tanto um como outro, os resultados naturais de causas naturais e, por isso, um é tão inevitável como o outro. Mas como, naquilo a que se chama propriamente natureza, reconhecemos muitas necessidades que estamos pouco dispostos a louvar, por exemplo a necessidade de morrer com raiva depois de se ser mordido por um cão raivoso, do mesmo modo, nesta continuação imediata da vida natural a que se chama história, encontramos muitas necessidades que achamos muito bem mais dignas de maldição do que de bênção, e que jul-

gamos dever censurar com toda a energia de que somos capazes, no interesse da nossa moralidade tanto individual como social...

.

Considero como um facto perfeitamente natural, lógico, e consequentemente inevitável, que os cristãos, que eram cretinos por graça de Deus, tenham aniquilado, com o santo furor que nós conhecemos, as bibliotecas dos pagãos, todos os tesouros de arte, filosofia e ciência antiga. Mas é-me impossível perceber quais as vantagens que resultaram disso para o nosso desenvolvimento político e social. Estou até disposto a pensar que fora desta progressão fatal dos factos económicos na qual, se acreditarmos no Sr. Marx, é preciso procurar, excluindo todas as outras considerações, a causa única de todos os factos intellectuais e morais produzidos na história, — estou sinceramente disposto a pensar que este acto de santa barbárie, ou melhor, esta longa série de actos bárbaros e de crimes que os primeiros cristãos, divinamente inspirados, cometeram contra o espírito humano, foi uma das causas principais da degradação intellectual e moral, e consequentemente também da escravização política e social, que preenchem esta sucessão de séculos nefastos a que se chama Idade Média. Estejam certos que, se os primeiros cristãos não tivessem destruído as bibliotecas, os museus e os templos da Antiguidade, nós hoje não estaríamos condenados a combater estes horríveis e odiosos absurdos, que ainda obstruem os cérebros a ponto de nos fazer duvidar, algumas vezes, da possibilidade dum futuro humano.

Protestando sempre contra determinados factos realizados na história e dos quais também reconheço o carácter inevitável, paro diante do esplendor das repúblicas italianas e do magnífico despertar do génio humano na época de Renascença. Em seguida vejo aproximar-se os dois génios do mal, tão antigos

como a história, as duas gibóias que têm devorado, até aqui, tudo o que a história produziu de humano e de belo. São a Igreja e o Estado, o *Papado* e o Império. Rivais eternos e aliados inseparáveis, vejo-os reconciliarem-se, abraçarem-se, e devorarem, suprimirem e esmagarem a infeliz e bela Itália, condenando-a a três séculos de morte. Pois bem, continuo a achar tudo isto muito natural, lógico, inevitável, mas não menos abominável, e amaldiçoio tanto o Papa como o Imperador.

Passemos à França. Depois duma luta que durou um século, o catolicismo, protegido pelo Estado, triunfou finalmente sobre o protestantismo. Pois bem, não há ainda hoje, em França, políticos e historiadores da escola fatalista que, dizendo-se revolucionários, consideram esta vitória do catolicismo — vitória sangrenta e desumana — como um verdadeiro triunfo para a Revolução? Eles consideram que o catolicismo era então o Estado, a democracia, enquanto que o protestantismo representava a revolta da aristocracia contra o Estado e consequentemente contra a democracia. É com sofismas destes, totalmente idênticos aos sofismas marxistas, que, também eles, consideram os triunfos do Estado como os da democracia social, — é com estes absurdos, tão desagradáveis como revoltantes, que perverteram o espírito e o senso moral das massas, habituando-as a considerar os seus exploradores sanguinários, os seus inimigos seculares, os seus tiranos, os chefes e os servidores do Estado, como órgãos, representantes, heróis, servidores dedicados da sua emancipação...

Reconhecendo a inevitabilidade do facto realizado, não hesito em dizer que o triunfo do catolicismo em França, no século dezasseis e dezassete, foi uma grande desgraça para a humanidade, e que tanto a Saint-Barthélemy como a revogação do édito de Nantes, foram factos tão desastrosos para a França como o foi, posteriormente, a derrota e o massacre do povo de Paris. Cheguei a ouvir france-

ses muito inteligentes e muito estimados a explicarem esta derrota do protestantismo em França pela natureza essencialmente revolucionária do povo francês.» O protestantismo, diziam, só foi uma meia revolução; precisavamos da revolução completa, foi por isso que a nação francesa não quis e não pode parar na Reforma. Ela preferiu continuar católica até ao momento em que pudesse proclamar o ateísmo; e foi por isso que ela suportou com resignação tão perfeita, tão cristã, os horrores de Siant-Barthélemy e a tirania não menos abominável dos executores do édito de Nantes».

Estes patriotas estimáveis parece que não querem considerar uma coisa. É que um povo que, sob qualquer pretexto, sofre a tirania, perde necessariamente o hábito salutar de se revoltar e até o próprio instinto de revolta. Perde o sentimento da liberdade, e a vontade, o hábito de ser livre, e quando um povo perdeu tudo isto, torna-se necessariamente, não só por condições exteriores, mas interiormente, na própria essência do seu ser, um povo escravo. (Obras, IV, 454-463, 72).

5.

**A liberdade e o governo dos melhores:
homens virtuosos, sábios.
A ciência e a vida**

...quem poderia ser, com efeito, o guardião e o executor das leis, o defensor da justiça e da ordem pública contra as paixões indesejáveis de cada um? — sendo cada um declarado incapaz de velar por si próprio e de reforçar, tanto quanto for necessário para a salvação comum, a sua própria liberdade, naturalmente dirigida para o mal. — Numa palavra, quem executaria as funções do Estado?

Os melhores cidadãos, dir-se-á, os mais inteligentes e mais virtuosos, os que compreenderem me-

lhor do que os outros os interesses comuns da sociedade e a necessidade e o dever de cada um de lhes subordinar todos os interesses particulares. É preciso, com efeito, que estes homens sejam tão inteligentes como virtuosos, pois se só fossem inteligentes e sem virtude poderiam servir-se da causa pública para o seu interesse privado, e se fossem virtuosos sem inteligência arruiná-la-iam infalivelmente apesar de toda a sua boa fé. É preciso, pois, para que uma república não pereça, que possua em todas as épocas um número considerável destes homens...

Eis uma condição que não se realiza nem facilmente, nem frequentemente... Vulgarmente, nas regiões do poder, é a insignificância, é a usura que domina e frequentemente, como vimos na história, é o negro e o vermelho, isto é, os vícios e a violência sanguinária que triunfam. (Obras, I, 166-167, 67).

Suponhamos que numa sociedade ideal, em qualquer época, existe um número suficiente de homens igualmente inteligentes e virtuosos para executarem dignamente as principais funções do Estado. Quem os procurará, quem os encontrará, quem os distinguirá e quem porá nas suas mãos as rédeas do Estado? Apropriar-se-ão do poder, conscientes da sua inteligência e da sua virtude; assim como o fizeram dois sábios da Grécia, Kléobulo e Périandro, aos quais, apesar da sua suposta grande sabedoria, os Gregos não deixaram de considerar odiosos tiranos? Mas de que modo se apoderarão do poder? Será pela persuasão ou pela força? No primeiro caso observaremos que só se persuade bem quando se está bem persuadido e que os melhores homens são precisamente os que estão menos persuadidos do seu próprio mérito; se eles tiverem consciência disso repugna-lhes geralmente impô-lo aos outros, enquanto que os homens maus e medíocres, sempre satisfeitos consigo próprios, não experimentam nenhuma repugnância em se glorificarem. Mas suponhamos até que o desejo de servir a pátria,

tendo calado nos homens com um real mérito esta excessiva modéstia, os faz apresentarem-se ao sufrágio dos seus concidadãos — serão sempre eles aceites e preferidos pelo povo em vez dos intriguistas ambiciosos, eloquentes e hábeis? Se, pelo contrário, eles se quiserem impor pela força, é necessário, primeiramente, que disponham duma força suficiente para vencer a resistência dum partido inteiro. Chegarão ao poder pela guerra civil ao fim da qual haverá um partido que não se reconciliou mas que está vencido e será sempre hostil. Para o conter, serão obrigados a utilizar a força. Já não será pois uma sociedade livre, mas um Estado despótico baseado na violência e no qual talvez encontrem coisas que vos parecerão maravilhosas — mas nunca a liberdade.

Para se ficar na ficção do Estado livre proveniente dum contrato social, é-nos necessário, pois, supor que a maioria dos cidadãos terão tido sempre a prudência, o discernimento e a justiça necessárias para pôr à cabeça do governo os homens mais dignos e mais capazes. Mas, para que um povo mostre não uma só vez e por acaso, mas sempre, em todas as eleições que tenha de fazer durante a sua existência, este discernimento, esta justiça, esta prudência, será necessário que tenha adquirido um tão alto grau de moralidade e cultura, que deixa de necessitar de um governo e dum Estado. Um tal povo só tem necessidade de viver, dando livre curso aos seus instintos: a justiça e a ordem públicas surgirão dele próprio e, naturalmente da sua vida, e o Estado, deixando de ser a providência, o tutor, o educador, o regulador da sociedade, renunciando a todo o poder repressivo e ficando com o papel subalterno que lhe destina Proudhon, já não será senão um simples escritório de negócios, uma espécie de banco de crédito público ao serviço da sociedade.

Sem dúvida, uma tal organização política, ou antes uma tal redução da acção política, em favor da liberdade da vida social, seria um grande bene-

fício para a sociedade, mas ela não satisfaria de modo algum os partidários do Estado. É-lhes absolutamente necessário um Estado-providência, um Estado-director da vida social, distribuidor da justiça e regulador da ordem pública. Quer dizer, quer o invoquem ou não e ainda que se chamem republicanos, democratas ou mesmo socialistas, — é-lhes sempre necessário um povo mais ou menos ignorante, insignificante, incapaz ou, para chamarmos as coisas pelo seu nome, um povo mais ou menos *canalha* para governar: com o fim, sem dúvida, de que, fazendo notar bem o seu desinteresse e modéstia, possam conservar eles próprios os primeiros lugares, a fim de terem sempre ocasião para se dedicarem à causa pública e assim seguros da sua dedicação virtuosa e da sua inteligência exclusiva, guardiões privilegiados do rebanho humano, impelindo-o sempre para seu próprio bem e conduzindo-o à salvação, o possam também explorar um pouco. (Obras, I, 168 a 171, 67).

Imaginem uma academia de sábios, composta pelos representantes mais ilustres da ciência; supõem que esta academia está encarregada da legislação, da organização da sociedade, e que, só se inspirando no mais puro amor da verdade, ela apenas lhe dita leis perfeitamente conformes com as mais recentes descobertas da ciência. Pois bem, eu afirmo que esta legislação e esta organização serão uma monstruosidade, por várias razões. A primeira, é que a ciência humana é sempre necessariamente imperfeita, e que, comparando o que ela descobriu com o que lhe falta descobrir, pode-se dizer que ela ainda está no seu berço. De modo que se quiséssemos forçar a vida prática, tanto colectiva como individual, e os homens se confirmassem estritamente, exclusivamente com as últimas dádivas da ciência, condenaríamos tanto a sociedade como os indivíduos a sofrerem o martírio numa cama de Procuste, que acabaria em breve por os deslocar e abafar, continuando sempre a vida infinitamente maior do que a ciência.

A segunda razão é a seguinte: uma sociedade que obedecesse a uma legislação proveniente duma academia científica, não porque nela estivesse contido o carácter racional, em cujo caso a existência da academia se tornaria inútil, mas porque esta legislação, emanando desta academia, se impunha em nome de uma ciência que seria venerada sem se compreender, — uma sociedade destas, não seria de homens, mas de brutos. Seria uma segunda edição desta pobre república do Paraguai que se deixou governar tanto tempo pela Companhia de Jesus. Uma sociedade assim não tardaria a descer ao mais baixo grau do idiotismo. (Obras, III, 51 a 53, 71).

.

Existe realmente em todas as coisas um lado, ou se quiserem uma espécie de *ser íntimo* que não é inacessível, mas que é imperceptível para a ciência. Não se trata de modo algum do ser íntimo de que nos fala o Sr. Littré juntamente com todos os metafísicos e que constituiria segundo eles, o *ser* das coisas, e o *porquê* dos fenómenos; é pelo contrário o lado menos essencial, o menos interior, o mais exterior, e ao mesmo tempo o mais real e o mais passageiro, a mais fugitiva das coisas e dos seres: é a sua materialidade imediata, a sua verdadeira individualidade, tal qual se apresenta unicamente aos nossos sentidos, e que nenhuma reflexão do espírito seria capaz de reter, nem nenhuma palavra seria capaz de exprimir. Repetindo uma observação muito curiosa que Hegel fez, julgo eu que já falei, pela primeira vez, desta particularidade da linguagem humana de só poder exprimir generalidades e nunca a existência imediata das coisas, nesta crueza realista em que a impressão imediata é captada pelos nossos sentidos. Tudo o que pudermos dizer sobre uma coisa para a caracterizar, todas as propriedades que lhe atribuam ou que lhe encontrem serão determinações gerais, aplicáveis em graus

diferentes e numa quantidade inumerável de diferentes combinações, a muitas outras coisas. As determinações e descrições mais detalhadas, mais íntimas e mais materiais que poderão fazer serão ainda determinações gerais e nunca individuais. A individualidade dum coisa não se exprime. Para a indicar têm ou de a trazer à presença do vosso interlocutor, mostrando-lha, fazendo com que ele a ouça e palpe; têm de determinar o seu lugar no espaço e no tempo e, também, as relações com as outras coisas já determinadas e conhecidas. Ela foge e escapa a todas as outras determinações. Mas também foge e escapa a si própria, pois ela não é outra coisa senão uma transformação incessante: ela é, ela era, ela já não é ou até ela já é outra coisa. A sua realidade constante é desaparecer ou transformar-se. Mas esta realidade constante é o seu aspecto geral, a sua lei, o objecto da ciência. Esta lei, tomada e considerada à parte, não é senão uma abstracção, desprovida de qualquer carácter real e de toda a existência real. Ela só existe realmente e só se torna uma lei efectiva neste processo real e vivo de transformações imediatas, fugitivas, imperceptíveis e inefáveis. *Tal é a dupla natureza, a natureza contraditória das coisas: ser realmente, no que incessantemente deixa de ser, e nunca existir realmente, no que se mantém geral e constante no meio das suas transformações perpétuas...*

A ciência, que só se relaciona com o que é exprimível e constante, isto é, com as generalidades mais ou menos desenvolvidas e determinadas, perde aqui o seu latim e baixa a sua bandeira diante da vida, pois só ela se relaciona com a parte viva e sensível, inacessível e inefável, das coisas. Tal é o real e, pode-se dizer, o único limite da ciência, um limite verdadeiramente intransponível... A ciência só trabalha com sombras... A realidade viva escapa-lhe, e só se mostra à vida, que, sendo também ela fugitiva e passageira, pode discernir e discerne

efectivamente tudo o que vive, isto é, tudo o que passa ou que foge. (Obras, III, 393 a 395, 70).

Como seres vivos, discernimos e sentimos esta realidade, ela envolve-nos e nós sofremo-la e exercemo-la nós próprios, muitas vezes sem o sabermos, a todo o momento. Como seres pensantes, abstraímos-nos forçosamente dela, pois o nosso próprio pensamento só começa com esta abstracção e por ela. (Obras, III, 399, 70).

.

A ciência não pode sair da esfera das abstracções. Neste aspecto, ela é infinitamente inferior à arte, que, também ela, só se relaciona propriamente com os tipos gerais e situações gerais, mas que, por um artifício que lhe é peculiar, sabe incarná-los em formas que, por não serem vivas, como na vida real, não provocam menos, na nossa imaginação, o sentimento ou a lembrança desta vida; ela individualiza, de qualquer modo, os tipos e situações que concebe, e, por estas individualidades sem carne nem osso, e, como tais, permanentes e imortais, que ela tem a necessidade de criar, lembra-nos as individualidade vivas e reais, que aparecem e desaparecem aos nossos olhos. A arte é pois, de qualquer modo, o regresso da abstracção à vida. A ciência é, pelo contrário, o sacrifício perpétuo da vida fugitiva, passageira, mas real, sobre o altar das abstracções eternas.

A ciência é tão pouco capaz de discernir a individualidade dum homem como a de um coelho. Quer dizer que ela é tão indiferente com uma como com a outra. Não significa que ela ignore o princípio da individualidade. Ela concebe-a perfeitamente como princípio, mas não como factó. Ela sabe muito bem que todas as espécies animais, incluindo a espécie humana, só têm existência real num número indefinido de indivíduos, que nascem e que morrem, tomando lugar em indivíduos novos igualmente passageiros. Ela sabe que, à medida que se sobe

nas espécies animais até às espécies superiores, o princípio da individualidade determina-se melhor, aparecendo os indivíduos mais completos e mais livres... Ela sabe, quando não está absolutamente nada viciada pelo doutrinário quer teológico, quer metafísico, quer político e jurídico, quer até mesmo por um orgulho estreitamente científico, e quando já não é surda aos instintos e às aspirações espontâneas da vida, ela sabe, e é essa a sua última palavra, que o respeito do homem é a lei suprema da humanidade...

A ciência sabe tudo isso, mas ela não vai nem pode ir além disso. Constituindo a abstracção a sua natureza, ela pode conceber muito bem o princípio da individualidade real e viva, mas não pode fazer nada com os indivíduos reais e vivos. Ela ocupa-se dos indivíduos em geral, não do Pedro e do Joaquim, nem deste ou daquele indivíduo, que não existem nem podem existir para ela. Estes indivíduos não são para ela, mesmo uma só vez, senão abstracções. (Obras, III, 92 a 94, 71).

A ciência inclui o pensamento da realidade, não a realidade em si mesma; o pensamento da vida, não a vida...

... A ciência é imutável, impessoal, geral, abstracta, insensível... A vida é sempre fugitiva e passageira, mas também sempre palpitante de realidade e de individualidade, de sensibilidade, de sofrimentos, de alegrias, de aspirações, de necessidades e de paixões. É só ela que cria. espontaneamente, as coisas e todos os seres reais. A ciência não cria nada, ela só constata e reconhece as criações da vida. E sempre que os homens da ciência, saindo do seu mundo abstracto, se ocupam da criação viva no mundo real, tudo o que propõem ou criam é pobre e ridiculamente abstracto, sem sangue nem vida, morrendo à nascença, semelhante ao homunculus criado por

Wagner, o discípulo pedante do imortal doutor Fausto. Disto resulta que a única missão da ciência é esclarecer a vida e não governá-la. (Obras, III, 88 a 90, 71).

...nós sabemos que a *sociologia* é uma ciência recém-nascida, que ainda está à procura dos seus elementos...

...o que seria uma sociedade que só nos apresentasse a adaptação à prática ou a aplicação duma ciência, mesmo que esta ciência fosse a mais perfeita e a mais completa do mundo? Uma miséria. Imaginem um universo que só contivesse o que o espírito humano até hoje apercebeu, reconheceu e compreendeu, — não seria isto um miserável casebre ao lado do universo que existe?

Nós respeitamos inteiramente a ciência e consideramo-la como um dos mais preciosos tesouros, como uma das glórias mais puras da humanidade. Por sua causa o homem distingue-se do animal, hoje seu irmão mais novo, outrora seu antepassado, e torna-se capaz de liberdade. Portanto, também é necessário reconhecer os limites da ciência e de lhe lembrar que ela não é o todo, é só uma parte, e que o todo é a vida...

A vida, encarada com este sentido universal, deixa de ser a aplicação duma teoria humana ou mesmo divina, é uma criação, diríamos de boa vontade, se não receássemos dar lugar a um mal-entendido com esta palavra; e comparando os povos, criadores da sua história, com artistas, nós perguntaríamos se os grandes poetas esperaram, alguma vez, que a ciência descobrisse as leis da criação poética para criarem as suas obras-primas. Ésquilo e Sófocles não escreveram as suas magníficas tragédias muito antes de Aristóteles ter decalcado sobre as suas próprias obras a primeira estética? Shakespeare deixou-se alguma vez inspirar por alguma teoria e Beethoven alargou alguma vez as bases

do contraponto para ciar as suas sinfonias? E que seria uma obra de arte produzida segundo os preceitos da mais bela estética do mundo? Uma vez mais, uma coisa miserável. Mas os povos que criam a sua história não são, provavelmente, nem mais pobres de instinto, nem mais fracos criadores, nem mais dependentes dos Srs. sábios do que os artistas! (Obras, I, 74 a 77, 67).

A autêntica ciência da história, por exemplo, ainda não existe e só hoje começamos a descortinar as condições imensamente complicadas desta ciência. Mas suponhamo-la realizada: o que é que ela nos poderá dar? Ela reproduzirá o quadro racional e fiel do desenvolvimento natural das condições gerais, tanto materiais como ideais, tanto económicas como políticas e sociais, religiosas, filosóficas, estéticas e científicas, das sociedades que tiveram uma história. Mas este quadro universal da civilização humana, por muito detalhado que seja, conterà unicamente apreciações gerais e, por isso, *abstractas*, querendo dizer que os milhares de indivíduos que constituíram *a matéria viva e sofredora* desta história, simultaneamente triunfante e lúgubre, — triunfante sob o ponto de vista dos seus resultados gerais, lúgubre sob o ponto de vista da imensa hecatombe de vítimas humanas «esmagadas sob o seu carro» —, que estes milhares de indivíduos obscuros, mas sem os quais nenhum destes grandes resultados abstractos da história teria sido obtido, e que, notem bem, nunca aproveitaram nenhum desses resultados, que estes indivíduos não encontrarão mesmo o mais pequeno lugar na história. Eles venceram, foram sacrificados e esmagados para o bem da humanidade abstracta, eis tudo.

Será necessário censurar a ciência da história? Seria ridículo e injusto. Os indivíduos são inatingíveis pelo pensamento, pela reflexão, mesmo pela lingua-

gem, que só é capaz de exprimir abstracções; tão inatingíveis no presente como no passado. Pois a própria ciência social, a ciência do futuro, continuará forçosamente a ignorá-los. O que devemos exigir dela é que nos indique, com uma mão firme e fiel, *as causas gerais dos sofrimentos individuais* —, e entre estas causas ela não esquecer, sem dúvida, o morticínio e a subordinação, ai! ainda tão habituais, indivíduos vivos por generalidades abstractas; e ao mesmo tempo que ela nos mostre *as condições gerais necessárias à emancipação real dos indivíduos que vivem em sociedade*. Eis a sua missão, eis os seus limites, para além dos quais a acção da ciência social se tornaria impotente e funesta. Pois para além desses limites começam as pretensões doutrinárias e governamentais, dos seus representantes creditados, dos seus padres...

Mais uma vez, a única missão da ciência é iluminar o caminho. Mas só a vida, libertada de todos os entraves governamentais e doutrinários e elevada à plenitude da sua acção espontânea, é que pode criar. (Obras, III, 98 a 100, 71).

...a vida natural e social precede sempre o pensamento, que não é senão uma das suas funções, nunca o seu resultado; ele desenvolve-se a partir das profundezas inesgotáveis que lhe são peculiares, por meio duma sucessão de factos distintos, não por meio de reflexões abstractas. (Estatismo e Anarquismo, 233, 73).

A abstracção científica, já tenho dito, é uma abstracção racional, verdadeira na sua essência, necessária à vida da qual ela é a representação teórica, a consciência. Ela pode, deve ser absorvida e dirigida pela vida. (Obras, III, 104, 71).

Mas há ainda uma terceira razão que torna um governo destes impossível. É que uma academia científica revestida com esta soberania, por assim

dizer absoluta, mesmo que fosse composta pelos homens mais ilustres, acabaria infalivelmente e dentro de pouco tempo por se corromper moral e intelectualmente. É já hoje, com os poucos privilégios que lhe deixamos, a história de todas as academias. O maior génio científico, desde o momento em que se torna um académico, um sábio oficial, baixa inevitavelmente de crédito e entorpece. Perde a sua espontaneidade, a sua audácia revolucionária, e esta energia incómoda e selvagem que caracteriza os maiores génios, chamados sempre para destruir os mundos caducos e para lançar as bases dos novos mundos. Ele ganha, sem dúvida, em delicadeza, em sabedoria utilitária e prática, perdendo na capacidade de pensar. Numa palavra, ele corrompe-se.

É característico do privilégio e de toda a posição privilegiada destruir o espírito e o coração dos homens. O homem privilegiado, quer politicamente, quer economicamente, é um homem intelectual e moralmente depravado. Eis uma lei social que não admite nenhuma excepção, e que se aplica não só a nações inteiras como às classes, às companhias e aos indivíduos. É a lei da igualdade, condição suprema da liberdade e da humanidade. O principal fim deste livro é desenvolvê-la e demonstrar a verdade em todas as manifestações da vida humana.

Um corpo científico, ao qual se tivesse confiado o governo da sociedade, acabaria depressa por se deixar de ocupar da ciência para o fazer com outro assunto muito diferente; e este assunto, o de todos os poderes estabelecidos, seria eternizar-se fazendo com que a sociedade se confiasse aos seus cuidados, cada vez mais estúpida e conseqüentemente mais necessitada do seu governo e da sua direcção.

Mas o que é verdadeiro para as academias científicas, é-o igualmente para todas as assembleias constituintes e legislativas, mesmo que tenham saído dum sufrágio universal. Este último pode renovar-lhe a composição, isso é verdade, o que não impede que se forme, em alguns anos, um corpo de políticos,

privilegiados de facto, não de direito, e que, dedicando-se exclusivamente à direcção dos assuntos públicos de um país, acabam por constituir uma espécie de aristocracia ou de oligarquia política. (Obras, III, 53-54, 71).

.

...entre o pequeníssimo número de sábios que estão realmente desprovidos de todas as preocupações e vaidade temporais, há poucos, mesmo muito poucos, que não tenham um grande vício, capaz de contrabalançar todas as outras qualidades: este vício, é o orgulho da inteligência e o desprezo profundo, disfarçado ou aberto, por tudo o que não é tão sábio como eles. Uma sociedade que fosse governada por sábios teria pois o governo do desprezo, isto é, o despotismo esmagador e a mais humilhante escravatura que uma sociedade humana poderia ter. Seria também necessariamente o governo da estupidez, pois nada é mais estúpido do que a inteligência orgulhosa de si própria. (Obras, III, 271, 70).

Ser escravo de pedantes — que destino para a humanidade! (Estatismo e Anarquismo, 232, 73).

Parece-nos que, de todas as aristocracias que oprimiram, cada uma por si e às vezes todas em conjunto, a sociedade humana, a chamada aristocracia da inteligência é a mais odiosa, a mais desprezadora e a mais opressiva. A aristocracia nobiliária diz-vos: «você é um homem muito galante, mas não nasceu nobre!» É uma injúria que ainda podemos suportar. A aristocracia do capital reconhece-vos toda a espécie de méritos, «mas, ela acrescenta, não tem vintém!» É igualmente suportável... Mas a aristocracia da inteligência diz-nos: «Não sabem nada, não compreendem nada, são uns burros, e eu, homem inteligente, tenho que vos pôr a albarda e conduzir-vos.» Isto é intolerável.

A aristocracia da inteligência, esta filha querida do doutrinário moderno, este último refúgio do

espírito de dominação que desde o começo da história afluíu o mundo e que constitui e sancionou todos os Estados, este culto pretencioso e ridículo da inteligência reconhecida, só pôde nascer no seio da burguesia. Ela tinha apoiado o seu poder em dois argumentos irresistíveis, dando-lhe por base a violência, a força do seu braço e a sanção da graça de Deus. Ela violava e a Igreja abençoava, — era assim a natureza do seu direito. Esta união íntima da brutalidade triunfante com a sanção divina dava-lhe um grande prestígio e produzia nela uma espécie de virtude cavaleiresca que conquistava todos os corações.

A burguesia, desprovida de todas estas virtudes e de todas estas graças, só teve para fundamentar o seu direito um argumento: o poderio muito real, mas muito prosaico, do dinheiro. É a negação cínica de todas as virtudes: se tiveres dinheiro, por muito canalha e estúpido que sejas, tens todos os direitos; se não tiveres um vintém, sejam quais forem os teus méritos pesoais, tu não vales nada. Eis aqui na sua franqueza rude, o princípio fundamental da burguesia. Parece-nos que um argumento destes, por muito forte que seja, não bastaria para o estabelecimento e sobretudo para a consolidação do poder burguês. A sociedade humana é constituída de tal modo que as piores coisas só se podem estabelecer nela com a ajuda de uma aparência respeitável. Daí nasceu o provérbio que diz que a hipocrisia é uma homenagem que o vício faz à virtude. As mais fortes brutalidades necessitam duma sanção.

Vimos que a nobreza tinha posto todas as suas prerrogativas sob a protecção da graça divina. A burguesia não podia recorrer a esta protecção... Procurou-a na inteligência reconhecida.

Ela sabe muito bem que a principal base, e até se poderia dizer a única, da sua força política actual, é a sua riqueza; mas, não querendo nem podendo confessá-lo, ela procura explicar esta força pela superioridade da sua inteligência, não natural mas científica; para governar os homens, acha ela,

é preciso saber muito e hoje só ela é que sabe. (Obras, V, 129 a 132, 69).

O governo da ciência e dos homens de ciência, mesmo que se chamassem positivistas, discípulos de Auguste Comte ou até discípulos da Escola doutrinária do comunismo alemão, só pode ser impotente, ridículo, desumano, cruel, opressivo, explorador, maléfico. Pode-se dizer dos homens da ciência, *como tais*, o que eu disse dos teólogos e dos metafísicos: não têm nem senso, nem coração para os seres individuais e vivos. Nem sequer se pode censurá-los, pois são consequência natural da sua profissão...

Não são exclusivamente homens de ciência, eles também são mais ou menos homens da vida.

De qualquer modo, é melhor não nos fiarmos muito nisso, e, se podemos estar mais ou menos certos que nenhum sábio ousará, hoje, tratar um homem como trata um coelho, é de recear sempre que equipas de sábios, se tanto lhes permitirem, submetam os homens vivos a experiências científicas sem dúvida menos cruéis, mas que não seriam menos desastrosas para as suas vítimas humanas. Se os sábios não podem fazer experiências no corpo dos homens individuais, eles exigirão fazê-las no corpo social e eis o que é necessário impedir totalmente. (Obras, III, 90-91, 71).

A ciência, quando não humaniza, deprava. Ela refina o crime e torna mais degradante a cobardia. Um escravo sábio é um doente incurável. Os sábios opressores, carrascos, déspotas, estão sempre coraçados contra tudo o que se chama humanidade e piedade. Nada os demove, nada os assusta nem os toca, excepto os seus sofrimentos e os seus perigos. O despotismo sábio é mil vezes mais desmoralizante, mais perigoso para as suas vítimas do que o despotismo que é só brutal. Este só tem influência sobre

o corpo, sobre a vida exterior, sobre a riqueza, sobre as relações, sobre os actos. Ele não pode penetrar na fortaleza interior, porque não tem a chave. Falta-lhe o espírito para esmagar o espírito. O despotismo inteligente e sábio, pelo contrário, penetra na alma dos homens e corrompe os seus pensamentos na sua origem. (Nettlau, 605, 72).

.

Repelirei eu qualquer autoridade? Longe de mim pensar isso. Quando se trata de botas, recorro à autoridade do sapateiro; se se trata duma casa, dum canal ou dum caminho de ferro, consulto a do architecto ou do engenheiro. Para cada ciência específica dirijo-me a este ou àquele sábio. Mas não deixo imporem-me nem o sapateiro, nem o architecto, nem o sábio. Eu escuto-os livremente e com todo o respeito que me merecem a sua inteligência, o seu carácter, a sua sabedoria, reservando no entanto o meu direito incontestável de crítica e de controlo. Não me contento em consultar uma única autoridade especialista, eu consulto várias; comparo as suas opiniões e escolho a que me parece mais justa. Mas não reconheço nenhuma autoridade infalível, mesmo nas questões mais específicas; por isso, por muito respeito que eu possa ter pela honestidade e pela sinceridade deste ou daquele individuo, nunca terei fé absoluta em ninguém. Uma fé destas seria fatal para a minha razão, para a minha liberdade e até para o sucesso dos meus empreendimentos; ela transformar-me-ia imediatamente num escravo estúpido e num instrumento da vontade e dos interesses dos outros.

Se me inclino diante da autoridade dos especialistas e se me declaro pronto a seguir, em certa medida, pelo tempo que me pareça necessário, as suas indicações e até a sua direcção, é porque esta autoridade não me é imposta por ninguém, nem pelos homens, nem por Deus. De outro modo repeli-los-ei com horror e mandarei para o diabo os seus conse-

lhos, a sua direcção e a sua ciência, com a certeza de que me fariam pagar pela perda da minha liberdade e da minha dignidade os restos de verdade humana, envolvidos com muitas mentiras, que me poderiam dar.

Inclino-me diante da autoridade dos especialistas porque ela me é imposta pela minha razão. Tenho consciência de só poder abraçar em todos os seus detalhes e desenvolvimentos positivos uma pequeníssima parte da ciência humana. A maior inteligência não chegaria para abraçar o todo. Onde resulta, tanto para a ciência como para a indústria, a necessidade de divisão e de associação do trabalho. Recebo e dou, tal é a vida humana. Cada um é uma autoridade dirigente e cada um é dirigido por sua vez. Então não há nenhuma autoridade fixa e constante, mas uma troca contínua de autoridade e subordinação mútuas, passageiras e sobretudo voluntárias.

Esta mesma razão impede-me pois de reconhecer uma autoridade fixa, constante e universal, pois não há nenhum homem universal, nenhum homem que seja capaz de abraçar nesta riqueza de detalhes, sem a qual a aplicação da ciência à vida de modo algum é possível, todas as ciências, todos os ramos de vida social. E, se uma tal universalidade se pudesse algum dia realizar num só homem, e se ele quisesse fazer-se prevalecer para nos impor a sua autoridade, seria preciso eliminar esse homem da sociedade, porque a sua autoridade reduziria inevitavelmente todos os outros à escravatura e à imbecilidade. Não penso que a sociedade tenha de maltratar os homens de génio como o tem feito até aqui. Mas também não penso que ela tenha de os engordar, nem de lhes conceder sobretudo privilégios ou direitos de espécie alguma. (Obras, III, 55 a 57, 71).

.

O espírito do maior génio do mundo acaso é outra coisa senão o produto do trabalho colectivo,

tanto intelectual como industrial, de todas as gerações passadas e presentes? Para nos convenceremos disto, imaginemos este mesmo génio transportado desde a mais tenra infância para uma ilha deserta; supondo que ele não morre de fome, no que é que ele se tornará? Um animal, um bruto que nem saberá pronunciar uma palavra e que por isso nunca pensará; transportem-no para esta ilha com a idade de dez anos, no que é que ele se tornará alguns anos mais tarde? Ainda num bruto, que perderá o hábito de falar e que só conservará da sua humanidade passada um vago instinto. Enfim transportem-no para lá com a idade de vinte anos, trinta anos — passados dez, quinze, vinte anos, tornar-se-á estúpido. Talvez invente qualquer religião nova!

O que é que isto prova? Prova que o homem mais bem dotado pela natureza só recebe faculdades, mas que estas faculdades permanecem mortas, se não forem fertilizadas pela forte e benéfica acção da colectividade. Diremos mais: Quanto mais favorecido é o homem pela natureza, mais recebe da colectividade; donde resulta que mais lhe deve dar, com toda a justiça.

De qualquer modo, reconhecemos de boa vontade que ainda que uma grande parte dos trabalhos intellectuais se possam executar melhor e mais depressa colectivamente do que individualmente, existem outros que exigem o trabalho isolado. Mas o que é que se conclui daqui? Que os trabalhos isolados do génio ou do talento, sendo mais raros, mais preciosos e mais úteis do que os dos trabalhadores vulgares, deverão ser melhor retribuídos do que estes últimos? E em que base, digam-me? Estes trabalhos serão mais penosos do que os trabalhos manuais? Pelo contrário, estes últimos são sem comparação mais penosos. O trabalho intelectual é um trabalho atraente, que tem a sua recompensa em si próprio e que não precisa de outra retribuição. Tem uma outra na estima e no reconhecimento dos contemporâneos, na luz que lhes dá e no bem que lhes faz. Vocês

que cultivam com tanta força o ideal, senhores socialistas burgueses, não acham que esta recompensa vale bem uma outra, ou preferiam que ele tivesse uma remuneração mais sólida em dinheiro bem sonante?

E aliás, ficariam muito embaraçados se vos fosse preciso estabelecer as taxas dos produtos intellectuais do génio. São, como Proudhon observou muito bem, valores incomensuráveis: eles não custam nada, ou melhor, eles custam milhões. (Obras, V, 125 a 127, 69).

.

Esperemos todavia que a futura sociedade encontrare na organização verdadeiramente prática e popular da sua força colectiva o meio de tornar estes grandes génios menos necessários, menos opressivos e mais benéficos para toda a gente. Pois é preciso nunca esquecer a profunda frase de Voltaire: «Há alguém que tem mais espírito do que os maiores génios, é toda a gente.» Já só se trata pois de organizar *toda a gente* para a maior liberdade baseada na mais completa igualdade: económica, política e social. (Obras, V, 151-152, 69).

.

A inteligência separada da actividade corporal enerva-se, definha-se, murcha, enquanto que a força corporal da humanidade separada da inteligência, embrutece e neste estado de separação artificial, nenhuma produz metade do que é capaz, do que deve produzir quando reunidas numa nova síntese social, onde já não formarão senão uma única acção produtiva. Logo que o homem de ciência trabalhe e o homem de trabalho pense, o trabalho inteligente e livre será considerado como o mais belo título de glória para a humanidade, como a base da sua dignidade, do seu direito, como a manifestação do

seu poder humano sobre a terra; — e a humanidade estará construída. (Nettlau, 230-231, 64-67).

... no interesse do próprio trabalho assim como no da ciência, é necessário que já não haja nem operários, nem sábios, mas unicamente homens.

Disto resultará, que os homens que, pela sua inteligência superior, são hoje arrastados para o mundo exclusivo da ciência, uma vez estabelecidos neste mundo, cedendo à necessidade de uma posição burguesa, dirigem todas as suas invenções para a utilidade exclusiva da classe privilegiada, da qual fazem parte, — que estes homens, uma vez que se tornem verdadeiramente solidários de toda a gente, solidários não só em imaginação e em palavras, mas nos factos, pelo trabalho, também dirigirão necessariamente as descobertas e as aplicações da ciência para o proveito de toda a gente, e em primeiro lugar para aliviar e enobrecer o trabalho, esta base, a única legítima e a única real, da sociedade humana. (Obras, V, 145-146, 69).

Isto não impedirá, sem dúvida, que homens de génio, melhor organizados para as especulações científicas do que a grande maioria dos seus contemporâneos, não se dediquem mais exclusivamente do que os outros à cultura das ciências, e não prestem grandes serviços à humanidade...

A ciência, tornando-se o património de toda a gente, fundir-se-á de qualquer modo com a vida imediata e real de cada um. Ela ganhará em utilidade e em atractivo o que perderá em ambição e pedantismo doutrinário. Ela tomará, na vida, o lugar que o contraponto deve ocupar, segundo Beethoven, nas composições musicais. A quem lhe tivesse perguntado se era necessário saber o contraponto para compor boa música, ele teria respondido: «sem dúvida que é absolutamente necessário conhecer o contraponto; mas é também necessário esquecê-lo depois de o ter apreendido, se se quiser compor qualquer coisa de jeito». O contraponto constitui de certo modo a carcaça regular, mas perfeitamente desagradável e

inanimada, da composição musical, e como tal tem de desaparecer necessariamente sob a graça espontânea e viva da criação artística. Do mesmo modo que o contraponto, a ciência não é de modo nenhum o fim, não é senão um dos meios mais necessários e mais magníficos desta outra criação, mil vezes mais sublime do que todas as composições artísticas, da vida e da acção imediatas e espontâneas dos indivíduos na sociedade. (Obras, III, 398, 70).

.

A capacidade de pensar e a capacidade de querer... não implicam sempre e necessariamente, uma, a verdade, e a outra, o bem. A história mostra-nos o exemplo de muitos pensadores com muita capacidade que fizeram disparates... Sempre que um pensador, por muita capacidade que tenha, raciocine com bases falsas, chegará necessariamente a conclusões falsas, e estas conclusões serão tanto mais monstruosas quanto mais força ele tiver feito para as desenvolver. (Obras, III, 259-260, 70).

.

Resumindo...

Reconhecemos a autoridade absoluta da ciência, mas repelimos a infalibilidade e universalidade dos representantes da ciência. Na nossa Igreja, — permitam-me que se sirva por um momento desta expressão que detesto; a Igreja e o Estado são os meus dois javalis, — na nossa Igreja, assim como na Igreja protestante, temos um chefe, um Cristo invisível, a ciência; e como os protestantes, ainda mais consequentes do que os protestantes, não queremos aguentar nem papas, nem concílios, nem conchaves de cardiais infalíveis, nem bispos, nem mesmo padres. O nosso Cristo distingue-se do Cristo protestante e cristão no seguinte: este último é um ser pessoal e o nosso é impessoal; o Cristo cristão, já realizado

num passado eterno, apresenta-se como um ser perfeito, enquanto que a realização e a perfeição do nosso Cristo, da ciência, dar-se-á no futuro: o que equivale a dizer que nunca se realizará. Só reconhecendo a autoridade absoluta da *ciência absoluta*, nós não comprometemos em nada a nossa liberdade.

... O nosso Cristo ficará pois eternamente incompleto, o que deve abater muito o orgulho dos seus representantes creditados entre nós. Contra este Deus filho, em nome do qual eles pretendiam impor-nos a sua autoridade insolente e pedantesca, nós apelaremos para Deus pai que é o mundo real, a vida real, da qual ele não é senão a expressão muito imperfeita e da qual nós somos, nós, — os seres reais, vivendo, trabalhando, combatendo, amando, aspirando, gozando e sofrendo, — os representantes imediatos.

Mas ao repelir a autoridade absoluta, universal e infalível dos homens de ciência,... nós só pedimos para ver homens dotados de grande sabedoria, de grande experiência, de grande espírito e sobretudo de grande coração, exercer sobre nós uma influência natural e legítima, livremente aceite e nunca imposta em nome de qualquer autoridade oficial seja qual for, celeste ou terrestre. Aceitamos todas as autoridades naturais e todas as influências de facto, nenhuma de direito. (Obras, III, 57 a 59, 71).

6.

Pátria, nacionalismo, liberdade

O Estado não é a Pátria; é a abstracção, a ficção metafísica, mística, política e jurídica da Pátria. As massas populares de todos os países amam profundamente a sua pátria; mas é um amor natural, real; o patriotismo do povo não é uma ideia, mas um facto; e o patriotismo político, o amor do Estado, não é uma expressão justa deste facto, mas uma

expressão desnaturada por meio duma abstracção mentirosa, e sempre em proveito duma minoria exploradora. A Pátria, a nacionalidade, assim como a individualidade, é um facto natural e social, fisiológico e histórico simultaneamente; não é um princípio. Só se pode chamar um princípio humano ao que é universal, comum a todos os homens, mas a nacionalidade separa-os: ela não é pois um princípio. Mas o que é um princípio, é o respeito que cada um deve ter pelos factos naturais, reais ou sociais. Ora, a nacionalidade, assim como a individualidade, é um destes factos. Temos pois de a respeitar. Violá-la é um delito, e, para falar a linguagem de Mazzini, ela torna-se um princípio sagrado sempre que é ameaçada e violada. E é por isso que me sinto francamente e sempre o patriota de todas as pátrias oprimidas.

A Pátria representa o direito incontestável e sagrado de qualquer homem, de qualquer grupo de homens, associações, comunas, regiões e nações, viver, sentir, pensar, querer e agir ao seu modo, e este modo é sempre o resultado incontestável de um longo desenvolvimento histórico.

Nós inclinamo-nos, por isso, diante da tradição, diante da história; ou melhor reconhecemo-las, não porque elas se nos apresentam como barreiras abstractas, elevadas metafísica, jurídica e politicamente por sábios intérpretes e professores do passado, mas somente porque elas passaram realmente no sangue e na carne, nos pensamentos reais e na vontade das populações actuais. (Obras, VI, 382 a 384, 71).

Qualquer povo, qualquer indivíduo é involuntariamente o que é e o que tem o direito incontestável de ser... No entanto, se o povo ou o indivíduo existem dum certo modo e não podem existir doutro, não se pode de modo algum deduzir por isso que tenham o direito ou que lhes seja útil considerar um a sua nacionalidade e o outro a sua individualidade, como os princípios exclusivos de que seria preciso

ocupar-se eternamente. Pelo contrário, quanto menos se ocuparem com eles próprios mais impregnados ficarão de ideia geral de humanidade, mais se reanimarão e mais obterão um sentimento interior, um da sua nacionalidade, o outro da sua individualidade. (Estatismo e Anarquismo, 120-121, 73).

...patriotas sem dívida, mas no sentido mais humano desta palavra, isto é, patriotas e internacionais ao mesmo tempo. (Obras, VI, 394, 71).

.

Este pretendo *princípio da nacionalidade*, tal como foi posto nos nossos dias pelos governos da França, da Rússia e da Prússia e até por muitos patriotas alemães, polacos, italianos e húngaros, não é senão um derivativo oposto pela reacção ao espírito da revolução: eminentemente aristocrática no fundo, quase a fazer desprezar os dialectos das populações não letradas, negando implicitamente a liberdade das províncias e a autonomia real das comunas... — este princípio nada exprime senão os pretensos direitos históricos e a ambição dos Estados. O direito à nacionalidade nunca poderá ser considerado pela Liga senão como uma consequência natural do princípio supremo da liberdade, deixando de ser um direito desde o momento em que ele se põe quer contra a liberdade, quer até unicamente fora da liberdade.

A unidade é o fim para o qual a humanidade tende irresistivelmente. Mas ela torna-se fatal, destrutiva da inteligência, da dignidade, da prosperidade dos indivíduos e dos povos, sempre que ela se forma fora da liberdade, quer pela violência, quer sob a autoridade duma ideia teológica, metafísica, política ou até económica. O patriotismo, que tende à unidade fora da liberdade, é um patriotismo mau, sempre funesto para os interesses populares e reais do país que pretende exaltar e servir, amigo, muitas

vezes sem o querer, da reacção — inimigo da revolução, isto é, da emancipação das nações e dos homens. A Liga só poderá reconhecer uma unidade: a que se constituirá livremente pela federação das partes autónomas no todo, de modo que este, deixando de ser a negação dos direitos e dos interesses particulares, deixando de ser o cemitério onde se vêm enterrar forçadamente todas as prosperidades locais, tornar-se-á pelo contrário a confirmação e a fonte de todas estas autonomias e de todas estas prosperidades. (Obras, I, 19 a 21, 67).

.

...os principais elementos que, combinados de maneiras mais ou menos diferentes, constituem esta coisa a que se chama patriotismo.

...são quatro: 1.º) o elemento natural ou fisiológico; 2.º) o elemento económico; 3.º) o elemento político; e 4.º) o elemento religioso ou fanático.

O elementos fisiológico é a principal base de todo o patriotismo ingénuo, instintivo e brutal. É uma paixão natural e que, precisamente por ser demasiado natural, isto é, completamente animal, está em contradição flagrante com toda a política, e quanto pior for, mais embaraça o desenvolvimento económico, científico e humano da sociedade.

O patriotismo natural é um facto puramente bestial, que se encontra em todos os graus da vida animal, e até, de certo modo na vida vegetal. O patriotismo tomado neste sentido é uma guerra de destruição, é a primeira expressão humana deste grande e fatal combate pela vida que constitui todo o desenvolvimento, toda a vida do mundo natural ou real — combate incessante, o inter-devoramento universal que nutre cada indivíduo, cada espécie com a carne e com o sangue dos indivíduos de espécies diferentes, e que renovando-se fatalmente em cada hora, em cada instante, faz viver, prosperar e desen-

volver as espécies mais completas, mais inteligentes, mais fortes à custa das outras.

... A planta mais forte, a que parece estar mais bem adaptada às condições particulares do clima e do solo, desenvolvendo-se sempre com um maior vigor relativo, tende naturalmente a abafar todas as outras. É uma luta silenciosa, mas sem tréguas...

No mundo animal reproduz-se a mesma luta, unicamente com mais movimento dramático e barulho. Já não é um abafamento silencioso e insensível. O sangue corre, e o animal dilacerado, devorado, torturado, enche o ar com os seus gemidos. Enfim, o homem, o animal falante, introduz a primeira frase nesta luta e esta frase chama-se patriotismo. (Obras, I, 227 a 229, 69).

Poder-se-ia definir o patriotismo natural assim: é uma adesão instintiva, maquinal e completamente desprovida de crítica para com os hábitos de existência tomados colectivamente e hereditários ou tradicionais, e uma hostilidade também instintiva e maquinal contra qualquer outro modo de vida. É o amor dos seus e do seu e o ódio por tudo o que tem um carácter estrangeiro. O patriotismo, é pois um egoísmo colectivo por um lado e a guerra pelo outro.

Não é de modo algum uma solidariedade suficientemente forte para que os indivíduos membros de uma colectividade animal não se devorem uns aos outros se necessário; mas é suficientemente forte no entanto para que todos estes indivíduos, esquecendo as suas discórdias civis, se unam contra qualquer intruso que chegue duma colectividade estrangeira.

Vejam os cães duma aldeia, por exemplo. Os cães não formam, naturalmente, uma república colectiva; abandonados aos seu próprios instintos, vivem em matilhas errantes, como os lobos, e só sob a influência do homem se tornam animais sedentários. Mas uma vez estabelecidos, constituem em cada aldeia uma espécie de república não comunitária, mas baseada na liberdade individual, segundo a fórmula

tão querida dos economistas burgueses: cada um trata de si e os outros que vão para o diabo. É um laissez-faire e laissez-passer sem limite, uma concorrência, uma guerra civil sem piedade e sem tréguas, onde o mais forte destrói sempre o mais fraco — exactamente como nas repúblicas burguesas. Sempre que um cão de uma aldeia vizinha vem passar sozinho na rua dos outros, vêem todos estes cidadãos em discórdia lançar-se em massa contra o infeliz estrangeiro.

Eu pergunto, não é a cópia fiel, ou até a original das cópias que se repetem sempre na sociedade humana? Não é uma manifestação perfeita deste patriotismo natural do qual eu disse e ouso repetir outra vez, que não é senão uma paixão bestial? Bestial, é-o sem dúvida, pois os cães são bestas incontestavelmente...

...o patriotismo que os poetas, os políticos de todas as escolas, os governos e todas as classes privilegiadas nos gabam como uma virtude ideal e sublime, tem as suas raízes não na humanidade do homem, mas na sua bestialidade.

Com efeito, foi na origem da história, a actualmente é nas partes menos civilizadas da sociedade humana, que nós vemos o patriotismo natural reinar sem divisão.—Ele constitui nas colectividades humanas um sentimento sem dúvida mais complicado do que nas outras colectividades animais, pela única razão que a vida do homem, animal pensante e falante, abraça incomparavelmente mais objectos do que a dos animais de outras espécies...

Mas qualquer diferença que haja entre o patriotismo natural das colectividades humanas e o das colectividades animais, em relação à quantidade e até à qualidade dos objectos que abraçam, têm de comum serem igualmente paixões instintivas, tradicionais, habituais, colectivas e que a intensidade de um como a de outro não depende nada da natureza do seu conteúdo. Poder-se-ia dizer pelo contrário, que quanto menos complicado é este conteúdo mais

simples ele é, mais intenso e mais energicamente exclusivo é o sentimento patriótico que o manifesta e o exprime.

O animal está evidentemente muito mais ligado aos costumes tradicionais da colectividade de que faz parte do que o homem; nele essa ligação patriótica é fatal e incapaz de desfazer por si mesma, por vezes só se livra dela por influência do homem. Do mesmo modo, nas colectividades humanas, quanto menor for a civilização, menos complicada e mais simples é a própria base da vida social, e mais o patriotismo natural... [se mostra intenso]. — Donde resulta que o patriotismo natural é em razão inversa da civilização, isto é, do próprio triunfo da humanidade nas sociedades humanas. (Obras, I, 234 a 238, 69).

SEGUNDA PARTE

RELIGIAO — IDEALISMO **MATERIALISMO — MORAL**

1.

O céu enriqueceu-se com os despojos da terra

Não pretendemos negar a necessidade histórica da religião, nem afirmar que ela foi um mal absoluto na história. No entanto, ela foi e continua a ser hoje, infelizmente para a grande maioria da humanidade ignorante, um mal inevitável, como o são, no desenvolvimento de todas as faculdades humanas, as fraquezas e os erros. A religião, já dissemos, foi o primeiro despertar da razão humana sob a forma da divina sem-razão; é o primeiro clarão da verdade humana através da capa divina da mentira; a primeira manifestação da moral humana, da justiça e do direito, através das corrupções históricas da graça divina; enfim, é a aprendizagem da liberdade sob o jugo humilhante e penoso da divindade...

Devido à religião, o homem animal, saindo da bestialidade, dá um primeiro passo em direcção à humanidade; mas enquanto ele permanecer religioso nunca atingirá o seu objectivo, porque qualquer religião o condena ao absurdo e, falseando a direcção dos seus passos, fá-lo procurar o divino em vez do humano. Devido à religião, os povos acabando de se libertar da escravatura natural, na qual mergulham todas as outras espécies animais, caem depressa na escravatura dos homens fortes e das castas privilegiadas por eleição divina. (Obras, I, 133-134, 67).

.

A religião, já dissemos há bocado, começa pelo medo. Com efeito, o homem, despertando com os

primeiros clarões deste sol interior a que se chama consciência de si mesmo, e saindo lentamente, passo a passo, do meio-sono magnético, desta existência só de instintno que levava enquanto se encontrava ainda no estado de pura inocência, isto é, no estado animal; aliás, tendo nascido, como qualquer animal, com o temor deste mundo exterior que o produz e o destrói, — o homem deveu ter necessariamente como primeiro objecto da sua reflexão nascente este mesmo temor. Pode-se até supor que no homem primitivo, no despertar da sua inteligência, este terror instintivo devia ter sido mais forte que nos outros animais; em primeiro lugar porque ele nasce muito menos protegido do que os outros e a sua infância dura muito mais tempo; e depois, porque esta mesma reflexão, acabada de desabrochar, e não tendo ainda atingido um grau suficiente de maturidade e de força para conhecer e utilizar os objectos exteriores, arrancou o homem da união e da harmonia instintiva na qual, como primo do gorila, antes do despertar do seu pensamento, se encontrava com o resto da natureza. A primeira reflexão isolou-se, de qualquer modo, no meio deste mundo exterior, que tornando-se-lhe estranho, lhe deve ter surgido através do prisma da sua imaginação infantil, excitada e engrossada por esta reflexão ainda no início, como uma força sombria e misteriosa, infinitamente mais hostil e mais terrível do que é na realidade. (Obras, III, 303-304, 70).

A faculdade de abstracção, fonte de todos os nossos conhecimentos e ideias, é sem dúvida a única causa de todas as emancipações realizadas pelo homem. Mas o primeiro despertar desta faculdade do homem não produziu imediatamente a sua liberdade.

Logo que ela começa a formar-se, desembaraçando-se lentamente dos princípios da instintividade animal, começa por se manifestar, não sob a forma duma reflexão ponderada, com consciência e conhecimento da sua própria actividade, mas sob a forma

duma *reflexão imaginativa*, inconsciente do que faz, e por isso mesmo tomando sempre os seus PRÓPRIOS PRODUTOS por seres reais, aos quais atribui inocentemente uma existência independente, anterior a todo o conhecimento humano, e só atribuindo a si o mérito de os ter descoberto fora de si própria. Devido a este procedimento, a reflexão imaginativa do homem povoa o seu mundo exterior de fantasmas que lhe parecem mais perigosos, mais fortes e mais terríveis do que os seres reais que o cercam. (Obras, III, 307-308, 70).

Todas as religiões, com os seus deuses, meios-deuses e profetas, messias e santos, foram criadas pela fantasia crédula dos homens, antes de atingirem o completo desenvolvimento e a plena posse das suas faculdades intellectuais; conseqüentemente, o Céu religioso não é outra coisa senão uma miragem onde o homem, exaltado pela ignorância e a fé, encontra a sua imagem, engrandecida e invertida, isto é, *divinizada*. A história das religiões — a da nascença, da grandeza e da decadência dos deuses que se sucederam na crença humana — não é pois senão a do desenvolvimento da inteligência e da consciência colectiva dos homens. À medida que, no seu desenvolvimento historicamente progressivo, eles descobriam, quer neles próprios quer na natureza exterior, uma força, uma qualidade ou até qualquer grande defeito, atribuíam-nos aos seus deuses, depois de os terem exagerado e aumentado, como o fazem geralmente as crianças, por um acto da sua fantasia religiosa. Graças a esta modéstia e a esta piedosa generosidade dos homens crentes e crédulos, o céu enriqueceu-se com os despojos da terra e, necessariamente, quanto mais rico se tornava o céu, mais miseráveis ficavam a humanidade e a terra. Uma vez instalada a divindade, foi proclamada naturalmente a causa, a razão, o árbitro e a distribuidora absoluta de todas as coisas: o mundo não foi mais nada, ela foi tudo e o homem, seu verdadeiro criador, depois de a ter elevado do nada sem o saber, ajoe-

lhou-se diante dela, adorou-a e declarou-se sua criada e seu escravo.

O cristianismo é precisamente a religião por excelência porque expõe e manifesta, na sua plenitude, a natureza e a própria essência de todo o sistema religioso, que é o *empobrecimento, a escravização e o aniquilamento da humanidade em proveito da divindade*.

Deus sendo tudo, o mundo real e o homem não são nada. Deus sendo a verdade, a justiça, o bem, o belo, a força e a vila, o homem é a mentira, a corrupção, o mal, a indignidade, a impotência e a morte. Deus sendo o mestre, o homem é o escravo. (Obras, III, 41-42, 71).

A Religião diz:

«Ele é um Deus eterno, absoluto, todo-poderoso, extra-mundial, pessoal. Ele abraça o mundo e está fora e acima do universo que criou. Ele é só luz, sabedoria, amor, beleza, verdade, bondade e justiça. Fora dele, no mundo e no homem, enquanto que não forem visitados pela sua graça, tudo é mentira, corrupção e ignorância. — É o reino da morte. Nunca o homem seria capaz, com os seus esforços, de chegar a Deus. Abandonado a si próprio, nunca teria experimentado a inveja e o desejo; — pois a mentira, por si só não teria o pressentimento da verdade, nem as trevas da perdição, o instinto da luz divina. Este desejo só se aquece no coração humano pelo efeito da graça divina que assim o solicita e o convida a purificar-se para receber o espírito de Deus. Pois se o homem não pode chegar ao Céu por si mesmo, Deus com a sua bondade suprema pode descer ao mundo e ao homem para os iluminar, para os fazer subir até ele pela sua graça, para os salvar.» (Nettlau, 201, 64, 65?.)

.

...quem diz revelação, diz reveladores, messias, profetas, padres e legisladores inspirados por Deus;

e esses, uma vez reconhecidos como os representantes da divindade na terra, como os santos instituidores da humanidade, eleitos por Deus para a dirigir no caminho da salvação, têm de exercer necessariamente um poder absoluto. Todos os homens lhes devem uma obediência ilimitada e passiva; pois contra a razão divina não há nenhuma razão humana e contra a justiça de Deus não há nenhuma justiça terrestre que resulte. Escravos de Deus, os homens têm de pertencer tanto à Igreja como ao Estado, *enquanto que este último está consagrado pela Igreja*. Eis o que, de todas as religiões que existem ou que existiram, o cristianismo compreendeu melhor do que as outras, sem exceptuar mesmo as antigas religiões orientais, que aliás só abraçaram povos distintos e privilegiados, enquanto o cristianismo pretende abraçar a humanidade inteira; eis o que, de todas as seitas cristãs, só o catolicismo romano proclamou e realizou com uma consequência rigorosa. É por isso que o cristianismo é a religião absoluta, a última religião; e por isso que a Igreja apostólica e romana é a única consequente, legítima e divina.

Apesar dos metafísicos e dos idealistas, filósofos, políticos ou poetas: *A ideia de Deus implica a abdicação da razão e da justiça humanas, ela é a negação mais decisiva da liberdade humana e conduz necessariamente à escravatura dos homens, tanto em teoria como na prática*.

A menos que se queira a escravatura e a degradação dos homens, como o querem os jesuítas, os pietistas ou os metodistas protestantes, não podemos, nem devemos fazer a mínima concessão nem ao Deus da teologia, nem ao da metafísica. Pois, neste alfabeto místico que começa por dizer A, acabará fatalmente por dizer Z, e quem quer adorar Deus tem de renunciar, sem ilusões pueris, à sua liberdade e à sua humanidade. (Obras, III, 42-43, 71).

...a religião... santificou sempre a violência e transformou-a em direito. Ela transportou para um

céu fictício a humanidade, a justiça e a fraternidade, para deixar na terra o reino da corrupção e da brutalidade. Ela abençoou os felizes bandidos, e para os tornar ainda mais felizes, pregou a resignação e a obediência às suas inumeráveis vítimas, os povos. É quanto mais sublime parecia o ideal que ela adorava no céu, mais horrível se tornava a realidade terrestre. Pois é uma característica de todo o idealismo, tanto religioso como metafísico, desprezar o mundo real, e, ao desprezá-lo, explorá-lo — donde resulta que todo o idealismo conduz necessariamente à hipocrisia.

O homem é matéria, e não pode desprezar impunemente a matéria. É um animal e não pode destruir a sua animalidade; mas pode e deve transformá-la e humanizá-la pela liberdade, isto é, pela acção combinada da justiça e da razão, que por sua vez só a influenciam por serem os seus produtos e a sua mais alta expressão. Pelo contrário, sempre que o homem quis abstrair-se da sua animalidade, tornou-se seu juguete e seu escravo, e a maior parte das vezes mesmo seu servidor hipócrita. (Obras, I, 220-221, 69).

2.

Por amor a Deus

Se ele [o indivíduo possuindo a sua alma imortal e a sua liberdade interior] conserva ainda algumas relações com os homens, não é por necessidade moral, nem evidentemente por amor deles, porque só se ama o que se tem necessidade e o que tem necessidade de vós; e o homem que encontrou a sua essência infinita e imortal, sendo completo não necessita mais de ninguém, só necessita de Deus... Pois se continua ainda a manter algumas relações com eles, só pode ser por duas razões.

Primeiro, porque enquanto estiver vestido com o seu corpo mortal, tem necessidade de comer, de se abrigar, de se cobrir e de se defender tanto contra a natureza exterior como contra os ataques dos homens, e quando se torna um homem civilizado, tem necessidade de uma quantidade de coisas materiais que constituem o bem estar, o conforto, o luxo e das quais várias, desconhecidas dos nossos pais, são consideradas hoje, por toda a gente, como objectos de primeira necessidade. Poderia muito bem ter seguido o exemplo dos santos dos séculos passados e isolando-se numa caverna alimentar-se de raízes. Mas parece que isto já não é do agrado dos santos modernos, que pensam sem dúvida que o conforto material é necessário à salvação da alma. Então ele necessita de todas estas coisas; mas estas coisas só podem ser produzidas pelo trabalho colectivo dos homens: o trabalho isolado de um único homem seria incapaz de produzir a milionésima parte. Donde resulta que o indivíduo possuindo a sua alma imortal e a sua liberdade interior independente da sociedade, o santo moderno, tem necessidade *material* desta sociedade, sem ter, do ponto de vista moral, a mínima necessidade.

Mas qual o nome que devemos dar a relações que só sendo motivadas por necessidades exclusivamente matetriasais, não estão ao mesmo tempo sancionadas e apoiadas por uma necessidade moral qualquer? Evidentemente que só pode haver um, é a *exploração*. (Obras, I, 312-314, 71).

.

A segunda razão que pode induzir um indivíduo que atingiu o completo domínio de si próprio a conservar relações com outros homens, é o desejo de agradar a Deus e o dever de executar o seu segundo mandamento; sendo o primeiro amar a Deus mais que a si próprio, e o segundo amar os homens, o próximo, como a si próprio e fazer-lhe, *por amor*

a *Deus*, todo o bem que ele deseje que se lhes faça.

Reparai nestas palavras: «por amor a Deus»: elas exprimem perfeitamente o carácter do único amor humano que é possível na moral metafísica, que consiste precisamente em não amar os homens por eles, por necessidade própria, mas unicamente para agradar ao mestre soberano. De resto, deve ser assim; pois desde o momento em que a metafísica admite a existência de um Deus, e a ligação do homem com Deus, ela tem de lhe subordinar, como a teologia, todas as relações humanas. A ideia de Deus absorve e destrói tudo o que não é Deus, substituindo todas as realidades humanas e terrestres por ficções divinas. (Obras, I, 315-316, 71).

Qual o significado pois destas palavras: amar os homens e fazer-lhes o bem, por amor a Deus?... Eu, indivíduo imortal e completo, graças a Deus, e sentindo-me livre precisamente por ser escravo de Deus, não necessito de nenhum homem para tornar a minha felicidade e a minha existência intelectual e moral mais completa, mas mantenho as minhas relações com eles para obedecer a Deus, e amando-os por amor a Deus e tratando-os segundo Deus, quero que eles sejam escravos de Deus como eu próprio. Pois se agrada ao mestre soberano eleger-me para fazer prevalecer a sua santa vontade sobre a terra, saberei bem obrigá-los a isso. Tal é o verdadeiro carácter que os sinceros e sérios adoradores de Deus chamam ao seu amor humano. É não só a devoção dos que amam como o sacrifício forçado dos que são objecto ou até vítimas deste amor. Não é a sua emancipação, é a sua escravização para maior glória de Deus. É assim que a autoridade divina se transforma em autoridade humana e que a Igreja funda o Estado. (Obras, I, 318-319, 71).

A moral divina encontrou a sua expressão exacta nesta máxima cristã: «Amarás a Deus mais que a ti próprio e amarás o teu próximo tanto como a ti próprio», o que implica o sacrifício de si-próprio e do próximo a Deus. Conformer-se com o seu próprio

sacrifício pode ser rotulado de loucura; mas o sacrifício do próximo é, do ponto de vista humano, absolutamente imoral. E porque é que hei-de ser forçado a um sacrifício desumano? Para a salvação da minha alma. É a última palavra do Cristianismo. Pois para agradar a Deus e para salvar a minha alma, tenho de sacrificar o meu próximo. É o cúmulo do egoísmo. Este egoísmo nem diminuído, nem destruído, mas unicamente mascarado no Catolicismo, pela colectividade forçada e pela unidade autoritária, hierárquica e despótica da Igreja, aparece com toda a sua franqueza cínica no Protestantismo, que é uma espécie de «*salve-se quem puder*» religioso. (Obras, I, 303-304, 71).

.

Seria tão inacreditável como dizer que Deus pode necessitar do amor dos homens. Pois, ter necessidade significa a falta de uma coisa que é necessária à plenitude da existência, é pois uma manifestação de fraqueza, uma declaração de pobreza. Deus, sendo absolutamente completo, não pode necessitar de ninguém nem de nada. Não necessitando nada do amor dos homens, não pode amá-los; e o que se chama o seu amor pelos homens não é senão um esmagamento absoluto...

O amor verdadeiro, real, expressão de uma necessidade mútua e igual, só pode existir entre iguais. O amor do superior ao inferior é o esmagamento, a opressão, o desprezo, o egoísmo, o orgulho e a vaidade triunfantes no sentimento duma grandeza baseada no rebaixamento do outro. O amor do inferior ao superior é a humilhação, os terrores e as esperanças do escravo que espera do seu patrão quer a desgraça, quer a felicidade.

Tal é o carácter do dito amor de Deus para com os homens e dos homens para com Deus. (Obras, I, 316-317, 71).

3.

Os padres

De todos os despotismos, o dos doutrinários ou dos inspirados religiosos é o pior. Eles zelam de tal modo pela glória do seu Deus e pelo triunfo da sua ideia, que não lhes fica coração nem para a liberdade, nem para a dignidade, nem mesmo para os sofrimentos dos homens vivos, dos homens reais. (Obras, III, 87, 71).

Ah! é que Deus fulminou-os com a sua graça. Deus é um companheiro terrível. Ele esmaga, absorve, aniquila, devora, desnatura, dissolve, cu desseca tudo o que tiver a infelicidade de se aproximar de perto ou de longe. Seja o que for que se tivesse feito para o humanizar um pouco durante estes dois últimos séculos, continua sempre o antigo Jeová, o egoísta, o invejoso.

O cruel Deus dos Judeus! (Mazzini, 47, 71).

.

O zelo divino, a preocupação da ideia acabam por dessecar nas almas mais ternas, nos corações mais compadecidos, as fontes do amor humano. Considerando tudo o que é, tudo o que se faz no mundo, do ponto de vista da eternidade ou da ideia abstracta, eles tratam com desdém as coisas passageiras; mas toda a vida dos homens reais, dos homens em carne e osso, só é composta por coisas passageiras; eles próprios não são senão seres que passam, e que, uma vez passados, são substituídos por outros também passageiros, mas que nunca voltam em ninguém. O que existe de permanente ou de relativamente eterno nos homens reais, é o facto da humanidade que, desenvolvendo-se constantemente, se torna cada vez mais rica, de uma geração para outra. Eu digo *relativamente* eterno, porque uma vez destruído o nosso planeta — e ele não pode deixar de

perecer mais tarde ou mais cedo, pois tudo o que tem um começo tem necessariamente um fim, — uma vez decomposto o nosso planeta, sem dúvida para servir de elemento a qualquer nova formação no sistema do universo, o único realmente eterno, quem sabe o que sucederá a todo o nosso desenvolvimento humano? Portanto, como o momento desta dissolução está muito afastado de nós, podemos considerar, relativamente à vida humana tão curta, a humanidade como eterna. Mas este facto da humanidade progressiva, só é real e vivo enquanto se manifesta e se realiza em tempos determinados, em locais determinados, em homens realmente vivos, e não na sua ideia geral.

A ideia geral é sempre uma abstracção e, por isso mesmo, de qualquer modo, uma negação da vida real. (Obras, III, 87-88, 71).

...dentro de alguns milhões de anos já não existirá a terra. Não temos que nos inquietar. Alguns milhões de anos equivalem para nós à eternidade. Os idealistas ambiciosos que falam de eternidade, sem encontrarem neles a maior parte das vezes uma base suficiente para preencherem uma existência de sessenta anos, imaginam vulgarmente muito menos do que isso. Com efeito um milhão de anos ultrapassa a capacidade da nossa imaginação. Apenas temos a história dos últimos três mil anos e ela parece-nos eterna e a humanidade muito velha! Preenchamos o melhor possível o presente, preparemos segundo os nossos meios e as nossas forças o futuro próximo, e deixemos a preocupação dos futuros longínquos aos homens ou aos novos seres desses futuros. (Mazzini, 90-91, 71).

.

...o mal que fizeram e que ainda continuam a fazer os crentes sinceros não é menor. Primeiro, sem estes últimos, a força dos hipócritas, tanto religiosos como políticos, teria sido impossível. Os hipó-

critas nunca fundaram uma religião; contentaram-se em explorar as que os crentes sinceros tinham fundado. A sinceridade ardente de uns serviu sempre de passaporte para a hipocrisia criminosa dos outros. Eis a nossa primeira censura contra os homens sinceramente religiosos.

Acima do rebanho, e ao lado dos hipócritas, dividindo sempre o poder e a direcção com estes últimos, eleva-se o terrível grupo dos crentes fanáticos e coléricos. Mais puros porque são infinitamente mais sinceros, são ao mesmo tempo os mais prejudiciais, e muito mais ferozes do que os hipócritas. A humanidade é-lhes desconhecida, inflamados por um zelo ardente pelo seu Deus, eles desprezam-na, detestam-na e só desejam exterminar os homens aos milhares, às dezenas e centenas de milhares. São eles que na Idade Média e à saída da Idade Média ensanguentaram a terra em nome do seu pretense Deus da misericórdia e do amor. Fundaram a inquisição e a ordem dos Jesuítas. Torquemada e Loyola eram cristãos sinceros, mas um pouco violentos.

Enfim, há a categoria dos *cristãos amorosos*. É a menos numerosa, a mais amável, mas não a menos perigosa. Logo que a sociedade, fatigada com as mentiras de uns e com a crueldade de outros, parece querer aborrecer-se duma religião que produz tanta miséria e horrores, mostram-lhe qualquer santo-simples, bom, acanhado, — e com o seu aspecto simpático e venerável, as suspeitas e os rancores caem. Estes homens são muito raros; os chefes das Igrejas também os apreciam muito e sabem geralmente usá-los muito bem. É assim que na época das perseguições cruéis dos Jesuítas contra os protestantes, os Valdenses, ensanguentavam a Savoia, havia na própria ordem dos Jesuítas, na Suíça, um bispo, um santo homem, François de Sales, cujo coração transbordante de amor fez muito mais conversões do que todas as crueldades da Igreja.

O coração transbordante de amor! É a verdadeira e mais justa definição dos homens. Contraria-

mente aos que iluminam sem aquecer, eles aquecem todos os que os cercam sem os iluminar, provocando neles o amor, nunca o pensamento. (Mazzini, 41 a 44, 71).

4.

Padres próximos do povo pela sua situação

Os camponeses são a grande maioria da população italiana, continuando quase completamente virgem, porque não teve ainda história de nenhuma espécie. Toda a história do vosso país, como já o observei e como o sabem melhor do que eu, até agora concentrou-se única e exclusivamente nas cidades, muito mais do que em qualquer outro país da Europa. Os vossos camponeses não participaram nessa história e só a conhecem pelos golpes que receberam em cada nova fase do seu desenvolvimento, pela miséria, pela escravatura e pelos sofrimentos sem conta que ela lhes impôs. Tendo-lhes vindo das cidades todas estas desgraças, os camponeses, naturalmente, não gostam das cidades nem dos seus habitantes, incluindo os próprios operários, tendo-os estes tratado com um certo desdém que os camponeses lhes restituíram em desconfiança. É esta relação historicamente negativa em relação à política das cidades, e não a religião dos camponeses italianos, que constitui a força dos padres no campo. Os vossos camponeses são supersticiosos, mas não são absolutamente nada religiosos; eles amam a Igreja porque ela é excessivamente dramática e porque interrompe, com as suas cerimónias teatrais e musicais a monotonia da vida camponesa. A Igreja é para eles como um raio de sol numa vida de esforços e de trabalho homicida, de dores e de miséria.

Os camponeses não detestam os padres, cuja maioria aliás — e precisamente os que vivem nos campos — saiu do seu seio. Não há quase nenhum camponês que não tenha na Igreja um parente mais ou menos próximo ou, pelo menos, um primo afastado. Os padres, explorando-os com doçura, e fazendo filhos às suas mulheres e às suas filhas, partilham a sua vida e em parte também a sua miséria. Eles não têm pelos camponeses esse soberbo desdém que lhes manifestam os burgueses, mas vivem primitivamente com eles como bons diabos, e desempenhando muitas vezes o papel de brincalhões. O camponês ri-se frequentemente deles, mas não os detesta, pois eles são-lhe familiares como os miseráveis insetos que pululam na sua cabeça, entre os seus cabelos.

Por outro lado, é bem certo que quando a revolução estalar, muitos destes padres lançar-se-ão nela de cabeça baixa. Já o fizeram na Sicília em Nápoles pela revolução política. E o que se passará na revolução social? Sendo a revolução política uma revolução abstracta, metafísica, ilusória e enganosa para as massas populares, o padre do campo, que é do povo por natureza e pela maior parte das condições da sua existência, não pode encontrar nela atractivos e satisfações que lhe convenham. Mas a revolução social, que é a revolução da vida, arrastá-lo-á inevitavelmente como arrastará toda a população dos campos (1). (Obras, VI, 396 a 398, 71).

(1) Em 1877, menos de um ano depois da morte de Bakunine, os anarquistas italianos resolveram fazer propaganda. Apropriaram-se, com armas na mão, de duas aldeias: Letino e Gallo, e puseram aí os seus princípios em prática. Os seus partidários mais entusiásticos foram os curas destas duas aldeias. Mais perto de nós há os padres operários. Quiseram assumir a condição operária e isso humanizou-os grandemente. (F. M.)

5.

A Roma jesuítica e papal

A Roma jesuítica e papal é uma aranha monstruosa que está eternamente ocupada a reparar os rasgões feitos por acontecimentos que ela nunca foi capaz de prever, na teia que ela constrói sem cessar, na esperança de se poder servir dela um dia para esmagar a inteligência e a liberdade do mundo. Ela ainda hoje nutre esta esperança, porque ao lado de uma erudição profunda, dum espírito refinado e subtil como o veneno duma serpente, duma habilidade e dum maquiavelismo formados por uma prática ininterrupta de catorze séculos pelo menos, ela é dotada duma inocência incomparável, estúpida, produto da sua grande vaidade e da sua ignorância grosseira das ideias, dos sentimentos, dos interesses da época actual e da capacidade intelectual e vital inerente à sociedade humana, que impele esta fatalmente, apesar de todos os obstáculos, a derrubar todas as instituições antigas, religiosas, políticas e jurídicas e a fundar nas suas ruínas uma nova ordem social. Roma não compreende, nem nunca compreenderá nada disso, porque ela está de tal modo identificada com o idealismo cristão, — do qual, não obstante os protestantes e os metafísicos, não obstante o fundador da pretensa nova religião do progresso, o venerável Mazzini, ela continua a ser a realização mais lógica e mais completa — que, condenada a morrer com ele, não pode ver, nem mesmo imaginar, nada para além disso. Parece-lhe que para além deste mundo, que é o seu e que constitui propriamente todo o seu ser, só pode haver a morte... Roma não é só a enganadora de toda a gente, ela engana-se a si própria. Não só engana como se engana. Eis a sua parvoíce incurável. (Obras, IV, 328 a 330, 71).

6.

Idealismo, materialismo e moral

...julgo que esta indiferença profunda [que as massas] mostram hoje pelas ideias tanto políticas como filosóficas e a sua preocupação exclusiva pelo que os idealistas burgueses, com o seu ventre sempre cheio e o seu querido corpo agradavelmente dorido, chamam os «*vis interesses materiais*» — acho que esta indiferença e esta preocupação hoje dominantes nas massas, longe de poderem ser-lhes censuradas, devem ser consideradas, pelo contrário, como uma prova do seu bom instinto e do seu óptimo senso natural. (Nettlau, 286, 72).

A sociedade, no grande sentido da palavra, o povo, a *vil* multidão, a massa dos trabalhadores, não só dá a força e a vida, mas também dá os elementos de todos os pensamentos modernos, e um pensamento que não sai do seu seio e que não é a expressão fiel dos seus instintos populares, segundo a minha opinião, é um pensamento morto à nascença. Donde concluo que o papel da juventude dedicada e instruída não é a de reveladores, de profetas, de instrutores e de doutores, nem o de criadores, mas unicamente o de parceiros do pensamento criado pela própria vida do povo; quer dizer que os jovens que queiram servir o povo devem procurar inspirar-se não fora dele, mas nele, para lhe dar sob uma forma clara exprimida o que ele traz numa forma confusa nas suas aspirações tão inconscientes como fortes.

Entre os pensamentos populares, o que ocupa hoje incontestavelmente o primeiro lugar nas aspirações das massas de todos os países é a *emancipação material ou económica*. Os mazzinianos, do alto do seu idealismo extra-popular e transcendente, desprezam muito esta tendência e se se viram forçados a fazer-lhe algumas concessões nos últimos tempos, só o fazem com uma espécie de condescendência desdenhosa pela *vil brutalidade* destas massas inca-

pazes de esquecer as suas barrigas, e de viverem unicamente para a contemplação do ideal. O seu socialismo desdenhoso é uma espécie de engodo para a multidão, à qual a beleza deste ideal não atinge. Cegos pelas suas ideias teológicas e políticas, ideias essas que no fundo representam tantas cadeias, antigas e novas, para o povo, só viram nesta aspiração a expressão brutal de apetites brutais, e não compreenderam que, na sua forma inconsciente e ingénua, ela contém a maior e a mais emancipadora ideia do século; aquela que, destruindo todos os idealismos como abstrações, como ficções ou como símbolos teológicos, poéticos, jurídicos e políticos, vai transformá-los nas realidades vivas populares: verdade, justiça, liberdade, igualdade, solidariedade, fraternidade, humanidade, todas essas coisas magníficas, que enquanto estiverem no estado de verdades teológicas, poéticas, políticas e jurídicas, só serviram para consagrar e encobrir a mais brutal e a mais dura opressão e exploração da vida real do povo, só exprimiram a condenação das massas à miséria e à servidão eterna. A base real, ao mesmo tempo que a última consequência destas abstrações esplêndidas, não foi sempre, desde que existe uma história, a exploração do trabalho forçado das massas em proveito das minorias privilegiadas chamadas classes? A Igreja católica, a mais ideal de todas pelo seu princípio, não foi, desde os primeiros anos da sua existência oficial, isto é, desde o imperador Constantino o Grande, a instituição mais gananciosa e mais ávida? E tudo o resto igualmente. Todos os esplendores da civilização cristã, Igreja, Estado, prosperidade material das nações, ciência, arte, poesia, tudo isto não terá sido para Cariátide a escravatura, a servidão e a miséria dos milhões de trabalhadores que constituem o verdadeiro povo? Que faz pois o povo ao pôr esta terrível questão económica? Ele ataca toda esta civilização, que o subjogou durante tanto tempo, na sua base real. Ele força os idealistas eternos e caírem do céu quer teológico, quer político,

na terra da vida real e a transformarem-se em realidades vivas e fecundas para o povo. Reivindicando o seu pão quotidiano, o produto total do seu trabalho, o povo reivindica pois para si próprio a ciência, a justiça, a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a fraternidade; numa palavra, a humanidade. Donde resulta que o seu materialismo, que os mazzinianos tanto desprezam, é a mais alta expressão do idealismo prático e real. (Cerretti, 179-180, 72).

.

Como se explica que os nossos ilustres idealistas contemporâneos, aos quais, certamente, não falta nem espírito, nem coração, nem boa vontade, e que dedicaram a sua existência ao serviço da humanidade, se obstinem a ficar na posição dos representantes duma doutrina doravante condenada e desonrada?

É preciso que eles sejam impelidos por uma razão muito forte... Mas qual? Só pode haver uma: estes homens ilustres pensam, sem dúvida, que as teorias ou as crenças idealistas são essencialmente necessárias à dignidade e à grandeza moral do homem, e que as teorias materialistas, pelo contrário, o rebaixam ao nível dos animais.

E se fosse o contrário o que seria verdade? (Obras, III, 77-78, 71).

Por toda a parte,... o idealismo, religioso ou filosófico, um não sendo senão a tradução mais ou menos livre do outro, serve hoje de bandeira à força material, sanguinária e brutal, à exploração material descarada; enquanto que, pelo contrário, a bandeira do materialismo teórico, a bandeira vermelha da igualdade económica e da justiça social, é erguida pelo idealismo prático das massas oprimidas e famintas, que tende a realizar a maior liberdade e o direito humano de cada um na fraternidade de todos os homens na terra. (Obras, III, 76, 71).

O materialismo nega o livre arbítrio, e conduz à constituição da liberdade: o idealismo, em nome da dignidade humana, proclama o livre arbítrio e, sobre as ruínas de toda a liberdade, funda a autoridade... Numa palavra, em qualquer questão que seja, encontrarão os idealistas sempre em flagrante delicto de materialismo prático; enquanto que, pelo contrário, verão os materialistas prosseguir e realizar as aspirações, os pensamentos mais ideais. (Obras, III, 79, 71).

.

Os idealistas de todas as escolas, aristocratas e burguesas, teológicos e metafísicos, políticos e moralistas, religiosos, filósofos ou poetas, — sem esquecer os economistas liberais, adoradores desenfreados do ideal, como se sabe, — ofendem-se muito logo que se lhe diz que o homem, com toda a sua inteligência magnífica, as suas ideias sublimes e as suas aspirações infinitas, não é, como tudo o que existe no mundo, senão matéria, senão um produto desta *vil matéria*.

Nós podíamos responder-lhes que a matéria de que falam os materialistas — matéria espontânea e eternamente móvel, activa, produtiva; matéria determinada química ou organicamente, e manifestada pelas propriedades ou pelas forças mecânicas, físicas, animais e inteligentes que lhe são forçosamente inerentes — que esta matéria não tem nada de comum com a *vil matéria* dos idealistas. Esta última, produto da sua falsa abstracção, é efectivamente um ser estúpido, inanimado, imóvel, incapaz de produzir a menor das coisas, um *caput mortuum*, uma *vilã* imaginação oposta a esta *bela* imaginação a que eles chamam *Deus*, o Ser supremo ao lado do qual a matéria, a matéria deles, despojada por eles de tudo o que constitui a natureza real, representa necessariamente o supremo Nada. Eles tiraram à matéria a inteligência, a vida, todas as qualidades deter-

minantes, as relações activas ou as forças, o próprio movimento, sem o qual a matéria nem sequer seria pesada, deixando-lhe unicamente a impenetrabilidade e a imobilidade absoluta no espaço; eles atribuíram todas estas forças, propriedades e manifestações naturais, ao Ser imaginário criado pela sua fantasia abstracta; pois, invertendo os papéis, eles chamaram a este produto da sua imaginação, este Fantasma, este Deus, que é o Nada: «O Ser Supremo»; e, por uma consequência necessária, declaram que o Ser real, a matéria, o mundo, era o Nada. Depois disto vêm-nos dizer gravemente que esta matéria é incapaz de produzir nada, nem mesmo de se pôr em movimento por si própria, e por isso ela teve de ser criada pelo seu Deus. (Obras, III, 24-25, 71).

Pelas palavras *material* e *matéria*, nós entendemos a totalidade, toda a escala dos seres reais, conhecidos e desconhecidos, desde os corpos orgânicos mais simples até à constituição e ao funcionamento do cérebro do maior génio: os mais belos sentimentos, os maiores pensamentos, os feitos heróicos, os actos de devoção, tanto os deveres como os direitos, tanto o sacrifício como o egoísmo, tudo, até às aberrações transcendentais e místicas de Mazzini, do mesmo modo que as manifestações da vida orgânica, as propriedades e acções químicas, a electricidade, a luz, o calor, a atracção natural dos corpos, constituem aos nossos olhos tantas evoluções sem dúvida diferentes, mas não menos estreitamente solidárias, desta totalidade de seres reais a que chamamos *matéria*. (Obras, VI, 117-118, 71).

[Mazzini], você não se contenta, contudo, em contestar o nosso ateísmo e o nosso materialismo, conclui que não podemos ter amor pelos homens, nem respeito pela sua dignidade; que todas as grandes coisas que em todos os tempos fizeram bater os corações mais nobres... têm de nos ser completa-

mente estranhas, e que, arrastando ao acaso a nossa existência miserável, rastejando mais do que andando, as únicas preocupações que podemos conhecer são a satisfação dos nossos apetites sensuais e grosseiros.

Se fosse outro a dizê-lo, chamar-lhe-íamos caluniador desavergonhado. A você, mestre respeitado e injusto, diremos que é da sua parte um erro deplorável. Quer saber até que ponto é que nós gostamos de todas essas grandes e belas coisas de que nos recusa o conhecimento e o amor? Pois saiba que nós as amamos ao ponto de ficarmos fatigados e desgostosos por as vermos suspensas eternamente do seu céu, que as roubou à terra, como tantos símbolos e promessas nunca realizáveis! Já não nos contentamos com a ficção destas coisas, nós queremos a realidade. (Obras, VI, 115, 71).

.

... a *lei moral* da qual nós, materialistas e ateus, reconhecemos a existência tão realmente como não o podem fazer os idealistas de qualquer época que seja, mazzinianos e não mazzinianos, não é uma lei verdadeiramente moral, uma lei que só triunfa sobre as conspirações de todos os idealistas do mundo por emanar da própria natureza da sociedade humana, natureza essa na qual é preciso procurar as bases reais, não em Deus, mas na animalidade. (Obras, VI, 122, 71).

... a própria vida animal não é tão brutalmente material como os teológicos, os idealistas consequentes e o próprio Mazzini são levados a crer: os animais cuja toda a existência se concentra exclusivamente na dupla paixão da digestão e da reprodução pertencem às espécies mais inferiores. Mas nas espécies mais desenvolvidas sob a influência da inteligência, nas que se aproximam do homem, encontrarão os germes de todas as paixões do homem, sem exceptuar nenhuma, encontrarão o amor das crianças, o sen-

timento religioso, o sacrifício, a paixão social, a devoção patriótica e até um começo de curiosidade científica. Sem dúvida que a preocupação do ventre e do amor sexual desempenham aí um papel dominante, mas não desempenharão também um papel senão dominante, pelo menos excessivamente importante no próprio mundo humano?

Para se conservar, tanto o animal como o indivíduo, tem de comer, e como espécie, tem de se reproduzir. Eis a primeira base da vida real, comum a todas as espécies animais desde as mais inferiores, inclusivamente, até ao homem. Todas as outras faculdades e paixões só se podem desenvolver com a condição destas duas necessidades primordiais estarem satisfeitas. É a lei soberana da vida à qual nenhum ser vivo saberia subtrair-se. (Mazzini, 71-72, 71).

... esta lei moral... o que é senão a expressão mais pura, mais completa, mais adequada, como diriam os metafísicos, desta mesma natureza humana, essencialmente socialista e individualista ao mesmo tempo.

O principal defeito dos sistemas de moral ensinados no passado, é terem sido ou exclusivamente socialistas ou exclusivamente individualistas. (Natureza do Estado, 581, *ano?*).

.

Na moral privada, enquanto ainda não está viciada pelos dogmas religiosos, há um fundamento eterno, mais ou menos reconhecido, compreendido, aceite e realizado em cada sociedade humana. Este fundamento não é senão o respeito humano, o respeito pela dignidade humana, pelo direito e pela liberdade de todos os indivíduos humanos. Respeitá-los, eis o dever de cada um; amá-los e provocá-los, eis a virtude; violá-los, pelo contrário, é o crime. (Obras, V, 309, 71).

O que é que entendemos por respeito humano? É o reconhecimento... da dignidade humana no homem, qualquer que seja a sua raça, a sua cor, o grau de desenvolvimento da sua inteligência e mesmo da sua moralidade. Mas se este homem é estúpido, mau, desprezível, poderei eu respeitá-lo? Sem dúvida, se ele é tudo isso, é-me impossível respeitar a sua vilania, a sua estupidez e a sua brutalidade; elas desgostam-me e indignam-me; tomarei contra elas, em caso de necessidade, as medidas mais enérgicas, até ao ponto de o matar se não me restar outro meio de defender contra ele a minha vida, o meu direito ou o que me é respeitável e querido. Mas no meio do combate mais enérgico e mais encarniçado, e em caso de necessidade mesmo mortal contra ele, tenho de respeitar o seu carácter humano. — A minha própria dignidade de homem só o é por este preço. Portanto, se ele não reconhece esta dignidade em ninguém, será preciso, poderemos reconhecê-lo nele? Se ele é uma espécie de besta feroz ou, como sucede frequentemente, pior que uma besta, reconhecer nele o carácter humano, não seria isto cair na ficção? Não, pois seja qual for a sua degradação intelectual e moral actual, se ele não é organicamente um idiota, nem um doido, em cujos casos seria necessário tratá-lo não como criminoso mas como doente, — se ele está em plena posse dos seus direitos e da inteligência com que a natureza o dotou, o seu carácter humano, mesmo no meio dos seus mais monstruosos desvios, continua a existir nele dum maneira muito real, como *faculdade, sempre viva enquanto ele viver para se elevar à consciência da sua humanidade, — por pouco que se efectue uma mudança radical nas condições sociais que o tornaram tal qual ele é.* (Obras, I, 177-178, 67).

.

A moral antiga, baseada nas tradições patriarcais, religiosas e hierárquicas, desmorona-se irre-

vogavelmente. Uma moral nova ainda não pôde ser criada, está unicamente prevista. Com efeito, só pela acção de uma revolução social é que ela se pode tornar concreta. A inteligência e a força dum único homem, por muito grandes que elas sejam, não seriam suficientes. É por isso que uma moral nova não se pode ainda formular. (Correspondência, 269, 67).

.

... todas as religiões e todos os sistemas de moral que reinam numa sociedade são sempre a expressão ideal da sua situação real, material, isto é, da sua organização económica principalmente, mas também da sua organização política, esta última nunca sendo aliás outra coisa senão a consagração jurídica e violenta da primeira. (Mazzini, 69, 71).

.

Regra geral e demonstrada pela história de todas as religiões: «Nunca nenhuma religião nova pôde interromper o desenvolvimento natural e fatal dos factos sociais, nem mesmo desviá-lo da vida que lhe estava traçada pela combinação de forças reais, tanto naturais como sociais. Muitas vezes as crenças religiosas serviram de símbolo às forças nascentes, no preciso momento em que estas forças iam realizar factos novos: mas foram sempre os sintomas ou os prognósticos, nunca as causas reais destes factos. Quanto a estas causas, é preciso procurá-las no desenvolvimento ascendente das necessidades económicas e das forças organizadas e activas, não ideais mas reais, da sociedade; o ideal nunca sendo senão a expressão mais ou menos fiel e a última resultante, tanto positiva como negativa, da luta destas forças na sociedade.

Esta ideia tão justa... é combatida, necessariamente, por Mazzini. (Mazzini, 78, 71).

Este princípio, que constitui aliás o fundamento essencial do socialismo positivo, foi pela primeira vez cientificamente formulado e desenvolvido pelo Sr. Karl Marx, o principal chefe da Escola dos comunistas alemães. Ele constitui o pensamento dominante do célebre *Manifesto dos Comunistas*, que um Comité internacional de comunistas franceses, ingleses, belgas e alemães, reunidos em Londres, lançou em 1848, com o título: *Proletários de todos os países, uni-vos!* Este manifesto, redigido, como se sabe, pelos Srs. Marx e Engels, tornou-se a base de todos os trabalhos científicos posteriores da Escola, e da agitação popular sublevada, mais tarde, por Ferdinand Lassalle na Alemanha.

Este princípio é absolutamente oposto ao princípio reconhecido pelos idealistas de todas as escolas. Enquanto que estes últimos derivam todos os factos da história, inclusive o desenvolvimento dos interesses materiais e das diferentes fases da organização económica da sociedade, do desenvolvimento das ideias, os comunistas alemães, pelo contrário, só vêem em toda a história humana, nas manifestações mais ideais da vida tanto colectiva como individual da humanidade, em todos os desenvolvimentos intelectuais e morais, religiosos, metafísicos, científicos, artísticos, políticos, jurídicos e sociais, produzidos no passado e que se continuam a produzir no presente, unicamente reflexos ou contragolpes necessários do desenvolvimento dos factos económicos. Enquanto que os idealistas afirmam que as ideias dominam e produzem os factos, os comunistas, nisto também de acordo com o materialismo científico, dizem que, pelo contrário, os factos fazem nascer as ideias e que estas últimas são sempre a expressão ideal dos factos realizados; e que entre todos os factos, os factos económicos, materiais, os factos por excelência, constituem a base essencial, o principal fundamento, do qual todos os outros factos intelectuais e morais, políticos e sociais, não são

senão os derivativos obrigatórios. (Obras, III, 12 a 18, 71).

É um princípio profundamente verdadeiro logo que o consideramos sob o seu verdadeiro aspecto, isto é, sob um ponto de vista relativo, mas que, visto e posto de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a primeira fonte de todos os outros princípios, como o faz esta escola, torna-se completamente falso. (Obras, III, 11, 71).

O estado político de cada país... é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação económica; para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todo o segredo das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx, está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reacção contudo evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação económica. Ele diz: «A miséria produz a escravatura política, o Estado»; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: «A escravatura política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição da sua existência; de modo que para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado»...

O Sr. Marx desconhece igualmente um elemento muito importante no desenvolvimento da humanidade: é o temperamento e o carácter particulares de cada raça e de cada povo, temperamento e carácter que são produtos duma variedade de causas etnográficas, climatológicas e económicas, assim como históricas, mas que, uma vez existentes, exercem, mesmo fora e independentemente das condições económicas de cada país, uma influência considerável nos seus destinos a até no desenvolvimento das suas forças económicas. Entre estes elementos e estes impulsos por assim dizer naturais, há um cuja acção é completamente decisiva na história particular de cada povo: é a intensidade do instinto de revolta, e por ele a liberdade, da qual ele está dotado ou que conservou. Este instinto é um facto completa-

mente primordial, animal; encontramos-lo em graus diferentes em cada ser vivo, e a energia, a força vital de cada um relaciona-se com a sua intensidade. No homem, ao lado das necessidades económicas que o impelem, ele torna-se o mais forte agente de todas as emanações humanas. E como é um assunto de temperamento, não de cultura intelectual e moral, ainda que solicite vulgarmente uma e outra, acontece, algumas vezes, que povos civilizados só o possuem em fraco grau, quer se tenham extenuado nos desenvolvimentos anteriores, quer a própria natureza da sua civilização os tenha depravado, quer enfim que, desde o início da sua história, eles tivessem sido menos dotados do que os outros. (Obras, IV, 378-379, 72).

O raciocínio do Sr. Marx conduz a resultados absolutamente opostos. Tomando em consideração unicamente a questão económica, ele diz que os países mais avançados e consequentemente os mais capazes de fazerem uma revolução social são aqueles em que a produção capitalista moderna atingiu o mais alto grau do seu desenvolvimento. São eles que, excluindo todos os outros, são os países civilizados, os únicos chamados a iniciar e a dirigir esta revolução. (Obras, IV, 381-382, 72).

7.

Sob o estandarte de Satã

Segundo a doutrina mazzianiana assim como a cristã, o Mal é a revolta satânica do homem contra a autoridade divina, revolta na qual, pelo contrário, nós vemos o germe fecundo de todas as emancipações humanas. Os socialistas revolucionários, como os Fraticelli da Boémia do século XIV, reconhecem-se hoje por estas palavras: *Em nome daquele a quem se prejudicou, viva!*; e tanto hoje como sempre, as duas partes opostas dispõem-se, uns sob o estan-

darte da liberdade ou de Satã, os outros sob o estandarte divino da autoridade. (Mazzini, 56-57, 71).

Amorosos e zelosos da liberdade humana, e considerando-a como a condição absoluta de tudo o que adoramos e respeitamos na humanidade, eu volto à frase de Voltaire e digo que, *se Deus existisse realmente, seria necessário destruí-lo.* (Obras, III, 48, 71).

.

Estamos convencidos que a coisa mais prejudicial para a humanidade, para a verdade e para o progresso é a Igreja. El poderia ser de outro modo? Não é à Igreja que cabe a preocupação de perverter as novas gerações e sobretudo as mulheres? Não é ela que com os seus dogmas, as suas mentiras, a sua estupidez e a sua infâmia, tenta matar o raciocínio lógico e a ciência? Não presta ela atenção à dignidade do homem, prevertendo nele a noção de direitos e de justiça? Não transforma ela em cadáver o que está vivo, não perde a liberdade, não é ela que prega a escravatura eterna das massas em benefício dos tiranos e dos exploradores? Não é ela, esta implacável Igreja, que tende a perpetuar o reino das trevas, da ignorância, da miséria e do crime?

Se o progresso do nosso século não é um sonho mentiroso, deve acabar com a Igreja. (Obras, IV, 274-275, 71).

.

Ouvi sempre com pena, não só dos jacobinas revolucionários, mas também dos socialistas elevados mais ou menos à escola de Blanqui, e infelizmente de alguns amigos íntimos, que sofreram indirectamente a influência desta escola, defender a ideia completamente *anti-revolucionária* de ser necessário que a futura república abula por decreto todos os cultos públicos e ordene igualmente, por decreto,

a expulsão violenta de todos os padres. Em primeiro eu sou *inimigo absoluto da revolução por decretos* que é uma aplicação e uma ideia do *Estado revolucionário* — isto é, da *reação escondida atrás das aparências da revolução*. Ao sistema dos decretos revolucionários eu oponho o *dos factos revolucionários*, o único eficaz, consequente e verdadeiro. O sistema autoritário dos decreto, querendo *impor* a liberdade e a igualdade, destrói-as. *O sistema anárquico dos factos, provoca-as e suscita-as duma maneira infalível* sem a intervenção de qualquer violência oficial ou autoritária. O primeiro leva necessariamente ao triunfo final da verdadeira reacção. O segundo estabelece, em bases naturais e inabaláveis, a revolução.

Assim, neste exemplo, se se ordenar por decretos a abolição dos cultos e a expulsão dos padres, podem estar certos que os camponeses menos religiosos tomarão o partido do culto e dos padres, não por espírito de contradição, mas por um sentimento legítimo, natural, baseado na liberdade, que se revolta em qualquer homem contra todas a medida imposta, mesmo que tenha por fim a própria liberdade. (Obras, 224-225, 70).

.

Estas disposições místicas [nas massas] denotam mais um descontentamento profundo do coração do que uma aberração do espírito. É o protesto instintivo e apoixonado do ser humano contra as estreitezias, os servilismos, as dores e os ódios de uma existência miserável. (Obras, III, 40, 71).

... o socialismo, pelo seu próprio objecto, que é a realização do bem-estar e de todos os destinos humanos neste mundo, fora de qualquer compensação celeste, não é de modo algum a realização e consequentemente a negação de toda a religião que, desde o momento em que as suas aspirações se encon-

trem realizadas, já não terá nenhuma razão de existir. (Obras, I, 89, 67).

.

... encerrado pela vida como um prisioneiro pela prisão, sem horizonte, sem saída, mesmo sem futuro, se acreditarmos nos economistas, o povo deveria ter a alma singularmente estreita e o instinto rebaixado dos burgueses para não sentir necessidade de se libertar; mas para isso só há três meios, dos quais dois são fantásticos e o terceiro real. Os dois primeiros são o cabaré e a igreja, a libertinagem do corpo e a libertinagem do espírito; o terceiro é a revolução social. Donde concluo que unicamente esta, muito mais pelo menos que todas as propagandas teóricas dos livre-pensadores, será capaz de destruir até aos últimos vestígios as crenças religiosas e os hábitos libertinos do povo, crenças e hábitos que estão mais ligados do que se pensa; e que, ao substituir os prazeres ilusórios e brutais desta pouca vergonha corporal e espiritual, pelos prazeres tão delicados como reais da humanidade plenamente realizada em cada um e em todos, só a revolução social terá força para fechar ao mesmo tempo todos os cabarés e todas as igrejas.

Até lá o povo, em massa, acreditará, e, se não tiver razão para acreditar, terá pelo menos o direito. (Obras, III, 30-31, 71).

TERCEIRA PARTE

SOCIALISMO E REVOLUÇÃO

I. DE BABEUF À COMUNA

1.

De Babeuf a Proudhon

A Revolução francesa ao proclamar o direito e o dever de qualquer indivíduo humano se tornar homem, conduziu pelas suas últimas consequências ao Babeuismo. Babeuf, um dos últimos cidadãos enérgicos e puros criados pela Revolução e depois mortos em tão grande número, e que teve a felicidade de poder contar entre os seus amigos homens como Buonarotti, reuniu, numa concepção singular, as tradições políticas da pátria antiga com as ideias modernas duma revolução social. Ao ver a revolução enfraquecer, por causa duma mudança radical e então muito provavelmente impossível na organização económica da sociedade, fiel aliás ao espírito desta Revolução, que tinha acabado por substituir a acção onnipotente do Estado a toda a iniciativa individual, concebeu um sistema político e social, em relação ao qual a república, expressão da vontade colectiva dos cidadãos, depois de ter confiscado todas as propriedades individuais, administrava-as no interesse de todos, repartindo em partes iguais para cada um; a educação, a instrução, os meios de existência, os prazeres, e obrigando todos sem excepção, segundo as forças e a capacidade de cada um, ao trabalho tanto muscular como nervoso. A conspiração de Babeuf ecoou, foi guilhotinado com vários dos seus amigos. Mas o seu ideal duma réplica socialista não correu com ele. Retomada pelo seu amigo Buonarotti, o maior conspirador

do século, esta ideia foi transmitida por ele, como uma relíquia sagrada, às novas gerações, e graças às soicedades secretas que ele fundou na Bélgica e na França, as ideias socialistas germinaram na imaginação popular. — Desde 1830 até 1848 elas tiveram hábeis intérpretes em Cabet e no Sr. Louis Blanc, que estabeleceram definitivamente o *socialismo revolucionário*. Outra corrente socialista, proveniente da mesma fonte revolucionária, convergindo para o mesmo fim, mas por meios absolutamente diferentes e a que só de boa vontade chamaríamos *socialismo doutrinário*, foi criada por dois eminentes homens: Saint-Simon e Fourier. O Saint-Simonismo foi comentado, desenvolvido, transformado e estabelecido como sistema quase prático, como Igreja, pelo padre Enfantin, com vários amigos dos quais a maior parte provém hoje dos financeiros e dos homens de Estado, particularmente devotados ao Império. — O Fourierismo encontra o seu camentador na «*Democracia pacífica*» redigida até 2 de Dezembro pelo Sr. Victor Considérant.

O mérito destes dois sistemas socialistas, ainda que diferentes sob muitos aspectos, consiste na crítica profunda, científica, severa, que eles fizeram à organização actual da sociedade, cujas contradições monstruosas desvendaram com ousadia: — seguiu-se o facto importante de terem atacado e desacreditado fortemente o Cristianismo, em nome da reabilitação da matéria e das paixões humanas, simultaneamente caluniadas e praticadas pelos padres cristãos. Os Saint-Simonianos quiseram substituir o Cristianismo por uma religião nova, baseada no culto místico da carne, com uma nova hierarquia dos padres, novos exploradores do povo pelo privilégio do génio, da habilidade e do talento. Os Fourieristas, muito mais e até sinceramente democratas, imaginaram os seus falanstérios governados e administrados por chefes, eleitos por sufrágio universal, e onde cada um, pensavam eles, encontraria por si próprio o seu trabalho e o seu lugar, segundo a

natureza das suas paixões. — As faltas dos Saint-Simonianos são suficientemente visíveis para se falar disso. O duplo erro dos Fourieristas consistiu, primeiro, em acreditarem que só com força da sua persuasão e da sua propaganda pacífica eles chegariam a tocar o coração dos ricos, a ponto destes virem depor o excedente da sua riqueza às portas dos seus falantérios; e em segundo lugar, em terem imaginado que se podia construir teoricamente, *à priori*, um paraíso social, onde se poderia meter toda a humanidade futura. Eles não compreenderam que podemos enunciar muito bem os grandes princípios do seu desenvolvimento futuro, mas que devemos deixar às experiências do futuro a realização desses princípios.

Em geral, a regra foi a paixão comum de todos os socialistas anteriores a 1848, sem excepção: Cabet, Louis Blanc, Fourieristas, Saint-Simonianos, todos tinham a paixão de endoutrinar e de organizar o futuro, todos foram mais ou menos *autoritários*.

Mas eis que apareceu Proudhon: filho de um camponês e cem vezes mais revolucionário de facto como de instinto, do que todos os socialistas doutrinários e burgueses, armou-se com uma crítica tão profunda e penetrante como impiedosa, para destruir todos os sistemas deles. Opondo a liberdade à autoridade contra os socialistas de Estado, proclamou-se ousadamete anarquista, e teve a coragem de se dizer ateu, nas barbas do deísmo ou do panteísmo deles, ou antes como August Comte *positivista*.

O seu socialismo, baseado tanto na liberdade individual como colectiva, e na acção espontânea das associações livres, não obedecendo a outras leis senão às leis gerais da economia social descobertas ou a descobrir pela Ciência, sem qualquer regulamentação governamental ou protecção do Estado, subordinando aliás a política aos interesses económicos, intelectuais e morais da sociedade; por uma consequência necessária tinha de conduzir, mais tarde, ao federalismo. (Obras, I, 36 a 40, 67).

2.

Marx e Proudhon

... não há nenhuma dúvida que na crítica impiedosa que [Marx] fez a Proudhon há muito de verdade... Este parte da ideia abstracta do direito; do direito passa ao facto económico, enquanto que o Sr. Marx, contrariamente a Proudhon, exprimiu e demonstrou a verdade indubitável, confirmada pela história passada e contemporânea da sociedade humana, dos povos e dos Estados, que o factor económico precedeu sempre e precede sempre o direito jurídico e político. (Estatismo e Anarquismo, 242, 73).

... Marx é um pensador económico muito sério, muito profundo. Ele tem a grande vantagem sobre Proudhon de ser um verdadeiro materialista. Proudhon, apesar de todos os seus esforços para sacudir as tradições do idealismo clássico, não deixou de ser toda a sua vida um idealista incorrigível, inspirando-se, como eu lhe disse dois meses antes da sua morte, ora na Bíblia, ora no direito romano, e sempre metafísico até à raiz dos cabelos. A sua grande desgraça foi nunca ter estudado ciências naturais, e de não se ter apropriado do seu método. Ele teve instintos de génio que lhe teriam feito entrever a via justa, mas seduzido pelos hábitos maus ou idealistas do seu espírito, retornava sempre aos seus velhos erros; o que fez com que Proudhon fosse uma contradição perpétua, um génio vigoroso, um pensador revolucionário debatendo-se sempre contra os fantasmas do idealismo, e nunca tendo conseguido vencê-los.

Marx como pensador está na boa via. Ele estabeleceu como princípio que todas as evoluções políticas, religiosas e jurídicas, na história, são, não as causas, mas os efeitos de evoluções económicas — é um grande e fecundo pensamento que não foi

totalmente inventado por ele, foi entrevisto, em parte exprimido, por muitos além dele — mas de qualquer modo pertence-lhe a ele a honra de o ter estabelecido solidamente e de o ter posto como base de todo o su sistema económico. Por outro lado, Proudhon compreendeu e sentiu a liberdade muito melhor do que ele — Proudhon, quando não praticava doutrina e metafísica, tinha o verdadeiro instinto revolucionário. — Ele adorava Satanás e proclamava a anarquia. É bem possível que Marx se possa elevar *teoricamente* a um sistema ainda mais racional da liberdade do que Proudhon — mas falta-lhe o instinto de Proudhon... ele é um comunista autoritário dos pés à cabeça.

... [Marx] dedicou-se sempre, com sinceridade, à causa da emancipação do proletariado, causa a que ele prestou serviços incontestáveis e à qual nunca traiu conscientemente, mas que compromete hoje com a sua formidável vaidade, com o seu carácter odioso e malévolo, e com a tendência à ditadura mesmo no seio do partido dos revolucionários socialistas. Efectivamente a sua vaidade não tem limites e é pena, é um luxo inútil, pois a vaidade compreende-se num ser nulo, que não sendo nada, quer parecer tudo. Marx tem qualidades e uma capacidade de pensamento e de acção muito grandes, muito positivas e que lhe poderiam ter pousado, parece-me, a pena de ter recorrido aos meios miseráveis da vaidade! (Nettlau, 70-71, 72).

[*Tem também o defeito*] de todos os sábios de profissão, é um *doutrinário*. Acredita absolutamente nas suas teorias e do alto das suas teorias despreza toda a gente. (Nettlau, 368, 71).

3.

A Comuna

Eu sou um partidário da Comuna de Paris que, por ter sido massacrada, esmagada em sangue pelos carrascos da reacção monárquica e clerical, só se tornou mais viva, mais forte na imaginação e no coração do proletariado europeu; eu sou seu partidário principalmente porque ela foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado. (Obras, IV, 253, 71).

A comuna proclamou-se *federalista*, e sem negar a *unidade nacional da França* que é um facto natural e social, ela negou audaciosamente o Estado que é a *unidade violenta e artificial*. (Lehning, I-1, 254, 71).

O efeito foi tão formidável por todo o lado, que os próprios marxistas, a quem todas as suas ideias tinham sido invertidas por esta insurreição, viram-se obrigados a tirar o chapéu diante dela. Fizeram mais: ao contrário da mais simples lógica e dos seus verdadeiros sentimentos, declararam que o seu programa e o seu fim eram os deles. Foi um disfarce verdadeiramente burlesco, mas forçado. Eles tinham de o fazer, sob pena de se verem marginalizados e abandonados por todos, tão forte era a paixão que esta revolução tinha provocado em toda a gente. (Obras, IV, 387, 72).

A Comuna de Paris durou muito pouco tempo e foi muito entravada no seu desenvolvimento interior pela luta mortal que ela teve de sustentar contra a reacção de Versalhes, para que ela pudesse, não digo mesmo aplicar, mas pelo menos elaborar teoricamente o seu programa socialista. Por outro lado, é preciso reconhecê-lo, a maioria dos membros da Comuna não eram propriamente socialistas e se se mostraram como tal foi por terem sido entravados invencivelmente pela força irresistível das

coisas, pela natureza do seu meio, pelas necessidades da sua posição e não por convicção íntima.

Os socialistas, à cabeça dos quais se situa naturalmente o nosso amigo Varlin, constituíam na Comuna uma ínfima minoria; não eram mais do que catorze ou quinze membros. O resto era composto por... Jacobinos francamente revolucionários, os heróis, os últimos representantes sinceros da fé democrática de 1793, capazes de sacrificar a sua unidade e a sua autoridade bem-amadas às necessidades da revolução, mais do que submeter a sua consciência à insolência da reacção. Estes Jacobinos magnânimos, à cabeça dos quais se encontra naturalmente Delescluze, uma grande alma e um grande carácter,... assinaram programas e publicações cujo espírito geral e as promessas eram positivamente socialistas. Mas como, apesar de toda a sua boa fé e de toda a sua boa vontade, eles não eram senão socialistas muito mais entravados exteriormente do que convencidos interiormente, como não tiveram o tempo, nem mesmo a capacidade para vencer e suprimir neles uma série de preconceitos burgueses que estavam em contradição com o seu socialismo recente; compreende-se que, paralisados por esta luta interior, nunca pudessem sair de generalidades, nem tomar uma das medidas decisivas que rompesse para sempre a sua solidariedade e todas as suas relações com o mundo burguês.

Foi uma grande desgraça para a Comuna e para eles; eles ficaram paralisados e paralisaram a Comuna; mas não lhes podemos censurar, como uma falta. Os homens não se transformam de um dia para o outro e não mudam nem de natureza nem de hábitos à sua vontade. Eles provaram a sua sinceridade dando a sua vida pela Comuna. Quem ousaria pedir-lhes mais?

Eles são mais desculpáveis do que o próprio povo de Paris, sob influência do qual eles pensaram e agiram, era muito mais socialista por instinto do que por ideia ou convicção reflectida... Há ainda

muitos preconceitos jacobinos, muitas imaginações ditatoriais e governamentais, no proletariado das grandes cidades de França e até no de Paris. (Obras, IV, 255 a 257, 71).

Aliás, a situação do pequeno número de socialistas convencidos, que fizeram parte da Comuna, era excessivamente difícil. Não se sentindo suficientemente defendidos pela população parisiense, a organização da Associação Internacional, apesar de muito imperfeita, não abraçando mais de alguns milhares de indivíduos, eles tiveram de sustentar uma luta diária contra a maioria jacobina. E ainda em que circunstâncias! Foi-lhes preciso dar trabalho e pão a alguns milhares de operários, organizá-los, armá-los, e vigiar ao mesmo tempo as manobras reaccionárias numa cidade tão grande como Paris, sitiada, ameaçada pela fome e entregue às manobras sujas da reacção que se estabeleceu e que se mantinha em Versalhes, *com a autorização e pela graça dos Prussianos*. Foi-lhe preciso opor um governo e um exército revolucionário ao governo e ao exército de Versalhes, quer dizer que para combater a reacção monárquica e clerical, eles tiveram, esquecendo e sacrificando as primeiras condições do socialismo revolucionário, de se organizar em *reacção* jacobina.

Não é natural que no meio de tais circunstâncias, os Jacobinos, que eram os mais fortes visto que constituíam a maioria na Comuna, e que, por outro lado, possuíam num grau infinitamente superior o instinto político, a tradição e a prática da organização governamental, tivessem tido grandes vantagens sobre os socialistas? O que é de espantar é eles não se terem aproveitado disso muito mais do que o fizeram, que eles não tenham dado à sublevação de Paris um carácter exclusivamente jacobino, e que se tenham deixado arrastar, pelo contrário, numa revolução social.

Eu sei que muitos socialistas, muito consequentes em teoria, censuraram os nossos amigos

de Paris por eles não se terem mostrado suficientemente socialistas na sua prática revolucionária...; eu observarei aos teóricos severos da emancipação do proletariado que eles são injustos em relação aos nossos irmãos de Paris; pois, entre as teorias mais justas e a sua realização prática, há uma grande distância que não se transpõe em alguns dias. (Obras, IV, 258-259, 71).

II. O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E A LUTA OPERÁRIA E CAMPONESA

1.

Operários, camponeses, burgueses e intelectuais

... todas as outras questões: religiosas, nacionais, políticas, tendo sido completamente esgotadas pela história, só resta hoje uma única questão na qual se resumem todas as outras e a única doravante capaz de sublevar os povos: *a questão social*. (Nettlau, 221 64-67).

O que é bastante notável, e que aliás foi observado e constatado muitas vezes por um grande número de escritores de tendências muito diversas é que hoje só o proletariado possui um ideal positivo para o qual tende com toda a sua paixão, quase virgem ainda, do seu ser; ele vê diante de si uma estrela, um sol que o ilumina, que já o aquece, pelo menos na sua imaginação, na sua fé, e que lhe mostra com uma clareza certa a via que ele deve seguir, enquanto que todas as classes privilegiadas e pretensamente esclarecidas estão mergulhadas numa obscuridade simultaneamente desoladora e assustadora. Elas já não vêm nada à sua frente, já não acreditam nem aspiram a nada e só querem a conservação eterna do *status quo*, reconhecendo que o *status quo* não vale nada. Nada prova melhor que estas classes estão condenadas a morrer e que o futuro pertence ao proletariado. São os «bárbaros» (os proletários) que representam hoje a fé nos destinos humanos e no futuro da civilização,

enquanto que os «civilizados» já só encontram a sua salvação na barbárie. (Obras, VI, 67, 71).

... os trabalhadores são a juventude actual da humanidade: trazem neles todo o futuro. (Obras, V, 119, 69).

... pois o proletário, o trabalhador manual, o miserável, é o representante histórico da última escravatura na terra, a sua emancipação é a emancipação de toda a gente, o seu triunfo é o triunfo final da humanidade. (Obras, IV, 425, 72).

.

Regra geral: só se pode converter os que sentem necessidade de ser convertidos, os que já trazem nos seus instintos ou nas misérias da sua posição quer exterior, quer interior, tudo o que quiserem dar-lhes; nunca converterão os que não sentem necessidade de nenhuma mudança, nem mesmo os que, desejando sair duma posição da qual estão descontentes, são impelidos, pela natureza dos seus hábitos morais, intelectuais e sociais, a procurar uma melhor posição num mundo que não é o das vossas ideias.

Peço-vos que convertam ao socialismo um nobre que cobiça a riqueza, um burguês que queira tornar-se nobre ou até um operário que só aspire com todas as forças da sua alma a tornar-se um burguês! Convertam também um aristocrata de inteligência real ou imaginária, um meio-sábio, um quarto, um décimo, a centésima parte de sábio, pessoas cheias de ostentação científica, que muitas vezes, como só tiveram a possibilidade de compreender de qualquer maneira alguns livros, estão cheios de desprezo arrogante pelas massas iletradas e imaginam que são chamadas a formar entre elas uma nova casta dominante, isto é, exploradora.

Nenhum argumento nem nenhuma propaganda serão capazes de converter estes infelizes. Para os convencer só há um meio: é o facto; é a destruição

de qualquer possibilidade de situações privilegiadas, de qualquer dominação e de qualquer exploração; é a revolução social, que, varrendo tudo o que constitui a desigualdade no mundo, os moralizará obrigando-os a procurar a sua felicidade na igualdade e na solidariedade.

Não se dá o mesmo com...

...a grande massa operária que, extenuada pelo seu trabalho quotidiano, é ignorante e miserável. Esta, sejam quais forem os preconceitos políticos e religiosos que a tenham manchado e que até tenham conseguido em parte prevalecer na sua consciência, é *socialista sem o saber*; no fundo do seu instinto, e mesmo pela força da sua posição, ela é mais seriamente e mais realmente socialista do que todos os socialistas científicos e burgueses em conjunto. Ela é-o por todas as condições da sua existência material, por todas as necessidades do seu ser, enquanto que estes últimos só o são pelas necessidades do seu pensamento; e, na vida real, as necessidades do ser exercem sempre uma força maior do que as do pensamento, sendo aqui o pensamento, como sempre e em todo o lado, a expressão do ser, o reflexo dos seus desenvolvimentos sucessivos, mas nunca o seu princípio. (Obras, V, 178 a 180, 69).

A diferença essencial entre o socialismo por pensamento, pertencendo, mesmo que só pela sua cultura, às classes dirigentes, e o socialista inconsciente do mundo operário, encontra-se no facto de o primeiro, mesmo que deseje ser socialista, nunca o poderá ser inteiramente, enquanto que o segundo embora seja socialista, não tem consciência disso, ignora que há uma ciência social neste mundo e até nunca ouviu falar da palavra socialismo.

Um conhece tudo do socialismo, mas não é um socialista; o outro é um socialista, mas não sabe nada dele. O que é preferível? Eu acho que é preferível ser um socialista. (Maximoff, 359-360, 70).

[*Portanto*] os princípios sociais não são pro-

priedade de ninguém; eles são representados mais naturalmente pelos operários do que pela inteligência desenvolvida no meio da classe burguesa... Mas, desde o momento em que nós aceitamos estes princípios tanto pela nossa inteligência como pelo sentimento de justiça, a ponto de se tornarem um ponto vital para nós — ninguém, nem de cima nem de baixo, tem o direito de nos proibir de falar, de nos associarmos e de agirmos em nome destes princípios — que nos pertencem tanto a nós como aos operários mesmo que a eles de outro modo. (Nettlau, 253, 68).

Ah! é que existe na classe operária um pequeno número de operários meio literários, pretenciosos, vaidosos, ambiciosos, e a quem se poderia chamar, com toda a justiça, operários burgueses. Eles gostam de se mostrar como chefes, como homens de Estado das associações operárias, e supõe-se que eles temem a competição dos homens saídos da classe burguesa, muitas vezes mais dedicados, mais modestos, e menos ambiciosos do que eles próprios, mas que poderiam, sem querer, eclipsá-los e destruí-los pela superioridade da sua instrução. Vi sempre que este protesto contra a admissão dos burgueses pouco dedicados vinha, não da massa operária que, no sentimento da sua força, não conhece temores mesquinhos, mas precisamente desses chefes pretenciosos e ambiciosos, que [escondem] sob a capa operária intenções pouquíssimo socialistas. (Nettlau, 425, 72).

2.

Os camponeses

O operário das cidades, mais esclarecido do que o camponês, despreza-o muitas vezes e fala dele com um desdém muito burguês. Mas nada faz tanta

cólera como o desdém e o desprezo, — o que faz com que o camponês responda ao desprezo do trabalhador das cidades com o seu ódio. E é uma grande desgraça, porque este desprezo e este ódio dividem o povo em duas grandes partes, em que cada uma paralisa e anula a outra. Entre estas duas partes, na realidade, não existe nenhum interesse contrário, só há um grande e prejudicial mal entendido, que é necessário fazer desaparecer a todo o custo. (Obras, II, 221-222, 70).

Os operários das cidades... antes de tudo têm de se certificar bem da natureza das censuras que têm contra os camponeses. Quais são as suas principais queixas?

Há três: a *primeira*, é os camponeses serem ignorantes, supersticiosos e beatos, e deixarem-se dirigir pelos padres. A *segunda*, é eles consagrarem-se ao imperador. A *terceira*, é eles serem partidários arrebatados da propriedade individual.

É verdade que os camponeses franceses são perfeitamente ignorantes. Mas será isso culpa deles? Sonhamos algum dia em dar-lhes escolas? Será isto uma razão para os desprezar e para os maltratar? Mas a este respeito, os burgueses que são incontavelmente mais sábios do que os operários, teriam o direito de desprezar ou de maltratar estes últimos; e nós conhecemos muitos burgueses que o dizem e que fundam nesta superioridade de instrução o seu direito à dominação e que disso deduzem para os operários o dever de subordinação. O que faz a grandeza dos operários em relação aos burgueses, não é a sua instrução que é pequena, é o instinto e a representação real da justiça que são incontavelmente grandes. Mas faltará este instinto de justiça aos camponeses? Observem bem, sem dúvida sob formas diferentes, encontrá-lo-ão totalmente neles. Encontrarão neles, ao lado da sua ignorância, um profundo bom-senso. Uma admirável delicadeza, e essa energia de trabalho que constitui a honra e a salvação do proletariado.

Dizem que os camponeses são supersticiosos e beatos, e que se deixam dirigir pelos padres. A sua superstição é o produto da sua ignorância... E aliás, eles não são tão supersticiosos e beatos como dizem, são as suas mulheres que o são, mas as mulheres dos operários estarão livres verdadeiramente das superstições e das doutrinas da religião católica e romana? Quanto à influência e à direcção dos padres, eles só a suportam unicamente em aparência, enquanto o reclamar a sua paz interior e enquanto não contradizem os seus interesses. Esta superstição não os impediu, depois de 1789, de comprarem os bens da Igreja, confiscados pelo Estado, apesar da maldição lançada pela Igreja tanto contra os compradores como para os vendedores. Donde se conclui que para eliminar definitivamente a influência dos padres nos campos, a revolução só tem de fazer uma coisa: é pôr em contradição os interesses dos camponeses com os interesses da Igreja. (Obras, II, 222-224, 70).

O último e o principal argumento dos operários da cidade contra os camponeses, é a ambição destes últimos, o seu egoísmo grosseiro e o seu apego à propriedade individual da terra. Os operários que lhes censuram tudo isto deveriam perguntar primeiro: e quem não é egoísta? Quem na sociedade actual não é nada ambicioso, no sentido de guardar com furor o pouco que conseguiu juntar e que lhe garante, na anarquia económica actual e nesta sociedade que não se compadece dos que morrem de fome, a sua existência e a existência dos seus? — Os camponeses não são comunistas, é verdade, eles temem e desprezam os divisionistas, porque eles têm qualquer coisa para conservar, pelo menos em imaginação, e a imaginação é uma grande força à qual geralmente não é dada suficiente atenção na sociedade. — Os operários, cuja imensa maioria não possui nada, têm muito mais propensão para o comunismo do que os camponeses; nada mais natural: o comunismo duns é tão natural como o individua-

lismo dos outros, — sendo, tanto uns como outros, em todas as suas ideias e todas as suas paixões, os produtos de meios diferentes que os geraram. E ainda, os operários serão todos comunistas?

Não se trata de querer mal aos camponeses, nem de os denegrir, *trata-se de estabelecer uma linha de conduta revolucionária que contorne a dificuldade e que não só impedirá o individualismo dos camponeses de os atrair para o partido da reacção, mas que pelo contrário se servirá disso para fazer triunfar a revolução.*

Lembrem-se bem, caros amigos, e repitam-nos cem vezes, mil vezes por dia, *que do estabelecimento desta linha de conduta depende ABSOLUTAMENTE o resultado: o triunfo ou a derrota da revolução.* Obras, II, 229-230, 70).

Quais são as principais censuras dos camponeses, as principais causas do seu ódio dissimulado e profundo contra as cidades?

1.º Os camponeses sentem-se desprezados pelas cidades e o desprezo de que se é objecto descobre-se depressa, mesmo pelas crianças, e nunca se perdoa.

2.º Os camponeses imaginam, *não sem muitas razões*, sem muitas provas e experiências históricas em apoio desta imaginação, que as cidades os querem dominar, governar, e muitas vezes explorar e impor-lhes sempre uma ordem política que não lhes agrada.

3.º Por outro lado, os camponeses consideram os operários da cidade como *divisionistas* e receiam que os socialistas venham confiscar a sua terra que amam acima de tudo.

Que devem fazer pois os operários para vencer esta desconfiança e esta animosidade dos camponeses contra eles? Primeiro deixar de lhes mostrar o seu desprezo, deixar de os desprezar. Isto é necessário para a salvação da revolução e deles próprios, pois o ódio dos camponeses constitui um grande perigo. Se não existisse esta desconfiança e este ódio, a revolução já se teria feito há muito tempo,

pois a animosidade que existe, infelizmente, no campo contra as cidades, constitui em todos os países a base e a força principal da reacção. Por isso, no interesse da revolução que os deve emancipar, os operários têm de deixar o mais depressa possível de mostrar este desprezo aos camponeses. Têm de o fazer também por justiça, pois na verdade não têm nenhuma razão para os desprezar nem para os detestar. (Obras, II, 235-236, 70).

Os camponeses... só pecam por ignorância, não por falta de temperamento. (Obras, 235-236, 70).

Não o esqueçam, o camponês odeia todos os governos. Ele suporta-os por prudência; paga-lhes regularmente os impostos e sofre por eles lhe levarem os seus filhos para fazer deles soldados, porque não vê como poderia fazer de outro modo, e não dá a mão a nenhuma mudança, porque se diz que todos os governos são iguais e que o novo governo, seja qual for o seu nome, não será melhor do que o antigo, e porque ele quer evitar os riscos e os encargos duma mudança inútil. (Obras, II, 231-232, 70).

Enfim, sendo trabalhadores, eles só estão separados dos trabalhadores das cidades por preconceitos, não por interesses. Um grande movimento verdadeiramente socialista e revolucionário, poderá espantá-los de início, mas o seu instinto e o seu bom-senso natural depressa lhes fará compreender que não se trata de os espoliar, mas de fazer triunfar e de estabelecer, em todo o lado e para todos, o direito sagrado ao trabalho, nas ruínas das mandriices privilegiadas do mundo. E quando os operários, abandonando a linguagem pretenciosa e escolástica dum socialismo doutrinário, inspirados pela paixão revolucionária, lhes vierem dizer simplesmente, sem subterfúgios e sem fraseados, o que querem; quando eles chegarem aos campos, não como perceptores ou como mestres, mas como irmãos, como iguais, provocando a revolução, mas não a impondo aos trabalhadores da terra; quando pegarem

fogo a todo o papel timbrado, processos, títulos de propriedade e de rendas, dívidas privadas, hipotecas, leis criminais e civis; quando alumiarem com fogos de alegria toda essa papelada, sinal e consagração oficial da escravatura e da miséria do proletariado, — então, estejam certos, o camponês compreendê-los-á e erguer-se-á com eles. Mas para que os camponeses se levantem, é absolutamente necessário que a iniciativa do movimento revolucionário seja tomada pelos operários das cidades, porque estes operários são os únicos que juntam ao instinto a consciência esclarecida, a ideia, e a vontade reflectida da revolução social. (Obras, IV, 17-18, 70).

Juntar-se-ão com eles logo que estejam convencidos de que os operários das cidades não pretendem impor-lhes a sua vontade, nem qualquer ordem política ou social, inventada pelas cidades, para a maior felicidade dos campos, logo que se assegurem que os operários não têm qualquer intenção de lhes ficar com as terras.

Pois bem, hoje é totalmente necessário que os operários renunciem realmente a esta pretensão e a esta intenção, e que o façam de modo a que os camponeses o saibam e não tardem a ficar convencidos. (Obras, II, 239, 70).

Eu nunca acreditei que mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, os operários tivessem a força suficiente para lhes impor a comunidade ou a colectividade; e nunca o desejei, — porque abomino todo o sistema imposto, porque amo sinceramente e apaixonadamente a liberdade. Esta ideia falsa e esta liberticida constituem a aberração fundamental do comunismo autoritário, que por ter necessidade da violência regularmente organizada, tem necessidade do Estado, e como tem necessidade do Estado, leva necessariamente à reconstituição do princípio da autoridade e duma classe privilegiada do Estado. Só se pode impor a colectividade a escravos — e então, a colectividade torna-se mesmo a negação da humanidade. Num povo livre, a colectividade só se

pode produzir pela força das coisas, não por imposição de cima, mas pelo movimento espontâneo de baixo, simultaneamente livre e necessário, no momento em que as condições do individualismo privilegiado: a política do Estado, os códigos criminal e civil, a família jurídica e o direito de herança, varridos pela revolução, tiveram desaparecido.

Seria preciso ser doido, acho eu, para tentar impor aos camponeses, nas circunstâncias actuais, seja o que for; isso fá-los-ia inimigos da revolução com toda a certeza; isso seria arruinar a revolução. (Obras, II, 234-235, 70).

Com que direito os operários imporão aos camponeses qualquer forma de governo ou de organização econômica? Pelo direito da revolução, dir-se-á. Mas a revolução já não é a revolução logo que age despoticamente e logo que, em vez de provocar a liberdade das massas, provoca a reacção no seu seio. (Obras, II, 239, 70).

Qual é o fundamento, a explicação, a teoria desta pretensão? É a superioridade, pretendida ou real, da inteligência, da instrução, numa palavra, da civilização operária sobre a civilização dos campos. Mas sabem que com um princípio destes pode-se legitimar todas as conquistas, consagrar todas as opressões?... Tomem cuidado, os Alemães já começam a aperceber-se que a civilização germânica, protestante, é muito superior à civilização católica dos povos de raça romana em conjunto, é à civilização francesa em particular. Tomem cuidado, não vão eles imaginar que têm a missão de vos civilizar e de vos fazer felizes, como vocês imaginam, vocês, terem a missão de emancipar e de civilizar forçadamente os vossos compatriotas, os vossos irmãos, os camponeses de França. Para mim, tanto uma pretensão como a outra são igualmente odiosas, e declaro-vos que, tanto nas relações internacionais como nas relações entre duas classes, eu estaria sempre do lado dos que se queiram civilizar por este método. Revoltar-me-ei com eles contra todos esses civiliza-

dores arrogantes, quer se chamem operários ou Alemães, e ao revoltar-me contra eles, servirei a revolução contra a reacção.

Mas se não for assim, dirão, será preciso abandonar os camponeses ignorantes e supersticiosos, a todas as influências e a todas as intrigas da reacção? Nada disso. É preciso exterminar a reacção nos campos, como é preciso exterminá-la nas cidades. Mas para atingir este fim, não chega dizer: Nós queremos matar a reacção, é preciso matá-la, é preciso extirpá-la, e não se extirpa nada com decretos. — Pelo contrário, e insisto em prová-lo com a história: os decretos e em geral todos os actos de autoridade, não extirpam nada, pelo contrário, eternizam o que querem matar.

Que fazer? Não podendo *impor* a revolução nos campos, é preciso *produzi-la*, provocando o movimento revolucionário dos próprios camponeses, levando-os a destruir, com as suas mãos, a ordem pública, todas as instituições políticas e civis e a construir, a organizar nos campos a anarquia. (Obras, II, 239 a 242, 70).

Mas como é que os trabalhadores farão para revolucionar os campos? (Obras, II, 333, 70-71).

É preciso enviar para os campos, como propagadores da revolução, Corpos-francos.

Regra geral: quem quiser propagar a revolução deve ser francamente revolucionário. Para sublevar os homens é preciso ter o diabo no corpo; de outro modo só se faz discursos que abortam, só se produz um barulho estéril, não actos. Pois, primeiro de tudo, os corpos-francos propagadores têm de ser, eles próprios, inspirados e organizados revolucionariamente. Têm de levar, no seu seio, a revolução, para a poderem provocar e suscitar em volta deles. (Obras, II, 334, 70-71).

Ao mesmo tempo, os corpos-francos devem-se apresentar aos campos como uma força respeitável e capaz de se fazer respeitar; não para os violentar, sem dúvida, mas para lhes eliminar o desejo de se

rirem deles e de os maltratarem, mesmo antes de os terem ouvido. (Obras, II, 335, 70-71).

A emancipação legal deve ser substituída por um comité revolucionário formado por um pequeno número de camponeses, os mais enérgicos e os mais sinceramente convertidos à revolução.

Mas antes de constituir este comité, é preciso ter produzido uma conversão real nas disposições senão de todos os camponeses, pelo menos da sua maioria. É preciso que esta maioria se apaixone pela revolução. Como produzir este milagre? Pelo interesse. O camponês francês é ambicioso, dizem; pois bem, é preciso que a sua ambição se interesse pela revolução. É preciso oferecer-lhe e dar-lhe imediatamente grandes vantagens materiais. Não protestem contra a imoralidade dum sistema como este... Isso seria uma hipocrisia totalmente perdida. Hoje os interesses governam tudo, explicam tudo. E visto que os interesses materiais e a ambição dos camponeses perdem hoje a França, porque é que os interesses materiais e a ambição dos camponeses não a hão-de salvar? Ainda para mais que já a salvaram uma vez, em 1792.

Ouçam a este respeito o que diz o grande historiador da França, Michelet, que algumas pessoas não acusarão de ser um materialista imoral⁽¹⁾:

«Nunca houve uma lavra de Outubro como a de 91, em que o lavrador, prevenido com seriedade por Varennes e por Pillnitz, sonhou pela primeira vez, volveu em espírito os seus perigos e todas as conquistas da Revolução que lhe queriam arrancar. O seu trabalho, animado por uma indignação guerreira, era já para ele um campo em espírito. Ele lavrava como um soldado, imprimia à charrua o passo militar, e, tocando nas suas bestas com um aguilhão mais severo, gritando ora: «Hu! a Prús-

sia!», ora: «Vamos lá, Áustria!». O boi caminhava como um cavalo, a relha do arado ia áspera e rápida, o rego negro fumegava, cheio de fôlego e cheio de vida.

«É que este homem não suportava pacientemente ver-se assim perturbado na sua *possessão recente*, neste primeiro momento em que a dignidade humana tinha despertado nele. «*Livre e calcando um campo livre, se ele batesse o pé, sentia por baixo de si uma terra sem direito nem dizima, que já era dele ou seria dele em breve... Mais senhores! Todos senhores! Todos reis, cada um na sua terra, realizando o velho ditado: Homem pobre, na sua casa é rei.*

«Em sua casa e fora dela. Não é agora toda a França sua casa?»

«E mais longe, ao falar do efeito produzido nos camponeses pela invasão de Brunswick:»...

«Esta palavrinha: *restituir as propriedades*, continha muito. O grande proprietário era o clero, ia-se restituir-lhe *um bem de quatro milhões, anular as vendas que se tinham feito, por um milhão*, desde Janeiro de 92 e que depois, em nove meses, tinham aumentado enormemente... *Essas propriedades, desviadas há vários séculos do objectivo dos piedosos fundadores, a Revolução tinha-as chamado para o seu verdadeiro destino, a vida e a manutenção do pobre. Elas tinham passado da mão morta para a mão viva, DOS PREGUIÇOSOS AOS TRABALHADORES, dos abades libertinos, dos cónegos barrigudos, dos bispos faustosos, ao honesto lavrador. Uma nova França tinha sido construída neste curto espaço de tempo. E esses ignorantes (os emigrados) que traziam o estrangeiro estavam por tudo...*

«A estas palavras significativas de restauração dos padres, de restituição, etc., o camponês prestou atenção e compreendeu que era a contra-revolução que entrava em França, que se ia dar uma grande mutação *das coisas e das pessoas*. Ninguém tinha espingardas, mas os que as tinham pegaram nelas;

(1) História da Revolução Francesa, por Michelet, tomo III. (Nota de Bakunine)

quem tinha uma forquilha pegou na forquilha, e quem tinha uma foice, numa foice. Um fenómeno aconteceu na terra de França. Ela pareceu mudada, de repente, à passagem do estrangeiro. Ela tornou-se um deserto. Os grãos desapareceram, e, como se tivessem sido transportados por um turbilhão, foram para oeste. Só ficou na estrada uma coisa para o inimigo, as raízes verdes, a doença e a morte.»

E ainda mais adiante, Michelet descreve este quadro da sublevação dos camponeses em França:

«A população acorria ao combate com tal ímpeto que a autoridade começava a assustar-se e retinha-se atrasada. Massas confusas, quase sem armas, precipitavam-se para um mesmo ponto; não se sabia como as alojar, nem como as alimentar. No Este, especialmente na Lorraine, as colinas, todos os postos dominantes tinham-se tornado campos fortificados grosseiramente com árvores abatidas, à maneira dos nossos velhos campos do tempo de César. Vercingétorix julgar-se-ia, sob este ponto de vista, em plena Gália. Os Alemães tinham muito que meditar, quando passavam adiante, deixavam atrás de si estes campos populares. Qual seria o regresso para eles? Que teria sido uma derrota através destas massas hostis que, por todo o lado, como as águas, numa enorme fonte de neve, descessem sobre eles?... Eles tinham de se aperceber disso: não era um exército que tinham de combater, mas sim a França.» (Obras, II, 336 a 340, 70-71).

... Só há um único meio: é falar-lhes e impeli-los vivamente *em direcção aos seus próprios instintos*. Eles amam a terra, que tomem toda a terra e que cacem todos os proprietários que a exploram com o trabalho dos outros. Eles não têm nenhum gosto no pagamento das hipotecas, dos impostos. Que não os paguem mais. Que aqueles de entre eles a quem não convém pagar as dívidas privadas, não sejam mais forçados a pagá-las. Enfim eles detestam o recrutamento, que não sejam mais forçados a dar soldados.

E os Prussianos, quem os combaterá? Não recebem nada, logo que os camponeses sentirem vivamente, terão palpado, por assim dizer, as vantagens da revolução, para a defender, eles darão mais dinheiro e mais homens do que conseguiria a acção regular, mesmo exagerada do Estado. Os camponeses farão contra os Prussianos hoje, o que fizeram em 1792 contra eles...

Mas deixando-os dividir entre eles as terras que tiraram aos proprietários burgueses, não se restabelece, sobre um fundamento mais sólido e novo, a propriedade individual? Absolutamente nada, pois faltar-lhe-á a consagração jurídica e política do Estado, — o Estado e toda a constituição jurídica, a defesa da propriedade pelo Estado, o direito de família e o direito de herança incluídos, tende a desaparecer necessariamente no imenso turbilhão da anarquia revolucionária. Deixará de haver direitos, tanto políticos como jurídicos — só haverá factos revolucionários.

Mas dirão, isso será a guerra civil?...

Sim, isso será a guerra civil. Mas porque censuram, porque receiam tanto a guerra civil? (Obras, II, 242-243, 70).

A guerra civil, tão funesta ao poder dos Estados, é, pelo contrário e por isso mesmo, sempre favorável ao despetrar da iniciativa popular e ao desenvolvimento intelectual, moral e até material dos povos. A razão é muito simples: ela atormenta, ela enfraquece nas massas esta disposição imitadora, tão querida de todos os governos, e que converte os povos em rebanhos, que se paga e que se tosquia à vontade. Ela rompe a monotonia embrutecedora da sua existência diária, maquinal, desprovida de pensamento. (Obras, II, 423, 70-71).

... não vêem pois que os camponeses estão tão atrasados, precisamente porque a guerra civil ainda não dividiu os campos. As massas compactas são rebanhos humanos, pouco apropriados ao desenvolvimento e à propagação das ideias. A guerra civil,

pelo contrário, dividindo esta massa em diferentes partes, cria as ideias, ao criar interesses e aspirações diferentes. A alma, os instintos humanos não faltam nos vossos campos, o que lhes falta é o espírito. Pois bem, a guerra civil dar-lhes-á o espírito.

A guerra civil abrirá os campos, totalmente, à vossa propaganda socialista e revolucionária. Terão, torno a repetir, terão, o que ainda não têm, um partido nos campos, e poderão organizar aí, à vontade, o verdadeiro socialismo, a colectividade inspirada pela mais completa liberdade...

Não receiem que a guerra civil, a anarquia, conduza à destruição dos campos. Há em qualquer sociedade humana um grande fundo de instinto conservador, uma força de inércia colectiva, que a salvaguarda contra todos os perigos da destruição e, que precisamente, torna a acção revolucionária, o progresso, tão lentos e tão difíceis. (Obras, II, 243-244, 70).

Não receem que os camponeses, deixando de ser contidos pela autoridade pública e pelo respeito pela autoridade criminal e civil, se devorem mutuamente. Talvez experimentem fazê-lo no princípio, mas não tardarão a convencer-se da impossibilidade material de persistirem nesta via, e então, eles tratarão de se entenderem, de condescenderem e de se organizarem entre eles. A necessidade de comer e de alimentar os seus filhos e, conseqüentemente, a necessidade de lavrar a terra e de continuar todos os trabalhos dos campos, a necessidade de garantir as suas casas, as suas famílias e a sua própria vida contra os ataques imprevistos, tudo isso os forçará, indubitavelmente e dentro de pouco tempo, a entrar na via dos entendimentos mútuos. (Obras, II, 245, 70).

Enfim, não digo que os campos se organizarão assim, de baixo para cima, livremente, que criarão, desde o primeiro instante, uma organização ideal, semelhante em todos os pontos à que nós imaginamos, à que nós sonhamos. Do que eu estou con-

vencido é que ela será uma organização viva, mil vezes superior e mais justa do que a que existe presentemente, e aliás, que estará aberta, por um lado, à propaganda activa das cidades e, por outro lado, não estando fixada, nem por assim dizer petrificada pela protecção do Estado, nem pela da lei — pois deixará de haver Estado e lei — poderá progredir livremente, desenvolver-se e aperfeiçoar-se dum modo indefinido, mas sempre vivo e livre, nunca decretado, nem legalizado, até atingir um ponto tão razoável como o podemos desejar e esperar nos nossos dias. (Obras, II, 246, 70).

3.

Algumas condições da Revolução

A tarefa a que se impôs a Associação Internacional dos Trabalhadores não é senão a liquidação completa do mundo político, religioso, jurídico e social, actualmente existente, e a sua substituição por um novo mundo económico, filosófico e social. Mas um empreendimento tão gigantesco nunca se poderia realizar, se não tivesse, ao seu serviço, duas alavancas igualmente fortes, igualmente gigantescas, e completando-se mutuamente: a primeira, é a intensidade sempre crescente das necessidades, dos sofrimentos e das reivindicações económicas das massas; a segunda, é a nova filosofia social. (Obras, VI, 80, 71).

... a necessidade de uma revolução económica e social faz-se sentir vivamente, hoje, nas massas populares da Europa, até nas menos civilizadas, e é isto precisamente que dá fé no triunfo próximo da Revolução social; pois se o instinto colectivo das massas não se pronunciou ainda clara, profunda e resolutamente neste sentido, não são os socialistas do mundo, mesmo que fossem os homens de maior génio, que serão capazes de as sublevar.

Os povos estão prontos, eles sofrem muito e, ainda mais, começam a compreender que não são obrigados, absolutamente nada, a sofrer. (Obras, VI, 82, 71).

Mas a miséria e o desespero não são ainda suficientes para suscitar a revolução social. Podem originar sublevações locais, mas são insuficientes para sublevar as grandes massas. Para isso, é necessário que um povo tenha um ideal comum... uma ideia geral do seu direito e uma fé profunda, apaixonada, religiosa, se se quiser, nesse direito. (Estatismo e Anarquismo, 102, 73).

... é ainda preciso [que a massa dos operários]... tenha fé na possibilidade da sua libertação próxima. Esta fé é uma questão de temperamento e de disposição do coração e do espírito colectivo. O temperamento é dado aos diferentes povos pela natureza, mas é desenvolvido pela sua história. A disposição colectiva do proletariado é sempre o duplo produto de todos os acontecimentos anteriores, primeiramente, e a seguir e sobretudo, da sua situação económica e social presente. (Obras, VI, 63-64, 71).

.

Crer, é querer com paixão... (Obras, V, 113, 69).

A paixão real... vai sempre à frente, age sempre sem calcular os seus meios nem contar os seus obstáculos, criando uns e destruindo outros, impelida por uma força invencível, que faz dela justamente uma paixão. (Obras, VI, 416, 71).

.

Depois da guerra presente, se ela terminar com o triunfo da Prússia, isto é, com o da reacção internacional... Os operários ficarão infinitamente mais descontentes e mais miseráveis como nunca o foram até ao presente. Isto entende-se por si mesmo. Mas

seguir-se-á: *primo*, * que as suas disposições, o seu espírito, a sua vontade e as suas resoluções se tornarão mais revolucionárias? e *secundo*, mesmo que as suas disposições se tornarem mais revolucionárias, terão mais facilidade ou até igual facilidade à de hoje, para fazer a revolução social?

Sobre cada uma destas questões eu não hesito em me pronunciar duma maneira negativa e eis porquê. *Primo*, quanto à disposição revolucionária nas massas operárias, — não me refiro aqui, naturalmente, a alguns indivíduos excepcionais, — ela não depende unicamente dum grau maior ou menor de miséria e de descontentamento, mas também da fé ou da confiança que as massas operárias têm na justiça e na necessidade de triunfo da sua causa. Desde que existem sociedades políticas, as massas sempre estiveram descontentes e miseráveis...

Mas este descontentamento só muito raramente produziu revoluções. Vemos mesmo povos que estão reduzidos a uma excessiva miséria e, mesmo assim, não se agitam. A que se deve isto? Estarão eles contentes com a sua situação? Nada disso. Isso é devido a não terem o sentimento do seu direito, nem a fé na sua força; e como nem têm este sentimento, nem esta fé, eles continuam a ser, durante séculos, escravos impotentes. Como é que, tanto um como outro, nascem nas massas populares? O sentimento ou a consciência do direito é, no indivíduo, não só o efeito da ciência teórica, como também da experiência prática da vida. A primeira condição, isto é, o desenvolvimento teórico da inteligência, nunca foi realizado, em nenhum lugar, pelas massas... E por isto não se pode dizer que as massas operárias deste país ignoram os seus direitos. Como é que elas tiveram, então, conhecimento deles? Unicamente pela sua grande experiência, nesta grande

* Em latim no original. (N. E.)

tradição que desenvolvendo-se através dos séculos e transmitindo-se de geração em geração, sempre aumentada e sempre enriquecida por novas injustiças, por novos sofrimentos, e por novas misérias, acaba por esclarecer toda a massa do proletariado. Enquanto que um povo não caiu em decadência, há sempre progresso nesta tradição salutar, única instrutora das massas populares. Mas não se pode dizer que em todas as épocas da história dum povo este progresso tenha sido igual. Pelo contrário, ele só se manifesta por saltos. Algumas vezes é muito rápido, muito sensível, muito grande, outras vezes diminui ou pára; outras vezes ainda, parece mesmo recuar. A que se deve isto?

Deve-se, evidentemente, ao carácter dos acontecimentos que constituem a sua história. Há os que o electrizam e o impelem para diante; outros agem sobre a disposição geral da consciência popular de um modo deplorável, desencorajador, esmagador, ao ponto de a abater ou de a desnortear, ao ponto de, algumas vezes, a falsear completamente. Em geral, podemos observar no desenvolvimento histórico dos povos dois movimentos inversos, que me permitirei comparar ao fluxo e ao refluxo do Oceano.

Em certas épocas, que são geralmente as percursoras dos grandes acontecimentos históricos, dos grandes triunfos da humanidade, tudo parece avançar num passo acelerado, tudo respira força: as inteligências, os corações, as vontades, tudo vai em unísono, tudo parece ir à conquista de novos horizontes. Então, estabelece-se em toda a sociedade, como uma corrente eléctrica que une os indivíduos mais afastados num mesmo sentimento e as inteligências mais díspares num mesmo pensamento e que imprime a todos a mesma vontade. Então cada um está cheio de confiança e de coragem, porque se sente transportado pelo sentimento de toda a gente. Tal foi, para não sair da história moderna, o fim do século XVIII, nas vésperas da grande revolução. Tal foi, ainda que em muito menor grau,

a característica dos anos que precederam a revolução de 1848. Tal é enfim, julgo eu, a característica da nossa época, que parece anunciar-nos acontecimentos que talvez ultrapassem em grandeza os de 1789 e de 1793...

Mas há outras épocas sombrias, desesperantes, fatais, onde tudo respira a decadência, a prostração e a morte, e que manifestam um verdadeiro eclipse da consciência pública e privada. São os refluxos que seguem sempre as grandes catástrofes históricas. Tal foi a época do primeiro Império e da Restauração. Tais foram os dezanove ou vinte anos que seguiram a catástrofe de Junho de 1848. Tais serão, num grau ainda mais terrível, os vinte ou trinta anos que sucederão à conquista da França popular pelos exércitos do déspota prussiano. (Obras, IV, 19 a 23, 70).

Alguns raros operários poderão conservar a inteligência e a vontade revolucionárias, mas não terão a fé revolucionária, porque esta fé só é possível quando os sentimentos do indivíduo encontram um oco, um apoio nos instintos e na vontade unânime das massas: as massas estarão completamente desmoralizadas, esmagadas, desorganizadas e decapitadas. (Obras, IV, 28, 70).

Primeiro de tudo, para desorganizar completamente as massas operárias,... Impedir-se-á aos operários de França qualquer género de associação, sob um pretexto qualquer. Deste modo, matar-lhes-ão o espírito, e qualquer esperança de formarem entre eles, para discussão e instrução mútuas, a única que neste momento os pode esclarecer, uma vontade colectiva qualquer. Cada operário encontrar-se-á, como depois de Dezembro, reduzido a um isolamento intelectual e moral completo, e devido a este isolamento, condenado à mais completa impotência.

Ao mesmo tempo, para decapitar as massas operárias, prender-se-á e transportar-se-á a Cayenne algumas centenas, talvez alguns milhares, os mais enérgicos, os mais inteligentes, os mais convencidos

e os mais devotos, como o fizeram em 1848 e em 1851.

O que é que farão então as massas operárias desorganizadas e decapitadas? Pastarão na erva e, fatigadas pela fome, trabalharão furiosamente para enriquecer os seus patrões. Esperem pois uma revolução das massas populares reduzidas a uma posição destas!

Mas se, apesar desta situação miserável, impedido por esta energia francesa que não se resignará facilmente à morte, impellido também pelo seu desespero, o proletariado francês se revolta, oh! então haverá para os chamar à razão, as espingardas antigas duplicadas, desta vez, por espingardas de flechas; e, contra este argumento terrível, ao qual não se poderá opor nem inteligência, nem organização, nem vontade colectiva, excepto o seu desespero, ele ficará dez vezes, cem vezes mais impotente como nunca o foi.

É então? — então o socialismo francês deixará de contar entre as forças activas que impelem para diante o desenvolvimento e a emancipação solidárias do proletariado da Europa. Ele ainda poderá ter escritores socialistas, doutrinas, obras e jornais socialistas em França, se o novo governo e se o chanceler da Alemanha, o conde Bismark, contudo, o quiserem permitir. Mas nem os escritores, nem os filósofos, nem as suas obras, nem enfim os jornais socialistas, constituem ainda o socialismo vivo e forte. Este último só encontra existência real no instinto revolucionário esclarecido, na vontade colectiva e na organização das próprias massas operárias, — e quando este instinto, esta vontade e esta organização faltam, os melhores livros do mundo não são senão teorias no vazio e sonhos impotentes. (Obras, IV, 29 a 31, 70).

4.

Mobilização do proletariado

O operário de muito sofrer, o hábito amolece-o, deixa-o rolar pela encosta, o esforço pesa-lhe, o desconhecido mete-lhe medo como a um vulgar burguês, e resolve-se a já não revelar todas as suas cóleras, todos os seus rancores; o camponês, mais manhoso, esconde-as ainda mais e ainda se resigna melhor. Mas tudo isto não é senão uma aparência enganosa. Apelem para todas as suas paixões, só contidas pelos guardas, pela lei, pelo exército, pela cobardia; dêem os primeiros golpes, dêem o exemplo; tenham não só a audácia, mas também o ódio tenaz que nunca desarma, e verão rebentar a revolução, tanto nos campos como nas cidades. (Richard, 147-148, 70).

.

Os mazzinianos envaidecidos pelas suas ideias provenientes de fora da vida e das aspirações reais populares, imaginam que lhes chega formar pequenos centros de conspiração nas principais cidades da Itália, algumas dezenas em cada uma, arrastando com eles no máximo algumas centenas de operários e levantarem-se de improviso numa insurreição simultânea, para que as massas os sigam. Mas, primeiro, eles nunca conseguiram organizar uma sublevação simultânea; e, em seguida e sobretudo, as massas ficaram sempre surdas e indiferentes ao seu chamamento, de modo que todos os empreendimentos mazzinianos tiveram como resultado invariáveis fiascos sangrentos e algumas vezes até ridículos. Mas como os mazzinianos são doutrinários incorrigíveis, sistematicamente surdos às cruéis lições da vida, esta terrível sucessão de abortos dolorosos, mesmo esta experiência não lhes ensinou nada. Em cada primavera, eles recomeçam de novo, atribuindo

todos estes defeitos passados não ao vício inerente ao seu sistema, mas a algumas circunstâncias secundárias, a acidentes desfavoráveis, acidentes que encontramos em todos os empreendimentos conhecidos na história, mas que só puderam ser vencidos pelos que emanaram, verdadeiramente, das profundezas da vida real...

Estes atentados, sempre abortados, tinham uma razão de ser, apesar do seu insucesso constante e fatal, no momento em que era preciso despertar e formar o patriotismo da juventude italiana. Esta foi, como já o disse, a obra gloriosa de Mazzini. Mas uma vez acabada esta obra, era absolutamente necessário mudar o sistema, sob pena de a destruir ou de a corromper. O velho sistema de Mazzini, que era excelente para criar uma juventude de valores, nada valia para produzir uma revolução triunfante... Mazzini acreditou que as suas abstrações chegavam para sublevar as massas. « Ele nunca compreendeu que as massas só se põem em movimento quando são impelidas por forças, — interesses e princípios, ao mesmo tempo, — que emanam da sua própria vida...

A sublevação que ele projectou para esta primavera... terá tido inevitavelmente a mesma sorte dos empreendimentos anteriores. As consequências terão sido talvez ainda mais cruéis; pois a Itália não parece encontrar-se numa dessas situações críticas, em que qualquer falta se pode tornar fatal. Não é preciso que a revolução se desonre por um movimento insensato e que a ideia duma sublevação revolucionária caia no ridículo.

O que pode e deve salvar a Itália... é uma *grande revolução popular*. Para isso não basta entregar as armas a algumas centenas de jovens, nem mesmo basta sublevar o proletariado das cidades, é preciso que o campo, os vossos vinte milhões de camponeses, se sublevem também. (Cerretti, 180 a 182, 72).

Querem que vos diga tudo o que penso? Pois bem, acho que vocês têm um elemento revolucionário

muito mais forte e real *nos campos do que nas cidades*. Sem dúvida que há muito mais instrução nos vossos operários das cidades. A ignorância, aí! é geral no vosso país. Mas é muito maior nos campos do que nas cidades. No proletariado das cidades há mais pensamento e mais consciência revolucionária, mas há maior força natural nos campos. (Cerretti, 187, 72).

Mas há outras duas camadas a que devem prestar atenção; primeiro pela sua situação cada vez mais miserável, elas tornam-se forçosamente cada dia mais revolucionárias, e como são tão numerosas tanto uma como outra, exercem uma grande influência no povo: nas cidades, é a *pequena burguesia*; e, nos campos, é a *classe dos pequenos proprietários*. Estas duas classes não têm propriamente um programa, estando as duas completamente desorientadas. Pelas suas tradições e pela sua vaidade social, pertencem um pouco às classes privilegiadas. Pelos seus instintos, cada vez mais ameaçados e sacrificados, e pelas condições reais da sua existência, pelo contrário, elas pertencem cada vez mais ao proletariado. Portanto, ainda conservam alguns interesses que sofreriam com uma aplicação muito conseqüente e lógica do princípio socialista, de modo que já se afasta das aspirações das massas: conciliar os interesses com as aspirações, *todavia, sem sacrificar estas últimas*, é esta a obra que hoje vos compete. (Cerretti, 188, 72).

Mas, em todos os países do continente da Europa, a *existência pública*, reconhecida da Internacional, está terrivelmente ameaçada. E ela ainda não chegou em nenhum lado a esta concentração de forças, que a torna por sua vez ameaçadora..., exceptuando, talvez, a Espanha. Cartas que recebo de diferentes partes deste último país, anunciam-me, efectivamente, que os operários socialistas de Espanha, muito ... [palavra ilegível] e muito bem organizados, e não só os operários mas também os camponeses da Andaluzia, entre os quais as ideias socia-

listas felizmente foram propagadas, propõem-se tomar uma parte muito activa na revolução que se prepara, dando a mão, desta vez, aos partidos políticos, sem se confundirem, no entanto, com eles, e com a intenção bem firme de imprimirem a esta revolução um carácter francamente socialista... Se a revolução triunfar em Espanha, isso será naturalmente, um formidável apoio para a revolução na Europa...

... Não duvido que, dentro em pouco tempo, se tomem medidas muito enérgicas e muito arbitrarias para dissolver, para aniquilar o vosso «fascio operario». Que farão vocês, então? Uma sublevação? Isso seria magnífico, se pudessem ter a esperança de triunfar. Mas pensam tê-la? Estão suficientemente bem preparados, suficientemente bem organizados para isso? Têm a certeza de sublevar convosco toda a România, incluindo os camponeses? Se sim, apanhem a luva que vos atiram. Mas se não têm essa confiança, — não vos falo de ilusões, mas de uma confiança baseada em factos positivos, — então, por favor, tenham a força de comprimir a vossa indignação natural, de evitar uma batalha que deveria terminar com uma derrota para vocês.

Lembrem-se que uma nova derrota seria mortal não só para vós, mas também para toda a Europa. Eu acho que é necessário esperar pelo resultado do movimento espanhol e, então, quando o movimento neste país tomar um carácter larga e francamente revolucionário, será preciso sublevarem-se todos em conjunto, não só na România, mas também em todas as partes da Itália, que são capazes de um movimento revolucionário.

E, enquanto se espera, que fazer se dissolverem violentamente a vossa organização pública? É preciso transformá-la em organização secreta, imprimindo-lhe, então, um carácter e dando-lhe um programa muito mais revolucionário do que lhe poderiam ter dado até aqui...

Sem dúvida que é muito desejável que possam

conservar a organização pública e legal das secções românicas e de outras que constituem o «fascio operario». Mas se as perseguições governamentais vos forçarem a dissolvê-las enquanto organizações políticas, serão obrigados a transformá-las em sociedades secretas, sob pena de se condenarem, vocês e todos os vossos amigos e a vossa causa convosco, a um completo aniquilamento. (Cerretti, 193-194, 72).

.

Quem desconhece o que qualquer simples greve representa para os trabalhadores em sofrimento, em sacrifícios? Mas as greves são necessárias; elas são tão necessárias que sem elas seria impossível sublevar as massas para um combate social, seria mesmo impossível organizá-las. A greve é a guerra, e as massas populares só se organizam durante esta guerra e graças a ela, pois ela tira o operário vulgar do seu isolamento, tira-o da monotonia da sua existência sem objectivo, sem alegria, sem esperança. A guerra une-o aos outros operários, na mesma paixão e para o mesmo fim; ela convence todos os operários, da maneira mais surpreendente e directa, da necessidade duma organização rigorosa para atingir a vitória. Quando as massas populares se sublevam são como uma massa de metal em fusão que está pronta a adquirir formas se houver bons operários que a saibam moldar, de acordo com as propriedades do metal em questão e as leis que lhe são inerentes, de acordo com as necessidades e os instintos populares.

As greves despertam nas massas todos os instintos socialistas-revolucionários que todo o trabalhador possui no fundo do seu coração e que constituem, por assim dizer, a sua existência sociofisiológica, mas que em geral só são claramente percebidas por muito poucos operários, estando a maior parte deles acabrunhados por hábitos de escravos e por um espírito geral de

resignação. Mas quando estes instintos, estimulados pela luta económica, despertam na multidão de trabalhadores em efervescência, a propaganda das ideias socialistas-revolucionárias torna-se muito fácil. Pois estas ideias não são senão a mais pura e a mais fiel expressão dos instintos populares. Se elas não correspondem a estes instintos, são falsas; e na medida em que são falsas serão rejeitadas pelo povo. Mas se essas ideias são uma expressão honesta dos instintos, se representam o *verdadeiro pensamento do povo*, depressa penetrarão no espírito das multidões revoltadas; e desde que estas ideias encontrem o caminho do espírito popular, avançarão rapidamente para a sua plena realização. (Maximoff, 384, 70).

As greves... electrizam as massas, retemperam a sua energia moral e despertam, no seu seio, o sentimento do antagonismo profundo que existe entre os seus interesses e os da burguesia...; elas contribuem muito para provocar e para constituir entre os trabalhadores de todas as profissões, de todas as localidades e de todos os países, a consciência e até o facto da solidariedade. (Obras, 439, 72).

5.

Necessidades da organização

É verdade que há [no povo] uma grande força elementar, uma força sem dúvida nenhuma superior à do governo e à das classes dirigentes tomadas em conjunto; mas sem organização uma força elementar não é uma força real. É nesta inconstável vantagem da força organizada sobre a força elementar do povo que se baseia a força do Estado.

Por isso, o problema não é saber se eles [o povo] se podem sublevar, mas se são capazes de construir uma organização que lhes dê os meios de chegar a um fim vitorioso — não por uma vitória

fortuita mas por um triunfo prolongado e derradeiro. (Maximoff, 367, 70).

Diga-se o que se disser, o sistema actualmente dominante é forte, não pelas suas ideias e pela sua força moral intrínseca, que são nulas, mas por toda a organização mecânica, burocrática, militar e policial do Estado, pela ciência e pela riqueza das classes que têm interesse em mantê-lo. (Obras, VI, 352-353, 71).

.

A sublevação do proletariado das cidades não é suficiente; com ele teríamos unicamente uma revolução política, que teria necessariamente contra ela a reacção natural e legítima do povo dos campos, e esta reacção, ou unicamente a indiferença dos camponeses, esmagaria a revolução das cidades, como aconteceu ultimamente em França. Só a revolução universal é suficientemente forte para inverter e quebrar o poder organizado do Estado, sustentado pelos recursos das classes ricas. Mas a revolução universal é a revolução social, é a revolução simultânea do povo dos campos e das cidades. É isso que é preciso organizar, — porque sem uma organização preparatória, os elementos mais fortes são impotentes e nulos. (Obras, VI, 403, 71).

6.

A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores

«A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores», diz o preâmbulo dos nossos estatutos gerais. É tem mil vezes razão para o dizer. É a principal base da nossa Associação. Mas o mundo operário é, regra geral, ignorante, ainda lhe falta toda a teoria. (Obras, V, 182, 69).

... a ciência social, enquanto doutrina moral, não faz outra coisa senão desenvolver e formular os instintos populares. Mas entre estes instintos e esta ciência, há no entanto um abismo que é preciso preencher. Pois se os instintos justos fossem suficientes para a libertação dos povos, eles já estariam libertos há muito tempo. Estes instintos não impediram as massas de aceitar no decurso da sua história, tão melancólica e tão trágica, todos os absurdos religiosos, políticos, económicos e sociais de que foram eternamente vítimas. «Obras, VI, 81-82, 71).

.

Nos momentos de grandes crises políticas ou económicas, em que o instinto das massas, posto em brasa, se abre a todas as inspirações felizes, em que estes rebanhos de homens escravos, vergados, esmagados, mas nunca resignados, revoltam-se enfim contra o seu jugo, mas sentem-se desorientados e impotentes porque estão completamente desorganizados; dez, vinte ou trinta homens, entendendo-se bem e estando bem organizados, e que saibam para onde vão e o que querem, arrastarão facilmente cem, duzentos ou até mais. Vimo-lo recentemente na Comuna de Paris. A organização séria, apenas iniciada durante o cerco, não foi muito perfeita nem muito forte; e contudo foi suficiente para criar uma força de resistência formidável.

Que acontecerá pois quando a Associação Internacional estiver melhor organizada; quando ela tiver muitas secções agrícolas e, em cada secção, o dobro e o triplo do número de membros que tem presentemente? Que acontecerá sobretudo quando cada um dos seus membros souber, melhor do que presentemente, o objectivo final e os verdadeiros princípios da Internacional, assim como os meios de realizar o seu triunfo? A Internacional tornar-se-á uma força irresistível.

Mas para que a Internacional possa adquirir realmente este poder, para que a décima parte do proletariado, organizado por esta Associação, possa arrastar os outros nove décimos, é preciso que cada membro, em cada secção, esteja muito mais penetrado pelos princípios da Internacional do que está hoje. Só com esta condição é que nos tempos de paz e de calma ele poderá executar eficazmente a missão de propagandista e de apóstolo, e, nos tempos de luta, a de um chefe revolucionário. ⁽¹⁾ (Obras, VI, 90 a 92, 71).

Este programa [da Internacional] traz com ele uma ciência nova, uma nova filosofia social, que deve substituir todas as antigas religiões, e uma política totalmente nova... Para que todos os membros da Internacional possam executar, de uma maneira consciente, o seu duplo dever de propagandistas e de chefes naturais das massas na Revolução, ⁽²⁾ é preciso que cada um deles esteja também penetrado, tanto quanto possível, por esta ciência, por esta filosofia e por esta política. Não lhes chega saber e dizer que querem a emancipação económica dos trabalhadores, o usufruto integral do seu produto por cada um, a abolição das classes e do servilismo político, a realização da totalidade dos direitos humanos e a equivalência dos deveres e dos direitos para cada um, — a realização da fraternidade humana, numa palavra. Tudo isto é sem dúvida muito bom e muito justo, mas, se os operários da Internacional pararem nesta verdade, sem aprofundarem as condições, as consequências e o espírito, e se se contentarem em repeti-las sempre

⁽¹⁾ As palavras: «a de um chefe revolucionário», eu substituí, no *Almanach*, por estas: «a de um verdadeiro revolucionário» (Nota de J. Guillaume, pág. 92). — ...o conteúdo das folhas 123-139 [foi] inserido no *Almanach du Peuple pour 1872* sob o título de: *Organisation de l'International* (Nota de J. Guillaume, pág. 78-79).

⁽²⁾ Esta frase foi modificada no *Almanach* da seguinte maneira: «o seu duplo dever de propagandistas e de revolucionários» (Nota de J. Guillaume, pág. 94).

nesta forma geral, correm o risco de fazerem delas, dentro em pouco, palavras ocas e estéreis, lugares comuns incompreendidos.

Mas, dir-se-á, todos os operários, só pelo facto de serem membros da Internacional não podem tornar-se sábios; e não chegará que no seio desta associação se encontre um grupo de homens que possuam, tão completamente como possível nos nossos dias, a ciência, a filosofia e a política do socialismo, para que a maioria, para que o povo da Internacional, obedecendo com fé à sua direcção e ao seu *comando fraternal* (no estilo do Sr. Gambetta, o ditador jacobino por excelência), possa estar certo de não se desviar da via que o deve conduzir à emancipação definitiva do proletariado?

Eis um raciocínio que ouvimos frequentemente, não abertamente exprimido, — não se é tão sincero e tão corajoso para isso, — mas desenvolver secretamente, com toda a espécie de reticências mais ou menos hábeis e com elogios demagógicos dirigidos à sabedoria suprema e à onnipotência do povo soberano, pelo partido autoritário, hoje triunfante na Internacional de Genebra. Nós combatemo-los sempre apaixonadamente, porque estamos convencidos — e também o estão sem dúvida conosco, companheiros — que, desde o momento em que a Associação Internacional se dividir em dois grupos: um deles, compreendendo a grande maioria e sendo composto por membros cuja única ciência seria a fé cega na sabedoria teórica e prática dos seus chefes e o outro, composto unicamente por algumas dezenas de indivíduos dirigentes, esta instituição que deve emancipar a humanidade transformar-se-ia ela própria numa espécie de *Estado oligárquico*, o pior de todos os Estados; e ainda mais, esta minoria clarividente, sábia e hábil... tornar-se-ia dentro de pouco tempo e cada vez mais despótica, maléfica e reaccionária. (Obras, VI, 93 a 96, 71).

... Acreditamos que o povo pode enganar-se muitas vezes, mas não há ninguém no mundo que possa corrigir os seus erros e reparar o mal que sempre resulta deles, a não ser ele próprio; todos os outros reparadores e rectificadores... nunca fazem nem podem senão aumentar os erros e o mal. (Lehning, I-1, 242, 71).

7.

Educação militante. Relação entre as organizações socialistas e os sindicatos:

— Necessidade e papel do Partido

Eu gosto muito desses socialistas burgueses que nos gritam sempre: «Instruamos primeiro o povo e depois emancipemo-lo.» Pelo contrário nós dizemos: Ele que se emancipe primeiro e instruir-se-á a ele próprio... Deixam-no maçar-se com o seu trabalho quotidiano e com a sua miséria, e dizem-lhe: «Instruam-se!»...

Não, senhores, apesar do nosso respeito pela questão da instrução integral, declaramos que hoje já não é a maior questão para o povo. A primeira questão é a da sua emancipação económica, que engendra imediatamente e ao mesmo tempo a sua emancipação política, e muito em breve a sua emancipação intelectual e moral. (Obras, V, 167-168, 69).

Mas como chegar, do abismo da ignorância, de miséria e de escravatura, no qual os proletários dos campos e das cidades estão mergulhados, a este paraíso, a esta realização da justiça e da humanidade na terra? — Para isso, os trabalhadores só têm um único meio: a associação. (Obras, V, 42, 69).

Pois só resta uma única via, é a *da* [sua] *emancipação pela prática*. (Obras, V, 182, 69).

A Secção Central, já dissémos, foi o primeiro germe, o primeiro corpo constituinte da Associação Internacional em Genebra; ela deveria continuar a ser a sua alma, a sua inspiradora e a sua propagandista permanente. É neste sentido, sem dúvida, que muitas vezes se lhe chamou a «secção da iniciativa». Ela criou a Internacional em Genebra, devia conservar e desenvolver o seu espírito. Sendo todas as outras secções corporativas, ⁽¹⁾ os operários estão aí reunidos e organizados não pela ideia, mas pelo facto e pelas próprias necessidades do seu trabalho idêntico. Este facto económico, o de uma indústria especial e de condições particulares de exploração desta indústria pelo capital, a solidariedade íntima e particularmente os interesses, as necessidades, os sofrimentos, a situação e as aspirações que existem entre todos os operários que fazem parte da mesma secção corporativa, tudo isto forma a base real da sua associação. A ideia vem depois, como explicação ou como expressão equivalente do desenvolvimento e da consciência colectiva e reflectida deste facto. (Obras, VI, 55-56, 71).

As Secções centrais não representam nenhuma indústria em especial, visto que os operários mais avançados de todas as indústrias possíveis encontram-se aí reunidos. Então o que é que elas representam? A própria ideia da Internacional. Qual é a sua missão? O desenvolvimento e a propaganda desta ideia. E esta ideia o que é? É a emancipação não só dos trabalhadores de tal indústria e de tal país, mas também de todas as indústrias possíveis e de todos os países do mundo... Tal é a força negativa, belicosa ou revolucionária da ideia. E a força positiva? É a fundação de um novo mundo social. (Obras, VI, 65-66, 71).

As Secções centrais são os centros activos e

(1) A secção central tem aqui o papel que será mais tarde o das organizações socialistas: Partidos, etc., enquanto que as secções corporativas prefiguram os futuros sindicatos. (F. M.)

vivos onde se conserva, se desenvolve, e se explica a nova fé. Lá ninguém entra como operário especial desta ou daquela profissão, segundo a organização particular desta profissão; lá entram todos unicamente como trabalhadores em geral, com o fim da emancipação e da organização geral do trabalho e do novo mundo social baseado no trabalho, em todos os países. Os operários que fazem parte dela, deixando à entrada a sua qualidade de operários especiais ou «reais», no sentido da especialidade, apresentam-se lá como trabalhadores «em geral». Trabalhadores de quê? Trabalhadores da ideia, da propaganda e da organização do poder tanto económico como militante da Internacional: Trabalhadores da Revolução social.

Vê-se que as secções centrais têm um carácter totalmente diferente das secções de profissão e até diametralmente oposto. Enquanto que estas últimas, seguindo a via do desenvolvimento natural, começam pelo facto para chegar à ideia, as secções centrais, pelo contrário, seguindo a do desenvolvimento ideal ou abstracto, começam pela ideia para chegar ao facto. É evidente que em oposição ao método tão completamente realista ou positivo das secções de profissão, o método das secções centrais apresenta-se como artificial ou abstracto. Esta maneira de proceder da ideia ao facto é precisamente a de que se têm servido eternamente os idealistas de todas as escolas, teólogos e metafísicos, e cuja impotência final foi constatada pela história...

Se só tivesse havido na Associação Internacional dos Trabalhadores secções centrais, não há dúvida que ela não teria atingido nem a centésima parte da força considerável de que agora se glorifica. As secções centrais teriam sido igualmente academias operárias onde seriam sempre debatidas todas as questões, incluindo naturalmente a da organização do trabalho, mas sem a mínima tentativa séria nem mesmo sem alguma possibilidade de realização; e isto por uma razão muito simples: o trabalho

«em geral» não é senão uma ideia abstracta que não encontra a sua «realidade» senão numa imensa diversidade de indústrias especiais, em que cada uma tem a sua natureza própria, as suas próprias condições, que não se podem adivinhar e muito menos determinar pelo pensamento abstracto, mas que, só se manifestando pelo facto do seu desenvolvimento real, podem determinar sozinhos o seu equilíbrio particular, as suas relações e o seu lugar na organização geral do trabalho, — organização que, como todas as coisas gerais, tem de ser a resultante sempre reproduzida de novo pela combinação viva e real de todas as indústrias particulares e não o seu princípio abstracto, imposto violenta e doutrinariamente, como o queriam os comunistas alemães, partidários do *Estado popular*.

Se só tivesse havido, na Internacional, secções centrais, provavelmente elas já teriam conseguido formar conspirações populares para a inversão da ordem actual das coisas, conspirações de intenção, mas muito fracas para atingir os seus fins, porque elas nunca poderiam arrastar e receber no seu seio senão um pequeníssimo número de operários, os mais inteligentes, os mais enérgicos, os mais convencidos e os mais dedicados. A imensa maioria, os milhões de proletários, ficaria de fora, e, para inverter e destruir a ordem política e social que hoje nos esmaga, é preciso a concorrência destes milhões.

Só os indivíduos, e somente um pequeno número de indivíduos se deixa definir pela «ideia» abstracta e pura. Os milhões, as massas, não só no proletariado, mas também nas classes esclarecidas e privilegiadas, só se deixam arrastar pela força e pela lógica dos «factos», só compreendendo e encarando a maior parte do tempo os seus interesses imediatos ou as suas paixões de momento, sempre mais ou menos cegas. Portanto, para interessar e para arrastar todo o proletariado na obra da Internacional, era preciso e é preciso aproximar-se dele não com ideias

gerais e abstractas, mas com a compreensão real e viva dos seus males reais; e os seus males do dia a dia, ainda que apresentem um carácter geral para o pensador, e ainda que sejam na realidade efeitos particulares de causas gerais e permanentes, são infinitamente diversos, tomando uma multiplicidade de aspectos diferentes, produzidos por uma variedade de causas passageiras e reais. Tal é a realidade quotidiana destes males. Mas a massa do proletariado, que é forçada a viver sem pensar no dia de amanhã, agarra-se aos males de que sofre e dos quais é eternamente a vítima, precisa e exclusivamente nesta realidade, e nunca ou quase nunca na sua generalidade.

Então, para tomar o coração e conquistar a confiança, o consentimento, a adesão, a afluência do proletário..., é preciso começar por falar-lhe, não dos males gerais de todo o proletariado internacional, nem das causas gerais que lhe dão nascença, mas dos seus males particulares, quotidianos, privados. É preciso falar-lhe da sua profissão e das condições do seu trabalho precisamente na localidade em que habita; da duração e da grande extensão do seu trabalho quotidiano, da insuficiência do seu salário, da maldade do seu patrão, da carestia dos víveres e da sua impossibilidade de nutrir e de instruir convenientemente a sua família. E propondo-lhes meios para combater os seus males e para melhorar a sua posição, não é preciso falar-lhe logo dos objectivos gerais e revolucionários que constituem neste momento o programa de acção da Associação Internacional dos Trabalhadores, tais como a abolição da propriedade individual hereditária e a instituição da propriedade colectiva; a abolição do direito jurídico e do Estado, e a sua substituição pela organização e federação livre das associações produtivas; provavelmente ele não compreenderia nada estes objectivos, e poderia mesmo acontecer que, estando influenciado pelas ideias religiosas, políticas e sociais que os governos e os padres

procuraram inculcar-lhe, repelisse com desconfiança e cólera o propagandista imprudente que quisesse convertê-lo com esses argumentos. Não, primeiramente só é preciso propor-lhes objectivos que o seu bom senso natural e a sua experiência quotidiana não possam ignorar a utilidade, nem repeli-los. (Obras, 68 a 72, 71).

Logo que entre para a secção, o operário neófito vai aprender lá muitas coisas. Explica-se-lhe que a mesma solidariedade que existe entre todos os membros da mesma secção estabelece-se igualmente entre todas as diferentes secções ou entre todas as corporações de profissões da mesma localidade; que a organização desta solidariedade mais larga, abrangendo indiferentemente os operários de todas as profissões, tornou-se necessária porque os patrões de todas as profissões entendem-se entre eles [etc...]

... melhor do que pelas explicações verbais que recebe dos seus camaradas, depressa reconhece todas as coisas pela sua própria experiência pessoal do vante inseparável e solidária com a dos outros membros da secção. (Obras, VI, 73, 71).

Numa palavra, a única solidariedade que se lhe oferece como um benefício e ao mesmo tempo como um dever é, em toda a acepção da palavra, a *solidariedade económica*, mas uma vez esta solidariedade seriamente aceite e bem estabelecida, produz tudo o resto —, os princípios mais sublimes e mais subversivos da Internacional... não sendo senão os desenvolvimentos naturais e necessários desta solidariedade económica. E a grande vantagem prática das secções de profissão sobre as secções centrais consiste precisamente nisto, que estes desenvolvimentos e estes princípios demonstram-se aos operários não com argumentos teóricos, mas pela experiência viva e trágica duma luta que se torna cada vez maior, mais profunda, mais terrível: de modo que o operário menos instruído, menos preparado, mais brando, constantemente arrastado mais para a frente pelas próprias consequências desta luta,

acaba por se reconhecer revolucionário, anarquista e ateu, muitas vezes sem saber como o conseguiu ser.

É claro que só as secções de profissão podem dar esta educação prática aos seus membros, e consequentemente, só elas podem arrastar para a Organização da Internacional a massa do proletariado, esta massa, já dissemos, sem a forte ajuda da qual o triunfo da revolução nunca será possível.

Se só houvesse na Internacional secções centrais, não seriam pois senão almas sem corpos, sonhos magníficos sem realização possível.

Felizmente, as secções centrais, emanações de fogo principal que se formou em Londres, foram fundadas não por burgueses, não por sábios de profissão, nem por homens políticos, mas por operários socialistas. Os operários, é essa a sua grande vantagem sobre os burgueses, graças à sua situação económica e também graças ao que a educação doutrinária, clássica, idealista e metafísica, que envenena a juventude burguesa, os poupou até aqui, têm o espírito eminentemente prático e positivo. Eles não se contentam com ideias, é-lhes preciso factos, e só acreditam nas ideias quando elas se apoiam em factos. Esta inclinação feliz permitiu-lhes evitar os dois obstáculos contra os quais encalham todas as tentativas burguesas: a academia e a conspiração platónica. Aliás o programa da Associação Internacional dos Trabalhadores... indicou-lhes claramente a única via que eles podiam e deviam seguir.

Em primeiro lugar, eles deviam dirigir-se às massas em nome da sua emancipação económica, não da revolução política; primeiro, em nome dos seus interesses materiais, para chegar mais tarde aos seus interesses morais, sendo os segundos, enquanto interesses colectivos, unicamente a expressão e a consequência lógica dos primeiros. Eles não podiam esperar que as massas os viessem procurar, tinham de ir procurá-las onde elas estão, na sua realidade quotidiana, e esta realidade é o trabalho quotidiano, especializado e dividido em corporações

de profissões, já mais ou menos organizado pelas necessidades de trabalho colectivo em cada indústria particular, para que eles aderissem ao objectivo económico, à acção comum da grande Associação dos Trabalhadores de todos os países, numa palavra, para os filiar à Internacional, deixando-lhes a sua autonomia e a sua organização particulares. O que quer dizer que a primeira coisa que eles deviam fazer e que efectivamente fizeram, foi organizar, em volta de cada organização central, tantas secções de profissão quantas indústrias diferentes existissem.

Foi assim que as secções centrais, que, em todos os países, representam a alma ou o espírito da Internacional, formaram uma corporação, tornando-se organizações reais e fortes. Uma vez realizada esta missão, as secções centrais deviam-se dissolver, só permitindo a existência de secções de profissão. Parece-nos que é um grande erro. Pois...

... A grande tarefa a que se impôs a Associação Internacional dos Trabalhadores... não é unicamente uma obra económica ou simplesmente material, é ao mesmo tempo uma obra social, filosófica e moral; também é, se se quiser, uma obra eminentemente política. (Obras, VI, 75 a 79, 71).

A quem nos perguntar para que serve a existência da Aliança (1) quando existe a Internacional, nós responderemos: a Internacional é, evidentemente, uma magnífica instituição, é incontestavelmente a mais bela, a mais útil, a mais benéfica criação deste século. Ela criou a base da solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. Ela deu-lhe um começo de organização através das fronteiras de todos os Estados e fora do mundo dos exploradores e dos

privilegiados. Ela fez mais, já contém hoje os primeiros germes da organização da unidade que há-de existir e ao mesmo tempo deu ao proletariado de todo o mundo o sentimento da sua própria força. Estamos certos também dos grandes serviços que ela prestou à grande causa da revolução universal e social. Mas ela não é de modo nenhum uma instituição suficiente para organizar e para dirigir esta revolução.

Todos os revolucionários sérios que tiveram uma parte activa nos trabalhos da Internacional seja em que país fosse, desde 1864, ano da sua fundação, devem estar convencidos disso. A Internacional prepara os elementos da organização revolucionária, mas não a realiza. Ela prepara-os organizando a luta pública e legal dos trabalhadores solidários de todos os países contra os exploradores do trabalho, capitalistas, proprietários e empreiteiros das indústrias, mas nunca vai além disso. A única coisa que ela faz fora desta obra já tão útil, é a propaganda teórica das ideias socialistas nas massas operárias, obra igualmente muito útil, muito necessária à preparação da revolução das massas.

A Internacional, numa palavra, é um meio imenso favorável e necessário a esta organização, mas ainda não é esta organização. A Internacional aceita no seu seio, abstraindo-se completamente de todas as diferenças de crenças políticas e religiosas, todos os trabalhadores honestos, com todas as suas consequências a solidariedade da luta dos trabalhadores contra o capital burguês explorador do trabalho. Esta é uma condição positiva, suficiente para separar o mundo dos trabalhadores do mundo dos privilegiados, mas insuficiente para dar ao primeiro uma direcção revolucionária. (Nettlau, 287-288, 72).

... os fundadores da Associação Internacional agiram com grande sabedoria eliminando primeiramente do programa desta Associação todas as questões políticas e religiosas. Sem dúvida, não lhes faltou de modo nenhum opiniões políticas, nem opiniões

(1) A «Aliança da Democracia Socialista», organização bakunista. A Internacional é a organização de massas, o Sindicato. A Aliança é o Partido, a vanguarda, etc., que anima a organização de massas. (F. M.)

anti-religiosas bem marcadas; mas abstiveram-se de as emitir neste programa, porque o seu principal objectivo, em primeiro lugar, era unir as massas operárias de todo o mundo civilizado numa acção comum. Necessariamente que tiveram de procurar uma base comum, uma série de princípios simples sobre os quais os operários, sejam quais forem as suas aberrações políticas e religiosas, por pouco que sejam operários sérios, isto é, homens duramente explorados e sofredores, estão e têm de estar de acordo.

Se tivessem içado a bandeira dum sistema político ou anti-religioso, longe de unir os operários da Europa tê-los-iam dividido ainda mais. (Obras, V, 172-173, 69).

... acreditam que se se inscrevesse esta simples palavra, «o ateísmo», no estandarte da Internacional, esta associação teria podido reunir no seu seio centenas de milhares de aderentes? Toda a gente sabe que não, não por o povo ser verdadeiramente religioso, mas por ele acreditar sê-lo; e ele acreditará sê-lo enquanto que uma revolução social não lhe facultar os meios para realizar todas as suas aspirações neste mundo. É certo que se a Internacional pusesse o ateísmo, como um princípio obrigatório, no seu programa, teria excluído do seu seio a flor do proletariado, — e por esta palavra eu não quero dizer, como o fazem os marxistas, a camada superior, a mais civilizada e a mais desembaraçada do mundo operário, essa camada de operários quase-burgueses de que eles querem precisamente servir-se para construir a sua *quarta classe governamental*, e que é verdadeiramente capaz de formar uma, se os não pusermos na ordem do interesse da massa do proletariado, porque, com o seu bem-estar relativo quase burguês, não está infelizmente senão profundamente penetrada por todos os preconceitos políticos e sociais e pelas estreitas aspirações e pretensões dos burgueses. Pode dizer-se que esta camada

é a menos socialista e a mais individualista de todo o proletariado.

Pela *flor do proletariado*, eu considero sobretudo esta grande massa, este milhões de não-civilizados, de deserdados, de miseráveis e de analfabetos que o Sr. Engels e o Sr. Marx pretendem submeter ao regime paternal dum *governo muito forte* (1)... Por flor do proletariado, eu considero precisamente esta carne para governo eterno, esta *grande canalha popular* (2) que, estando quase virgem de toda a civilização burguesa, traz no seu seio, nas suas paixões, nos seus instintos, nas suas aspirações, em todas as necessidades e as misérias da sua posição colectiva, todos os germes do socialismo do futuro, e que só ela é hoje suficientemente forte para inaugurar e para fazer triunfar a Revolução social. (Obras, IV, 413-414, 72).

A Aliança é o complemento necessário da Internacional... — Mas a Internacional e a Aliança, tendo para o mesmo objectivo final, perseguem ao mesmo tempo objectivos diferentes. — Uma tem por missão reunir as massas operárias, os milhões de trabalhadores, através das diferenças das nações e dos países, através das fronteiras de todos os Estados, num só corpo imenso e compacto; a outra, a Aliança, tem por missão dar às massas uma direcção verdadeiramente revolucionária. Os programas duma e doutra, sem serem nada opostos, são diferentes pelo próprio grau do seu desenvolvimento respectivo. O da Internacional, se o tomarmos a sério, também em germe, mas só em germe, todo o programa da Aliança. O programa da Aliança é

(1) São os termos de que o Sr. Engels se serviu numa carta muito instrutiva que endereçou ao nosso amigo Cafiero (Nota de Bakunine). — Sobre a correspondência de Engels com Cafiero em 1871 e na Primavera de 1872, ver a *Internacional, Documentos e Recordações*, por James Guillaume,

(2) Os Srs. Marx e Engels designam-na geralmente por esta palavra, simultaneamente desdenhosa e pitoresca, *Lumpen-Proletariado*, o «proletariado esfarrapado», os mendigos. (Nota de Bakunine).

a explicação última do da Internacional. (Nettlau, 286, 72).

Reconheço com alegria que, em todos os países, as classes privilegiadas perderam muito da sua força passada. Perderam totalmente a sua força moral; já não têm fé nos seus direitos, sabem que são iníquas e odiosas, desprezam-se a si próprias.

É bastante. Tendo perdido a sua força moral, elas perdem ostensiva e necessariamente também a força inteligente. Elas são muito mais sábias do que o proletariado, mas isso não as impede de se tornarem cada vez mais brutas. Elas perderam toda a coragem intelectual e moral... O proletariado, cuja vivacidade herdou da sua anterior capacidade intelectual e moral, prepara-se hoje para as forçar nos seus últimos refúgios políticos e económicos.

Tudo isto é verdade. Mas não se pode ter nenhuma ilusão. Esses refúgios são ainda muito fortes: são o Estado, a Igreja, a Bolsa, a polícia, o exército e também esta grande conspiração internacional e pública, legal, armada, a que se chama diplomacia.

Tudo isto é organizado sabiamente e é forte pela organização. E em presença desta organização formidável, o proletariado, ainda que unido, agrupado e solidarizado pela Internacional, continua desorganizado. Que faz o seu número? O povo mesmo que seja um milhão, vários milhões, será posto em xeque por algumas dezenas de milhares de soldados, sustentados e disciplinados à sua custa, contra ele, pelos escudos burgueses produzidos pelo seu próprio trabalho.

Por exemplo, a secção mais numerosa, mais avançada e melhor organizada da Internacional — está-o para o combate? Sabem que não. Em mil trabalhadores, seria muito se reunissem uma ou no máximo duas centenas no dia do combate. É que para organizar uma força, não chega unir os interesses, os sentimentos, o pensamento. É preciso

unir as vontades e os caracteres. Os nossos inimigos organizam as suas forças com a força do dinheiro e com a autoridade do Estado. Nós só podemos organizar as nossas com a convicção, com a paixão.

Nós não podemos e não queremos unir outro exército senão o povo. Mas para que esta massa se erga em conjunto simultaneamente — e só com esta condição é que ela pode vencer — o que fazer? Sobretudo como fazer para que as massas mesmo electrizadas, quando sublevadas não se contradigam e não se paralitem pelos seus movimentos opostos?

Só há um único meio; é assegurar-se da participação de todos os chefes populares. Eu chamo chefe popular a indivíduos saídos do povo, vivendo com ele, da sua vida, e que, graças à sua superioridade intelectual e moral, exercem nele uma grande influência. Há muitos entre eles que abusam desta superioridade e a fazem servir os seus interesses pessoais. São homens muito perigosos e que é preciso evitar como a peste, que é preciso combater e aniquilar sempre que possível. É preciso procurar os bons chefes, os que só defendem os seus interesses no interesse de toda a gente. Mas como encontrá-los e reconhecê-los, e qual é o indivíduo tão inteligente, tão perspicaz e tão forte, para não se enganar absolutamente nada, primeiro na sua escolha e em seguida para os convencer e para os organizar sozinho.

É evidente que não pode ser o trabalho de um só homem; que só muitos homens associados podem empreender e conduzir a bom termo uma empresa tão difícil. Mas para isso, é necessário primeiro que se entendam entre eles e que dêem as mãos para esta obra comum. Mas tendo esta obra um objectivo prático, revolucionário, o entendimento mútuo que é a condição necessária não se pode fazer publicamente; se se fizesse em público, atrairia contra os iniciadores as perseguições de todo o mundo oficial e officioso e ver-se-iam esmagados antes de terem podido fazer a mínima coisa.

Pois este entendimento e esta associação que tem de sair dele só podem ser feitos em segredo. Quer dizer que é preciso estabelecer uma conspiração, uma sociedade secreta a sério.

Também é assim o pensamento e o objectivo da Aliança. É uma sociedade secreta formada no seio da própria Internacional, (1) para dar a esta última uma organização revolucionária, para a transformar, a ela e a todas as massas populares que estão fora dela, numa força suficientemente organizada para aniquilar a reacção político-clérigo-burguesa, para destruir todas as instituições económicas, jurídicas, religiosas e políticas dos Estados. (Nettlau, 289 a 291, 72).

.

... mesmo que conseguissem, à custa duma luta enérgica e hábil, salvaguardar a existência das vossas secções públicas, eu acho que acabariam mais tarde ou mais cedo por compreender a necessidade de formar entre elas núcleos compostos por membros mais seguros, mais dedicados, mais inteligentes e mais enérgicos, numa palavra, pelos mais íntimos. Estes núcleos intimamente ligados entre si e com núcleos semelhantes que se organizam ou que se organizarão nas outras regiões da Itália ou do estrangeiro, terão uma dupla missão: primeiro, formação da alma inspiradora e vivificante deste grande corpo a que chamamos Associação Internacional dos trabalhadores tanto em Itália como em qualquer outro lado; e em seguida ocupar-se-ão dos problemas que é impossível tratar publicamente. Eles formarão a

(1) Paralelamente aos seus grupos políticos públicos (a «Aliança» pública, por exemplo) Bakunine organizou grupos políticos secretos (a «Aliança» secreta, por exemplo). Ele dá aqui algumas razões. Mas para ele a mais importante era sem dúvida acostumar o Partido à disciplina; efectivamente, os perigos, reais ou supostos, que incorriam os membros duma sociedade secreta fazia com que se exigisse deles uma forte disciplina. (F. M.)

4 ponte necessária entre a propaganda das teorias socialistas e a prática revolucionária.

... Naturalmente, esta aliança secreta só aceitará no seu seio um pequeníssimo número de indivíduos...; pois neste tipo de organizações, não é a quantidade, mas a qualidade que é preciso procurar... Vocês só querem uma revolução popular; por isso não vão recrutar um exército, pois o vosso exército é o povo. O que devem formar, são os *estados-maiores*, a rede bem organizada e bem inspirada dos chefes do movimento popular. (Cerretti, 194-195, 72).

8.

Atenção ao reformismo cooperativista

Enquanto que os socialistas revolucionários, convencidos de que o proletariado não se pode libertar no quadro do sistema económico actual, querem a *liquidação social*,... os socialistas pacíficos *querem, pelo contrário, preservar todas as bases principais, essenciais, da ordem económica existente*. E eles afirmam que mesmo nestas condições e nesta ordem social, necessárias tanto umas como a outra ao sucesso da civilização burguesa, os operários podem libertar-se e melhorar substancialmente a sua situação material, unicamente graças ao poder miraculoso das *associações livres*.

Consequentemente eles propõem aos operários a formação de *sociedades de socorro mútuo, de bancos de trabalho, de associações cooperativas de produção e de consumo*, que consideram como os únicos meios de salvação. Ao mesmo tempo eles involucram aos operários para não acreditarem nos revolucionários utopistas que, na verdade, lhes prometem uma *igualdade impossível*, e que, conscientemente ou não, os arrastam para a ruína e perdição definitivas.

Vinte anos de experiências em Inglaterra, em França, na Alemanha,... provaram enfim que o sistema cooperativo... não pode libertar os operários, nem sequer melhorar sensivelmente a sua situação, nas condições sociais actuais. A famosa associação dos operários de Rochdale em Inglaterra, que fez tanto barulho e suscitou tanta emulação e ensaios noutros países, acabou por criar uma nova burguesia colectiva que não se importa em explorar a massa dos operários que não pertencem à cooperativa. (Maximoff, 385, 70).

Os próprios economistas provaram que as cooperativas de produção só são possíveis nos ramos de indústrias que ainda não estão explorados pelo grande capital, pois nenhuma associação operária pode competir com esta última na produção dos bens de consumo em grande escala. E como o grande capital, em virtude de uma necessidade que lhe é inerente, procura controlar todos os ramos da indústria, o destino das cooperativas de produção será o mesmo que o da pequena e a média burguesia: miséria geral inevitável, submissão ao capital da oligarquia burguesa e absorção de toda a espécie de pequenas e médias empresas pelas grandes empresas de algumas centenas de pessoas de fortuna na Europa. (Maximoff, 387, 70).

Organizemo-nos, alarguemos a nossa Associação, mas ao mesmo tempo não nos esqueçamos de a consolidar, para que a nossa solidariedade, que é toda a nossa força, se torne de dia para dia mais real. Tornemo-nos cada vez mais solidários no estudo, no trabalho, na acção pública, na vida. Associe-mo-nos nos empreendimentos comuns para nos tornar a existência um pouco mais suportável e menos difícil; formemos em todo o lado e tanto quanto nos for possível as sociedades de consumo, de crédito mútuo e de produção, que, sendo comple-

tamente incapazes de nos emancipar dum modo suficiente e sério nas condições económicas actuais, habituam os operários a resolver dificuldades e preparam germes preciosos para a organização do futuro. (Obras, V, 47, 69).

9.

Burocracia sindical.

As pessoas e os princípios

... um princípio que lhe ouvi enunciar muitas vezes e que sempre considerei como essencialmente falso: «Que não é preciso ocupar-se das pessoas, mas unicamente dos princípios.» Quanto a mim nunca consegui conceber que os princípios pudessem progredir sem a intervenção das pessoas que lhes são dedicadas e que estão unidas solidariamente em seu nome, dei sempre um grande valor às pessoas. (Obras, 276-277, 71).

.

Os melhores homens são facilmente corruptíveis, sobretudo quando o próprio meio provoca a corrupção dos indivíduos pela ausência do controlo sério e de oposição permanente. Na Internacional não se pode tratar de corrupção venal, porque a associação é ainda muito pobre para dar rendimentos ou até retribuições justas a cada um dos seus chefes... Mas existe outro género de corrupção à qual a Associação Internacional infelizmente não é nada estranha: é a da vaidade e da ambição.

Há em todos os homens um instinto natural de comando que tem a sua primeira origem nesta lei fundamental da vida, que nenhum indivíduo pode assegurar a sua existência ou fazer valer os seus direitos senão por intermédio da luta. (Obras, VI, 15-16, 71).

Cada um traz consigo o germe, e qualquer

germe, sabemos-lo, por uma lei fundamental da vida, tem necessariamente de se desenvolver e crescer, por pouco favoráveis ao seu desenvolvimento que sejam as condições que encontre no seu meio. Estas condições, na sociedade humana, são a estupidez, a ignorância, a indiferença apática e os hábitos servis das massas; de modo que podemos dizer com todo o direito que são as próprias massas que produzem estes exploradores, estes opressores, estes déspotas, estes carrascos da humanidade dos quais são as vítimas. Quando elas estão adormecidos e quando suportam pacientemente a sua abjecção e a sua escravatura, os melhores homens que nascem no seu seio, os mais inteligentes, os mais enérgicos, mesmo os que num meio diferente poderiam prestar grandes serviços à humanidade, tornam-se forçosamente déspotas. Tornam-se muitas vezes iludindo-se sobre eles próprios e acreditando trabalhar para o bem dos que oprimem. Pelo contrário, numa sociedade inteligente, desperta, zelosa da sua liberdade, e disposta a defender os seus direitos, os indivíduos mais egoístas, mais maldosos, tornam-se necessariamente bons. Tal é a força da sociedade, mil vezes maior do que a dos mais fortes indivíduos.

Também é evidente que a ausência de oposição e de controlo contínuo se tornam inevitavelmente uma fonte de depravação para todos os indivíduos que estão investidos por um poder social qualquer; e que aqueles que, de entre eles, queiram de todo o coração salvar a sua moralidade pessoal deveriam ter o cuidado, primeiro, de nunca guardarem muito tempo este poder e, segundo, de provocarem, contra eles próprios, esta oposição e este controlo salutar.

É o que os membros dos comités de Genebra, sem dúvida por ignorância dos perigos que corriam sob o ponto de vista da sua moralidade social, negligenciaram geralmente em fazer. À força de se sacrificarem e de se dedicarem, fizeram do comando um doce hábito, e, por uma espécie de alucinação, natural e quase inevitável em todas as pessoas que

têm o poder nas suas mãos durante muito tempo, acabaram por imaginar que eram homens indispensáveis. Foi assim que se formou imperceptivelmente, no seio das próprias associações, tão francamente populares, dos operários da construção, uma espécie de aristocracia governamental...

... Com a autoridade crescente dos comités desenvolveram-se naturalmente a indiferença e a ignorância das secções em todas as questões, a não ser as das greves e do pagamento das cotas, pagamento esse que se efectua com dificuldades cada vez maiores e duma maneira muito pouco regular. É uma consequência natural da apatia intelectual e moral das secções, e esta apatia é, por sua vez, o resultado também necessário da subordinação automática à qual o autoritarismo dos comités reduziu as secções.

Exceptuando os problemas de greves e de cotizações, sob todos os outros aspectos as secções dos operários da construção renunciaram a qualquer julgamento, a qualquer deliberação, a qualquer intervenção; elas confiam simplesmente nas decisões dos seus comités. «Nós elegemos o nosso comité, ele que decida.» Eis o que os operários da construção respondem frequentemente aos que se esforçam por por conhecer a sua opinião sobre um problema qualquer. Eles acabaram por não ter mais nenhuma opinião, semelhantes a folhas brancas nas quais os seus comités podem escrever tudo o que quiserem. Providenciando para que os seus comités não lhes peçam muito dinheiro e não os persigam muito para que paguem o que devem, estes podem, sem os consultar, decidir e fazer impunemente em seu nome tudo quanto lhes parecer bem.

É muito cómodo para os comités, mas isto não é nada favorável para o desenvolvimento social, intelectual e moral das secções, nem para o desenvolvimento real da força colectiva da Associação Internacional. Pois, deste modo, a única coisa real são os comités... Mas os comités, já só se representam a

eles próprios, e só tendo atrás deles massas ignorantes e indiferentes, já não são capazes de formar senão uma força fictícia, não uma força verdadeira. Esta força fictícia, consequência detestável e inevitável do autoritarismo, logo que introduzido na organização das secções da Internacional, é excessivamente favorável ao desenvolvimento de toda a espécie de intrigas, de vaidades, de ambições e de interesses pessoais; ela é até excelente para inspirar um contentamento pueril consigo próprio, e uma segurança tão ridícula como fatal ao proletariado; também é excelente para assustar a imaginação dos burgueses. Mas ela não servirá para nada na luta de morte que o proletariado de todos os países da Europa tem de sustentar agora contra a força ainda muito real do mundo burguês. (Obras, VI, 17 a 21, 71).

10.

**Unidade e Programa das forças revolucionárias.
Relações das organizações socialistas
com os sindicatos, 2.
Unidade e ditadura.**

Sendo a exploração burguesa solidária, a luta contra ela também o deve ser; e a organização desta solidariedade militante entre os trabalhadores de todo o mundo é o único objectivo da Internacional. (Obras, IV, 397, 72).

Que desta organização, cada vez maior, da solidariedade militante do proletariado contra a exploração burguesa deva sair e surja efectivamente a luta política do proletariado contra a burguesia, quem duvida disso? Tanto os marxistas como nós, somos unânimes neste ponto. Mas aparece imediatamente a questão que nos separa tão profundamente dos marxistas. (Obras, IV, 344, 72).

Dêem-se ao trabalho de reler os magníficos

considerandos que estão à cabeça dos nossos estatutos gerais, só encontrarão aí palavras que façam menção da questão política:

«Considerando:

«Que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar a sua emancipação não devem levar à constituição de novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres;

«Que a escravização do trabalhador pelo capital é a fonte de todas as escravidões: *política*, moral e material;

«Que, por esta razão, a emancipação económica dos trabalhadores é o grande objectivo ao qual se deve subordinar qualquer movimento político» (1), etc..

Eis a frase decisiva de todo o programa da Internacional. Ela *quebrou as amarras*, servindo-me da expressão memorável de Sieyès, destruiu os laços que mantinham o proletariado aprisionado à política burguesa...

A Aliança, secção da Internacional em Genebra, traduziu e começou este parágrafo dos considerandos nestes termos:

«A Aliança repele qualquer acção política que não tenha por objectivo imediato e directo o triunfo dos trabalhadores sobre o capital.» ...

Pelo contrário, o Partido da democracia socialista dos operários alemães, fundado no mesmo ano (1869), sob os auspícios do Sr. Marx, pelos Srs. Liebknecht e Bebel, anunciava no seu programa que a conquista do poder político era a condição prévia da emancipação económica do proletariado...

Entre estas duas tendências, vê-se, existe a mesma diferença, o mesmo abismo, que há entre o

(1) Sabe-se que se trata do texto francês dos «Considerandos» e que a versão inglesa, ou original, do terceiro considerando acabava assim: «...qualquer movimento político como um meio.» (F. M.)

proletariado e a burguesia. Depois disto será de espantar que elas se tenham encontrado na Internacional como adversárias irreconciliáveis e que continuem a combater-se, sob todas as formas e em todas as ocasiões? (Obras, IV, 401 a 403, 72).

... entre as duas tendências atrás indicadas, já não é possível qualquer conciliação. Só a prática da revolução social, de grandes experiências históricas novas, a lógica dos acontecimentos, poderão levá-las mais tarde ou mais cedo a uma solução comum. (Obras, IV, 347, 72).

Mas que fazer neste momento? Sendo hoje impossível a solução e a conciliação no terreno político, é preciso que se tolerem mutuamente, deixando a cada país o direito incontestável de seguir as tendências políticas que lhe agradem mais ou que lhe pareçam melhor adaptadas à sua situação particular. Rejeitando, conseqüentemente, todas as questões políticas que lhe agradem mais ou que lhe pareçam melhor adaptadas à sua situação particular. Rejeitando, conseqüentemente, todas as questões políticas do programa obrigatório da Internacional, é preciso tentar a unidade desta grande associação unicamente no campo da solidariedade económica. Esta solidariedade une-nos, enquanto que as questões políticas nos separam fatalmente. (Obras, IV, 348, 72).

.

Mas então seria interdita a acupação em questões políticas e filosóficas na Internacional? Abstraindo tanto dos desenvolvimentos que se fazem no mundo do pensamento como dos acontecimentos que acompanham ou seguem a luta política, tanto exterior como interior, nos Estados, a Internacional ocupar-se-ia só da questão económica? Ela faria estatística comparada, estudaria as leis da produção e da distribuição das riquezas, ocupar-se-ia exclusivamente do regulamento dos salários, formaria caixas de resistência, organizaria greves locais, nacionais e inter-

nacionais, constituiria local e internacionalmente as corporações de profissão e formaria sociedades cooperativas de crédito mútuo, de consumo e de produção, nos momentos e nas localidades em que tais criações fossem possíveis?

Uma abstracção destas, apressemo-nos a dizê-lo, é absolutamente impossível. Esta preocupação exclusiva dos interesses unicamente económicos, seria a morte para o proletariado. Sem dúvida que a defesa e a organização destes interesses — questão de vida ou de morte para ele — devem constituir a base de toda a sua acção actual. Mas é-lhe impossível parar aí sem renunciar à humanidade e sem se privar mesmo da força intelectual e moral necessária à conquista dos seus direitos económicos...

Mas então como resolver esta aparente contradição: por um lado, as questões filosóficas e políticas devem ser excluídas do programa da Internacional, e por outro elas devem aí ser discutidas necessariamente?

Este problema resolve-se por si próprio: pela liberdade. Nenhuma teoria filosófica ou política deve entrar, como fundamento essencial, e como condição oficial obrigatória, no programa da Internacional... Mas isto não implica que não possam e não devam ser livremente discutidas na Internacional todas as questões políticas e filosóficas. Pelo contrário, a existência de uma teoria oficial é que mataria, tornando-a absolutamente inútil, a discussão viva. (Obras, IV, 433 a 435, 72).

Mas então a Internacional transformar-se-á numa torre de Babel? Pelo contrário, só então é que ela constituirá a sua unidade real, primeiro económica e depois necessariamente política; então é que ela criará, não sem dúvida de um só golpe, a grande política da Internacional, não emanando duma cabeça isolada, ambiciosa, muito sábia e no entanto incapaz de abraçar as mil necessidades do proletariado, por muitos miolos que tenha, mas da acção

absolutamente livre, espontânea e simultânea dos trabalhadores de todos os países.

A base desta grande unidade, que se procura em vão nas ideias filosóficas e políticas do momento, é dada totalmente pela solidariedade dos sofrimentos, dos interesses, das necessidades e das verdadeiras aspirações do proletariado de todo o mundo. Esta solidariedade não se vai criar, ela existe de facto; ela constitui a própria vida, experiência quotidiana do mundo operário. (Obras, IV, 420-421, 72).

.

... esta religião de todos os espíritos dogmáticos e absolutos, a paixão da uniformidade a que chamam a unidade e que é o túmulo da liberdade. (Obras, VI, 110, 71).

... esta harmonia é irrealizável e até não é desejável. Esta harmonia, é a ausência de luta, a ausência da vida, é a morte. Em política é o despotismo. Olhem para toda a história e convençam-se que em todas as épocas e em todos os países em que há desenvolvimento e exuberância da vida, do pensamento, da acção criadora e livre, houve divergência, luta intelectual e social, luta de partidos políticos, e é precisamente no meio destas lutas, e graças a elas, que as nações foram as mais felizes e as mais fortes no sentido humano desta palavra. Esta luta nunca ou quase nunca existiu nas grandes monarquias asiáticas: e daí nelas haver ausência completa de desenvolvimento humano. Vejam por um lado a monarquia persa, com as suas tropas inumeráveis e disciplinadas e, por outro lado a Grécia livre, apenas federada, continuamente atormentada pela luta dos seus povos, das suas ideias, dos seus partidos. Quem venceu? Foi a Grécia. Qual foi a época mais fecunda da história romana? Foi a da luta da plebe contra o patriciado. E que é que fez a grandeza e a glória da Itália da Idade Média? Certamente não foram nem o papado nem o império. Foram as liberdades municipi-

pais e a luta intestina das opiniões e dos partidos...

Nunca me cansarei de o repetir: a uniformidade é a morte. A diversidade é a vida. A unidade disciplinar, que só se pode estabelecer em qualquer meio social em detrimento da espontaneidade criadora do pensamento e da vida, mata as nações. A unidade viva, verdadeiramente forte, a que todos nós queremos, é a liberdade que cria as livres e diversas manifestações da vida, exprimindo-se pela luta: é o equilíbrio e a harmonia de todas as forças vivas. (Cerretti, 195 a 197, 72).

Reparem que os que pregam a paz à viva força, a imolação das convicções opostas às necessidades duma união aparente, e que lançam as suas maldições no que chamam a guerra civil, são sempre moderados, reaccionários, ou pelo menos homens a quem falta convicção, energia e fé. São os embusteiros, os tépidos.

São precisamente os que perdem todas as causas...

Uma boa guerra civil, bem franca, bem aberta, vale mil vezes mais do que uma paz corrompida. Aliás esta paz nunca é senão aparente; sob a sua égide enganosa, a guerra continua, mas impedida de se manifestar livremente, toma o carácter de intriga, um carácter mesquinho, miserável, muitas vezes infame.

Aliás trata-se aqui duma guerra muito mais teórica do que prática, de luta de ideias, não de interesses. É uma luta destas só pode ter efeitos benéficos para a Internacional; ela contribui necessariamente para o desenvolvimento do seu pensamento sem trazer o mínimo prejuízo à sua solidariedade real, pois esta solidariedade não é absolutamente nada teórica, mas prática. (Autonomia, 249, 72).

.

Suponhamos que queremos impor as nossas ideias a todas as secções da Internacional; a que é

que isto levaria? A criar uma seita ainda menos numerosa e a mais impotente que a de Mazzini. (Nettlau, 652, 72).

Se a Internacional fosse menos viva..., os decretos deste nefasto Congresso de La Haye, encarnação bastante complacente e fiel das teorias e da prática marxistas, teriam chegado para matá-la. Teriam tornado simultaneamente ridícula e odiosa esta magnífica associação, na fundação da qual, gosto de o constatar, o Sr. Marx teve um papel não só inteligente como enérgico.

Um Estado, um governo, uma ditadura universal! O sonho dos Gregórios VII, dos Bonifácios VIII, dos Carlos V e dos Napoleões, reproduzindo-se sob novas formas, mas sempre com as mesmas pretensões, no campo da democracia socialista! Poder-se-á imaginar alguma coisa mais burlesca e também mais revoltante?

Pretender que um grupo de indivíduos, mesmo os mais inteligentes e os melhor intencionados, sejam capazes de se tornarem o pensamento, a alma, a vontade dirigente e unificadora do movimento revolucionário e da organização económica do proletariado de todos os países, é uma heresia de tal ordem contra o senso comum e contra a experiência histórica, que, perguntamos com espanto, como é que um homem tão inteligente como o Sr. Marx a pôde conceber?

Os papas tiveram, pelo menos para se desculparem, a verdade absoluta, que diziam ter nas mãos pela graça do Espírito Santo e na qual eles pareciam acreditar. O Sr. Marx não tem de modo algum esta desculpa e eu não o insultarei pensando que ele imagina ter inventado cientificamente qualquer coisa que se aproxime da verdade absoluta. (Obras, IV, 342-343, 73).

Eu concebo perfeitamente que os déspotas coroados ou não coroados tenham podido sonhar com o ceptro do mundo; mas que dizer dum amigo do proletariado, dum revolucionário que diz querer seria-

mente a emancipação das massas e que, fazendo-se dirigente e árbitro supremo de todos os movimentos revolucionários que podem rebentar em diferentes países, ousa sonhar a submissão do proletariado de todos estes países a um pensamento único, desabrochado no seu cérebro!

Eu acho que o Sr. Marx é um revolucionário muito sério, permanentemente muito sério, que quer verdadeiramente a sublevação das massas; e interrogo-me como é que ele não consegue ver que o estabelecimento de uma ditadura univrsal, colectiva ou individual, de uma ditadura se tornaria aliás a obra dum engenheiro em chefe da revolução mundial, regulando e dirigindo o movimento insurreccional das massas de todos os países como se dirige uma máquina, — que o estabelecimento duma ditadura deste tipo chegaria por si só para matar a revolução, para paralisar e para deturpar todos os movimentos populares? Qual é o homem, qual é o grupo de indivíduos, por muito grande que seja o seu génio, que ousaria vangloriar-se de poder abraçar e compreender a infinita diversidade de interesses, de tendências e de acções tão diversas em cada país, em cada província, em cada localidade, em cada profissão e cujo imenso conjunto, unido mas não uniformizado por uma grande aspiração comum, e por alguns princípios fundamentais que doravante pesarão na consciência das massas, constituirá a futura revolução social?

E que pensar dum Congresso internacional que, no suposto interesse desta revolução, impõe ao proletariado de todo o mundo civilizado um governo investido de poderes ditatoriais, com o direito inquisitorial e pontifical de suspender federações regionais, de interditar nações inteiras em nome dum princípio dito oficial e que não é outro senão o próprio pensamento do Sr. Marx, transformado pelo voto duma maioria fictícia numa verdade absoluta? (Obras, IV, 349 a 351, 72).

11.

As ilusões do sufrágio universal

As regiões mais avançadas da Suíça procuraram, por volta de 1830, a garantia da liberdade no sufrágio universal. Era um movimento absolutamente legítimo. Enquanto que os nossos Conselhos legislativos só eram nomeados por uma classe de cidadãos privilegiados, enquanto existiam diferenças, em relação ao direito eleitoral entre as cidades e os campos, entre os patricios e o povo, o poder executivo escolhido por estes Conselhos, assim como as leis elaboradas no seu seio, não podiam ter outro objecto senão assegurar e regulamentar o domínio de uma aristocracia sobre a nação. Era preciso pois, no interesse da liberdade popular, inverter este regime e substituí-lo pelo da soberania do povo.

Uma vez estabelecido o sufrágio universal, acreditou-se ter assegurado a liberdade das populações. Pois bem, foi uma grande ilusão e pode-se dizer que a consciência desta ilusão levou em várias regiões à queda e, em todas, à desmoralização hoje tão flagrante do partido radical. Os radicais não quiseram enganar o povo, como o confirma a nossa imprensa dita liberal, mas eles enganaram-se a si próprios. Eles estavam verdadeiramente convencidos quando prometeram ao povo, por meio do sufrágio universal, a liberdade, e cheios desta convicção, conseguiram sublevar as massas e subverter os governos aristocráticos estabelecidos. Hoje, instruídos pela experiência e pela prática do poder, perderam a fé neles próprios e no seu princípio, e é por isso que estão profundamente corrompidos e abatidos.

El, com efeito, a coisa parecia tão natural e tão simples: uma vez que o poder legislativo e o poder executivo emanassem directamente da eleição popular, não deviam tornar-se a expressão pura da vontade do povo e esta vontade poderia produzir

outra coisa senão a liberdade e a prosperidade popular?

Toda a mentira do sistema representativo reside nesta ficção, segundo a qual um poder e uma câmara legislativa saídos da eleição popular devem ou até podem representar absolutamente a vontade do povo. (Obras, II, 36-37, 70).

Na Suíça, como em todo o lado, por muito igualitárias que sejam as nossas constituições políticas, é a burguesia que governa e é a população dos trabalhadores, incluindo os camponeses, que obedece a estas leis. O povo não tem tempo, nem a instrução necessária para se ocupar do governo. A burguesia, possuindo os dois, tem, não por direito, mas de facto, o seu privilégio exclusivo. Pois a igualdade política não é, na Suíça como em qualquer outro lado, senão uma ficção pueril, uma mentira. (Obras, II, 40, 70).

.

Dantes, quando se era um bom republicano, recomendava-se a desconfiança na democracia. Aliás até nem era preciso aconselhá-la: a democracia é desconfiada por posição, por natureza e também por experiência histórica; pois ela foi sempre a vítima e a palavra de todos os ambiciosos, de todos os intriguistas, classes e individuos, que, sob o pretexto de a dirigir e de a conduzir a um bom porto, exploraram-na e enganaram-na eternamente. Até aqui ela não fez outra coisa senão servir de escadote. (Obras, II, 299, 70-71).

A sociedade moderna está de tal modo convencida desta verdade: *que todo o poder político, seja qual for a sua origem e a sua forma, tende necessariamente para o despotismo*, — que, em todos os países em que ela se conseguiu emancipar um pouco, apressou-se a submeter os governos, desde a sua saída da revolução e da eleição popular, a um controlo o mais severo possível. Ela pôs a salvação da

liberdade na organização real e séria do controlo exercido pela opinião e pela vontade popular sobre todos os homens investidos pela força pública. Em todos os países que usufruem do governo representativo, e a Suíça é um deles, a liberdade só pode ser real quando este controlo é real. Pelo contrário, se o controlo é fictício, a liberdade popular torna-se também necessariamente uma pura ficção. (Obras, II, 35-36, 70).

O povo, que é forçosamente ignorante e indiferente, devido à situação económica na qual ainda se encontra, só conhece bem as coisas que o tocam de muito perto. Ele compreende bem os seus interesses quotidianos, as suas ocupações de todos os dias. Para além disso começam para ele o desconhecido, o incerto, e o perigo das mistificações políticas. Como ele possui uma grande dose de instinto prático, raramente se engana nas eleições comunais, por exemplo. Ele conhece mais ou menos os problemas da sua comuna, interessa-se muito neles, e sabe escolher no seu seio os homens mais capazes de os conduzirem melhor. Nestas questões, o próprio controlo é possível, pois elas fazem-se sob os olhos dos eleitores, e tocam os interesses mais íntimos da sua existência quotidiana. É por isso que as eleições comunais são sempre as melhores, as mais verdadeiramente conformes com os sentimentos, com os interesses e com a vontade popular.

As eleições para os Grandes-Conselhos assim como para os Pequenos-Conselhos, em que estas últimas se fazem directamente pelo povo, já são muito menos perfeitas. As questões políticas, judiciárias e administrativas, cuja solução e boa direcção constituem a principal tarefa destes Conselhos, são a maior parte das vezes desconhecidas do povo, ultrapassam os limites da sua prática diária, escapam quase sempre ao seu controlo; e ocupam-se delas homens que, vivendo numa esfera quase totalmente separada da sua, são-lhe quase completamente desconhecidos; se ele os conhece, só é pelos seus dis-

curso, principalmente quando o seu objectivo é captar a benevolência popular, e em relação a problemas que o povo conhece muito mal e de que muitas vezes não compreende absolutamente nada.

Segue-se que os Grandes-Conselhos cantonais já estão e têm de estar necessariamente muito mais afastados do sentimento popular do que os Conselhos comunais. Portanto não se pode dizer que lhe são absolutamente estranhos. Graças à longa prática da liberdade e ao hábito do povo suíço de ler os jornais, as populações suíças conhecem pelo menos na generalidade os seus problemas cantonais e interessam-se mais ou menos por eles.

Pelo contrário, elas ignoram completamente os problemas federais e não têm nenhum interesse neles. (Obras, II, 46 a 48, 70).

Se o exercício do controlo popular nas questões cantonais é muito difícil, nas questões federais é absolutamente impossível. Aliás estas questões resolvem-se exclusivamente nas altas camadas oficiais, por cima das cabeças das nossas populações, de modo que a maior parte das vezes, estas últimas ignoram-nas completamente. (Obras, II, 49, 70).

A maior parte dos assuntos e das leis, e muitos assuntos e leis importantes, que têm uma relação directa com o bem-estar, com os interesses materiais das comunas, realizam-se por cima da cabeça do povo, sem que o povo se aperceba, se preocupe e se meta nisso. Comprometem-no, ligam-no, arruinam-no às vezes, sem que ele tenha consciência disso. Ele não tem o hábito, nem o tempo necessário para estudar tudo isto, e deixa os seus eleitos fazê-lo, eles que servem naturalmente os interesses da sua classe, do seu mundo, não os seus, e cuja maior arte consiste em apresentar-lhes as suas medidas e as suas leis sob a forma mais inofensiva e mais popular. O sistema de representação democrática é o da hipocrisia e da mentira perpétuas. Ele tem necessidade da estupidez do povo e funda nela todos os seus triunfos. (Obras, II, 43, 70).

.

... o sufrágio universal, como ia dizendo, é a exibição ao mesmo tempo mais larga e mais refinada do charlatanismo político do Estado; um instrumento perigoso, sem dúvida, e que exige uma grande habilidade da parte de quem o utiliza, mas que, se souber servir-se dele, é o meio mais seguro de fazer cooperar as massas na edificação da sua própria prisão. Napoleão III baseou toda a sua força no sufrágio universal, que nunca iludiu a sua confiança. Bismark fez dele a base do seu Império cnuuto-germânico. (Obras, III, 168-169, 71).

... a verdade, reconhecida hoje pelos déspotas mais tolos, segundo a qual as formas ditas constitucionais ou representativas não são de modo algum um obstáculo ao despotismo estatista, militar, político e financeiro; pelo contrário, elas legalizam o despotismo, e, dando-lhe a aparência duma administração popular, podem aumentar consideravelmente a sua força e poder interior. (Estatismo e Anarquismo, 207, 73).

Todas as eleições, que desde o golpe de Estado de Dezembro, foram feitas directamente pelo povo de França, não foram diametralmente opostas aos interesses deste povo, e a última votação sobre o plebiscito imperial não deu sete milhões de «SIM» ao imperador? Dir-se-á sem dúvida que o sufrágio universal nunca foi exercido livremente no império, a liberdade de imprensa, a de associação e de reunião, condições essenciais da liberdade política, foram proibidas, tendo o povo sido abandonado, sem defesa, à acção corruptora duma imprensa estipendiada e duma administração infame. Seja, mas as eleições de 1848 para a Constituinte e para a presidência, e as de Maio de 1849 para a Assembleia legislativa, foram absolutamente livres, penso eu. Elas fizeram-se fora de qualquer pressão ou mesmo intervenção oficial, nas condições da mais absoluta liber-

dade. E no entanto o que é que produziram? Apenas a reacção.

«Um dos primeiros actos do governo provisório, diz Proudhon, (1) aquele de que mais se congratulou, foi a aplicação do sufrágio universal. O próprio dia em que o decreto foi promulgado, nós escrevemos estas palavras, que então podiam passar por um paradoxo: *o sufrágio universal é a contra-revolução*. Pode-se julgar, segundo os acontecimentos, se nós nos enganámos. As eleições de 1848 foram feitas, na grande maioria, pelos padres, os legitimistas, pelos dinásticos, por tudo o que a França tem de mais reaccionário, de mais retrógrado. Não poderia ter sido de outro modo.»

Não, não podia ser e ainda hoje isso não podia ser de outro modo, enquanto a desigualdade das condições económicas e sociais de vida continuar a prevalecer na organização da sociedade; enquanto a sociedade continuar a estar dividida em duas classes, em que uma, a classe exploradora e privilegiada, goza de todas as vantagens da fortuna, da instrução e do lazer, e à outra, incluindo todo o proletariado, só lhe cabe o trabalho manual, maçador e forçado, a ignorância, a miséria, e a sua acompanhante obrigatoria, a escravatura, não de direito, mas de facto.

Sim, a escravatura, pois por muito grandes que sejam os direitos políticos que atribuam a esses milhões de proletários assalariados, verdadeiros condenados da fome, nunca conseguirão subtrair-los à influência perniciosa, ao domínio natural dos diversos representantes da classe privilegiada, desde o padre até ao republicano burguês mais jacobino, mais vermelho. (Obras, II, 311 a 313, 70-71).

Mas, dir-se-á: os trabalhadores, tendo tomado mais juízo pela própria experiência que fizeram, não enviarão mais burgueses para as assembleias constituintes ou legislativas, só enviarão operários... Sabem o que vai resultar disto? Os operários deputa-

(1) Ideias revolucionárias (Nota de Bakunine).

dos, transportados para condições de existência burguesas e numa atmosfera de ideias políticas totalmente burguesas, deixando de ser trabalhadores de facto para se tornarem homens de Estado, tornar-se-ão burgueses, e talvez ainda mais burgueses do que os próprios burgueses. Pois os homens não fazem as posições, pelo contrário, são as posições que fazem os homens. E nós sabemos por experiência que os *operários burgueses* muitas vezes não são menos egoístas do que os burgueses exploradores, nem menos prejudiciais para a Internacional do que os burgueses socialistas, nem menos vaidosos e ridículos do que os burgueses enobrecidos. (Obras, V, 194, 69).

Quer isto dizer que nós, socialistas revolucionários, não queremos o sufrágio universal, e que preferimos tanto o sufrágio restrito como o despotismo dum único? De modo nenhum. O que nós afirmamos, é que o sufrágio universal, considerado isoladamente e agindo numa sociedade baseada na desigualdade económica e social, nunca será para o povo senão um chamariz; que, da parte dos democratas burgueses, nunca será senão uma odiosa mentira, o instrumento mais seguro para consolidar, com uma aparência de liberalismo e de justiça, em detrimento dos interesses e da liberdade populares, a eterna dominação das classes exploradoras e possuidoras.

Por isso nós negamos que o sufrágio universal seja um instrumento de que o povo possa servir-se para conquistar a justiça ou a igualdade económica e social; visto que, como acabo de demonstrar, o sufrágio universal exercido... no meio da dependência e da ignorância popular... produzirá necessariamente e sempre um voto contrário aos interesses do povo...

A partir disto, nós afirmamos que os pretensos democratas socialistas que, nos países em que o sufrágio universal ainda não existe, se esforçam por persuadir o povo a conquistá-lo *acima de tudo*,

como o fazem hoje os chefes do partido da democracia socialista na Alemanha, dizendo-lhe que a liberdade política é a condição *prévia* da sua emancipação económica, ou são vítimas dum erro funesto, ou então enganam o povo. Ignorarão realmente, ou fazem que ignoram, que esta liberdade política *prévia*, — isto é, existindo necessariamente fora da igualdade económica e social, visto que ela deverá preceder esta última, — será essencialmente uma liberdade burguesa, isto é, baseada na escravatura económica do povo, e por isso incapaz de produzir o seu contrário e de criar esta igualdade económica e social que implica a destruição da liberdade exclusiva dos burgueses?

... O que para mim é certo, é que hoje já não há piores inimigos do povo do que os que procuram desviá-lo da revolução social, a única que lhe pode dar a verdadeira liberdade, a justiça e o bem-estar, para o arrastar novamente para as experiências enganosas destas reformas ou destas revoluções exclusivamente políticas, das quais ele foi sempre o instrumento, a vítima e o papalvo.

A revolução social não exclui absolutamente nada a revolução política. Pelo contrário, ela implica-a necessariamente, mas imprimindo-lhe um carácter totalmente novo, o da verdadeira emancipação do jugo do Estado pelo povo. Visto que todas as instituições e todas as autoridades políticas não foram criadas, definitivamente, senão com o fim de proteger e de garantir os privilégios económicos das classes possuidoras e exploradoras contra as revoltas do proletariado, é claro que a revolução social deverá destruir estas instituições e estas autoridades, *nem antes, nem depois*, mas AO MESMO TEMPO que levar a sua mão audaciosa às bases económicas da servidão do povo...

A revolução política, contemporânea e totalmente inseparável da revolução social, da qual será, por assim dizer, a expressão ou a manifestação negativa, não será mais uma transformação, mas uma

grandiosa liquidação do Estado. (Obras, IV, 195 a 198, 70).

.

Deve-se... excluir sem piedade a política dos burgueses democratas ou socialistas burgueses, que, declarando que «a liberdade política é a condição *prévia* da emancipação económica», não podem querer dizer com estas palavras outra coisa senão isto: «as reformas políticas, ou a revolução política, devem *preceder* as reformas económicas ou a revolução económica; os operários devem aliar-se, por isso, aos burgueses mais ou menos radicais para fazer com eles as primeiras, sob a condição de fazer, em seguida, as últimas contra eles. (Obras, 191-192, 69).

O absurdo do sistema marxista consiste precisamente nesta esperança de que encurtando o programa socialista, desmedidamente, para que seja aceite pelos burgueses radicais, transformará estes últimos em servidores inconscientes e involuntários da revolução social. É esse o grande erro; todas as experiências da história demonstram-nos que uma aliança feita entre dois partidos diferentes transforma-se sempre em proveito do mais retrógrado; essa aliança enfraquece necessariamente o partido mais avançado, enfraquecendo, falseando o seu programa, destruindo a sua força moral, a sua confiança em si próprio; enquanto que quando um partido retrógrado mente, está sempre e mais do que nunca na sua verdade. O exemplo de Mazzini que, apesar da sua rigidez republicana, passou toda a sua vida em transacções com a monarquia, e que, com todo o seu génio, acabou por ser o papalvo dela, este exemplo não o podemos perder. Quanto a mim, não hesito em dizer que todas as galantarias marxistas com o radicalismo, tanto reformista como revolucionário, dos burgueses, não podem ter outros resultados senão a desmoralização e a desorganização da força nascente do proletariado, e consequente-

mente uma nova consolidação da força estabelecida dos burgueses. (Obras, IV, 385-386, 72).

A quem duvidar disto, nós só teremos de mostrar o que se passa hoje na Alemanha, onde os órgãos da democracia socialista cantam hinos de alegria ao ver um Congresso de professores de economia política burguesa recomendar o proletariado da Alemanha à alta e paternal protecção do Estado, e nos partidos da Suíça, em que prevalece o programa marxista, em Genebra, em Zurique e em Bâle, onde a Internacional desceu ao ponto de já não ser senão uma espécie de caixa eleitoral em proveito dos burgueses radicais. Estes factos incontestáveis parecem-me mais eloquentes do que todas as palavras.

Eles são reais, e são lógicos na medida em que são um efeito natural do triunfo da propaganda marxista. É por isso que nós combatemos a todo o custo as teorias marxistas, convencidos de que se elas triunfassem em toda a Internacional, pelo menos não teriam deixado de matar o seu espírito em todo o mundo. (Obras, IV, 405-406, 72).

.

Estamos cansados de todas as ficções, tanto religiosas como políticas. O povo está cansado de se alimentar com fantasmas e com fábulas. Este alimento não engorda. (Obras, V, 323-324, 71).

A Internacional não repele a política, duma maneira geral; ela será até obrigada a envolver-se nela enquanto for constrangida a lutar contra a classe burguesa. Ela repele unicamente a política burguesa. (Obras, VI, 336, 71).

12.

Face às realidades políticas

[Bakunine não foi um revolucionário «doutrinário». A rigidez do capítulo precedente é duma

pura conveniência táctica. Vejamos o «Prefácio».

Vejamos primeiro um fragmento duma carta de Bakunine a Gambuzzi, de 16-2-1870. Tinha dissuadido Gambuzzi de ir a França; ele regozija-se que este tenha renunciado a este projecto ...]

... e que tenhas regressado a Nápoles, para te fazeres eleger deputado, se possível. E se, afinal de contas, não fores bem sucedido neste projecto, podes sempre voltar ao teu velho projecto — para o qual não será demasiado tarde; podes estar bem certo disso.

Talvez te admires de ver que eu, abstencionista decidido e apaixonado, empurro agora os meus amigos para se fazerem eleger deputados. — É que as circunstâncias e os tempos mudaram. Em primeiro lugar, os meus amigos, a começar por ti, são de tal modo aguerridos nas nossas ideias, nos nossos princípios, que já não há perigo de poderem esquecer-se-los, deformá-los, sacrificá-los, e tornar a cair nos seus antigos hábitos políticos. — Depois, os tempos tornaram-se de tal modo graves, o perigo que ameaça a liberdade de todos os países é de tal modo extraordinário, que é preciso que os homens de boa vontade estejam sempre na brecha em toda a parte, e sobretudo que os nossos amigos estejam numa posição tal, que a sua influência se torne o mais eficaz possível. (Nettlau, Itália, 189).

[Vejamos agora uma passagem duma carta a Celso Cerretti, escrita em 1872. Bakunine aconselha os seus companheiros de Itália a uma colaboração com partidos burgueses, para atingir objectivos immediatos puramente politicos:]

Vocês não são teóricos utopistas, querem formar um partido activo e forte, capaz de transformar, num prazo tão próximo quanto possível, a vossa bela Itália num país de liberdade, de igualdade, de justiça, de felicidade e de honra para todos. Vocês organizam-se para a acção; por conseguinte, não vos é permitido ignorar nenhum dos elementos que constituem a realidade actual. Conhecem bem, com

certeza, a força dos erros que terão de combater e também a dos elementos que sem serem precisamente os vossos, são forçados a tornar-se até um certo ponto e durante todo o período de transição, numa espécie de vossos aliados, de vossos amigos, tendo os mesmos adversários a combater. Os mazzinianos, embora doutra maneira e por outras razões diferentes das vossas, são inimigos renhidos deste governo que, temendo-vos muito mais do que a eles, começa a perseguir-vos em toda a Itália e perseguir-vos ao corrente de todos os seus empreendimentos, ainda mais feroz. Até um certo ponto, sereis pois forçados a andar paralelamente com eles, a manter-vos ao corrente de todos os seu empreendimentos, e não só deixá-los fazer, mas mesmo algumas vezes, sem dúvida em raríssimas ocasiões, e tendo em conta a maior prudência, secundá-los *indirectamente*, e ao fazê-lo, podeis ter esperança de enfraquecer e desmoralizar o governo actual, o vosso inimigo doravante mais encarniçado, mais forte e mais incómodo. Em todas as lutas dos mazzinianos ou dos bertanianos, quer dizer, de republicanos burgueses contra o governo, vocês abster-se-ão, sem dúvida, o mais possível e tanto quanto possível de o fazerem sem se suicidarem moral e materialmente; mas sempre que vocês se sentirem obrigados a sair desta passividade aparente, não sairão dela, é preciso dizê-lo, senão para tomar o seu partido contra o governo.

Vocês serão pois obrigados a organizarem-se e a seguirem paralelamente a eles, para poderem tirar proveito, para a realização dos vossos objectivos, de cada um dos seus movimentos. Mas livrem-se bem, na verdade, de se aliarem com eles, a ponto de se confundirem, *nunca os deixem penetrar na vossa organização*, na qual eles nunca quererão entrar senão para a deturpar, senão para a desviar do seu objectivo, senão para a paralisar e para a dissolver. Eles, mesmo não tendo essa intenção, trabalhariam indirectamente para esse objectivo, tão contrária é a sua natureza à vossa. (Cerretti, 191-192).

[*Torturado pela doença que não lhe dava o mais pequeno descanso, Bakunine abandonou a vida militante em 1873; ele morreu menos de três anos depois. Eis aqui fragmentos de alguns escritos datando deste último período da sua vida. Em primeiro lugar uma carta ao seu amigo A. Reichel, de 19-10-1875:*]

E tu, meu caro amigo, que fazes? Como é que concilias o teu mundo interior, o teu santuário, com a atmosfera pestilenta da reacção triunfante em todo o lado e com as duras condições de vida na sociedade? Quanto a mim tornei-me um verdadeiro eremita, e procuro reencontrar o meu velho eu, por meio da contemplação calma — se é que o consigo? Não sei. — Portanto é preciso que eu te confesse uma coisa, totalmente afastado da vida activa, sinto o perigo de me tornar um bismarkiano — e no entanto detesto, não o próprio Bismark — é um folgazão muito consequente — mas o bismarkianismo, como anteriormente, com todo o coração — mas ainda odeio mais o catolicismo, o clericalismo hoje triunfante em todo o lado, ou aparentemente a ponto de triunfar. — É uma afronta para a humanidade, um insulto para tudo o que nos é razoável, honesto, humano; — eu preocupar-me-ia muito pouco com o clero se ele limitasse a sua actividade a embrutecer ainda mais os velhos burros — mas em França, na Itália, em Espanha, na Bélgica, e também em muitos cantos da Suíça, como por exemplo Tessin, ele toma nas suas mãos pesadas toda a educação das crianças, o futuro, e é uma verdadeira desgraça;... — e apesar de eu saber muito bem que Bismark não faz guerra à religião do Bom Deus senão para pôr em seu lugar a religião do Estado, que sempre detestei, e da criação do Estado — tenho no entanto de observar que se não houvesse política bismarkiana actualmente na Europa, tornar-nos-íamos todos dentro de pouco tempo carne de cura — presentemente, parece-me que é novamente útil, necessário, fazer ressoar o grito esquecido dos enciclopedistas: Esmaguemos a infâ-

mia — e como nos meus bons velhos tempos fanáticos, em que costumava dizer: «De que imparcialidade me falam, deixemos a imparcialidade ao Bom Deus!» —, do mesmo modo estou novamente muito pouco inclinado a preocupar-me com uma legitimidade abstracta: tudo o que destrói o clericalismo e os frades é, quanto a mim, bom, justo e legítimo. (Nettlau, 823).

[«... é, quanto a mim, bom, justo e legítimo»: «... ist mir recht und gerecht.» (esta carta foi escrita em alemão). Numa carta a E. Bellerio, de 29-10-1875, ele precisa:]

O problema dos padres... é um problema mundial que domina hoje todos os outros — ao ponto de... me tornar relativamente bismarkiano — é claro que não, eu só caminho ao lado de Bismark, continuando a ser eu próprio. (Nettlau, 823).

[*Eis aqui agora uma carta a Elisée Beclus, de 15-2-1875:*]

Estou de acordo contigo em que a hora da revolução passou, não por causa dos horríveis desastres de que fomos testemunhas e dos terríveis erros de que fomos vítimas, e mais ou menos culpados. Mas porque, para meu grande desespero, constatei e constato todos os dias de novo, que o pensamento, a esperança e a paixão revolucionárias não se encontram absolutamente nada nas massas e quando estão ausentes, bem podemos esfalfar-nos, nada se fará. — Admiro a paciência e a perseverança heróica dos Jurassianos e dos Belgas — estes últimos Mohicanos de fogo da Internacional — que apesar de todas as dificuldades, adversidades, e apesar de todos os obstáculos, no meio da indiferença geral, opõem a sua frente obstinada ao curso das coisas totalmente adverso, continuando a fazer tranquilamente o que fizeram antes das catástrofes, no momento em que o movimento era ascendente e que o mínimo esforço criava uma força...

Quanto a mim, meu caro, tornei-me muito velho, muito doente, muito cansado, e é preciso dizê-lo,

em muitos pontos de vista muito desiludido, para sentir o desejo e a força para participar nesta obra. — Retirei-me decididamente da luta, e passarei o resto dos meus dias numa contemplação não ociosa, até pelo contrário, muito activa intelectualmente, e julgo que não deixará de produzir qualquer coisa de útil.

Neste momento uma das paixões que me dominam é uma imensa curiosidade — ...

Quais os actores e quais os cenários; — ao fundo e dominando toda a situação na Europa, o imperador Guilherme e Bismark à cabeça dum grande povo lacaio. Contra eles, o Papa com os seus jesuítas, toda a Igreja católica e romana, senhores de milhares, dominando uma grande parte do mundo pelas mulheres, pela ignorância das massas e pela incomparável habilidade dos seus espíões inconfessáveis, tendo em todo o lado os seus olhos e as suas mãos.

Terceiro actor. — A Civilização francesa, encarnada em Mac-Mahon, Dupanloup e Broglie, prendendo as cadeias dum grande povo decaído — em seguida, em volta de tudo isto, a Espanha, a Áustria, a Rússia mostrando cada uma delas a sua má cara de ocasião — e ao longe a Inglaterra, não podendo decidir-se a voltar a ser qualquer coisa, e ainda mais longe a República-modelo dos Estados Unidos da América enfeitando-se já com a sua ditadura militar.

Pobre humanidade!

É evidente que ela só conseguirá sair desta cloaca por uma enorme revolução social. — Mas como é que ela fará essa revolução? Nunca a reacção internacional da Europa esteve tão bem armada contra qualquer movimento popular. — Ela fez da repressão uma nova ciência que se ensina sistematicamente nas escolas militares aos tenentes de todos os países. — E o que é que temos, para atacar esta fortaleza inexpugnável? — As massas desorganizadas. Mas como organizá-las quando elas nem sequer estão suficientemente apaixonadas pela sua

salvação, quando não sabem o que é que devem querer e quando não querem o que unicamente as pode salvar. (Nettlau, 822-823).

[Evidentemente que se compreende que Bakunine tenha desejado a vitória dos republicanos franceses nas eleições de 1876, como mostra este fragmento dum manuscrito:]

Todavia nós vemos hoje a França, este nobre país, que parece ter recebido a missão de fazer muito mais em proveito de todo o mundo, do que em seu próprio proveito, as experiências mais audaciosas e frequentemente mais cruéis, tentar um último esforço para se constituir, apesar de todos os entraves que a prendem, num Estado republicano e francamente democrático...

... É muito provável que nas próximas eleições [20-2-1876] triunfe o partido republicano; tanto mais que todos os partidos que lhe são opostos já não são propriamente partidos, mas intrigas sujas e miseráveis, tendo a tolice por insígnia, e nenhuma outra base séria senão o Clericalismo juseuítico-romano, isto é, o túmulo da França. (Nettlau, 824, 75 ou 76).

[E Benoît Malon conta a alegria de Bakunine quando conheceu esta vitória dos republicanos que ele tinha esperado:]

Eu vi este velho anarquista rejubilar de alegria com o anúncio da grande vitória eleitoral republicana de 20 de Fevereiro de 1876.

— «A liberdade *mundial* está salva! gritou, e salva uma vez mais pela grande França!» (Malon, 764).

13.

A liberdade no «Estado popular»

Esta revolução consistirá na expropriação quer progressiva, quer violenta, dos proprietários e dos

capitalistas actuais, e na apropriação de todas as terras e de todo o capital pelo Estado, que, para poder desempenhar a sua grande missão económica tão bem como a política, deverá ser necessariamente muito forte e muitíssimo concentrado. O Estado administrará e dirigirá a cultura da terra por meio dos seus engenheiros, escolhidos, e comandando exércitos de trabalhadores rurais, organizados e disciplinados para esta cultura. Ao mesmo tempo, sobre a ruína de todos os bancos existentes, ele estabelecerá uma banca única, comanditária de todo o trabalho e de todo o comércio nacional.

Compreende-se que, à primeira vista, um plano de organização tão simples, pelo menos em aparência, possa seduzir a imaginação dos operários mais ávidos de justiça e de igualdade do que de liberdade, e que sejam tolos ao ponto de imaginarem que tanto uma como outra podem existir sem a liberdade, como se para conquistar e para consolidar a justiça e a igualdade, se pudesse ter confiança nos outros e principalmente nos governantes, por muito que eles se digam eleitos e controlados pelo povo! Na realidade, isso seria um regime de caserna para o proletariado, em que a massa uniformizada dos trabalhadores e das trabalhadoras despertaria, adormeceria, trabalharia e viveria a toque de caixa. (Obras, IV, 382-383, 72).

.

Os operários de França perderam o seu pobre latim. Até agora eles sofreram bastante com os seus próprios sofrimentos, mas tudo o resto: os seus ideais, esperanças, fantasias políticas e sociais, planos e projectos práticos, mais sonhados do que meditados para um futuro próximo, adquiriram-nos muito mais nos livros, nas teorias correntes e discutidas sem cessar do que numa reflexão baseada na experiência e na vida. Abstraíram-se constantemente da sua existência e da sua experiência diária, e não

estão habituados a pôr aí nem as suas inspirações, nem o seu pensamento. O seu pensamento alimentou-se com uma determinada teoria aceite por tradição, sem crítica, mas com inteira confiança, e esta teoria não é outra senão o sistema político dos Jacobinos mais ou menos modificada, para uso dos socialistas revolucionários. (Obras, II, 232, 70).

No Estado popular do Sr. Marx, diz-se, deixará de haver classe privilegiada. Todos serão iguais, não só do ponto de vista jurídico e político, mas também do ponto de vista económico. Pelo menos assim no-lo prometem, ainda que eu duvide muito que, da maneira em que é encarado e pela via que se quer seguir, nunca poderá manter a sua promessa. Então já não haverá classe privilegiada, mas um governo, e, reparem bem, um governo excessivamente complicado, que não se contentará em governar e administrar as massas politicamente, como o fazem hoje todos os governos, mas que também as administrará economicamente, concentrando nas suas mãos a produção e a justa repartição das riquezas. (Obras, IV, 476-477, 72).

Eu sou um partidário convicto da *igualdade económica e social*, porque eu sei que fora desta igualdade, a liberdade, a justiça, a dignidade humana, a moralidade e o bem-estar dos indivíduos, assim como a prosperidade das nações nunca serão senão mentiras. Mas, ainda que partidário da liberdade, esta condição primordial da humanidade, eu julgo que a igualdade tem de se estabelecer no mundo pela organização espontânea do trabalho e da propriedade colectiva das associações produtoras livremente organizadas..., mas não pela acção suprema e tutelar do Estado.

É este o ponto principal que divide os socialistas ou colectivistas revolucionários dos comunistas auto-

ritários, partidários da total iniciativa do Estado. (Obras, IV, 250, 71).

... a igualdade só é possível com e pela liberdade. (Obras, V, 337, 71).

A igualdade sem a liberdade é o despotismo do Estado, e o Estado despótico não conseguiria existir um único dia sem ter pelo menos uma classe exploradora e privilegiada: a burocracia, poder *hereditário* como na Rússia e na China, ou *de facto*, como na Alemanha e no vosso país.

O grande e verdadeiro mestre de nós todos, Proudhon, disse, no seu bom livro *A Justiça na Revolução e na Igreja*, que a combinação mais desastrosa que se poderia formar seria a que reunisse o socialismo com o absolutismo, as tendências do povo para a emancipação económica e o bem-estar material com a ditadura e a concentração de todos os poderes políticos e sociais no Estado.

Que o futuro nos preserve pois dos favores do despotismo; mas que nos salve das consequências desastrosas e embrutecedoras do *socialismo autoritário, doutrinário ou de Estado*. (Nettlau, 248, 68).

.

... não só não temos a intenção nem o mínimo desejo de impor ao nosso povo ou a qualquer outro povo este ou aquele ideal de organização social, lido em livros ou inventado por nós próprios, mas também, convencidos de que as massas populares trazem consigo, nos seus instintos mais ou menos desenvolvidos pela história, nas suas necessidades quotidianas e nas suas aspirações conscientes ou inconscientes, todos os elementos da sua organização normal do futuro, nós procuramos este ideal no seio do próprio povo. (Estatismo e Anarquismo, 234, 73).

... quem parte do pensamento abstracto nunca conseguirá chegar à vida, porque não existe nenhum caminho que conduza da metafísica à vida. Elas

estão separadas por um abismo. Transpor este abismo, realizar um salto mortal ou o que Hegel chamou um «salto qualitativo» do mundo da lógica ao mundo da natureza, da vida real, nunca ninguém o conseguiu e nunca ninguém o conseguirá. Quem se apoia na abstracção morrerá com ela.

O caminho vivo, concretamente racional, é a ciência, o caminho que vai do facto real ao pensamento que o abraça, que o exprime, e que, consequentemente, o explica; e no mundo prático — é o movimento da vida social para uma organização impregnada o mais possível com esta vida, de acordo com as indicações, as condições, as necessidades e as exigências mais ou menos apaixonadas também desta vida. (Estatismo e Anarquismo, 230, 73).

Os socialistas revolucionários acham que há muito mais razão prática e espírito nas aspirações instintivas e nas necessidades reais das massas populares do que na profunda inteligência de todos esses doutores e tutores da humanidade que, com tantas tentativas falhadas para a tornar feliz, ainda pretendem aumentar os seus esforços. (Obras, IV, 252, 71).

.

Com a nossa polémica contra [os marxistas] queremos levá-los a reconhecer que a liberdade ou anarquia, isto é, a organização livre das massas trabalhadoras de baixo para cima é o objectivo final do desenvolvimento social e que qualquer Estado, sem exceptuar o seu Estado popular, é um jugo que, por um lado, leva ao despotismo e por outro lado, à escravatura.

Eles dizem que essa ditadura (jugo estatista) é um meio transitório inevitável para chegar à emancipação integral do povo: anarquia ou liberdade — eis o objectivo; Estado ou ditadura — eis o meio. Portanto, para emancipar as massas trabalhadoras é necessário em primeiro lugar acorrentá-las.

Neste momento a nossa polémica não ultrapassou esta contradição. Eles afirmam que só a ditadura — a deles, evidentemente — pode criar a vontade do povo; nós respondemos-lhes: nenhuma ditadura pode ter outro objecto senão perpetuar-se, nenhuma ditadura conseguiria engendrar e desenvolver no povo que a suporta outra coisa senão a escravatura; a liberdade só pode ser criada pela liberdade. (Estatismo e Anarquismo, 289, 73).

14.

Programa revolucionário e programa liberal

... nunca se deve renunciar ao programa socialista revolucionário, claramente estabelecido, tanto pela forma como pela substância. (Correspondência, 222, 66).

As reticências, as meias verdades, os pensamentos castrados, as atenuações complacentes e concessões de frouxa diplomacia, não são os elementos de que se formam as grandes coisas: elas só se fazem com grandes corações, um espírito justo e firme, um objectivo claramente determinado e uma grande coragem. Nós empreendemos uma coisa bastante grande, senhores, elevemo-nos à altura do nosso empreendimento: grande ou ridículo, não há termo médio, e para que ele seja grande, é preciso que pelo menos pela nossa audácia e pela nossa sinceridade também nos tornemos grandes.

... nós sabemos... que em política não existe nenhuma prática honesta e útil possível, sem uma teoria e um objectivo claramente determinados. (Obras, I, 2-3, 67).

Não há dúvida que, se evitarmos precisar bem o nosso verdadeiro carácter, o número dos nossos aderentes poderá tornar-se maior. Até poderíamos neste caso, como o propôs o delegado de Bâle, o Sr. Schmidlin, acolher nas nossas fileiras vários

tarimbeiros e padres, e porque não polícias? — ou como acaba de o fazer a Liga da Pad, fundada em Paris sob a alta protecção imperial, pelos Srs. Michel Chevalier e Frédéric Passy, suplicar a algumas ilustres princesas da Prússia, da Rússia ou da Áustria, para se dignarem aceitar o título de membros honorários da nossa associação. Mas, diz o provérbio, quem muito abraça, pouco aperta: nós compraríamos todas estas preciosas adesões pelo preço da nossa aniquilação completa, e entre tantos equívocos e frases que envenenam hoje a opinião pública da Europa, nós não seríamos senão mais uma brincadeira de mau gosto.

É evidente, por outro lado, que se nós proclamamos alto os nossos princípios, o número dos nossos aderentes será mais pequeno; mas pelo menos serão aderentes sérios, com os quais poderemos contar — e a nossa propaganda sincera, inteligente e séria não envenenará, — ela moralizará o público. (Obras, I, 6, 67).

15.

Táctica e disciplina do Partido Revolucionário

Imitemos um pouco a sabedoria dos nossos adversários. Vejam, todos os governos têm na boca a palavra liberdade, enquanto que os seus actos são reaccionários. Que as autoridades revolucionárias não façam mais frases, mas usando uma linguagem mais moderada, o mais pacífica possível, que *façam a revolução*.

É totalmente o inverso do que as autoridades revolucionárias, em todos os países, fizeram até hoje: elas foram a maior parte das vezes excessivamente enérgicas e revolucionárias na sua linguagem, e muito moderadas, para não dizer muito reaccionárias, nos seus actos. Pode-se mesmo dizer que a *energia da linguagem*, a maior parte das vezes,

serviu-lhes de máscaras para enganar o povo, para lhe esconder a fraqueza e a incoerência dos seus actos. Há homens, muitos homens na burguesia supostamente revolucionária, que ao pronunciarem algumas palavras revolucionárias, julgam fazer a revolução, e que, depois de as terem pronunciado, e precisamente por as terem pronunciado, se julgam com o direito de cometer actos de fraqueza, inconseqüências fatais, actos de pura reacção. Nós que somos revolucionários a valer, fazemos absolutamente o contrário. Falemos pouco de revolução, mas fazemo-la. Deixemos por agora a outros o cuidado de desenvolver teoricamente os princípios da revolução social, e contentemo-nos em aplicá-los à larga, em *incarná-los nos factos.*

Entre os nossos amigos e aliados, os que me conhecem bem, talvez fiquem espantados por eu sustentar agora esta linguagem, eu, que fiz tanta teoria, e que me mostrei sempre um guardião zeloso e feroz dos princípios. Ah! é que os tempos mudaram. — Então, ainda há um ano, preparávamo-nos para a revolução, que esperávamos, uns mais tarde, outros mais cedo, — e agora, digam o que disserem os cegos, estamos em plena revolução. — Então era absolutamente necessário sustentar alto a bandeira dos princípios teóricos, expor bem alto estes princípios em toda a sua pureza, a fim de formar um partido por pouco numeroso que fosse, mas composto unicamente por homens que estivessem sinceramente, plenamente, apaixonadamente ligados a estes princípios, de modo que cada um, em tempo de crise, pudesse contar com todos os outros. Agora já não se trata de recrutar. Nós conseguimos formar, bem ou mal, um pequeno partido — pequeno em relação ao número de homens que aderem a ele com conhecimento de causa, imenso relativamente aos seus aderentes instintivos, relativamente às massas populares de que ele representa as necessidades melhor do que qualquer outro partido. — Agora devemos embarcar em conjunto no oceano revolu-

cionário, e doravante não devemos propagar mais os nossos princípios por palavras, mas *com factos*, — pois *é a mais popular, a mais poderosa e a mais irresistível das propagandas.* Calemos de vez em quando a política, isto é, quando a nossa impotência momentânea em relação a uma grande força contrária o exija, *mas sejamos sempre implacavelmente consequentes nos factos.* A salvação da revolução está toda neles.

A principal razão porque todas as autoridades revolucionárias de todo o mundo fizeram sempre tão pouca revolução, *é porque elas sempre quiseram fazê-la elas próprias, com a sua autoridade, e com a sua força*, o que nunca deixou... de estreitar excessivamente a acção revolucionária, pois é impossível mesmo para a autoridade revolucionária mais inteligente, mais enérgica, mais franca, abraçar ao mesmo tempo muitas questões e interesses, sendo qualquer ditadura, tanto individual como colectiva, enquanto composta por várias personagens oficiais, necessariamente muito limitada, muito cega, e incapaz tanto de penetrar nas profundezas como de abraçar toda a amplitude da vida popular...

Então que devem fazer as autoridades revolucionárias — e diligenciemos para que as haja o menos possível — o que é que elas devem fazer para desenvolver e para organizar a revolução? *Elas nem devem fazê-la por decretos, nem devem impô-la às massas, mas provocá-la nas massas. Elas não lhes devem impor uma organização qualquer, mas suscitando a sua organização autónoma de baixo para cima, trabalhar secretamente, com a ajuda da influência individual sobre os individuos mais inteligentes e mais influentes de cada localidade*, para que esta organização seja o mais possível conforme aos nossos princípios. — Todo o segredo do nosso triunfo está aí.

Que este trabalho encontre dificuldades, quem pode duvidar disso? Mas quem pensa que a revolução é um jogo de crianças e que se pode fazê-la sem

vencer inumeráveis dificuldades? Os revolucionários socialistas dos nossos dias não têm nada ou quase nada a imitar nos processos revolucionários dos jacobinos de 1793. A rotina revolucionária perdê-los-ia. Eles devem trabalhar no vivo, eles devem criar tudo. (Obras, II, 225 a 228, 70).

.

Não se pense que eu quero impor a causa da anarquia absoluta nos movimentos populares. Uma tal anarquia não seria outra coisa senão uma ausência completa de pensamento, de objectivo e de conduta comum, e ela deveria conduzir necessariamente a uma impotência comum. Tudo o que é viável ou não se produz numa determinada ordem, que lhe é inerente e se manifesta conforme é. Qualquer revolução popular, que não morra ao nascer, conformar-se-á a uma ordem que lhe será particular, e sempre reconhecida pelo instinto popular, será determinada pela combinação natural de todas as circunstâncias locais com o objectivo comum que apaixona as massas. Para que esta ordem possa brotar e para que se estabeleça no meio da anarquia aparente duma sublevação popular, é preciso que abrace os povos numa única e grande paixão e que o seu objecto esteja bem determinado.

O ideal duma tal insurreição, segundo a minha opinião, realizou-se numa sublevação em massa dos insurrectos de Vendeia; não, sem dúvida, no seu programa que foi, ai! excessivamente reaccionário. As tropas aguerridas da República, comandadas pelos melhores generais foram postas em xeque, durante alguns anos, pela *desordem* dos camponeses.

A sublevação popular de Espanha contra Napoleão dá-nos outro exemplo. Poder-se-ia ainda citar a do povo russo contra a invasão do mesmo Napoleão em 1812. (Nettlau, 198, 68).

O que torna os movimentos verdadeiramente populares tão fortes é que, produtos duma grande

paixão unânime, seduzem toda a gente, tanto os fracos como os fortes, as mulheres, as crianças, os velhos, assim como os jovens e os homens maduros, pois que a própria ausência de qualquer ordem formal e de qualquer regra artificial, imposta por uma autoridade superior, torna possível esta participação, ao movimento geral, de todas as idades e de todos os sexos; enquanto que a repressão definitiva das forças populares, constantemente a desaparecerem e a renascerem, torna-se por isso mesmo quase impossível.

Vimos uma prova surpreendente disso na última insurreição polaca. Foi um movimento anárquico, o *governo nacional* de Varsóvia era muito fraco para o conter e para o dirigir, o que foi mais uma vantagem do que um inconveniente, pois este governo, — que é preciso não confundir com o *Comité central* de Varsóvia que organizou muito bem a conspiração nacional, mas que se dissolveu de facto nos primeiros dias da insurreição e foi substituído pelo governo nacional — este governo tinha um temperamento tão pouco revolucionário, que era muito mais capaz de matar do que manter viva a insurreição polaca. Todos os membros do *Comité central*, do sistema de concessões e de meias-medidas e não talvez menos um ou dois, eram sinceramente revolucionários — senão totalmente pelo seu programa, ao qual voltarei mais à frente — pelo menos pela energia da sua fé e da sua vontade. Eram jovens impacientes por começar a luta e que só contavam com a sublevação popular. Eram inimigos, naturalmente, sem nenhuma confiança na diplomacia. Podemos ter a certeza, pois, que se eles se tivessem mantido à cabeça do movimento insurreccional, este último teria tomado um caminho mais decisivo. Mas deixando-se arrastar por um sentimento cheio de impaciência, de vaidade juvenil e de heroísmo e em parte impelidos pelas próprias necessidades da sua difficilissima posição, deixaram Varsóvia para se porem à cabeça dos bandos revoltados. Morreram quase

todos e o seu lugar vago foi ocupado por outros. Estes outros eram revolucionários do futuro, não da véspera, aliás patriotas decididos, mas moderados, hesitantes e ponderados, que nunca teriam começado uma revolução como a da véspera, que eles diziam impossível, e que, conseqüentemente, não tinham nenhuma das qualidades requeridas para a conduzir a bom termo.

Estes revolucionários *moderados* censuraram à juventude revolucionária, como uma grande loucura, a sua confiança no povo; esta confiança, nunca a partilharam e por muitas razões..., eles recearam, até mais do que desejavam, a insurreição polaca. Mas provando a sua incontestável sabedoria por esta *desconfiança legítima*, que o povo sempre lhes inspirou, não conseguiram evitar outra loucura — não posso qualificar de outro modo a sua confiança infantil no auxílio da diplomacia. Aliás eles são suas vítimas — um amigo muito perigoso e muito equívoco da causa polaca, chefe dum Estado, que desde que esta causa existe, não deixou escapar nenhuma ocasião para lhe prestar maus serviços, — o Imperador Napoleão III, numa palavra, tendo-lhe sugerido que deviam apoderar-se do movimento nacional, — primeiro para paralisar tudo o que havia de verdadeiramente revolucionário e que, acrescentava, seria necessariamente antipática a todos os governos regulares da Europa; mas ao mesmo tempo para o fazer prolongar em duração continuando-o como um protesto exclusivamente nacional, a fim de dar à diplomacia o pretexto de intervir a favor da Polónia — esses homens sensatos, que se apoderaram efectivamente do governo nacional, só seguiram muito fielmente os conselhos de Paris. Eles puseram todas as suas esperanças na intervenção diplomática da França; para agradar a esta, para agradar também à Áustria, que durante alguns meses tinha fingido querer associar-se à política da França, fizeram todos os esforços para acalmar, para despopularizar e para abafar a insurreição nacional. —

Eles só o conseguiram imperfeitamente, graças à sua impotência. (Nettlau, 157-158, 68?).

.

Se Paris se subleva e triunfa, terá o direito e o dever de proclamar a liquidação completa do Estado político, jurídico, financeiro e administrativo, a bancarrota pública e privada, a destruição de todas as funções, de todos os serviços, de todas as forças do Estado, o incêndio ou o fogo da alegria de todos os papéis e actos públicos ou privados, a fim de os trabalhadores reunidos em associações, e que terão surrupiado todos os instrumentos de trabalho, capitais de qualquer espécie e edifícios, fiquem armados e organizados por ruas e por quarteirões. Formarão a federação revolucionária de todos os quarteirões, a comuna directiva. E esta comuna terá o dever de declarar que não se arroga o direito de governar e de organizar a França, mas que chama o povo de todas as comunas, tanto da França como do que se chamava até agora o estrangeiro, a seguir o seu exemplo, a fazer, cada uma na sua região, uma revolução tão radical, tão destrutiva para o Estado, para o direito jurídico e para a propriedade privilegiada. Ela convidará estas comunas, francesas e estrangeiras, depois de ter feito esta revolução, a virem federar-se com ela, quer em Paris, quer em qualquer outro ponto que se quiser, aonde enviarão os seus delegados para fazer uma organização comum dos serviços e das relações de produção e de troca, organização necessária para estabelecer a carta de igualdade, base de toda a liberdade, carta totalmente negativa pelo seu carácter, separando bem o que deve ser abolido presentemente do que são as formas positivas da vida local, que só podem ser criadas pela prática viva de cada localidade. Ao mesmo tempo organizar-se-á uma defesa comum contra os inimigos da Revolução, assim como a propaganda activa da Revolução e da solidariedade prá-

tica revolucionária, com os amigos de todos os países contra os inimigos de todos os países.

Numa palavra, a revolução deve estar e deve surgir por toda a parte, independentemente do ponto central, que deve ser a sua expressão, o seu produto, e não a sua fonte, a sua direcção e a sua causa.

É preciso que a anarquia, o despertar da vida espontânea, de todas as paixões locais, e sobre todos os pontos, sejam tão grandes quanto possível, para que a revolução seja e continue viva, real, forte. Os revolucionários políticos, os partidários da ditadura ostensível, logo que a revolução tenha obtido o primeiro triunfo, ordenam o apaziguamento das paixões, a ordem, a confiança e a submissão aos novos poderes estabelecidos. Deste modo, eles reconstituem o Estado. Nós, pelo contrário, devemos fomentar, despertar, desprender todas as paixões, devemos produzir a anarquia, e, pilotos invisíveis no meio da tempestade popular, devemos dirigi-la, não com um poder ostensível, mas pela ditadura colectiva de todos os *aliados*.⁽¹⁾ Ditadura sem capa, sem título, sem direito oficial, e tanto mais forte quanto menos aparências do poder ela tiver. Eis a única ditadura que eu admito. Mas para que ela possa agir é preciso que exista, e para isso, é necessário primeiro prepará-la e organizá-la; pois ela não se fará sòzinha, nem com discussões, nem por exposições e debates de princípios, nem por assembleias populares. (Richard, 130-131, 70).

.

O nosso objectivo é criar uma colectividade revolucionária forte mas sempre invisível; uma colectividade que deve preparar a revolução e dirigi-la..., deixando ao movimento revolucionário de massas o seu desenvolvimento total e à sua organização social... a mais completa liberdade, mas vigiando

(1) Membros da Aliança. (F. M.)

sempre para que este movimento e esta organização nunca possam reconstituir autoridades, governos, Estados, e combatendo todas as ambições tanto colectivas (no género da de Marx) como individuais por influência natural, *nunca oficial*, de todos os membros da nossa Aliança, disseminados em todos os países, e cuja força vem unicamente da sua acção solidária e da unidade de programa e de objectivos que devem existir sempre entre eles. (Nettlau, 284, 72).

Assim centralizada pela ideia e pela identidade dum programa comum a todos os países; centralizada por uma organização secreta, que reunirá não só todos os partidos dum país, mas também muitos senão todos os países num mesmo plano de acção; centralizada também pela simultaneidade dos movimentos revolucionários no campo e na cidade, dora-vante, a revolução deverá tomar e manter um *carácter* local no sentido em que não deverá começar de modo nenhum por uma grande concentração de todas as forças revolucionárias dum país num único ponto, nem nunca tomar o carácter romanesco e burguês duma expedição quase revolucionária, mas inflamando-se ao mesmo tempo em todos os pontos dum país, tomar o de uma verdadeira revolução popular. (Nettlau, 218, 64-67).

.

Tu escreves-me, caro amigo, que és «inimigo de qualquer espécie de status» e afirmas que «só são jogos de crianças». Eu não compartilho completamente da tua opinião neste ponto. É detestável uma regulamentação excessiva, e julgo, como tu, que «as pessoas sérias devem traçar uma linha de conduta e não se desviar dela». Portanto tentemos compreendermo-nos um ao outro.

A fim de estabelecer uma certa coordenação na acção, coordenação necessária, creio eu, entre pessoas que tendem para o mesmo objectivo, impõem-se

determinadas condições: um certo número de regras ligando cada um a todos, determinados pactos e acordos renovados frequentemente — se falta tudo isto, se cada um trabalha como lhe apetece, as pessoas mais sérias encontrar-se-ão elas próprias numa situação em que os esforços de uns serão neutralizados pelos dos outros. Disto resultará a desarmonia e não a harmonia e a confiança serena para a qual nós tendemos.

... Eu quero que no nosso trabalho haja ordem e uma confiança serena, e que nem uma nem outra sejam os resultados de ordens duma única vontade, mas da vontade colectiva, da vontade bem organizada de numerosos companheiros disseminados em numerosos países... Mas para que uma tal descentralização seja possível, é preciso ter uma autêntica organização, e uma tal organização não é possível sem um certo grau de regulamentação, que ao fim e ao cabo não é senão o resultado dum acordo mútuo ou dum contrato. (Maximoff, 379-380, 68-70).

.

Trata-se da disciplina e da confiança assim como da união. São coisas excelentes quando são bem aplicadas, funestas quando se dirigem a quem não as merece. Amante apaixonado da liberdade, confesso que desconfio muito dos que têm sempre na boca a palavra disciplina. (Obras, II, 296, 70-71).

Por muito inimigo que seja do que se chama em França a disciplina, no entanto reconheço que uma certa disciplina, não automática, mas voluntária e reflectida, e estando perfeitamente de acordo com a liberdade dos indivíduos, continua a ser e será sempre necessária, todas as vezes que vários indivíduos, livremente unidos, empreenderem um trabalho ou uma acção colectiva qualquer. Esta disciplina não é pois senão a concordância voluntária e reflectida de todos os esforços individuais para um objectivo comum. No momento da acção, no meio

da luta, os papéis dividem-se naturalmente, segundo as aptidões de cada um, apreciados e julgados por toda a colectividade: uns dirigem e ordenam, outros executam as ordens. Mas nenhuma função se petrifica, se fixa e fica irrevogavelmente ligada a nenhuma entidade ou pessoa. A ordem e a promoção hierárquicas não existem, de modo que o comandante de ontem pode tornar-se o subalterno de hoje. Ninguém se eleva acima dos outros, ou se se eleva, não é senão para cair logo a seguir, como as ondas do mar, voltando sempre ao nível salutar da igualdade.

Neste sistema já não há propriamente poder. O poder baseia-se na colectividade, e torna-se a expressão sincera da liberdade de cada um, a realização fiel e séria da vontade de todos; só obedecendo cada um de *per si*, ao chefe do dia, este só ordenará o que ele próprio quer.

Eis a disciplina verdadeiramente humana, a disciplina necessária à organização da liberdade. (Obras, II, 297-298, 70-71).

.

Doravante que cada grupo, cada secção de grupo, não receba no seu seio um novo membro senão por *unanimidade*, nunca unicamente pela maioria das vozes, isto é, de todos os membros que fazem parte desta secção de grupo. — Se só são dois, não devem admitir um terceiro senão quando estiverem os dois perfeitamente de acordo e igualmente convencidos da utilidade, da inteligência, da dedicação, da energia e da descrição que ele vos trará. E nesta escolha nunca se devem deixar conduzir por nenhuma outra consideração senão o programa da Aliança, a concorrência perfeita dos seus sentimentos e das suas ideias com este programa, e a sua capacidade real de os seguir com energia, com descrição e com perseverança e prudência, e sobretudo a sua capacidade de renunciar

para sempre a qualquer iniciativa individual isolada e de subordinar sempre a sua acção à vontade colectiva — capacidade que os vaidosos e os ambiciosos nunca têm, pois o que eles procuram, muitas vezes — sem eles próprios repararem nisso, — o que procuram em todas as colectividades, tanto públicas como secretas, que encontram, é um pedestal para si, um trampolim para a sua glória ou elevação pessoal — por causa disso, impusemos a nós próprios a lei de nunca receber no nosso sanctum sanctorum, na nossa intimidade e fraternidade colectiva, nenhum ambicioso e nenhum vaidoso, por muito parecidas que sejam as suas ideias e as suas tendências apaixonadas com as nossas, por muito inteligentes e sábios que sejam e por muito grande que pudesse ser a utilidade que as suas relações e a sua influência no mundo nos trouxesse. Preferimos resignarmo-nos do que recebê-los entre nós, pela certeza que temos de que a sua ambição ou a sua vaidade não deixariam de trazer para o nosso meio, mais tarde ou mais cedo, os germes da divisão e da desorganização. — Eles quererão tornar-se chefes, dirigentes, mestres, e não os reconhecemos de modo nenhum entre nós e como socialistas revolucionários não os devemos reconhecer. Não pode e não deve ser dos nossos senão o que é capaz de, individualmente, imergir completamente na solidariedade fraternal e na acção colectiva dos aliados — não para se tornar um escravo, mas pelo contrário para se retemperar nela e para se reencontrar forte, livre, inteligente, pela força, pela liberdade, pela inteligência e pela assistência, sempre activa e sempre presente, de todos. (Nettlau, 283-284, 72).

.

[Eis aqui três artigos do «Regulamento da Secção da Aliança da Democracia Socialista de Genebra», redigidos por Bakunine (Obras, VI, 206-207, 70)]:

Artigo 3. Não se pode tornar seu membro sem ter aceitado sincera e completamente todos os seus princípios. Os membros antigos são obrigados, e os membros recentes têm de prometer, a fazerem à volta, segundo as suas possibilidades, a mais activa propaganda, tanto pelo seu exemplo como pelas suas palavras.

Artigo 4. Qualquer membro é obrigado a conhecer os estatutos gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores e as resoluções dos Congressos, que devem ser consideradas obrigatórias para todos.

Artigo 5. O exercício perseverante e real da solidariedade prática entre os operários de todas as profissões, incluindo naturalmente os cultivadores da terra. É A PRINCIPAL GARANTIA DA SUA PRÓXIMA LIBERTAÇÃO. A observação desta solidariedade nos factos privados e públicos da vida operária e da luta dos trabalhadores contra o capital burguês deve ser considerada como o dever supremo de cada membro da Secção da Aliança da Democracia socialista. Qualquer membro que falte a esta obrigação será imediatamente excluído dela. (1).

.

[O candidato] deve compreender que uma associação com um objectivo revolucionário tem de se transformar necessariamente em sociedade secreta, e qualquer sociedade secreta, no interesse da causa que serve e da eficácia da sua acção, assim como no da segurança de cada um dos seus membros, tem de ser submetida a uma forte disciplina, que aliás não é senão o resumo e o resultado puro do compromisso recíproco que todos os membros tomaram uns em relação aos outros. (Nettlau, 213, 64-67).

(1) O artigo 24 só admite três motivos de exclusão: 1.º Por um acto vil ou indigno; 2.º Por violação flagrante do programa e dos artigos fundamentais do regulamento; 3.º Por traição à solidariedade revolucionária. (Nota de Bakunine).

Moral revolucionária

As revoluções não são um jogo de crianças, nem um debate académico em que as vaidades se matam umas às outras, nem um torneio literário em que só se derrama tinta. A revolução é a guerra, e quem diz guerra diz destruição dos homens e das coisas. Sem dúvida que é pena que a humanidade ainda não tenha inventado um meio mais pacífico de progresso, mas até hoje qualquer passo novo na história só foi realizado na realidade depois de ter recebido o baptismo de sangue. Aliás, a reacção não tem nada a censurar à revolução sob este aspecto. Ela derramou sempre mais sangue do que esta última. (Obras, LL, 20-21, 70).

O socialismo não é cruel, é mil vezes mais humano do que o jacobinismo, isto é, do que a revolução política. Não quer mal nenhum às pessoas, mesmo às mais celeradas, sabendo muito bem que todos os indivíduos, bons ou maus, são unicamente o produto fatal da posição social que a história e a sociedade lhes criaram. Os socialistas, é verdade, certamente que não poderão impedir que no primeiro impulso da sua cólera o povo faça desaparecer algumas centenas de indivíduos entre os mais odiosos, os mais obstinados e os mais perigosos; mas logo que passe esta tempestade, eles opor-se-ão com toda a sua energia à carnificina hipócrita, política e jurídica, feita por sangue frio.

O socialismo fará uma guerra implacável às «posições sociais», não aos homens; e uma vez destruídas e despedaçadas estas posições, os homens que as tinham ocupado, desarmados e privados de todos os meios de acção, tornar-se-ão inofensivos e muito menos fortes, asseguro-vos, do que o mais ignorante operário; pois a sua força actual não reside neles próprios, no seu valor intrínseco, mas na sua riqueza e no apoio do Estado.

A revolução social, pois, não só os poupará, mas também depois de os ter vencido e privado das suas armas, erguê-los-á e dir-lhes-á: «E agora, caros camaradas, que vocês se tornaram iguais a nós, ponham-se a trabalhar valentemente connosco. No trabalho, como em qualquer coisa, o primeiro passo é difícil, e nós ajudar-vos-emos fraternalmente a transpô-lo.» Esses, então, que, robustos e válidos, não quiserem ganhar a sua vida com o trabalho, terão o direito de morrer à fome, pelo menos de se resignarem a subsistir, humilde e miseravelmente, da caridade pública, que não lhes recusará certamente o estritamente necessário.

Quanto aos seus filhos, de certeza que se tornarão valorosos trabalhadores e homens iguais e livres. Na sociedade, haverá naturalmente menos luxo, mas incontestavelmente mais riqueza; e, além disso, haverá um luxo hoje ignorado por todos, o luxo da humanidade, a felicidade do pleno desenvolvimento e liberdade de cada um na igualdade de todos. (Obras, VI, 400-401, 71).

.

Perguntei um dia a Mazzini quais as medidas que se tomariam para a emancipação do povo, logo que a sua república unitária triunfante se tivesse estabelecido definitivamente. «A primeira medida, disse-me ele, será a fundação de escolas para o povo. — E o que é que se ensinará ao povo nessas escolas? — Os deveres do homem, o sacrifício e a dedicação.» Mas onde irá buscar um número suficiente de professores para ensinar essas coisas, que ninguém tem o direito nem o poder de ensinar, se não der o exemplo? O número de homens que têm um prazer supremo no sacrifício e na devoção não é excessivamente restrito? Os que se sacrificam ao serviço duma grande ideia, obedecendo a uma profunda paixão, e *satisfazendo esta paixão pessoal* fora da qual a própria vida perde todo o valor aos seus olhos,

esses geralmente não pensam noutra coisa senão em erigir a sua acção em doutrina; enquanto que os que fazem dela uma doutrina esquecem-se a maior parte das vezes de a traduzir em acção, pela simples razão de a doutrina matar a vida, matar a espontaneidade viva da acção. Os homens como Mazzini, nos quais a doutrina e a acção formam uma unidade admirável, são excepções muito raras. (Obras, III, 64, 71).

O republicano excessivamente político é um estóico; ele não conhece nenhuns direitos, unicamente deveres, ou como na república de Mazzini, só admite um único direito: o de se dedicar e de se sacrificar sempre pela pátria, vivendo unicamente para a servir e morrendo por ela com alegria, como diz a canção que o Sr. Alexandre Dumas duou gratuitamente aos Girondinos: «*Morrer pela pátria é a melhor sorte, é o desejo mais digno*». O socialista, pelo contrário, apoia-se nos seus direitos positivos à vida e a todos os prazeres tanto intelectuais e morais como físicos da vida. Ele ama a vida, e quer gozá-la plenamente. Como as suas convicções fazem parte de si próprio e como os seus deveres em relação à sociedade estão indissoluvelmente ligados aos seus direitos, para ser fiel a uns e a outros, terá de viver segundo a justiça, como Proudhon, e se necessário morrer como Babeuf; mas nunca dirá que a vida da humanidade deve ser um sacrifício, nem que a morte é a sorte mais doce. (Obras, I, 42-43, 67).

.

... sem nos preocuparmos com as consequências práticas, primeiro de tudo queremos a verdade e só a verdade. Além disso, temos esta fé, que, apesar de todas as aparências do contrário, apesar de todas as sugestões receosas duma prudência política e céptica, só a verdade pode criar o bem prático dos homens.

Tal é o primeiro artigo da nossa fé; e forçá-vos-emos a reconhecer que também temos uma... somente, nunca olha para trás, mas sempre para a frente. (Obras, VI, 114-115, 71).

.

Para mim, socialista revolucionário, inimigo fidagal de todas as aristocracias, de todas as tutelas, penso pelo contrário que é preciso dizer tudo ao povo, porque é a única maneira de provocar a sua emancipação rápida e completa. (Obras, VI, 301, 71).

.

... só com a verdade se pode arranjar forças para combater o mal de que sofremos. (Nettlau, + 252, 45).

.

... a meia-verdade é tão ilógica em teoria como prejudicial na prática, (Obras, V, 241, 69).

.

Percebes, enfim, que sobre a mentira jesuítica, não se pode construir nada sólido, nem duradouro; que não é sobre as paixões vis e baixas que se deve apoiar a acção revolucionária. (Correspondência, 379, 74).

III. VIAS PARA A SOCIEDADE SOCIALISTA

1.

Destruir?

Ninguém pode querer destruir sem ter pelo menos uma imaginação distante, verdadeira ou falsa, da ordem das coisas que deveria, segundo ele, suceder à que existe presentemente: e quanto mais viva é a imaginação nele, mais forte se torna a sua força destrutiva, e mais ela se aproxima da verdade, isto é, mais está conforme ao desenvolvimento necessário do mundo social actual, mais os efeitos da sua acção destrutiva se tornam salutares e úteis. Pois a acção destrutiva é sempre determinada, não só na sua essência e no grau da sua intensidade, mas também nos seus modos, nas suas vias e nos meios que ela emprega, pelo ideal positivo que constitui a sua inspiração primeira, a sua alma. (Obras, VI, 66-67, 71).

2.

Não legislemos

Não sejamos doutrinários, não componhamos antecipadamente constituições colocando-nos como legisladores do povo. Lembremo-nos que a nossa missão é outra: nós não somos perceptores, mas unicamente os precursores do povo; está a nosso cargo traçar o caminho; e o nosso fim não é tanto teórico

como *prático*. (Aos meus Amigos Russos e Polacos, 15, 62).

É impossível determinar uma forma concreta, universal e obrigatória para o desenvolvimento interior e para a organização política das nações; estando subordinada a existência de cada uma a uma quantidade de condições históricas, geográficas e económicas diferentes e que nunca permitirão estabelecer um modelo de organização igualmente bom e aceitável para todas. Uma tal empresa, totalmente desprovida de utilidade prática, daria prejuízo, aliás, à riqueza e à espontaneidade da vida que gosta da diversidade infinita, e o que ainda é mais importante, seria contrária ao próprio princípio da liberdade. Portanto há *condições essenciais, absolutas*, fora das quais a realização prática e a organização da liberdade serão sempre impossíveis. (Nettlau, 222, 64-67).

3.

Abolição do Estado. Abolição do direito de herança.

Abolição, dissolução e bancarrota moral, política, judiciária, burocrática e financeira do *Estado tutelar*, transcendente, centralista...

abolição da magistratura do Estado, todos os juizes devem ser eleitos pelo povo; *abolição dos códigos criminais e civis que estão em vigor actualmente na Europa* — porque todos eles, igualmente inspirados pelo culto de Deus, do Estado, da família religiosa ou politicamente consagrada, e da propriedade — são contrários ao direito humano, e porque o código da liberdade só poderia ser criado *unicamente pela liberdade*. (Nettlau, 222, 64-67).

A inversão do Estado e do monopólio financeiro actual, tal é pois o objectivo negativo da revolução

social. Qual será o limite desta revolução? Em teoria, pela sua lógica, ela vai muito longe. Mas a prática fica sempre atrás da teoria, porque está submetida a uma multiplicidade de condições sociais, cujo conjunto constitui a situação real dum país, e que pesam necessariamente em qualquer revolução popular. O dever dos chefes será, em vez de impor as suas fantasias às massas, ir tão longe quanto o permitirem ou o obrigarem o instinto e as aspirações populares. (Cerretti, 184, 72).

.

[A abolição do Estado] não conseguiria atingir-se com um só golpe, pois tanto na história como na natureza física nada se faz de uma só vez. Mesmo os revolucionários mais rápidos, mais inesperados e mais radicais foram sempre preparados por um longo trabalho de decomposição e de nova formação, trabalho subterrâneo ou visível, mas nunca interrompido e sempre crescente. Pois também para a Internacional, não se trata de destruir de um dia para o outro todos os Estados. Tentá-lo ou apenas sonhá-lo seria uma loucura. (Nettlau, 608, 72).

.

Será preciso mostrar como é que o *direito de herança* origina todos os privilégios económicos, políticos e sociais? É evidente que a diferença de classes só se mantém por ele! Pelo direito de herança, tanto as diferenças naturais como as diferenças passageiras de fortuna ou de felicidade que podem existir entre os indivíduos e que deveriam desaparecer, eternizam-se, petrificam-se por assim dizer, e, tornando-se diferenças tradicionais, criam os privilégios de nascença, fundam as classes e tornam-se uma fonte permanente de exploração de milhões de trabalhadores por milhares de homens *bem nascidos*. Enquanto funcionar o direito de herança, não

poderá existir igualdade económica, social e política no mundo; e enquanto existir a desigualdade, haverá opressão e exploração. (Obras, V, 201, 69).

O que nós queremos e devemos abolir, é o *direito de herança* fundado pela jurisprudência e constituindo a base da *família jurídica* e do *Estado*.

Também se compreende que nós não tencionamos abolir a *herança sentimental*. Incluímos nesta denominação a herança que faz passar para as mãos dos filhos ou dos amigos objectos de pequeno valor que pertenceram aos seus amigos ou aos seus pais que faleceram, que por terem sido utilizados por eles durante tanto tempo conservaram, por assim dizer, o seu cunho pessoal. A herança séria, é a que assegura aos herdeiros, quer completamente, quer mesmo só em parte, a possibilidade de viver sem trabalhar, prevalecendo sobre o trabalho colectivo quer a renda da terra, quer o interesse do capital. Nós achamos que o capital, assim como a terra, numa palavra todos os instrumentos e todas as matérias-primas do trabalho, deixando de ser transmissíveis pelo direito de herança, tornam-se para sempre a propriedade colectiva de todas as associações produtivas.

A igualdade e consequentemente também a emancipação do trabalho e dos trabalhadores só se atingem por este preço.

Poucos são os operários que não compreendem que no futuro a abolição do direito de herança seja a condição suprema da igualdade. Mas há-os que receiam que se a abolíssemos presentemente, antes de uma nova organização social assegurar o destino de todas as crianças, sejam quais forem as condições em que tiverem nascido, as suas crianças, depois da morte dos pais, ficariam na miséria.

«Como! dizem eles, amalhei com o suor do meu rosto, condenando-me às mais cruéis privações, duzentos, trezentos ou quatrocentos francos, e os meus filhos ficarão sem eles!» — Sim, ficarão sem eles, mas em compensação receberão da sociedade,

sem nenhum prejuízo dos direitos naturais da mãe e do pai, um sustento, uma educação e uma instrução que vocês não seriam capazes de lhe assegurar com trinta ou quarenta mil francos. Pois é evidente que logo que for abolido o direito de herança, a sociedade deverá tomar a seu cargo todos os gastos do desenvolvimento físico, moral e intelectual de todas as crianças de ambos os sexos que nascerem no seu seio...

Muitos pretendem que abolindo o direito de herança, destruir-se-á o maior estimulante que impele os homens ao trabalho. Os que pensam assim consideram o trabalho como um mal necessário ou, para falar teologicamente, como o efeito da maldição que Jeová, num momento de cólera, lançou contra a infeliz espécie humana, e na qual, por um capricho singular, incluiu toda a sua criação.

Sem entrar nesta grave discussão teológica, tomando por base o simples estudo da natureza humana, responderemos a estes difamadores do trabalho, que este último, longe de ser um mal ou uma dura necessidade, é, para todo o homem, na posse das suas faculdades, uma necessidade. Para se assegurar disso, cada um pode fazer uma experiência consigo próprio: condenar-se apenas por alguns dias a uma inacção absoluta, ou mesmo a um trabalho estéril, improdutivo, estúpido, e verá se ao fim não se sentirá o mais infeliz e o mais humilhado dos homens. O homem, pela sua própria natureza, é forçado a trabalhar, como é forçado a comer, a beber, a pensar, a falar.

Se hoje o trabalho é maldito, é porque ele é excessivo, embrutecedor, e forçado, é porque ele elimina o lazer e priva os homens da possibilidade de gozar a vida humanamente; é porque cada um, ou quase cada um, é forçado a aplicar a sua força produtiva no género de trabalho que convém menos às suas disposições naturais...

O dia em que o trabalho muscular e nervoso, manual e intelectual simultaneamente, for conside-

rado como a maior honra dos homens, como o sinal da sua virilidade e da sua humanidade, a sociedade estará salva; mas este dia não chegará enquanto durar o reino da desigualdade, enquanto o direito de herança não for abolido. (Obras, V, 202 a 205, 69).

.

Uns colocam-se em pleno futuro e, tomando como ponto de partida a propriedade colectiva, acham que já não há necessidade de falar de direito de herança; nós, pelo contrário, partimos do presente, encontramos-nos sob o regime da propriedade individual triunfante, e, caminhando para a propriedade colectiva encontramos um obstáculo: o direito de herança; pensamos pois que é preciso invertê-lo, aboli-lo. O relatório do Conselho geral diz que o facto jurídico nunca sendo senão a consequência dum facto económico, basta transformar este último para aniquilar o primeiro. É incontestável que tudo o que se chama direito jurídico ou político nunca foi na história senão a expressão ou o produto dum facto realizado. Mas também é incontestável que depois de ter sido um efeito de actos ou de factos anteriormente realizados, o direito torna-se por sua vez a causa dos factos ulteriores, torna-se ele próprio um facto muito real, muito forte, e que é preciso inverter se se quiser atingir uma ordem de coisas diferente da que existe. Foi assim que o direito de herança, depois de ter sido a consequência natural da apropriação violenta das riquezas naturais e sociais, tornou-se mais tarde a base do Estado político e da família jurídica, que garantem e sancionam a propriedade individual. (Guillaume, I, 202, 69).

.

A abolição do direito de herança pode fazer-se por duas vias: ou pela das *reformas sucessivas*, ou pela *revolução social*.

Poderá fazer-se pela via das *reformas* nos países felizes, muito raros, para não dizer desconhecidos, onde a classe dos proprietários e dos capitalistas, os burgueses, impelidos por um espírito e uma sabedoria que lhes falta hoje, e compreendendo enfim a iminência da revolução social, quiserem entrar, duma maneira séria, em acordo com o mundo dos trabalhadores. Neste caso, mas unicamente neste caso, a via das reformas pacíficas será possível..., poder-se-á abolir completamente, em vinte ou trinta anos, o direito de herança...

É-nos impossível determinar melhor o carácter destas reformas, porque se deverão adaptar necessariamente à situação particular de cada país. Mas em todos os países, o objectivo é sempre o mesmo: o estabelecimento do trabalho e da propriedade colectivos...

O método da revolução será naturalmente mais curto e mais simples. (Obras, V, 208-209, 69).

4.

A família legal e a família natural

Igualização dos direitos da mulher — direitos políticos assim como direitos socio-económicos — com os do homem. (Maximoff, 247, 70-73).

Abolição não da família natural mas da família *legal*, baseada no direito civil e na propriedade. O casamento religioso e civil é substituído pelo *casamento livre*. Dois indivíduos *maiores* e de sexo diferente têm o direito de se unirem e de se separarem segundo a sua vontade, os seus interesses mútuos e as necessidades do seu coração, sem que a sociedade tenha o direito, quer de impedir a sua união, quer de a manter contra a vontade deles... A união dos dois sexos deve ser deixada à sua inteira liberdade, que aqui, como em qualquer lado

e sempre, é a condição *sine qua non* da moralidade sincera. — Nem a violência da paixão, nem os direitos livremente aceites no passado poderão servir de desculpa para qualquer atentado da parte de um contra a liberdade do outro — e qualquer ataque destes será considerado como um crime. (Nettlau, 231, 64-67).

... estamos convencidos que abolindo o casamento religioso, o casamento civil e jurídico, tornamos a vida, a realidade, a moralidade no casamento natural baseado unicamente no respeito humano e na liberdade das duas pessoas, homem e mulher, que se amam, ... repelindo duma maneira geral qualquer intervenção, de não importa que autoridade, na sua união, tornamo-los mais estreitamente unidos, muito mais fiéis e leais um em relação ao outro. (Obras, IV, 385, 71).

.

As crianças não são propriedade de ninguém: não são propriedade nem dos seus pais, nem da sociedade. Elas só pertencem à sua liberdade futura. Mas nas crianças esta liberdade ainda não é real, não é senão virtual. Pois a liberdade real, — isto é, a realização duma plena consciência baseada num sentimento de dignidade próprio e no respeito da liberdade e da dignidade dos outros, numa palavra, baseada na justiça — uma tal liberdade só se pode desenvolver nas crianças por um desenvolvimento racional do seu espírito, do seu carácter e da sua vontade.

Segue-se que a sociedade, cujo futuro depende totalmente da educação e da instrução das crianças, e que consequentemente tem não só o direito como o dever de as vigiar, é a única guardiã das crianças dos dois sexos. (Maximoff, 327, 71).

... O sustento, a educação e a instrução de todas as crianças deverão ser feitas igualmente para todas, a expensas da sociedade. (Nettlau, 211, 64-67).

Os pais terão o direito de conservar junto deles as crianças e de se ocuparem da sua educação, sob a tutela e sob controlo supremo da sociedade, que conservará sempre o direito e o dever de separar as crianças de seus pais, sempre que estes, quer pelo seu exemplo, quer pelos seus princípios ou tratamento brutal, desumano, possam desmoralizar ou até entravar o desenvolvimento dos seus filhos. (Nettlau, 231, 64-67).

.

Os velhos, os inválidos, os doentes, cercados de atenções, de respeito e gozando de todos os direitos tanto políticos como sociais, serão tratados e mantidos com abundância a expensas da sociedade. (Nettlau, 242, 64-67).

5.

Liberdade dos cultos

Liberdade absoluta de consciência e de propaganda para cada um, com a possibilidade ilimitada de construir tantos templos quantos quiserem, aos seus deuses, sejam quais forem, e de pagar, de manter os pregadores da sua religião. (Nettlau, 222, 64-67).

As igrejas não poderão herdar, nem possuir bens em comum, excepto as suas casas ou estabelecimentos de orações, e nunca poderão ocupar-se da educação das crianças. (Nettlau, 223, 64-67).

6.

Direitos individuais

A liberdade de qualquer indivíduo maior — homem e mulher — deve ser absoluta e completa. Liberdade de ir e de vir, de professar claramente todas as opiniões possíveis, de ser indolente ou activo, imoral ou moral, numa palavra, de dispor da sua pessoa e dos seus haveres, à sua vontade, sem dar contas a ninguém; liberdade de viver tanto honestamente, pelo seu próprio trabalho, como explorando vergonhosamente a caridade ou a confiança privada, contanto que esta caridade e esta confiança sejam voluntárias e só lhe sejam prodigalizadas por indivíduos maiores.

Liberdade ilimitada, sem qualquer espécie de propagação pelo discurso, pela imprensa, nas reuniões públicas e privadas, sendo o único freio a esta liberdade a força salutar e natural da opinião pública. Liberdade absoluta de associação sem exceptuar as que pelo seu objecto sejam ou pareçam imorais e mesmo as que tenham como objecto a corrupção e a perversão da liberdade individual e pública.

A liberdade não pode e nem deve defender-se senão pela liberdade; e é um contrasenso perigoso querer defendê-la sob o pretexto especial de a proteger; e como a moral não tem outra fonte, outro estimulante, outra causa, outro objecto senão a liberdade, e como ela própria não é senão a liberdade, todas as restrições que se impuseram a esta última com o fim de proteger a moral, foram sempre em detrimento desta. A psicologia, a estatística e toda a história provam-nos que a imoralidade individual e social foi sempre consequência necessária de uma má educação política e privada, da ausência e da degradação da opinião pública, que não existe, não se desenvolve e nunca se moraliza senão unicamente pela liberdade, e sobretudo a consequência de uma organização viciosa da sociedade. A experiência ensi-

na-nos, diz o ilustre estatístico francês Quetelet, que é a sociedade que prepara sempre os crimes e que os malfeitores só são os instrumentos fatais que os realizam. É pois inútil opor à imoralidade social os rigores duma legislação que usurparia a liberdade individual... devemos dar-lhe [à sociedade] a opinião pública para protecção, e para a alma, a mais absoluta liberdade.

Portanto, a sociedade não deve ficar completamente desarmada contra os indivíduos parasitários, malfeitores e prejudiciais. Devendo ser o trabalho a base de todos os direitos políticos, a sociedade, nas suas comunas, províncias e nações, poderá privar deles todos os indivíduos maiores que, nem sendo inválidos, nem velhos, viverem à custa da caridade pública ou privada, com a obrigação de lhes restituir, logo que começarem a viver do seu próprio trabalho.

Sendo a liberdade de cada indivíduo inalienável, a sociedade nunca sofrerá quando um indivíduo qualquer aliena juridicamente a sua liberdade, ou quando a compromete num contrato com outro indivíduo sem ser no pé da mais completa igualdade e reciprocidade. Portanto ela não poderá impedir que um homem ou uma mulher, desprovidos de qualquer sentimento de dignidade pessoal, façam um contrato com um outro indivíduo, numa relação de servidão voluntária, mas considerá-los-á como indivíduos vivendo da caridade privada e por isso desituídos do usufruto dos direitos políticos, *durante a duração desta servidão*.

Todas as pessoas que tiverem perdido os seus direitos políticos também estarão privadas do de educar e de ficar com os filhos. Em caso de infidelidade a um contrato livremente aceite ou até em caso de ataque aberto ou provocado contra a propriedade, contra o indivíduo ou sobretudo contra a liberdade dum cidadão, quer indígena, quer estrangeiro, a sociedade infligirá ao delinquente indígena ou estrangeiro as penas determinadas pelas suas leis.

Completa abolição de todas as penas degradantes e cruéis, das punições corporais e da pena de morte, enquanto consagrada e executada pela lei. Abolição de todas as penas de tempo ilimitado ou tão longas que não deixem nenhuma esperança, nenhuma possibilidade real de reabilitação; devendo o crime ser considerado como uma doença e a punição mais como uma cura do que como uma reivindicação da sociedade.

Qualquer indivíduo condenado pelas leis duma sociedade qualquer, comuna, província ou nação, conservará o direito de não se submeter à pena que lhe tiver sido imposta, declarando que já não quer fazer parte desta sociedade. Mas neste caso esta terá todo o direito de o expulsar do seu seio e de o declarar fora da sua salvaguarda e da sua protecção.

Caindo assim sob a lei natural «olho por olho, dente por dente», pelo menos no terreno ocupado por esta sociedade, o refractário poderá ser pilhado, maltratado, até morto, sem que esta se inquiete com isso. Cada um poderá desfazer-se dele como de uma besta maléfica, mas nunca subjugá-lo nem empregá-lo como escravo. (Nettlau, 223-224, 64-67).

7.

Direitos das associações

Seja qual for o seu objecto, todas as associações, como todos os indivíduos, devem usufruir de uma liberdade absoluta. Nem a sociedade, nem nenhuma parte da sociedade: comuna, província ou nação, tem o direito de impedir indivíduos livres de se associarem livremente com um objectivo qualquer, religioso, político, científico, industrial, artístico ou mesmo corrupção dela e exploração dos ignorantes e dos tolos, contanto que *já não sejam menores*. Combater os charlatães e as associações perniciosas

é um assunto exclusivamente da opinião pública. Mas a sociedade tem o dever e o direito de recusar a garantia social, o reconhecimento jurídico e os direitos políticos e civis a qualquer associação, como corporação colectiva, que pelo seu objecto, seus regulamentos, seus estatutos, seja contrária aos princípios fundamentais da sua Constituição, e em que todos os membros não sejam postos em pé de igualdade e de reciprocidade perfeitas, sem no entanto poder privar delas os seus membros pelo facto da sua participação em associações não regularizadas pela garantia social. A diferença entre as associações regulares e irregulares será pois esta: as associações reconhecidas juridicamente como corporações colectivas, terão a este título o direito de perseguir diante da justiça social todos os indivíduos, membros ou estrangeiros, assim como todas as outras associações regulares, que tenham faltado aos seus contratos com elas. As associações não reconhecidas juridicamente não terão este direito a título de corporações colectivas; também não poderão ser submetidas, a este título, a nenhuma responsabilidade jurídica; todos os seus contratos deverão ser nulos aos olhos de uma sociedade que não tenha sancionado a sua existência colectiva, o que no entanto não poderá libertar nenhum dos seus membros dos contratos que tiverem feito individualmente. (Nettlau, 224-225, 64-67).

8.

Organização das comunas, províncias e nações. A comuna da Idade Média e a comuna moderna

A divisão dum país em regiões, províncias, distritos e comunas, depende, naturalmente, da disposição dos hábitos históricos, das necessidades actuais e da natureza particular de cada país. Só pode haver aqui dois princípios comuns e obrigatórios para cada

país que queira organizar, seriamente, dentro dele, a liberdade. *O primeiro: é que toda a organização deve proceder de baixo para cima, da comuna à unidade central do país, ao Estado, por via da federação. A segunda: é que haja entre a Comuna e o Estado pelo menos um intermediário autónomo: o departamento, a região ou a província...*

A base de qualquer organização política de um país deve ser a *Comuna, absolutamente autónoma, representada sempre pela maioria dos sufrágios de todos os habitantes — homens e mulheres a igual título — maiores*. Nenhum poder tem o direito de se meter na sua vida, nos seus actos e na sua administração interna. Ela nomeia e destitui por eleição todos os funcionários: administradores e juizes; ela administra sem controlo os bens comunais e as suas finanças. Cada comuna terá o direito incontestável de criar independentemente de qualquer sanção superior a sua própria legislação e a sua própria constituição. Mas para entrar na federação provincial e para fazer parte integrante de uma província, ela deverá conformar completamente a sua carta particular aos princípios fundamentais da Constituição provincial. E fazê-la sancionar pelo parlamento desta província. Ela também deverá submeter-se ao julgamento do tribunal provincial e às medidas que, depois de terem sido sancionadas pelo voto do parlamento provincial, lhe serão prescritas pelo governo da província. De outro modo ela será excluída da solidariedade, da garantia e da comunidade, fora da lei provincial.

A província não deve ser senão uma federação de comunas autónomas. O parlamento provincial compreendendo, quer uma câmara, composta por representantes das comunas, quer duas câmaras, das quais uma compreenderia os representantes das comunas, e a outra os representantes de toda a população provincial, independentemente das comunas. O parlamento provincial, sem interferir de modo nenhum na administração [x] interna das comunas,

deverá estabelecer os princípios fundamentais que deverão constituir a *carta provincial* e que deverão ser obrigatórios para todas as comunas que quiserem participar no parlamento provincial. Estes princípios são os deste catecismo. (1) Tomando por base estes princípios o parlamento codificará na legislação provincial, tanto relativamente aos deveres e aos direitos respectivos dos indivíduos, das associações e das comunas, como às penas que deverão ser impostas a cada um em caso de infracção às leis por ele estabelecidas, deixando no entanto às legislações comunais o direito de discordarem da legislação provincial em pontos secundários, mas nunca na base; tendendo para a unidade real, viva, não à uniformidade, e entregando-se para formar uma unidade ainda mais íntima, na experiência, no tempo, no desenvolvimento da vida em comum, nas próprias convicções e necessidades das comunas, numa palavra, na liberdade, nunca na pressão nem na violência do poder provincial, pois mesmo a verdade e a justiça, quando imposta, violentamente, tornam-se corrupção e mentira. O parlamento provincial elaborará a *carta constitutiva da federação das comunas*, os seus direitos e os seus deveres respectivos, assim como os seus deveres e os seus direitos em relação ao parlamento e ao tribunal provinciais. Ele votará todas as leis e medidas que serão determinadas quer pelas necessidades de toda a província, quer pelas resoluções do parlamento nacional, sem nunca perder de vista a autonomia provincial e comunal. Sem nunca se ingerir na administração interna das comunas, ele estabelecerá a parte de cada uma nos impostos provinciais. Esta parte será repartida pela própria Comuna entre todos os habitantes válidos e maiores. — Enfim, ele controlará todos os actos, sancionará ou rejeitará todas as

(1) O manuscrito donde este é tirado tem por título: «Catecismo revolucionário». Não o confundir com o «Catecismo do Revolucionário» encontrado em Netchaïeff. (F. M.)

propostas do *governo provincial* que será naturalmente sempre electivo. [y] O *tribunal provincial*, também electivo, julgará sem recurso todas as causas entre indivíduos e comunas, entre associações e comunas, entre comunas e comunas, e em primeira instância todas as causas entre a comuna e o governo ou o parlamento da provincia. [z]

A Nação não deve ser senão uma federação de provincias comunais. O Parlamento Nacional ... [segue-se um texto paralelo com os seguintes aditamentos nos locais que eu assinalai com x, y, z]:
x: e na vida política.

y: e a prazo. Formará as alianças nacionais, fará a paz e a guerra, e só ele terá o direito de ordenar a formação de um exército nacional, por um prazo sempre determinado. — O governo só será o executor das suas vontades. —

z: Nas causas entre as provincias do Estado, que serão submetidas igualmente ao seu julgamento, as provincias poderão apelar para o *tribunal internacional*, quando ele existir,
(Fim dos aditamentos)

A federação internacional dos povos revolucionários basear-se-á naturalmente nos próprios princípios da revolução. Aplicados à política internacional estes princípios são os seguintes:

Qualquer país, qualquer nação, qualquer povo, pequeno ou grande, fraco ou forte, qualquer região, qualquer provincia, qualquer comuna tem o direito absoluto de dispor do seu destino; de determinar a sua existência, de escolher as suas alianças, de se unir ou de se separar, segundo a sua vontade e as suas necessidades, sem nenhum respeito pelos pretensos direitos históricos e pelas necessidades políticas, comerciais ou estatégicas dos Estados. — A união das partes num todo, para ser autêntica, fecunda e forte, deve ser absolutamente livre. Ela deve resultar unicamente das necessidades locais internas e da atracção mútua das partes — atracção

e necessidades de que as partes são os únicos juizes. (Nettlau, 225-226, 64-67).

Nenhum dos países federados poderá conservar exército permanente, nem instituições que separem os soldado do cidadão. — Causas da ruína, da corrupção, do embrutecimento e da tirania interiores, os exércitos permanentes e a profissão de soldado são ainda uma serva contra a propriedade e a independência de todos os outros países. Todo o cidadão válido deve se necessário tornar-se soldado para a defesa, quer dos seus lares, quer da liberdade. O armamento nacional deve ser organizado em cada país por comuna e por provincia. (Nettlau, 227, 64-67)

Sendo todas as liberdades nacionais solidárias, também o devem ser as revoluções particulares de todos os países;... doravante na Europa, como em todo o mundo civilizado, já não haverá *revoluções*, mas unicamente a *revolução universal*, como já não haverá senão uma única reacção europeia e mundial. (Nettlau, 232, 64-67).

.

Mazzini levou o seu ódio pela Comuna até à imbecilidade. Ele afirma que o sistema proclamado pela última revolução de Paris levar-nos-ia para a Idade Média, isto é, à divisão de todo o mundo civilizado numa série de pequenos centros, estranhos uns aos outros, e ignorando-se uns aos outros. Ele não compreende, o pobre homem, que entre a Comuna da Idade Média e a Comuna moderna há a diferença que se produziu não só nos livros, mas também nos costumes, nas aspirações, nas ideias, nos interesses e nas necessidades das populações, uma história de cinco séculos. As Comunas de Itália, na sua origem, eram realmente isoladas, centros de um igual número de existências políticas e sociais completamente independentes, não solidárias, e que deviam forçosamente bastar-se a elas próprias.

Que diferença hoje! Os interesses materiais, intelectuais, morais, criaram entre todos os membros duma mesma nação, ainda digo mais, entre as diferentes nações, uma unidade nacional de tal modo forte e real, que tudo o que os Estados fazem hoje para a paralisar e para a destruir é impotente. A unidade resiste a tudo, e sobreviverá aos Estados.

Quando os Estados tiverem desaparecido, a unidade viva, fecunda, benéfica tanto para as regiões como para as nações, e, em primeiro lugar, do internacionalismo de todo o mundo civilizado, em seguida, de todos os povos da terra, por via da livre federação e da organização de baixo para cima, desenvolver-se-á em toda a sua majestade. (Obras, VI, 386-387, 71).

.

A Idade Média... proclamou o dogma da Unidade, e nunca o mundo humano esteve mais dividido e mais despedaçado, nunca tanto as nações como os partidos pertencentes a um mesmo país se ignoraram tanto como nesta época de egoísmo, ou, se quiserem, de autonomias individuais e locais. Hoje que a unidade católica e simbólica já não existe, hoje que a liberdade de pensamento e a anarquia das consciências prevalecem, a despeito de Mazzini, a unidade do mundo humano torna-se, pelo contrário, cada vez mais real: nenhum acontecimento, por pouco importante que seja, pode passar-se na Europa sem que ressoe imediatamente e sem que faça sentir a sua influência não só em todos os outros países do mundo civilizado, como também na China e no Japão.

Eu estava na capital da Sibéria Oriental, em Irkoutsk, por ocasião da memorável campanha de Garibaldi na Sicília e em Nápoles. Pois bem! Posso afirmar que todo o povo de Irkoutsk, quase sem excepção, vendedores, artífices, operários, até funcionários, tomava apaixonadamente o partido do liber-

tador contra o rei das Duas Sicílias, o fiel aliado do czar! O correio só chegava a Irkoutsk duas vezes por semana, o telégrafo ainda não existia; e valia a pena ver com que afincos se disputavam os jornais e com que entusiasmo se festejava cada nova façanha do general libertador! Nos anos 1860, 61, 62 e 63, quando o mundo rural russo estava agitado tão profundamente, camponeses da Grande e da Pequena Rússia esperavam a vinda de Garibaldi, e quando se lhes perguntava quem era, eles respondiam: «É um grande chefe, o amigo da gente pobre, e virá libertar-nos!» (Lehning, I-2, 190, 72).

.

Mazzini foi sempre o adversário encarniçado da autonomia das províncias, que perturbaria naturalmente a uniformidade severa do seu grande Estado italiano. Ele afirma que, para contrabalançar a onnipotência da república fortemente constituída, chegará a autonomia das comunas.

Engana-se: nenhuma comuna isolada seria capaz de resistir à força desta formidável centralização; ela seria esmagada por esta. Para não sucumbir de maneira nenhuma nesta luta, deverá federar-se, com o objectivo duma resistência comum, com todas as comunas vizinhas, isto é, deverá formar com elas uma província autónoma. Além disso, desde o momento em que as províncias já não são autónomas, será preciso governá-las com funcionários do Estado. Entre o federalismo rigorosamente consequente e o regime burocrático não há meio termo. (Obras, I, 17, 67).

.

... Mas convém distinguir federalismo e federalismo.

Em Itália existe a tradição dum federalismo regional, que se tornou hoje uma mentira política

e histórica. Digamo-lo uma vez por todas: o passado nunca reviveu; e seria uma grande desgraça se ele pudesse reviver. (Obras, VI, 388, 71).

.

E desgraçados dos povos — assim como dos indivíduos — que vivem retrospectivamente: enfraquecem o seu presente e o seu futuro.

Esta retrospectividade é tanto mais nociva quanto embrulha os princípios, quanto desvia, em proveito do passado, a atenção das questões vitais contemporâneas, e sacrifica por fontes de glória e força passadas, estes princípios palpitantes de vida, que só eles podem criar uma glória e uma força novas. (Aos meus Amigos Russos e Polacos, 17, 62).

.

A Suíça está hoje num dilema.

Ela não pode querer regressar ao seu regime passado, ao da autonomia política dos cantões, que constituía uma confederação de Estados politicamente separados e independentes uns dos outros. O restabelecimento de uma constituição destas teria como consequência infalível o empobrecimento da Suíça, pararia simplesmente os grandes progressos económicos que ela fez, desde que a nova constituição centralista inverteu as barreiras que separavam e isolavam os cantões. A centralização económica é uma das condições essenciais do desenvolvimento das riquezas, e esta centralização teria sido impossível se não se tivesse abolido a autonomia política dos cantões.

Por outro lado, a experiência de vinte e dois anos demonstra-nos que a centralização política também é prejudicial à Suíça. Ela destrói a sua liberdade, põe em perigo a sua independência, faz dela uma guarda complacente e servil de todos os

fortes déspotas da Europa. Diminuindo a sua força moral, ela compromete a sua existência material.

Então que fazer? Voltar à autonomia política dos cantões é uma coisa impossível. Conservar a centralização política não é desejável.

O dilema, posto assim, só admite uma solução: *é a abolição de qualquer Estado político, tanto cantonal como federal, é a transformação da federação económica, nacional e internacional.* (Obras, II, 56-57, 70).

QUARTA PARTE

A BURGUESIA

1.

Liberdade — Igualdade — Fraternidade

A revolução de 1793, diga-se o que se disser, nem era socialista, nem materialista, ou, servindo-me da expressão pretenciosa do Sr. Gambetta, ela não era nada *positivista*. Ela foi essencialmente burguesa, jacobina, metafísica, política e idealista. Generosa e infinitamente grande nas suas aspirações, quis uma coisa impossível: o estabelecimento duma igualdade ideal, no seio da desigualdade material. Conservando, como bases sagradas, todas as condições da desigualdade económica, ela acreditava poder reunir e envolver todos os homens num imenso sentimento de igualdade fraternal, humana, intelectual, moral, política e social. Este foi o seu sonho, a sua religião manifestada pelo entusiasmo e pelos actos grandiosamente heróicos dos seus melhores, dos seus maiores representantes. Mas a realização deste sonho era impossível, porque era contrária a todas as leis naturais e sociais. (Obras, III, 190-191, 70).

Ela tinha proclamado a liberdade de cada um e de todos, ou antes tinha proclamado o direito de ser livre para cada um e para todos. Mas realmente não deu os meios para realizar esta liberdade e para gozar senão aos proprietários, aos capitalistas, aos ricos. (Obras, V, 316, 71).

Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Mas que igualdade? A igualdade perante a lei, a igualdade dos cidadãos, não a dos homens; porque o Estado não conhece os homens, só conhece os cidadãos. Para ele, o homem só existe enquanto exerce — ou, por uma pura ficção, supostamente exerce — os di-

reitos políticos. O homem esmagado pelo trabalho forçado, pela miséria, pela fome, o homem oprimido socialmente, explorado economicamente, esmagado, e que sofre, não existe para o Estado, que ignora os seus sofrimentos e a sua escravatura económica e social, a sua servidão real que se esconde sob as aparências duma illusória liberdade política. É pois a igualdade política, não a igualdade social. (Obras, V, 322-323, 71).

Enquanto não houver igualdade económica e social... a igualdade política será uma mentira...

Eis o que nem os grandes heróis da Revolução de 1793, Danton, Robespierre, Saint-Just, compreenderam. Eles só queriam a liberdade e igualdade políticas, não económicas e sociais. E é por isso que a igualdade fundada por eles constituíram e consolidaram a dominação dos burgueses sobre o povo.

Eles julgaram que iludiam esta contradição pondo como terceiro termo da sua fórmula revolucionária a *Fraternidade*. Foi mais uma mentira! Eu pergunto se é possível a fraternidade entre exploradores e explorados, entre opressores e oprimidos? Como? Hei-de fazer-vos suar e sofrer durante um dia inteiro, e à noite, quando tiver recolhido o fruto dos vossos sofrimentos e do vosso suor, deixando-vos unicamente uma pequeníssima parte para que possam viver, isto é, suar e sofrer novamente amanhã para meu proveito, — à noite, dir-vos-ei: abracemo-nos, somos irmãos!

É assim a fraternidade da Revolução burguesa. (Obras, V, 329-330, 71).

Os jacobinos de 1793 eram grandes homens, tinham o fogo sagrado, o culto da justiça, da liberdade e da igualdade. Não foi culpa deles não terem compreendido melhor certas palavras que ainda hoje resumem todas as nossas aspirações. Eles só consideraram o aspecto político, não o aspecto económico e social. Mas, repito-o, não foi culpa deles, como não é nosso o mérito de os compreendermos hoje. É a culpa e o mérito do tempo... é só pela sucessão

de erros e de faltas, e sobretudo de experiências cruéis, que são sempre a sua consequência necessária, que os homens conquistam a verdade. (Obras, V, 334, 71).

2.

Sangue, Estado e reacção

A revolução jacobina, exclusivamente política, de 1792 a 1794, tinha necessariamente de levar à hipocrisia legal e à solução de todas as dificuldades e de todos os problemas pelo vitorioso argumento da guilhotina.

Quando, para extirpar a reacção, se contenta em atacar as suas manifestações, sem tocar na sua raiz e nas causas que a voltam sempre a produzir, chega-se forçosamente à necessidade de matar muitas pessoas, de exterminar, com ou sem formas legais, muitos reaccionários. Sucede fatalmente, então, que depois de terem morto muitos, os revolucionários chegam à melancólica conclusão que não gaharam nada, nem sequer um único passo pela sua causa, que pelo contrário a prejudicaram e prepararam com as suas próprias mãos o triunfo da reacção. E isto por duas razões: primeiro, porque tendo sido poupadas as causas da reacção, ela reproduz-se e multiplica-se sob novas formas; e segundo, porque a matança, o massacre, acabam sempre por revoltar o que há de humano nos homens e por fazer voltar, em breve, o sentimento popular para o lado das vítimas. (Obras, III, 189-190, 70).

Derramar sangue a frio, com o acompanhamento obrigatório da hipocrisia jurídica, é uma coisa odiosa e horrível. Quando se faz a revolução para a emancipação da humanidade, é preciso respeitar a vida e a liberdade dos homens; mas não vejo porque

se há-de respeitar as bolsas, quando essas bolsas se encheram com a pilhagem, com o roubo, com o crime. (Obras, IV, 113-114, 70).

.

... O Estado... é a consagração histórica de todos os despotismos, de todos os privilégios, a razão política de todas as escravizações económicas e sociais, a própria essência e o centro de toda a reacção. (Obras, II, 240, 70).

... se, em duas ocasiões diferentes, a França perdeu a sua liberdade e viu a sua república democrática transformar-se em ditadura e democracia militares, a culpa não é do carácter do seu povo, mas da sua *centralização política* que, preparada desde há muito pelos seus reis e homens de Estado, personificada mais tarde naquele que a retórica complacente das cortes chamou o Grande Rei, empurrada depois para o abismo pelas vergonhosas desordens duma monarquia caduca, teria perecido certamente na lama, se a Revolução não a tivesse erguido com os seus braços fortes. Sim, coisa estranha, esta grande revolução que, pela primeira vez na história, tinha proclamado a liberdade não só do cidadão, mas também do homem, — tornando-se a herdeira da monarquia que matava, tinha ressuscitado ao mesmo tempo esta negação de toda a liberdade: *a centralização e a onnipotência do Estado*.

Reconstruída de novo pela Constituinte, combatida, é verdade, mas com pouco sucesso pelos Girondinos, esta centralização foi completada pela Convenção Nacional. Robespierre e Saint-Just foram os seus verdadeiros restauradores: nada faltou à nova máquina governamental, nem sequer o Ser supremo com o culto do Estado. Ela só esperava por um hábito maquinista para mostrar ao mundo espantado todas as forças de opressão de que tinha sido munida pelos seus imprudentes construtores... e Napoleão I apareceu. (Obras, I, 11-12, 67).

3.

Situação burguesa actual

[A burguesia] é uma classe condenada pela sua própria história e fisiologicamente enfraquecida. Dantes caminhava à frente, com toda a sua força; hoje recua, tem medo, condena-se a si própria ao desaparecimento. (Obras, V, 61, 69).

... adormecida e desmoralizada pelo usufruto dos bens adquiridos, separada por um abismo, doravante intransponível, do proletariado que explora, tendo perdido a audácia de pensamento e de acção com que conquistou o poder político de que abusa agora, já não compreendendo nada presentemente, ousando ainda menos encarar o futuro, e já só olhando para um passado que nenhuma força do mundo conseguiria restituir-lhe, a burguesia perdeu toda a capacidade criadora, quer na política, quer no socialismo. (Obras, V, 268, 69).

Tanto hoje como ontem e até ainda mais do ontem, traída pelo dedo acusador lançado pelos acontecimentos sobre os homens assim como sobre as coisas, ela mostra-se dura, egoísta, ávida, mesquinha, besta, brutal e servil ao mesmo tempo, feroz quando julga poder sê-lo sem muito perigo, como nos fatais dias de Junho, prostrada sempre diante da autoridade e da força pública, de quem espera a sua salvação, e sempre inimiga do povo. (Obras, II, 301-302, 70-71).

.

Portanto... eu só posso admitir que seja o interesse o único motivo dos seus pensamentos e dos seus actos.

Há sem dúvida em cada classe e em cada partido um grupo mais ou menos numeroso de exploradores inteligentes, audaciosos e conscienciosamente desonestos, aquilo a que se chama os *homens fortes*, libertos de todos os preconceitos intelectuais e

morais, igualmente indiferentes a todas as convicções e servindo-se de todas, se necessário, para atingirem os seus fins. Mas esses homens distintos nunca foram nas classes mais corrompidas senão uma ínfima minoria; também aí a multidão é imitadora como no próprio povo. Ela sofre naturalmente a influência dos seus interesses que são uma condição de existência para a reacção. Mas é impossível admitir que causando reacção ela obedeça unicamente a um sentimento de egoísmo. Uma grande massa de homens, ainda que razoavelmente corrompidos, quando age colectivamente, não conseguiria ser tão depravada. Há em qualquer associação numerosa, e com mais razão nas associações tradicionais, históricas, com as classes, mesmo que tivessem chegado ao ponto de se tornarem totalmente maléficas ou contrárias ao interesse e ao direito de toda a gente, um princípio de moralidade, uma religião, uma crença qualquer, sem dúvida muito pouco racionais, a maioria das vezes ridículas e, conseqüentemente, muito estreitas, mas sinceras, e que constituem a condição moral indispensável da sua existência. (Obras, I, 297-298, 71).

.

Por muito profundo que seja o nosso desprezo pela burguesia moderna, a antipatia e a desconfiança que ela nos inspira, há todavia duas categorias, nesta classe, de que esperamos ver pelo menos uma parte deixar-se converter mais tarde ou mais cedo pela propaganda socialista, e que, impelidas, uma delas, pela própria força das coisas e pelas necessidades da sua posição actual, a outra por um temperamento generoso, deverão colaborar connosco, sem dúvida alguma, na destruição das presentes corruptions e na edificação dum novo mundo.

Referimo-nos a toda a pequena burguesia e à juventude das escolas e das universidades...

Os filhos dos burgueses herdaram, é verdade, fre-

quentemente hábitos exclusivos, preconceitos mesquinhos e instintos egoístas dos seus pais. Mas enquanto são jovens, é preciso ter esperança neles. Na juventude há uma energia, uma largueza de aspirações generosas e um instinto natural de justiça, capazes de contrabalançar bem influências perniciosas. Corrompidos pelo exemplo e pelos princípios dos seus pais, os jovens da burguesia ainda não o estão pela prática real da vida; os seus actos ainda não cavaram um abismo entre a justiça e eles próprios, e, quanto às más tradições dos seus pais, estão um pouco salvaguardados delas pelo espírito de contradição e contestação naturais de que as jovens gerações estão sempre animadas em relação às gerações que as precederam. A juventude é irreverente, desprezada instintivamente a tradição e o princípio da autoridade. A sua força e a sua salvação está aí. (Obras, V, 115 a 117, 69).

Mas logo que [os adolescentes] deixam a escola, logo que tomam um lugar definido na sociedade e que se impregnam com os hábitos, os interesses, e, por assim dizer, com a lógica duma situação mais ou menos privilegiada, logo que isto sucede, eles — ou a maior parte deles — tomam o seu lugar de acordo com a velha geração contra a qual se tinham revoltado. (Maximoff, 335, 70).

.

Querem viver? Estão cansados de girar inutilmente num círculo vicioso? De pensar sem inventar nada? De gritar aos quatro ventos repetindo sempre a mesma coisa a um público que já não vos escuta? De se agitarem incessantemente sem fazerem nada? Querem escapar à condenação suspensa ao mundo em que nasceram? Enfim, querem viver, pensar, inventar, agir, criar, ser homens? Renunciem definitivamente ao mundo burguês, aos seus preconceitos, aos seus sentimentos, às suas vaidades, e po-

nam-se à cabeça do proletariado. Abracem a sua causa, dediquem-se a esta causa, dêem-lhe o vosso pensamento, e ela dar-vos-á a força e a vida. (Obras, VI, 402, 71).

4.

O socialismo adormecedor dos burgueses

... a grande maioria dos capitalistas e proprietários burgueses, os que têm a coragem de confessar francamente o que querem, têm igualmente a de manifestar com a mesma franqueza o horror que lhes inspira o movimento actual da classe operária. Estes são inimigos tão resolutos como sinceros, nós conhecemo-los bem.

Mas há uma outra categoria de burgueses que nem têm a mesma franqueza, nem a mesma coragem. Inimigos da liquidação social, a que chamamos, nós, com toda a força do nosso espírito, um grande acto de justiça, o ponto de partida necessário e a base indispensável para uma organização igualitária e racional da sociedade, eles querem, assim como todos os outros burgueses, conservar a desigualdade económica, esta fonte de todas as outras desigualdades; e ao mesmo tempo dizem querer como nós a emancipação integral do trabalhador e do trabalho...

Enganam-se ou enganam? Alguns enganam-se de boa fé, muitos enganam; a maior parte engana-se e engana ao mesmo tempo. Eles pertencem todos a esta categoria de burgueses radicais e de socialistas burgueses que fundaram a Liga da Paz e da Liberdade. (Obras, V, 186-187, 69).

O que distingue a Associação Internacional dos Trabalhadores da Liga da Paz e da Liberdade, é que esta última, composta exclusivamente por filantropos burgueses, ama idealmente, platonicamente os princípios da humanidade, da fraternidade, da igualdade, da liberdade, da justiça, enquanto que a

primeira, composta principalmente ou quase exclusivamente por trabalhadores manuais, com algumas raras adjunções de trabalhadores de espírito que pela sua situação económica pertencem igualmente ao proletariado, quer a sua realização tão imediata como possível, com toda a energia duma vontade tão forte como apaixonada. É, perdoem-me esta comparação trivial, a eterna diferença que existe entre a barriga cheia e a barriga vazia; e a barriga cheia, como diz o provérbio, nunca compreenderá a barriga vazia. A primeira, enquanto faz a sua digestão, pode sonhar benignamente, suavemente com a felicidade de todo o mundo; este sonho virtuoso dá-lhe de qualquer modo uma satisfação nova, sendo como um testemunho da sua própria bondade; este sonho, ainda que lhe lembre que há pelo mundo fora muita, muita miséria, não o faz sofrer ao ponto de perturbar a sua digestão, porque a maior parte das vezes estas misérias e estes sofrimentos sem nome que existem, tocam a sua fantasia, não o seu coração, e mesmo quando a sua imaginação chora, o seu coração não sangra...

Desta diferença de situações resulta naturalmente uma grande diferença de temperamento, de pensamento e de acção. Os bons burgueses filantropos, nas suas reuniões platónicas, sonham alto, discutem, ostentam os seus bons sentimentos e contentam-se em fazer promessas. Mas o operário, quando se associa e se agita, deixando as belas frases para os burgueses, pensa, diz o que pensa, quere-o e fá-lo. (Lehning, I-1, 265-266, 71).

Mas, por muito desagradável que seja, não nos ocuparíamos deste filho ilegítimo da burguesia, [o socialismo burguês], se a sua única missão fosse converter os burgueses ao socialismo e, sem ter a mínima confiança no sucesso dos seus esforços, poderíamos até admirar a intenção generosa, se não pretendesse ao mesmo tempo um objectivo diametralmente oposto e que nos parece excessivamente imo-

ral: o de fazer penetrar nas classes operárias as teorias burguesas.

O socialismo burguês, como uma espécie de ser híbrido, colocou-se, entre dois mundos doravante irreconciliáveis: o mundo burguês e o mundo operário; e a sua acção equívoca e deletéria acelera, é verdade, por um lado, a morte da burguesia, mas ao mesmo tempo, por outro lado, corrompe o proletariado à sua nascença. Ela corrompe-o duplamente: primeiro diminuindo e desnaturando o seu princípio, o seu programa; em seguida, dando-lhe esperanças impossíveis, acompanhadas por uma fé ridícula na conversão próxima dos burgueses. (Obras, V, 121-122, 69).

... se a força não faz com que o proletariado obtenha justiça, o que é que lha fará obter?... Algum dia houve, em qualquer época, em qualquer país, um único exemplo duma classe privilegiada e dominante que tenha feito concessões livremente, espontaneamente, e sem ter sido a isso obrigada pela força ou pelo medo? (Obras, VI, 359-360, 71).

Esta famosa noite de 4 de Agosto, em que se fizeram grandes honras à nobreza francesa, não foi a consequência forçada da sublevação geral dos camponeses, que queimaram os pergaminhos nobiliários, e com esses pergaminhos os castelos? (Nettlau, 415, 70).

Poder-se-á inventar uma Constituição política que impeça o capital de oprimir e de explorar o trabalho? — É impossível. Todas as transacções que se fizessem só levariam a uma nova exploração do trabalho pelo capital, e voltar-se-iam todas necessariamente em detrimento dos trabalhadores e em proveito dos burgueses: pois as instituições políticas só exercem uma força quando não estão em contradição com a força económica das coisas; donde resulta que enquanto o capital continuar nas mãos dos burgueses, nada poderá impedir estes últimos de explorar e escravizar o proletariado. (Obras, V, 101, 69).

A predominância incessante e o triunfo da força — tal é a base; e tudo o que, em linguagem política, se chama o direito, não é outra coisa senão a ilustração do facto criado pela força. (Estatismo e Anarquismo, 279, 73).

A força, a necessidade da justiça imposta violentamente, eis o único argumento capaz de tocar o coração dos burgueses. Quando eles vos virem muito bem organizados, fortes e resolutos para avançarem em frente,... então, fazendo da necessidade virtude, entrarão convosco na via das concessões não ilusórias mas sérias; e uma vez chegados a este resultado pela força e unicamente graças à demonstração muito real da vossa força organizada, vocês poderão, para evitar encontros sangrentos e sempre desagradáveis para as duas partes, contemporizar, transigir com eles, concedendo-lhes, segundo as circunstâncias, dez, quinze ou até vinte anos para atingir, por meio de reformas económicas reais e sabiamente combinadas, a igualdade das condições económicas do trabalho e da vida social para toda a gente. (Lehning, I-2, 94, 71).

.

Entre o grande número de exploradores maliciosos do socialismo encontram-se, aqui e acolá, pessoas sinceras e bem intencionadas que querem realmente um melhoramento da condição do proletariado, mas que não têm energia, coragem intelectual e vontade necessárias para encarar o problema social em toda a sua formidável realidade, de modo a reconhecer a oposição absoluta do passado e do futuro, e até do dia de hoje com o dia de amanhã. (Maximoff, 281, 70).

.

Todavia, como se há-de conciliar duas coisas aparentemente tão incompatíveis: enganadores e

enganados, mentirosos e crentes? Logicamente, isso parece difícil; no entanto, de facto, isto é, na vida prática, essas qualidades associam-se frequentemente.

Na grande maioria, as pessoas vivem em contradição consigo próprias, e em contínuos mal-entendidos; geralmente não reparam nisso, até que um acontecimento extraordinário as retira da sua sonolência habitual e as força a dar uma olhadela para si e à sua volta. (Obras, IV, 273-274, 71).

O homem acredita sempre facilmente no que deseja e no que não contradiz os seus interesses. Mesmo que seja inteligente e instruído, é a mesma coisa: pelo seu amor próprio e pelo seu desejo de viver com os seus próximos e de gozar do seu respeito, ele acreditará sempre no que lhe é agradável e útil. (Obras, IV, 272, 71).

5.

Socialismos híbridos.

Sr. Coullery.

O radicalismo

Há conservadores que são socialistas, há padres socialistas, e liberais e radicais socialistas. Todos repararam que o socialismo era uma força formidável que levantava o seu voo e cada um deles quer tirar-lhe esta força, com a esperança de restituir, com a sua ajuda, a vitalidade ao seu partido caduco e em ruínas. (Maximoff, 281, 70).

Até hoje tivemos espécies diferentes de socialismos híbridos: o socialismo doutrinário, ou de escola, preparando camas de Procuste para a humanidade futura: o socialismo autoritário fazendo do Estado uma espécie de bom Deus na terra, o regulador e o distribuidor da vida e da liberdade humanas; o socialismo adormecedor dos burgueses, esforçando-se por provar aos trabalhadores... que devem

esperar tudo da indulgência dos seus patrões; há enfim o socialismo dos radicais... Pertence ao Senhor Coullery a notável honra de ter acrescentado ao *socialismo burguês*, do qual foi sempre o mais fervoroso apóstolo, uma nova invenção do seu cérebro: O SOCIALISMO JESUÍTICO OU MOMIER. (Obras, V, 82, 69).

Digam o que disserem os nossos adversários, nós temos o maior respeito, não por todas as opiniões, mas pelo direito de cada um professar as suas; e quanto mais um homem as defende com honestidade e franqueza, mais respeito nos merece.

O Sr. Coullery, depois de ter sido um fogoso radical, separou-se do radicalismo. Tinha esse direito. Este pobre radicalismo, depois de ter prestado incontestáveis serviços ao mundo, vê-se hoje abandonado por todos os homens vivos. O Sr. Coullery, vivo, senão pelo pensamento, pelo menos pela imaginação, deixou-o como os outros; o essencial é pois saber qual o caminho que ele tomou, depois de ter saído. Ele tinha de escolher entre duas vias.

Por um lado, era a grande via do futuro: a da grande LIBERDADE, universal e única, da emancipação total do proletariado pela igualização económica e social de todos os homens na terra. Era um mundo novo, um oceano sem limites. Era a revolução social.

Por outro lado, eram os caminhos românticos e pitorescos dum passado simultaneamente místico e brutal. Eram a Igreja, a monarquia e a aristocracia abençoadas e consagradas pela Igreja, os privilégios burgueses, a separação das massas trabalhadoras em corporações de profissões, — muitas pequenas liberdades bastante restritas, ausência da LIBERDADE. O reino da violência, uma realidade bem cínica, mas envolvida por uma nuvem de misticismo divino que ocultava parcialmente as suas monstruosidades quotidianas e lhe emprestava uma falsa aparência de grandeza. Enfim, era o mundo da brutalidade triunfante, mas animada e procurando con-

solar-se com os contos azuis da religião e com outras ficções que falam de amor. E ainda hoje a prática ideal de todas as almas romanescas e sentimentais, de todos os espíritos deturpados e corrompidos pelo espiritualismo. (Obras, V, 87 a 89, 69).

O Sr. Coullery teve sem dúvida mil razões excelentes para se separar do radicalismo. Talvez o partido radical tivesse tido a culpa por não ter arranjado no seu seio um lugar suficientemente grande para esta personagem tão profundamente preocupada consigo própria.

O temperamento do Sr. Coullery é eminentemente fantasista e sentimental; é-lhe necessário calor, verdadeiro ou falso, muito movimento dramático e principalmente muita exibição pessoal; ele identifica ingenuamente a sua cara pessoa com os princípios, gosta que se ocupem dele, ao ponto de, quando o mundo o esquece ou o ignora, o Sr. Coullery imagina naturalmente que esquecem os princípios...

O Sr. Coullery só teve um erro... Imaginou que recuando no campo da reacção, tinha feito um progresso! O seu juízo errado impediu-o, sem dúvida, de compreender que se os socialistas combatem o radicalismo burguês, não é certamente em relação ao passado, mas sim ao futuro, e que, se era preciso escolher entre o presente e o passado, nenhum homem de coração e de juízo hesitaria: pois o radicalismo presente, com todas as suas imperfeições e contradições, é sempre mil vezes melhor do que um passado infame que a Revolução destruiu e que espíritos equívocos, vaidosos e confusos, queriam fazer reviver.

Se o socialismo protesta contra o radicalismo, não é de modo nenhum para recuar, mas sim para avançar. (Obras, V, 90-91, 69).

... e ela morreu sem ter vencido.

Também será esta a sorte de todo o partido da burguesia radical na Europa. A sua existência nunca foi senão um belo sonho. Ele sonhou durante a Restauração e a monarquia de Julho. Em 1848, tendo-se mostrado incapaz de construir alguma coisa real, teve uma queda deplorável, e o sentimento da sua incapacidade e da sua impotência empurrou-o para a reacção. Depois de 1848, teve a infelicidade de sobreviver. Ainda sonha! Mas já não é um sonho do futuro, é o sonho retrospectivo dum velho que nunca venceu verdadeiramente; e, enquanto se obstina a sonhar pesadamente, sente o novo mundo que se agita em volta dele, a força do futuro que nasce. E a força e o mundo dos trabalhadores. (Obras, V, 120, 69).

.

Houve um tempo em que a imprensa radical se orgulhava de representar as aspirações do povo. Esse tempo já passou. A imprensa radical, assim como o partido de quem ela toma o nome, já não representa hoje senão a ambição individual dos seus chefes que queriam ocupar funções e lugares já tomados, segundo o provérbio: «Sai daí para que eu entre.» De resto, desde há alguns anos, o radicalismo renunciou às suas extravagâncias revolucionárias, como o partido conservador ou aristocrático, pelo seu lado, renunciou a todas as suas aspirações antiquadas. Já não há quase nenhuma diferença entre os dois partidos, e vê-los-emos confundir-se brevemente num único partido da conservação e da dominação burguesa, opondo uma resistência desesperada às aspirações revolucionárias e socialistas do povo. (Obras, II, 50-51, 70).

.

6.

A burguesia e o regime do sabre

... o burguês, ainda que se tenha tornado servil por interesses, continuou no entanto, por temperamento e por mau hábito, muito descontente. Ele reconhece a necessidade dum poder forte e capaz de proteger os seus privilégios económicos contra as revoltas da vil multidão. Inclina-se diante da ditadura militar, reconhecendo, ai! que hoje só ela é suficientemente forte para o defender. Mas detesta-a ao mesmo tempo com todo o seu coração, porque ela ofusca-o no seu liberalismo, na sua vaidade, e porque acaba sempre por comprometer os seus próprios interesses, em cujo nome e para a defesa dos quais ela existe.

O ideal burguês mantém-se invariavelmente, sempre e em todo o lado, o mesmo... é, chamando as coisas pelo seu nome, a liberdade política, real para as classes possuidoras, fictícia para as massas populares, e baseada na escravização económica destas últimas. É um excelente sistema e só em proveito da classe burguesa, como se vê, mas que só se pode manter nos países em que a massa dos trabalhadores é muito sossegada e resignada, ou muito generosa, para se sentir orgulhosa por trazer às suas costas de escrava a liberdade dos outros.

Logo que começam a penetrar nas massas aspirações e ideias contrárias; desde o momento em que estes milhões de trabalhadores... começam a reclamar para eles todos os direitos humanos, e que se mostram dispostos a conquistá-los, se necessário, pela força, — todo o sistema do liberalismo burguês desaba como um castelo de cartas. A sua humanidade transforma-se em furor; vimo-lo em Junho de 1848, e pressentimo-lo hoje em todo o lado; e o seu respeito pelos direitos do próximo, o seu culto da liberdade, dão lugar à repressão feroz. Desaparece o liberalismo político dos burgueses, e, não tendo nem

os meios nem a força necessários para reprimir as massas, sacrificando-se em proveito da conservação dos interesses económicos, os burgueses dão lugar à ditadura militar. (Obras, IV, 171-172, 70).

.

... se as classes dirigentes pudessem desembaraçar-se sem governo, mantendo só o Estado — isto é, a possibilidade e o direito de explorar o trabalho do povo — mesmo assim não mudavam de governo. Mas a experiência histórica — por exemplo, a má sorte que teve a república Polaca, desembaraçada da sua pequena nobreza — mostrou-lhes que seria impossível manter o Estado sem um governo...

Mas porque é necessário o governo à conservação do Estado? Porque nenhum Estado se pode manter *sem uma conspiração permanente*, uma conspiração dirigida, evidentemente, contra as massas populares, cuja exploração e escravatura é a razão de ser do Estado. E em cada Estado o governo não é senão uma conspiração permanente da minoria contra a maioria. (Maximoff, 363-364, 70).

Qualquer governo tem uma tendência dupla, um objectivo duplo. O seu primeiro e principal objectivo, o seu objectivo confessado, consiste em preservar e em reforçar o Estado, a civilização e a ordem civil, isto é, a dominação sistemática e legalizada da classe dirigente sobre o povo explorado. O outro objectivo também é muito importante aos olhos do governo, ainda que não seja confessado tão abertamente e tão naturalmente, é a conservação das suas próprias e exclusivas vantagens governamentais e a manutenção do seu pessoal. O primeiro objectivo concorda com os interesses gerais das classes dirigentes; o segundo satisfaz a vaidade e assegura privilégios excepcionais aos indivíduos membros do governo.

Pelo seu primeiro objectivo o governo coloca-se numa atitude hostil em relação ao povo; pelo seu

segundo objectivo torna-se hostil relativamente ao povo e às classes privilegiadas; há até momentos na história em que o governo parece tornar-se mais hostil relativamente às classes possuidoras do que em relação ao povo. Isso sucede quando as classes possuidoras, descontentes com este governo, tentam destruí-lo ou diminuir o seu poder. Então o aspecto da sua conservação leva o governo a esquecer o seu objectivo principal, a sua razão de ser: a preservação do Estado, da dominação e do bem-estar duma classe em detrimento do povo. Mas estes momentos não podem durar muito tempo, pois o governo, seja qual for a sua natureza, não pode existir sem uma classe privilegiada, do mesmo modo que esta última não pode existir sem um governo. (Maximoff, 365, 70).

QUINTA PARTE

DIVERSOS

1.

Algumas palavras aos meus jovens irmãos da Rússia

Onde vão buscar a vossa força e a vossa fé? Uma fé sem Deus, uma força sem esperança e sem objectivo pessoal. Onde encontram esta força para aniquilar conscientemente toda a vossa existência e para afrontar a tortura e a morte sem vaidade e sem frases? Onde está a fonte desta implacável vontade de destruição e desta resolução friamente apaixonada, diante da qual se apavora o espírito e se regela o sangue nas veias dos nossos adversários? A nossa literatura oficial e oficiosa que pretende exprimir o pensamento do povo russo, parou, completamente desconcertada diante de vocês. Ela já não compreende nada.

[...].

Se vocês fossem uma juventude ideal, doutrinária ou sentimental; se vocês se divertissem a sonhar com a ciência e com a arte, com a liberdade e com a humanidade em teoria, nas vossas conversas ou nos livros, ela ainda vos amnistiaria; pois os veteranos, dignos desta literatura aviltada, também tiveram a sua juventude. Também eles sonharam, quando ainda não eram senão estudantes. Entusiasmados das belas teorias, também juraram dedicar a sua vida ao culto do ideal, às nobres façanhas, ao serviço da liberdade e da humanidade. Depois veio a experiência, uma experiência adquirida no mundo mais abjecto que se pode imaginar, e sob a influência deste mundo, tornaram-se naquilo que são, canalhas. Mas lembram-se com ternura dos sonhos da sua juventude, e ter-vos-iam perdoado os vossos,

com tanta mais boa vontade quanto mais estivessem convencidos de que com a mesma experiência e sob a influência da mesma realidade, vocês não tardariam, sem dúvida, a tornar-se ainda mais celebrados do que eles.

O que eles nunca vos perdoarão, é que vocês não se queiram tornar nem ladrões, nem sonhadores. Vocês desprezam tanto este mundo odioso cuja realidade vos oprime, como o mundo ideal que, até aqui, serviu de refúgio às *almas puras*, contra as infâmias da realidade. (Algumas Palavras, 69).

2.

O povo russo

Pois o povo russo, apesar da terrível escravidão que o deprime e apesar de todas as pauladas que se abatem sobre ele de todos os lados, tem instintos e comportamentos perfeitamente democráticos. Ele não está nada corrompido, ele, não é senão infeliz. Há na sua natureza semi-bárbara qualquer coisa tão enérgica e tão grande, uma tal abundância de poesia, de paixão e de espírito, que é impossível não estar convencido, conhecendo-o, de que ele ainda tem uma grande missão a realizar neste mundo. (Nettlau, +252, 45).

FONTES

PARA A ESCOLHA DOS TEXTOS

As diversas obras, textos e documentos consultados mas não utilizados não são mencionados na lista que se segue.

Em Paris pode-se consultar as obras desta lista quer na Biblioteca Nacional, quer na biblioteca do Museu Social, quer na biblioteca de documentação internacional contemporânea (B.D.I.C.), quer na biblioteca da Escola de Línguas Orientais (para Kornilov; também se encontra aí uma edição russa de «Estatismo e Anarquismo»), quer ainda na biblioteca do Arsenal (para o jornal «La Liberté», de Bruxelas).

AOS MEUS AMIGOS RUSSOS E POLACOS

Bakunine: «Aos meus Amigos Russo e Polacos», Leipzig, 1862.

Brochura em francês.

AUTONOMIA

Bakunine: «A Autonomia na Associação» (Publicado na revista *La Révolte*, Paris, 1892, volume II, pág. 249 a 250 — no n.º 38 do «Supplément Littéraire»: este título foi dado pelos editores a um extracto dum manuscrito em francês datando de Janeiro de 1872; trata-se dum artigo que Bakunine destinava à *Revolução Social*).

CERRETTI

Bakunine: Carta a Celso Cerretti, escrita em francês, de 14 a 17 de Março de 1872. Publicada na revista *La Société Nouvelle*, Bruxelas, Fevereiro de 1896, pág. 175 a 199.

CORRESPONDÊNCIA

Bakunine: «Correspondência de Miguel Bakunine — Cartas a Herzen e a Ogareff (1860-1874)», escritas em russo. Publicadas com prefácio e anotações de Miguel Dragomanov. Tradução francesa de Maria Stromberg. Livraria Académica Perrin e Cie, Paris, 1896. Esta tradução francesa da edição russa é incompleta.

ESTATISMO E ANARQUISMO

Bakunine: «Estatismo y Anarquia»: tradução em língua espanhola, por A. Chapiro e D. A. de Santillan, duma obra inédita em francês que Bakunine escreveu em russo, em 1873. Esta tradução publicada em 1929 constitui o tomo V das «Obras completas de Miguel Bakunine» editadas por «La Protesta», Buenos Aires. Ela reproduz a edição russa de 1919 (volume I das obras de Bakunine em russo — cinco volumes — publicadas por «Golos Truda»), edição que está incompleta: falta-lhe o importante Apêndice A e o Apêndice B que existem na edição russa de 1873.

GUILLAUME

James Guillaume: «A Internacional, documentos e recordações»: quatro volumes. Editor P. V. Stock, Paris, 1905 a 1910. O primeiro tomo contém:

pág. 74 a 75: Palavras pronunciadas por Bakunine no Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, em Berna, em 1868, em francês.

pág. 153: Fragmento juntado por Bakunine a um artigo de J. Guillaume aparecido no *Egalité* de 1 de Maio de 1869.

pág. 202: Palavras pronunciadas por Bakunine no IV Congresso da Internacional, em Bâle em 1869, em francês.

KORNILOV

A. A. Kornilov: «Os anos de peregrinação de Miguel Bakunine», Leninegrado — Moscovo, 1925. Esta obra em russo contém numerosas cartas de Bakunine que o autor reproduz no seu texto original: o mais frequentemente em russo e muito frequentemente uma parte em russo, uma parte em alemão, uma parte em francês.

pág. 289: Carta aos seus irmãos e irmãs, 1 de Março de 1845. Fragmento em russo que eu traduzi para o francês da tradução espanhola de Martin Gudell, que se encontra na revista *Estudios sociales*, Janeiro de 1945, México, D. F.

pág. 291: Fragmento da carta em russo que eu traduzi da mesma fonte atrás indicada.

LEHNING

Arquivos Bakunine: Trata-se da publicação das obras de Bakunine, por assuntos, estando o primeiro assunto (Arquivos Bakunine I) em Itália. Esta publicação é feita por conta do Instituto Internacional de História Social de Amsterdão (Internacional Instituut Voor Sociale Geschiedenis): o I.I.S.G. Os seus redactores são A. Lehning, A. J. C. Rüter, P. Schei-

bert. Os textos são compostos e anotados por Arthur Lehning. Numerosos escritos inéditos de Bakunine, muitos dos quais estão na I.I.S.G., são aí reproduzidos. Alguns destes manuscritos (por exemplo: «Relações pessoais com Marx») foram largamente utilizados por Nettlau na sua biografia de Bakunine reproduzida em 50 exemplares: eles são pois praticamente inéditos; mas como a edição das obras empreendida pela I.I.S.G. é um trabalho longamente árduo, ainda no início, é preferível utilizar a referência Nettlau (pois a sua biografia cobre toda a obra de Bakunine) visto que a publicação integral do manuscrito por Lehning não traz nada de novo para esta selecção de textos. Em apêndice a estes volumes dos «Arquivos Bakunine» há documentos raros quase impossíveis de encontrar, por exemplo sobre a história da Internacional. Apareceram agora dois volumes.

LEHNING I-1:

«Arquivos Bakunine I — Miguel Bakunine e a Itália, 1871-1872. — Primeira parte: A polémica com Mazzini. Escritos e materiais». Textos compostos e anotados por A. Lehning, editor E. J. Brill, Leiden, 1961, Holanda.

Este volume contém de novo, relativamente às obras que podiam ser consultadas antes da sua publicação, essencialmente:

pág. 105 a 278: «A Teologia política de Mazzini. Segunda parte. Fragmentos e variantes»: é um manuscrito (escrito em francês por Bakunine) possuído pela I.I.S.G. e que contém materiais que deviam servir para a redacção da segunda parte da «Teologia política...», assim como rascunhos e variantes da primeira parte. Escrito de Agosto a Outubro de 1871.

LEHNING I-2

«Arquivos Bakunine I. — Miguel Bakunine e a Itália, 1871-1872. — Segunda parte: A primeira Internacional em Itália e o conflito com Marx. — Escritos e materiais». Textos compostos e anotados por A. Lehning, editor E. J. Brill, Leiden, 1963, Holanda.

Utilizei para a selecção dos fragmentos os dois manuscritos seguintes:

pág. 77 a 102: Artigo «contra Mazzini», Novembro de 1871, escrito em francês por Bakunine, inédito, manuscrito I.I.S.G.

pág. 171 a 198: «Artigo francês» (destinado à *Revolução Social*, mas que não aparece aí), Janeiro de 1872, escrito em francês por Bakunine, manuscrito I.I.S.G., parte dele inédito. Extractos seus foram publicados pela revista *La Révolte* sob os títulos: «A Autonomia na Associação» e «A cadeia dos tempos».

MALON

Benoit Malon: «A Internacional»: artigo publicado na *Nouvelle Revue* de Janeiro-Fevereiro de 1884, pág. 727 a 767.

MAXIMOFF

G. P. Maximoff: «The Political Philosophy of Bakunine — Scientific Anarchism», The Free Press, Glencoe, Illinois, 1953. Esta obra contém fragmentos importantes, em tradução inglesa, de sete trabalhos de Bakunine inéditos em francês:

- a) «As intrigas do Sr. Outine»: escrito em russo em 1870, publicado no *Golos Truzenika*, jornal russo dos I.W.W., Chicago, 1952. Volume VII, n.º 3, pág. 19 a 23; e volume VII, n.º 4, pág. 9 a 12.
- b) «O nosso programa», proveniente do tomo III das obras em russo publicadas por «Golos Truda». Escrito (em russo?) em 1870-1873.
- c) «O Programa da Aliança da Revolução Internacional»: escrito em francês em 1871, publicado no *Anarchichesky Vestnik*, publicação russa, em Berlim. Volume V-VI, Novembro de 1923, pág. 37 a 41 e volume VII, Maio de 1924, pág. 38 a 41.
- d) «O Programa da Secção Eslava da Internacional»: escrito em francês em 1872; provém do tomo III das obras publicadas por «Golos Truda».
- e) Carta de Bakunine a Albert Richard, escrita em francês, em 1868-70, publicada no *Pechat Revoluntzia*, jornal russo, Moscovo, Junho de 1921, 1930 (datas dadas por Maximoff).
- f) «A ciência e a urgente tarefa revolucionária»: escrito em russo, publicado no *Kolokol* de Genebra de 1870.
- g) «A Aliança Revolucionária mundial da Democracia Socialista»: escrito em russo em 1870, Hugo Steinitz Verlag, Berlim, 1904.

Nestes sete trabalhos empreguei fragmentos que se encontram nas seguintes páginas do livro de Maximoff:

1-6: c); 159: a); 247: b); 281: g); 327: c); 335: a); 360: f); 363: f); 364: f); 365: f); 367: f); 379: e); 380: e); 384: g); 385: g); 387: g).

MAZZINI

Bakunine: «A Teologia Política de Mazzini e a Internacional. Primeira parte: a Internacional e Mazzini», Tipografia G. Guillaume, Neuchâtel, 1871. Obra escrita em francês por Bakunine.

NATUREZA DO ESTADO

Bakunine: «Da Natureza Histórica do Estado», legenda: «O Príncipe do Estado»: escrito em francês. Publicado na revista *La Société Nouvelle*, no número de Novembro de 1896, pág. 577 a 595.

NETTLAU

Dr. Max Nettlau: «The life of Michel Bakunine. Michael Bakunine, eine Biographie», privately printed, London, 1896-1900. Obra manuscrita reproduzida em 50 exemplares por um processo químico. São três in-fólio, mas como só há uma paginação para os três volumes dispus o todo sob uma única designação. Eis a distribuição das páginas:

Volume I. II - 1: pág. 1 a 250 e pág. 1+1 a +136.
Volume II - 2. III - 1: pág. 251 a 561 e pág. +137 a +260.
Volume III - : pág. 562 a 837 e pág. +261 a +446.

As páginas indicadas com «+» contém notas e aditivos.

O texto da biografia é em alemão, mas Nettlau reproduziu na sua língua original os documentos que empregou, isto quer dizer que quase todos os escritos do período anarquista de Bakunine são em francês. Só empreguei um texto em alemão, que assinalarei; o resto é em francês. Todos estes documentos (cartas e manuscritos) são praticamente inéditos. Reproduzo as indicações das fontes segundo o que Nettlau escreveu, às vezes textualmente.

pág. 10-11: Manuscrito de 1867 ou 1868 sobre a questão eslava.

pág. 70-71: Carta «Aos irmãos da Aliança em Espanha» (1872).

pág. 157-158: Dum manuscrito (1868?) que deveria ser o rascunho ou o texto da «Questão revolucionária nos países russos e na Polónia».

pág. 189: Idem.

pág. 201: Dum manuscrito sem título, datando de 1864 ou 1865, que começa assim: «Para tornar a ser um corpo vivo e útil a Franco-Maçonaria deve...»

pág. 209 a 221: «Organização» (1864-1867)

pág. 221 a 223: «Catecismo revolucionário» (1864-1867)

pág. 348: Carta ao jornal *Démocratie* (1868)

pág. 253: Carta a G. Vogt (1868)

pág. 258: Discurso no Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, em Berna, 1868

pág. 261: Idem
 pág. 269: Programa secreto da Aliança Internacional da Democracia Socialista (1868)
 pág. 282 a 285: Carta a Pablo, em Espanha, em 21 de Maio de 1872
 pág. 285 a 291: Manuscrito da mesma época da carta a Pablo atrás referida. A segunda folha deste manuscrito retoma o assunto da carta a Pablo (de que faltam as primeiras páginas) e continua, por assim dizer, esta carta.
 pág. 319: Carta «Ao cidadão Lorenzo», de Maio de 1872
 pág. 368-369: «Relações pessoais com Marx», manuscrito de 1871.
 pág. 415: Carta de Bakunine aos seus companheiros franceses, no início de 1870
 pág. 418: «Ciência Social», manuscrito sem data: sem dúvida de 1871
 pág. 425: Carta aos companheiros da Federação das secções internacionais do Jura (1872)
 pág. 579: Carta a um jornal italiano, Dezembro de 1871
 pág. 581: Artigo no jornal italiano *Gazzettino Rosa* (1871?)
 pág. 605-606: Carta aos companheiros da Federação das secções internacionais do Jura (1872)
 pág. 608: *Idem*
 pág. 652: Carta aos Internacionais da România: «Al Rubicone e tutti gli altri amici», 23 de Janeiro de 1872
 pág. 822-823: Carta a Elisée Reclus, de 15 de Fevereiro de 1875. Nettlau, na sua obra, diz não conhecer o destinatário da carta, mas em 1924 encontrou este, encontrando a resposta à carta; vejam os: «Gesammelte Werke» de Bakunine, Berlim, 1921-1924, tomo III, pág. 271
 pág. 823: Carta a Adolphe Reichel, de 19 de Outubro de 1875 (em alemão)
 Pág. 823: Carta a Emilio Bellerio, de 29 de Outubro de 1875
 pág. 924: Manuscrito sem título (fim de 1875 ou início de 1876)
 pág. +107: Carta a Pablo de 21 de Maio de 1872
 pág. +252: Carta ao jornal *Réforme*, de 27 de Janeiro de 1845
 pág. +282: «A Itália e o Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores» (1871).

NETTLAU — ITALIA

Max Nettlau: «Bakunine e l'Internazionale in Italia dal 1864 al 1872». Con prefazione di Errico Malatesta. Edizione del Risveglio, Ginevra, 1928. Este livro contém, em tradução italiana, cartas e manuscritos de Bakunine inéditos em francês, assim como documentos sobre ele.

OBRAS

Bakunine: «Obras»: seis tomos publicados por P. V. Stock, Paris, de 1895 a 1913. O tomo I foi publicado por Max Nettlau, contendo uma introdução sua. Os tomos II a VI foram publicados por James Guillaume e têm uma nota biográfica sobre Bakunine, introduções, advertências e notas. Todos os trabalhos reunidos nestes seis volumes foram escritos por Bakunine em francês. São reproduzidos no seu texto original, excepto a «Resposta a *Unità Italiana*» e a «Circular. Aos meus amigos de Itália», do tomo VI, cujos originais desapareceram e que J. Guillaume teve de retraduzir para francês da tradução italiana.

OBRAS, I. *Este tomo contém:*

pág. 1 a 205: «Proposta Motivada ao Comité Central da Liga da Paz e da Liberdade, por M. Bakunine» ou: «Federalismo, Socialismo e Antiteologismo» (1867).
 pág. 207 a 260: «Aos companheiros da Associação Internacional dos Trabalhadores de Locle e de La Chaux-Fonds» ou «Cartas sobre o Patriotismo»: série de dez artigos publicados no Progrés, em Genebra (1869).
 pág. 263 a 326: «Deus e o Estado»: título dado por Nettlau a um fragmento de «O Império cnuiti-germânico e a Revolução Social» (segundo fascículo), fragmento escrito sob a forma de nota nesta obra (1871).

OBRAS, II. *Este tomo contém:*

pág. 11 a 67: «Os Ursos de Berna e os Ursos de S. Petersburgo, canto patriótico duma Suíça humilhada e desesperada» (1870).
 pág. 79 a 134: «Cartas a um Francês sobre a crise actual». Trata-se dum texto adaptado por J. Guillaume; não o utilizei; está seguido da reprodução integral do manuscrito de Bakunine.
 pág. 135 a 268: «Cartas a um Francês sobre a crise actual» (1870).
 pág. 285 a 455: «O Império cnuuto-germânico e a Revolução Social», primeiro fascículo (170-1871).

OBRAS, III. *Este tomo contém:*

pág. 7 a 177: «O Império cnuuto-germânico e a Revolução Social», segundo fascículo (1871). Uma parte desta obra foi publicada sob a forma de brochura, com numerosas alterações, por Carlo Cafiero e Elisée Reclus com este título da sua invenção: «Deus e o Estado».

pág. 183 a 215: Folhetos que fazem a conexão entre «o Império cnuuto-germânico...» e o seu «Apêndice» (1870).
pág. 216 a 405: «Apêndice» ao «Império cnuuto-germânico...»: «Considerações filosóficas sobre o Fantasma divino, sobre o Mundo Real e sobre o Homem» (1870).

OBRAS IV. *Este tomo contém:*

pág. 5 a 72: «Cartas a um Francês sobre a crise actual» (continuação), (1870).
pág. 85 a 220: Manuscrito de 114 páginas escrito em Marselha (1870).
pág. 229 a 240: «Carta a Esquiros» (1870).
pág. 245 a 275: «Preâmbulo» para o segundo fascículo do «Império cnuuto-germânico...» (1871).
pág. 281 a 333: «Advertência» para «O Império cnuuto-germânico...» (1871).
pág. 339 a 390: Carta ao jornal *La Liberté*, de Bruxelas (1872).
pág. 395 a 510: Fragmento constituindo uma continuação de «O Império cnuuto-germânico...» (1872).

OBRAS, V. *Este tomo contém:*

pág. 13 a 210: Os artigos seguintes escritos pelo jornal *Egalité* de 1868 a 1869:
pág. 13 a 18: Carta à Comissão do jornal *Egalité* em Genebra.
pág. 18 a 23: «O jornal a *Fraternidade*».
pág. 31 a 35: «A Sr.^a André Léo e o *Egalité*».
pág. 37 a 52: «A greve dupla de Genebra».
pág. 53 a 59: «Na Rússia».
pág. 60 a 63: «O movimento internacional dos trabalhadores».
pág. 64 a 76: «A agitação do Partido da democracia socialista na Austria».
pág. 82 a 105: «A *Montanha* e o Sr. Coullery».
pág. 106 a 134: «Os Adormecedores».
pág. 134 a 168: «A instrução integral».
pág. 169 a 199: «Política da Internacional».
pág. 199 a 210: «Relatório da comissão sobre a questão da herança, adoptado pela Assembleia Geral das Secções de Genebra».
(Fim dos artigos publicados no *Egalité*)
pág. 239 a 294: Carta dirigida aos cidadãos redactores do *Réveil*, em Paris (1869).
pág. 299 a 360: Três conferências feitas aos operários do Val de Saint-Imier (1871).

OBRAS, VI. *Este tomo contém:*

pág. 13 a 99: «Protesto da Aliança» (1871).
pág. 107 a 128: «Resposta dum Internacional a Mazzini» (1871).
pág. 161 a 170: Carta de Bakunine à secção da Aliança de Genebra (1871).
pág. 171 a 280: «Relatório sobre a Aliança» (1871).
pág. 287 a 302: «Resposta ao *Unità Italiana*» (1871).
pág. 311 a 422: «Circular. Aos meus amigos de Itália, por ocasião do Congresso operário convocado em Roma, em 1 de Novembro de 1871, pelo partido mazziniano» (1871).

ALGUMAS PALAVRAS

Bakunine: «Algumas palavras aos meus jovens irmãos da Rússia», artigo publicado no jornal *La Liberté*, de Bruxelas, em 5/9/1869.

RICHARD

Albert Richard: «Bakunine e a Internacional em Lyon, 1868-1870», Paris, 1869. Esta obra contém fragmentos de cartas endereçadas por Bakunine a A. Richard em 1870 e um relato dos acontecimentos em Lyon.

Primeira Parte: OS HOMENS E A LIBERDADE

1. O homem conquista a sua humanidade ao afirmar e ao realizar a sua liberdade no mundo	7
2. Raízes e liberdade do individuo na sociedade	11
3. A liberdade é, antes de mais, um facto social. — A liberdade dos outros aumenta a minha até ao infinito	21
4. Estado e liberdade	24
5. A liberdade e o governo dos melhores: homens virtuosos, sábios. A ciência e a vida	37
6. Pátria, nacionalismo, liberdade	58

**Segunda Parte: RELIGIAO-IDEALISMO
MATERIALISMO-MORAL**

1. O céu enriqueceu-se com os despojos da terra	67
2. Por amor a Deus	72
3. Os padres	76
4. Padres próximos do povo pela sua situação	79
5. A Roma jesuítica e papal	81
6. Idealismo, materialismo e moral	82
7. Sob o estandarte de Satã	93

Terceira Parte: SOCIALISMO E REVOLUÇÃO

I. DE BABEUF A COMUNA

1. De Babeuf a Proudhon	99
2. Marx e Proudhon	102
3. A Comuna	104

II. O PARTIDO REVOLUCIONARIO E A LUTA OPERARIA E CAMPONESA

1. Operários, camponeses, burgueses, e intelectuais	109
2. Os camponeses	112
3. Algumas condições da Revolução	125
4. Mobilização do proletariado	131
5. Necessidade da organização	136
6. A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores	137
7. Educação militante. Relação entre as organizações socialistas e os sindicatos. 1. Necessidade e papel do Partido	141
8. Atenção ao reformismo cooperativista	155
9. Burocracia sindical. As pessoas e os princípios	157
10. Unidade e Programa das foças revolucionárias. Relações das organizações com os sindicatos. 2. Unidade e ditadura	160
11. As ilusões do sufrágio universal	168
12. Face às realidades políticas	177
13. A liberdade no «Estando Popular»	183
14. Programa revolucionário e programa liberal	188

15. Tática e disciplina do Partido Revolucionário	189
16. Moral revolucionária	202

III. VIAS PARA A SOCIEDADE SOCIALISTA

1. Destruir?	207
2. Não legislemos	207
3. Abolição do Estado. Abolição do direito de herança	208
4. A família legal e a família natural	213
5. Liberdade dos cultos	215
6. Direitos individuais	216
7. Direitos das associações	218
8. Organização das comunas, províncias e nações. A comuna da Idade Média e a comuna moderna	219

Quarta Parte: A BURGUESIA

1. Liberdade-Igualdade-Fraternidade	231
2. Sangue, Estado e reacção	233
3. Situação da burguesia actual	235
4. O socialismo adormecedor dos burgueses	238
5. Socialismos híbridos. Sr. Coullery. O radicalismo	242
6. A burguesia e o regime do sabre	246

Quinta Parte: DIVERSOS

1. Algumas palavras aos meus jovens irmãos da Rússia	251
2. O povo russo	252
Fontes	253

edições RÉS limitada

rua lima júnior, 64 / porto / Portugal

catálogo
dezembro / 1975

Colecção TEORIA E CONHECIMENTO

1. Nietzsche, Freud e Mar / Theatrum Philosophicum, *Michel Foucault*
2. Partidos e Pessoas, *Reinaldo de Carvalho*
3. Dicionário de Marxismo, *André Barjonet*
4. Grande Música Negra, *J. Lima Barreto*
5. Estruturalismo em Marx e Althusser, *A. Gluksmann*
6. A Planificação e os Polos de Desenvolvimento, *F. Perroux, J. Friedmann e J. Tinbergen*
7. Das Ciências na Filosofia: Da Filosofia nas Ciências, *Monod, Althusser, Piaget e Reinaldo*
8. Consequências da Evolução do Homem, *F. Engels e outros*
9. Economia Nacional e Economia Política, *K. Marx, F. Engels*

Colecção SUBSTÂNCIA

1. Rock / Trip, *Jorge Lima Barreto*
2. A Moeda em Marx, *Suzanne de Brunhoff*
3. Introdução à Economia Política, *F. Engels*

Colecção REVOLUÇÃO SOCIAL

1. A Situação Política de Portugal vista pelo Movimento Marxista-Leninista Internacional, *Antologia, selecção, prefácio e notas de José Pacheco Pereira*
2. Sem Independência Nacional, Um Povo Nada Terá, *Antologia, selecção, prefácio e notas de José Pacheco Pereira*